

FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA

255069

BANCOS EM MINAS GERAIS

(1889-1964)

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico do I.F.C.H., da UNICAMP, sob a orientação do Professor Doutor Wilson Cano.

Agosto de 1978

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Às minhas raízes mineiras.

Para aqueles que com seus trabalhos
me permitiram o privilégio de estudar.

MEUS AGRADECIMENTOS:

ao professor Wilson Cano, meu orientador e principal incentivador na execução desta pesquisa.

ao Coordenador do Curso de Mestrado em Economia da UNICAMP, professor Luciano Coutinho, que se esforçou no sentido de que eu obtivesse remuneração condizente ao esforço empregado neste trabalho.

a Ricardo Alberto Bielschowsky pela cessão de sua Dissertação de Mestrado e a Maria Bárbara Levy pela de sua pesquisa ainda não publicada "Estrutura e Funcionamento dos Bancos Comerciais no Brasil - Evolução Histórica".

aos professores Ferdinando de Oliveira Figueiredo e Osmar de Oliveira Marchese pela participação no "Exame de Qualificação".

ao Programa de Financiamento de Teses - PFT do IPEA que me concedeu bolsa de manutenção.

ao Convênio UNICAMP/IPEA referente à pesquisa "Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970", da qual faz parte essa dissertação.

a todos os funcionários das bibliotecas que visitei.

ao trabalho de datilografia.

Raquel, além de ter sido minha companheira de trabalho, cuidou de que esse não se tornasse nada mais além do que é, uma simples Dissertação de Mestrado.

Campinas, junho de 1978.

Í N D I C E

	pág.
INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I: A GÊNESE DOS BANCOS EM MINAS GERAIS (1889-1920)...	17
APÊNDICE: CIDADES MINEIRAS - 1907	44
NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO I	49
CAPÍTULO II: CAFÉ E BANCOS NA DÉCADA DE 1920	53
1. ASPECTOS GERAIS DA ECONOMIA MINEIRA	54
2. AS CONDIÇÕES DA ATIVIDADE CAFEEIRA EM MINAS GE- RAIS NA DÉCADA DE 1920	79
3. OS BANCOS EM MINAS	88
NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO II	115
CAPÍTULO III: BANCOS NO PERÍODO VARGAS (1930-1945)	122
1. O REAJUSTAMENTO ECONÔMICO DE MINAS	123
2. BANCOS E A RECUPERAÇÃO DA CRISE (1930-1937)....	138
3. BANCOS, O ESTADO NOVO E A GUERRA (1937-1945)...	153
NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO III	178
CAPÍTULO IV: INDÚSTRIA, INFLAÇÃO E BANCOS NO "PERÍODO SUMOC" (1945-1964)	184
NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO IV	232
CONCLUSÕES	239
APÊNDICE ESTATÍSTICO	244
BIBLIOGRAFIA	322

INTRODUÇÃO

Estudaremos o papel dos bancos na economia de Minas Gerais no período histórico de 1889 a 1964.

Ocorreu-nos tal tema para Dissertação de Mestrado em Economia quando cursávamos na UNICAMP a disciplina "História Econômica do Brasil", no primeiro semestre de 1976. O professor Wilson Cano mostrava-nos que havia questões irrespondíveis sobre a concentração econômica regional no Brasil, à luz do conhecimento que então se possuía sobre certos casos da "periferia".

Minas Gerais constituía um desses "casos desconhecidos".

Como único mineiro da turma, ressentia-me de tal descaso.

Por outro lado, cursava também nesse semestre a cadeira "Teoria Monetária-financeira", lecionada pelo professor Ferdinando de Oliveira Figueiredo. Impressionava-me a falta de informações sobre a expansão financeira no Brasil, principalmente à vista do estudo que fazíamos sobre o "capital financeiro" em países de capitalismo maduro.

Sendo neto de banqueiro, abismava-me o desconhecimento da nossa burguesia bancária. Principalmente tendo em vista sua influência política e seus extraordinários lucros, face aos dos setores produtivos.

Portanto, constatava na literatura da história econômica brasileira, entre outras, duas lacunas imperdoáveis. A primeira, a ausência de um exame cuidadoso dos aspectos financeiros do desenvolvimento capitalista que se dá no país durante o século atual. A segunda, a carência de um estudo sistematizado do papel da economia de Minas Gerais nesse desenvolvimento.

A nossa historiografia tradicional se absteve da vi são do lado financeiro do processo de acumulação de capital na indús trialização brasileira. Há quase total omissão a esse fenômeno. Tra ta-se de problema suficientemente relevante para merecer atenção mais especial.

Há também ausência de estudos integrados sobre a economia de Minas Gerais, principalmente no que se refere ao presen te século. O que existe são ensaios esparsos, sem muita preocupação com o rigor e aprofundamento na análise e pesquisa dos fatos.

Tínhamos consciência que a tentativa de suprir os "vazios" apontados no conhecimento da realidade nacional era um en cargo excessivamente pesado, impossível de resolver com uma simples dissertação de mestrado. Era mais uma tarefa para uma geração de historiadores. No entanto, estávamos dispostos a dar alguma contri buição nessa direção.

A oportunidade surgiu, por feliz coincidência, pe lo convite à participação na equipe da pesquisa "Concentração Indus trial no Brasil - 1930/1970", coordenada pelo professor Wilson Cano.

O esforço maior deste projeto era só captar o movi mento geral da economia brasileira no sentido de concentração indus trial em uma região, como também a dinâmica de cada economia regio nal, na qual assumia especial interesse o exame do sistema financei ro (principalmente em se tratando de Minas Gerais).

A razão básica do processo de criação de desequilí brios regionais é, no fundo, a mesma que leva à concentração do ca pital. Sabemos que a acumulação de capital, tanto numa empresa como numa região, se faz pela reinversão de uma parte do excedente. Se o sistema bancário possui um grande poder de alocar esse excedente , é evidente que ele constitui instrumento poderoso de acentuação ou

de atenuação do desenvolvimento desigual inter-regional. Analisando, portanto, detidamente, o sistema bancário mineiro em relação ao processo de concentração industrial em São Paulo, estaríamos certamente captando uma faceta da explicação de porque a estrutura produtiva nacional é tão desequilibrada.

Pois bem, entramos com um sub-projeto - "O Capital Bancário Mineiro no Processo de Concentração Industrial no Brasil"-, cujo propósito era analisar o sistema bancário mineiro na interconexão entre uma política econômico-financeira nacional e a dinâmica regional.

Para tanto, a metodologia que pensávamos adotar consistiria numa integração da visão da empresa ("microeconômica"), no caso, o banco, com a dinâmica econômica ("macroeconômica"), tanto da economia mineira, quanto da nacional. Concretamente, tomaríamos o estudo de certos casos relevantes dos bancos mineiros (por exemplo, o do Banco da Lavoura, do Nacional, do Comércio e Indústria e do Moreira Salles, além dos bancos governamentais estaduais e do estatal - Banco do Brasil), acoplando-os à situação do movimento da economia mineira, e remeteríamos o resultado à pesquisa mais ampla sobre a "Concentração Industrial no Brasil". Obteríamos, então, uma visão mais segura do sistema bancário como um todo, já que incorporaria a ótica "endôgena" e a "exôgena" do seu movimento, isto é, sua atuação enquanto conjunto de empresas capitalistas, tanto em Minas quanto no resto do Brasil.

Dentro da proposta de romper a unilateralidade de nossa historiografia tradicional em examinar a formação econômica brasileira somente pelo lado dito "real", não bastava agregar à análise do sistema produtivo a análise do sistema monetário-financeiro. Pelo contrário, a justa posição - não resolveria o problema e recairia na clássica dicotomia - o real versus o monetário, sem se avan-

çar muito. Assim, preferimos partir da visão do Capital Financeiro. No que se refere à sua função de permitir o descongelamento do capital monetário, sua mobilização e transferência intersetorial, mediante uma fusão de interesses de todas as esferas de acumulação industrial, comercial e financeira.

Portanto, temos como pressuposto teórico que o banco além de atuar como intermediário do crédito de circulação (o qual amplia mediante a concentração de letras e a compensação das diferenças), procura também fazer a transformação de capital monetário congelado em ativo: capital que reúne, concentra e reparte. Assim o banco assume a função de reunir o dinheiro "improdutivo" temporalmente de todas as classes e colocá-lo à disposição da classe capitalista em forma de capital dinheiro, para que essa o possa empregar "produtivamente".

O lucro bancário consiste, antes de tudo na diferença entre a taxa de juros que os bancos pagam pelo capital dinheiro que lhes confiaram e a taxa de juros que exigem dos que deles recebem créditos (lógico que a isso tem que se acrescentar outros lucros como comissões, corretagens por colocação de ações e obrigações, o âgio sobre as operações de câmbio, etc.). Sabe-se que os juros não são mais que uma fração da mais-valia apropriada pelo emprego produtivo de um capital de empréstimo. Queremos com isso afirmar que analisar o papel de intermediação financeira dos bancos subentende também examinar o processo de produção, na medida em que funcionamento do processo de circulação supõe a criação anterior de um excedente econômico.

Por outro lado, os altos lucros do banqueiro tendem a se dirigir a investimentos em geral (nos setores que lhes dão maior retorno, maior lucratividade) e não apenas no próprio setor bancário.

Fica claro portanto, a importância e a indispensabilidade da análise de um sistema bancário não se restringir somente à órbita financeira, mas também de avançar na investigação do próprio sistema produtivo, no qual ele se estabelece.

Temos, dessa maneira, a oportunidade de fazer uma análise globalizante de um sistema econômico. O trabalho de investigação da economia de Minas Gerais tenta se desenvolver em vários cortes, entre os quais se destacam: o setor agro-pecuário, a indústria, o comércio (exterior e interregional), o papel do setor público (o gasto e as finanças públicas, a política econômica e a atuação do setor produtivo estatal) e o sistema bancário.

Na verdade, a articulação da órbita financeira com a produtiva segue uma idéia teoricamente simples: os bancos apropriariam, na esfera da circulação, de parte do excedente gerado na produção. Portanto, a análise das principais atividades econômicas em diversas etapas da história mineira entre 1889 e 1964 nos possibilitaria examinar como os bancos se relacionam com maiores "fontes" de excedente ou seja, com os setores mais dinâmicos.

A vantagem desse método, é verificar se as modificações que sofreu a economia mineira ao longo desse século imprimiram circunstâncias especiais ao funcionamento dos bancos que atuavam em sua área.

As dificuldades para alcançar nosso intento - escrever a história da articulação do capital bancário mineiro com a base econômica sobre a qual ele se estabelece - são inúmeras. Entre elas, citamos a falta de discussões acadêmicas sobre o tema; a fragilidade da historiografia mineira e "financeira"; a proibição de acesso aos arquivos de bancos, impedindo consultas à documentos fundamentais; perda ou extravio de documentos; a falta de informações estatísticas confiáveis e sistematizadas, etc.

Sem dúvida, parte desses obstáculos obrigou-nos a algo que por mais desagradável que seja, tem a vantagem de dar uma consistência que a maioria dos ensaios não possui: partir das fontes primárias, estatísticas, relatórios de diretoria, publicações oficiais, etc. Tivemos de fazer longa pesquisa junto a arquivos, bibliotecas e centros de documentação. Foram indispensáveis algumas entrevistas. A sistematização de todo esse material tornou o texto por vezes árido, pelo que pedimos antecipadamente nossas desculpas. Mas foi o preço que tivemos de pagar pela escolha do tema.

Quanto à periodização, tínhamos inicialmente delimitado nossa pesquisa ao período de 1920 a 1964. Essas datas limites se explicam não só em razão de constituírem marcos legislativos fundamentais na história bancária brasileira, como a lei nº 4182 de 31/Nov/1920 que instituiu a fiscalização dos Bancos e Casas Bancárias e a criação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, e a lei nº 4595 de 31/dez/1964 que impõe a Reforma Bancária. Trata-se do período áureo dos bancos mineiros: sua gestação, consolidação e apogeu. Não bastasse esse motivo, dado pelo lado da órbita financeira, temos em 1920 o primeiro recenseamento geral realizado no país, que nos permitiria investigar com maior precisão a órbita da produção em Minas, em confronto com recenseamentos posteriores. Já o período seguinte a 1964 possui política econômica complexa, que afeta fundamentalmente o sistema financeiro brasileiro. Sua análise está ainda para ser realizada, e ultrapassaria, de muito, os limites desta pesquisa.

Entretanto, nosso orientador - prof. Wilson Cano - recomendou-nos caracterizar os antecedentes históricos ao nosso ponto de partida, aproveitando da investigação realizada pelo colega João Heraldo Lima em sua Dissertação de Mestrado: *Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Portanto, voltamos a 1889, quando se

deu a criação do Banco mais antigo em funcionamento em Minas Gerais, o Crédito Real de Minas Gerais. Nesse ano, alguns meses mais tarde, se daria a Proclamação da República.

Em que pese pensarmos esse primeiro período, como uma "introdução", ele tomou as características de um capítulo, face às teses que nele defendemos sobre a gênese do sistema bancário mineiro. Assim, nosso período de pesquisa ampliou-se, passando a ser de 1889 a 1964. Excessivamente longo, talvez, pois abrange o que alguns historiadores chamam de República Velha e República Nova e alguns economistas denominam de os três padrões de acumulação: o da economia exportadora - capitalista (1889-1933), o da industrialização restringida (1933-1955) e o da industrialização pesada (pós-1955). Cada qual com uma dinâmica diversa da anterior.

Mas a periodização que adotamos para nossos cortes em capítulos é diversa dessas citadas, porém, não antagônica àqueles padrões. Como estamos analisando um fenômeno ligado à esfera da circulação do capital, a legislação imposta pelo Estado, o controle governamental sobre a intermediação financeira, certamente impõe padrões de comportamento diversos à atividade bancária, delimitando seus raios de atuação. Portanto, na história bancária brasileira podemos identificar "pontos de saliência", denotando a incorporação de transformações qualitativas de profundidade, que produziram sensíveis efeitos sobre as atividades financeiras da época. Além dos já citados para 1920 e 1964, adotamos como marcos legislativos históricos a criação da Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB) pelo decreto nº 21499 de 9/jun/1932, e a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) pelo decreto-lei nº 7293 de 2/fev/1945.

Dessa maneira, o texto ficou dividido em quatro partes.

Na primeira, como já vimos, examinamos os antecedentes

históricos, buscando a gênese do sistema bancário mineiro durante o período 1889-1920. Na segunda trato da década dos 20, articulando os bancos com os negócios do café em Minas. A terceira é dedicada à análise da era Vargas (ou melhor, do primeiro governo de Getúlio Vargas: 1930-1945), quando os grandes bancos mineiros se consolidam. Finalmente, a última refere-se ao "período SUMOC" (1945-1964). Há então uma nítida mudança no padrão de crescimento do sistema bancário brasileiro, tomando corpo a concentração e a centralização do capital bancário. Examinamos o grau de articulação dos bancos com a industrialização mineira e sua atuação em condições inflacionárias.

Tínhamos garra de conduzir a análise até o presente, abrangendo o período em que houve a transferência das sedes dos grandes bancos mineiros para outros Estados, mas tratamos de controlar nossa "megalomania" e passamos a tarefa para outrem.

Nossa tentativa, mais do que realizar uma obra definitiva, é de abrir "picadas". Abrir caminhos para que, junto com outros, numa obra coletiva, possamos atingir o objetivo maior de conhecer a realidade brasileira, pré-requisito para sua transformação.

A GÊNESE DOS BANCOS EM MINAS GERAIS (1889 - 1920)

Embora entendamos que o desenvolvimento dos bancos em Minas Gerais tenha se dado, de forma mais marcante, a partir da década dos 20 - posterior portanto ao observado em São Paulo e, principalmente, na praça do Rio de Janeiro - julgamos necessária a busca de sua gênese.

Consultando a primeira relação sistemática dos estabelecimentos bancários em funcionamento no Estado de Minas Gerais (1), referente ao ano de 1925, constatamos que dos 42 existentes naquele ano, 12 tinham sido inaugurados antes de 1920. (Quadro I)

Além desses, funcionaram em Minas Gerais antes de 1920 algumas agências de Bancos com sede fora do Estado. O Banco do Brasil possuía 6 agências (3 na zona da Mata, 2 na Sul e 1 no Triângulo), inauguradas entre 1916 e 1918, e em 1920 era inaugurada sua agência de Belo Horizonte. Já o Banco Pelotas (Rio Grande do Sul), abriu na Capital do Estado a sua primeira agência em Minas. A Casa Bancária Custódio de Almeida Magalhães & Cia., na verdade o primeiro estabelecimento bancário fundado em Minas, inaugurada em São João Del Rei a 17 de março de 1860, foi também um dos primeiros estabelecimentos de crédito de iniciativa particular aparecidos no Brasil. Posteriormente, transferiu sua sede para o Rio de Janeiro, inaugurando entretanto, uma agência no seu berço natal em 1892. Por fim, a Casa Bancária Candido Porto & Cia. com sede no Rio de Janeiro inaugurou uma agência em Ubã, Zona da Mata, em 1918.

Deve-se observar que essa não constitui uma relação completa dos estabelecimentos bancários que funcionaram em Minas até 1920, mas tão somente dos que foram inaugurados até essa data e que sobreviveram até 1925. De fato, temos algumas referências de que outros bancos e casas bancárias existiram, mas que foram fechados, ou faliram, antes do período que interessa à nossa investigação. Por exemplo, Iglésias (2) mostra que a Província de Minas Gerais não contou com estabelecimentos bancários senão nos seus últimos anos: "em 12/07/1887 instalava-se em Juiz de Fora o Banco Territorial e Mercantil de Minas. No ano seguinte, em 11 de julho, inaugurava-se a agência de Ouro Preto. O Banco de Crédito Real de Minas Gerais teve assembléia de instalação em 23/01/1889 e só começou a funcionar em 05/09/1889, também na cidade de Juiz de Fora. Em junho

QUADRO 1

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS MINEIROS INAUGURADOS ANTES DE 1920

EXISTENTES EM 1925

Ano da Fundação	NOME DO ESTABELECIMENTO	SEDE	ZONA	AGÊNCIAS
1889	Bco. de Crédito Real de Minas Gerais	Juiz de Fora	Mata	8
1909	Bco. de Guaxupé	Guaxupé	Sul	-
1911	Bco. Hypothecario e Agrícola de Minas Gerais	Belo Horizonte	Metalúrgica	11
1912	Casa Bancária Ribeiro Junqueira Irmão & Botelho	Leopoldina	Mata	1
1912	Casa Bancária Cia. Industrial Sul Mineira	Itaiubá	Sul	-
1914	Banco Comércio e Lavoura de Muzambinho	Muzambinho	Sul	-
1917	Banco Santaritense	Sta. Rita do Sapucaí	Sul	1
1918	Banco Comercial de Alfenas	Alfenas	Sul	-
1918	Banco de Monte Santo	Monte Santo	Sul	-
1918	Casa Bancária Moreira Salles & Cia.	Poços de Caldas	Sul	-
1918	Casa Bancária Dias Cardoso	Juiz de Fora	Mata	-
1918	Casa Bancária Alves, Pereira & Cia.	Guaranésia	Sul	-

FONTE: Estado de Minas Gerais - Secretaria de Agricultura (Serviço de Estatística Geral). Anuário Estatístico de Minas Gerais. BH, Impr. ofic., 1929. Ano II (1922/1925), pp. 952/967).

de 1889 começou a funcionar o Banco de Minas Gerais, em Ouro Preto". Além desses bancos, somam-se as casas bancárias de propriedade de Custório de Almeida Magalhães em São João Del Rei (em 1860 chamada de "a casa de alugar dinheiro") e a de propriedade de Vital Leite Ribeiro. Funcionou também em Ouro Preto uma filial do Banco do Brasil (instalada em 19/01/1856), que teve apreciável movimento, sobretudo por causa do governo provincial, que ali fez empréstimos frequentes. O fato é que, com a crise bancária de fins do século, o Banco de Crédito Real é o único que se mantém, isolado em cena.

Ainda "em 1919, de conformidade com o decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907, chegou a ser instalado em Belo Horizonte o Banco Popular de Minas Gerais, que era uma "Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", a qual manteve uma agência Comercial no Rio de Janeiro, com serviços de armazens e comissões, para vendas de café, arroz, milho, feijão e cereais em geral, tendo, depois, esse Banco Popular transferido sua sede para a capital da União e cessado de vez as operações em território mineiro" (3).

Embora não tenhamos uma relação exaustiva das empresas bancárias mineiras existentes até 1920, pode-se levantar a hipótese de alguns bancos ou casas bancárias eventualmente inaugurados na primeira década deste século não tenham sobrevivido à crise financeira de 1914 (durante a qual o governo decretou feriados nacionais de 03 a 15 de agosto e, pela Lei nº 2.866 de 15 de agosto, decretou a moratória, em todo o território nacional, por 30 dias, prorrogada depois duas vezes, por 90 dias). Para ilustrar melhor o objetivo de mostrar a gênese do sistema bancário mineiro, o quadro geral delineado anteriormente contém algumas revelações interessantes.

Em primeiro lugar, o grande período dos bancos mineiros de fato não se dá até 1920. Podemos considerar esse período, no máximo talvez, como de sua gestação. É diminuto o número (sete) de bancos que nasce então (principalmente considerando que só tinham expressão o "Crédito Real de Minas Gerais", que detinha 8 agências, e o "Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais", que possuía 11), sendo marcante a inferioridade da rede bancária mineira quando comparada, por exemplo, à paulista. Tannuri (4) mostra que havia 19 bancos paulistas em 1900 (fundados entre 1882 e 1900).

Em segundo lugar, há um contraste gritante em relação a São Paulo e Rio de Janeiro, no que se refere aos bancos estrangeiros: em Minas não constatamos nenhum; em São Paulo, como indica Ca

no (5), dos 14 bancos existentes em 1910, sete eram os de propriedade estrangeira, detendo 70% dos empréstimos e descontos bancários. É verdade que "será com o abandono da política deflacionista, por volta de 1908-1910, e com o advento da primeira guerra mundial, que se dá um maior desenvolvimento dos bancos nacionais paulistas: até 1918, eles instalaram 11 agências no Estado, número que subiria para 53 em 1924 e 88 em 1927, quando passam a financiar mais decisivamente a agricultura (...) triplicam os (seus) empréstimos e depósitos entre 1910 e 1921, triplicando-se outra vez entre esse último ano e 1928" (6).

Aliás, esses dois pontos constituem características marcantes da estrutura bancária brasileira desde o Império até a última década da Primeira República (ou, como diriam os Cepalinos, da etapa primário-exportadora): a precária interiorização da rede bancária e o forte predomínio dos bancos estrangeiros, desde a crise de 1864. Nas palavras de Tannuri: "após a crise de 1864, o segmento nacional do setor bancário vai perdendo importância, exceção feita ao Banco do Brasil. Esse fato resulta de feroz concorrência dos bancos ingleses nas transações cambiais referentes ao comércio exterior (cambio) e, internamente, com a decadência da cafeicultura (no vale do Paraíba), da queda paulatina dos seus vínculos financeiros, se bem que indiretos, com a produção. Daí procurarem os bancos nacionais inversões alternativas. Dentre elas, a compra de apólices oficiais que, gradativamente, aumentariam sua participação aos ativos bancários, fato que redundaria no "esvaziamento" desses bancos, como intermediários financeiros" (7).

Assim, a localização das instituições financeiras vai se concentrar na praça do Rio de Janeiro, centro das atividades de comércio exterior e, portanto, do mercado cambial, dominado pelos bancos estrangeiros. Além disto, a exceção apenas do Banco do Brasil, a estrutura da empresa bancária era a da "casa única" (só matriz), sem filiais ou agências. Normano (8) refere-se ao isolamento de mercados (inexistência de um mercado nacional integrado) que abrange também o mercado de dinheiro: "as zonas pequenas possuem os prestamistas de dinheiro locais, bancos locais, muitas vezes na pessoa do dono de venda". Na verdade, "somente na última década da Primeira República ocorre uma modificação ao padrão de operações do sistema bancário, ao começar a expandir sua rede no interior das áreas do café, particularmente no Estado de São Paulo (processo que corresponde a criação de novos bancos da região e uma notável expan

são dos que já vinham operando" (9). Porém, em rede bancária a nível nacional só se pode falar após a II Grande Guerra, os bancos estrangeiros terão papel expressivo, no máximo, até o Estado Novo, como veremos nos capítulos seguintes.

Chamemos a atenção para mais uma observação (Quadro 1): com exceção do Banco Hipotecário e Agrícola, situado na capital do Estado, todas as sedes dos bancos que foram inaugurados até 1920 (e funcionavam em 1925) estão ou na Zona Sul (predominantemente) ou na Zona da Mata, regiões em Minas que, na época, eram tipicamente cafeeiras. Observando essa correspondência especial, e sabendo do caso paulista, naturalmente seríamos levados a crer que, como se deu em São Paulo, em Minas também o capital bancário seria uma das várias faces do capital cafeeiro (10).

Em São Paulo: "... considerando-se a quase paralização da plantio (durante a crise cafeeira do início do século-pós-1897), o café liberava recursos para a diversificação do investimento no complexo. Se agregada a este panorama a política deflacionista de então, é lícito supor que grande parte desses lucros, na realidade, foi apropriado pela intermediação financeira (Bancos, Comissários, etc.) via juros cobrados por empréstimos ao café. Diante da perspectiva de preços baixos, que continuaria até 1910, e que tornaria a ocorrer entre 1914 e 1918, é lícito também se supor que parte dos lucros apropriados diretamente pelos fazendeiros tivesse outro destino mais rentável, na forma de inversões em ferrovias, bancos, indústria, comércio, etc. Dessa forma, o capital que anteriormente se poderia chamar de "cafeeiro" vai, por destino, adquirindo outras denominações: "bancário", "industrial", "comercial", etc.... Essa etapa, até 1914, é fértil em aplicações dos Bancos, que investem diretamente em indústrias, empresas de serviço público e outras, bem como no financiamento de investimentos industriais concedidos a terceiros. Esse processo foi acentuado entre 1914-1918, quando o plantio é mínimo: neste período, face às restrições do suprimento externo, o "vazamento" reforçou as crescentes necessidades de capital circulante na indústria e no comércio, via bancos". (11).

Entretanto, para confirmarmos essa hipótese, de que o capital bancário mineiro serviu também de destino e/ou de intermediário de capital cafeeiro, temos que analisar com maior detalhe a economia mineira no período, ou seja, o seu café, a sua indústria, a sua agricultura, a sua pecuária, e a política econômica do governo do Estado no que afeta aos bancos. Somente assim poderemos apro

Retornemos, portanto, ao estertor do Império, quando surge o primeiro estabelecimento bancário mineiro de expressão, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Em 1888, com a abolição da escravidão, um tremendo transtorno sobreveio às lavouras de café em Minas. A população escrava da Província era a maior do Brasil: em 1872 possuía cerca de 370.000 escravos num total de 1 milhão e meio do país. Enquanto a cafeicultura em Minas Gerais se baseava fundamentalmente no braço escravo, em São Paulo a presença do colono europeu representava fator da maior importância. Portanto há particularidades indiscutíveis no processo de transição ao trabalho assalariado em Minas. As relações de produção "não tipicamente capitalistas" (sistema de meiação, parceria, etc.) que são introduzidas após a abolição vão configurar um caráter todo especial na formação do mercado de trabalho (e do mercado interno) em Minas, afetando todo o seu desenvolvimento capitalista posterior, inclusive a posição relativa de sua indústria no Brasil.

Nas palavras de Lima, que estudou com maior atenção o café e a indústria em Minas Gerais no período 1870-1920: "a evolução das relações de produção na cafeicultura mineira se verificaram de forma muito lenta, transitando quase sempre por formas intermediárias, nunca chegando a assistir a um domínio razoável do trabalho assalariado. Isso afetará, em medida considerável, as próprias possibilidades de uma expansão diversificada dessa economia" (12).

Há outras características bastante distintas entre as cafeiculturas de Minas e de São Paulo. Os cafezais em Minas jamais atingiram as proporções das plantações paulistas. A grande maioria da produção era obtida pela pequena propriedade. Segundo aponta o mesmo autor, "a partir do exame do "Relatório Carlos Prates" (1905) percebemos nitidamente serem raríssimas as vezes nas quais se menciona fazendas com grande produção, isto é, superiores a seis, oito ou dez mil arrobas, enquanto que relatos sobre o café em São Paulo habitualmente apontam fazendas que produzem até dez vezes esses limites(...) Fica, portanto, apontada mais uma diferenciação entre as duas regiões, ou seja, o predomínio da pequena propriedade do café em Minas Gerais, fato que se constitui, sem qualquer dúvida - dada as condições da época - em verdadeiras amarras à acumulação capitalista" (13).

As culturas mineiras, embora numerosas, ocupavam áreas relativamente pequenas, nas encostas dos vales. Eram formadas à custa de solo florestal, substituindo as matas derrubadas (14).

Os efeitos dessa agricultura de encosta, na qual não se cuidavam das práticas de conservação do solo, foram o progressivo empobrecimento da terra, com a conseqüente queda de rendimentos. Aliás disso, "o espaço total por onde se moveu a cafeicultura na Zona da Mata veio sendo literalmente o mesmo desde aproximadamente 1820 até 1890, quando virtualmente se completa a expansão férrea ligada ao café" (15). Portanto, "a terra já se encontrava cansada depois de anos a fio de exploração predatória" e como "já existem, relativamente, poucos terrenos virgens próprios para a cultura do café" (em 1905), conclui Lima: "descontadas as diferenças entre a fertilidade natural dos solos paulistas e mineiros, permanece a sugestão de que a idade média dos cafezais da Mata era, no mínimo, bastante avançada. Uma ampla renovação desses cafeeiros com o objetivo de reduzir sua idade média, requeria um esforço de acumulação que esta economia certamente não estaria em condições de suportar" (16).

Em síntese, para o autor: "em Minas, como em São Paulo, em um determinado momento o café representou a principal atividade econômica do Estado. Mas as semelhanças entre as duas economias, possivelmente, não irão além do fato de ambas haverem possuído a vida econômica baseada no café. O complexo cafeeiro paulista apresentou uma dinâmica, o mineiro, outra" (17).

Portanto não havendo, em Minas Gerais, a possibilidade de um processo de acumulação diversificada do capital cafeeiro como o que ocorreu em São Paulo no mesmo período? As frágeis bases da acumulação cafeeira em Minas Gerais não permitiriam tal evento? Essa é a questão que Lima se coloca quando busca analisar as articulações do café com a indústria em Minas Gerais. Conclue que "essa análise reflete de maneira correta a evolução da economia paulista. Todavia, par ce-nos não corresponder ao desenvolvimento de Minas Gerais" (18).

Para comprovar isso, Lima analisa a comercialização do café mineiro e mostra que, "a parte maior das funções comerciais se realizava no Rio de Janeiro (...). A cafeicultura em Minas Gerais teria se desenvolvido sob a larga predominância de "capitais médios". Esse capital de reduzido porte desempenharia de modo geral, apenas funções estritamente agrárias. Não "transbordaria" diretamente para fora das plantações. Os pequenos proprietários venderiam o seu café na porteira da fazenda e, quando isso não acontecesse, chegariam no máximo até a estação mais próxima. Repetimos, dificilmente participariam de qualquer etapa comercial ou financeira ligada ao negócio

cafeeiro, e pouco provavelmente teriam excedente disponível para diversificar suas inversões (19).

Isto fez com que, "do grande comércio de exportação de café, com a enorme volume de recursos que mobilizava, e do excedente de que se apropriava, Minas Gerais pouco participava. Este importante segmento da atividade cafeeira estava praticamente ausente da economia mineira. Tal como ocorrera com a produção... a comercialização do café também se encontrava pulverizada, dispersa por uma extensa rede de pequenos comerciantes. Possivelmente ela não se concentrou na dimensão necessária, a partir da qual funcionaria como um setor mais ou menos autônomo, nunca chegando a se constituir em importante mecanismo apropriador, centralizador e diversificador do capital cafeeiro, como no caso de São Paulo. Mesmo porque... as margens de lucros da cafeicultura de Minas Gerais no início do século eram extremamente reduzidas, sendo que dificilmente tais lucros teriam condições de extravazar para outros setores da própria economia mineira. Em outras palavras, era pouco provável que em Minas se verificasse algo semelhante àquilo que denominamos de processo de acumulação diversificada do capital cafeeiro e que tão bem caracterizou a expansão da economia paulista nesse período" (20).

Quando sobrevêm a crise do café a partir de 1897, sob a forma de super produção e conseqüente baixa de preços - de 1896 até 1910 houve firme tendência declinante, caindo de pouco mais de dezoito mil réis por arroba para cerca de sete (Quadro I-1 do Anexo Estatístico)-, acentua-se o efeito econômico da diferença de produtividade entre cafezais novos e antigos. Estes apresentando custos muito mais elevados por unidade produzida, tornam-se pouco rentáveis e acabam por ser abandonados. É o que acontece à cafeicultura mineira como mostra Jacob: "tendo cessado quase as plantações novas e sido abandonadas mesmo muitas das antigas, a grande produção se tem mantido com a conservação das plantações recentes iniciadas antes da crise" (21)

A crise do café repercute de modo particularmente severo em Minas (assim como nas zonas mais antigas do Rio de Janeiro e de São Paulo). Tornaram-se precárias suas condições na Mata (que representava quase 80% do total de café produzido por Minas Gerais) no início do século. (22).

Cano mostra que em todo o ciclo é possível "vazar" lucros da economia cafeeira. Analizando a crise de 1897, afirma: "aparentemente, a queda dos preços externos em cerca de 50% indicaria uma

violenta compreensão nas taxas de lucro. Entretanto, deve-se lembrar que grande parte do acréscimo de cafeeiros produtivos existentes em 1901, teria uma idade bem inferior a dez anos, o que lhes conferia uma produtividade física de 2 a 5 vezes maior do que os cafezais das zonas "intermediárias" e "velhas". Este diferencial de produtividade, obviamente, pode bem permitir para estes novos cafezais, uma taxa de lucros satisfatórios, em que pese a baixa dos preços. Lembro, mais uma vez, que a crise cafeeira do início do século também comprimiu os salários, o que impediu maior queda nas margens de lucros. Assim sendo, e considerando-se a quase paralisação do plantio, o café liberava recursos para a diversificação do investimento do complexo" (23).

Levantamos esse ponto com o intuito de destacar que não teria ocorrido um "vazamento" de capital-dinheiro da cafeicultura mineira para eventuais aplicações em indústrias e/ou bancos (ou mesmo outra atividade econômica que assegurasse uma rentabilidade positiva, garantindo a reprodução global dos lucros) não por não ter o início do século se constituído num "auge exportador", nem tampouco por ser uma época de crise de preços externos que diminuiria as margens de lucro dos cafeicultores (24). Na verdade, isto é devido, por um lado, às frágeis bases de acumulação cafeeira produtiva em Minas Gerais, como, por exemplo, a já inexistência - como vimos - de terras virgens nas zonas pioneiras (que permitiriam um diferencial de produtividade que dessem uma taxa de retorno compensatória), e por outro, à ausência em Minas de um mecanismo apropriador, centralizador e diversificador do capital cafeeiro, como ocorrido em São Paulo.

Antes de passarmos adiante, gostaríamos de dizer algumas palavras sobre a indústria em Minas por essa época. Para tanto, seguiremos mais uma vez Lima: "a indústria mineira se caracterizava, até 1907, por um elevado número de pequenos estabelecimentos, escassamente capitalizados e com poucos operários (...) teríamos para o conjunto das pequenas e médias indústrias a quase totalidade do capital, dos operários, e da produção industrial de Minas (...) a estrutura industrial mineira, quer se examine pelo porte e diversificação dos vários ramos produtivos, quer pela estrutura de tamanho, se diferenciava de muito do parque industrial paulista e guanabarinense (...) constata-se um padrão de industrialização descentralizado em Minas Gerais. Atendendo basicamente a uma demanda local ou regional, funcionava graças a proteção fornecida pelos custos de transporte (...) possivelmente seriam raros os casos

de grandes cafeicultores que investiam seus lucros (diretamente) na indústria (...) a indústria mineira, ao contrário da paulista, não era tão exclusivamente vinculada à economia cafeeira" (25).

Consideramos o anterior suficiente para frisar a fragilidade do capital cafeeiro mineiro no que toca a diversificação de suas atividades, no caso, a sua extrapolação às atividades industriais. Pois bem, essa constatação, por um lado, dificulta a resposta à questão fundamental que nós colocamos nessa parte da pesquisa, qual seja, deduzir a origem do capital dos bancos mineiros fundados antes de 1920. Por outro lado, nos obriga a procurar, sob outras formas, esse capital originário. Portanto, avancemos em nossas buscas.

A partir de 1920 as cotações do café voltam a se elevar, porém "nestes 13 anos de crise a cafeicultura perdeu sua primazia no âmbito da economia de Minas" (26). O café, que em 1897 representava 76,31% do valor total da exportação do Estado, em 1910 só contribui com 38,66%. Em 1920 sua participação é menor ainda, com 36,52%, como se pode verificar pelos dados do Quadro 2. Nas

QUADRO 2
PARTICIPAÇÃO DO CAFÉ NO VALOR TOTAL DA
EXPORTAÇÃO DE MINAS GERAIS (1897-1920)
- valor em contos de réis -

ANOS	EXPORTAÇÃO GERAL	EXPORTAÇÃO DO CAFÉ	PERCENTUAL
1897	180.517	137.757	76,31
1900	151.386	87.958	58,10
1905	114.493	58.238	50,86
1910	155.218	60.019	38,66
1915	221.099	105.805	47,85
1920	455.052	166.218	36,52

Fonte: ALVIM, A. - "Confrontos e Deduções" in Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil, B.H., Impr. Ofic., 1929, p. 83.

palavras de Singer (27), "a trajetória do café pela economia mineira assume nítido caráter cíclico. Entre 1844/5 e 1888, o café substitui os produtos de subsistência - toucinho, gado vacum, fu

mo - na pauta de exportação mineira; entre 1888 e 1908, o processo de substituição inverte o seu sentido e os produtos de subsistência retomam o lugar predominante que tinham ocupado na economia de exportação do Estado" (sem que o café tenha abandonado sua posição de produto de exportação mais importante). O Quadro 3 (e o Quadro I.2-A.E.) espelha bem essa trajetória. Observa-se que, tanto em valor, quanto em quantidade, as taxas de expansão da exportação dos produtos para mercado interno são bem maiores que a do café. Além da crise do café, que teve papel decisivo no processo, o rápido crescimento da exportação de produtos de subsistência nesse período é explicado por Singer pela expansão do mercado formado pelo eixo Rio-São Paulo, cuja rápida urbanização se iniciara na última década do século passado. Na verdade essa articulação se dá preponderantemente com o mercado do Rio de Janeiro e marginalmente com o de São Paulo (28).

A "crise da virada do século" deixou em Minas um legado que marcou profundamente sua economia: referimo-nos ao desenvolvimento da indústria pastoril". "As terras cansadas pelo café foram aproveitadas em parte para a pecuária extensiva" (29). Em princípios do século a pecuária apresentou razoável expansão, possibilitando o comércio e o aproveitamento industrial do boi, além de propiciar o crescimento da indústria de laticínios. Nessa época surgiu o zebu no cenário da pecuária nacional. Uberaba, no Triângulo Mineiro, transformou-se num grande centro de irradiação do zebu. A partir daí, Minas tornou-se detentora do maior rebanho bovino (assim como de suínos) do país. Ele localizou-se de forma preponderante nas Zonas Sul, Triângulo, Oeste e Mata (por ordem de importância de efetivo de cabeças). Verificou-se, tanto em Minas quanto em toda a região centro-sul, o afastamento do rebanho bovino dos grandes centros consumidores para regiões mais distantes, tendo em vista o encarecimento das terras próximas àqueles centros. Já, ao contrário, os primeiros estabelecimentos industriais de abate e laticínios fixaram-se em função dos mercados consumidores. Para atingi-los, o gado mineiro era forçado a "marchas longas"; decorre daí o desdobramento da criação em estágios: cria, recria, engorda. Cada um desses estágios se fazia em ponto geográfico estratégico: a cria, onde as condições naturais e a disponibilidade de terras o permitiam (principalmente nos cerrados dos latifúndios do norte de Minas); a recria, o meio caminho; a invernada, junto aos matadouros.

QUADRO 3
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DE MINAS GERAIS (1895-1920)

BASE - 1900 = 100

ANO	CÁFÉ		BOVINHOS		OVINOS		LATICÍNIOS		LITE		FELDRO		ARROZ		FUMO		MINHO	
	Toneladas	Índice	Cabeças	Índice	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice
1895	101 022	97	101 429	59	1 406	40	1 230	56	540	18	3 276	81
1900	104 196	100	172 945	100	3 321	100	3 447	100	2 235	100	4 321	100	344	100	3 603	100	10 390	100
1905	137 601	132	273 435	158	4 580	130	3 960	115	4 235	194	4 444	103	3 376	981	3 343	93
1910	119 300	115	297 948	172	3 647	109	3 416	137	6 705	309	4 673	100	2 612	2 784	4 004	111
1915	228 532	217	347 478	203	2 661	87	8 658	193	13 838	708	6 676	201	8 939	2 613	3 368	97
1920	166 032	159	305 165	223	2 076	59	6 300	183	17 144	767	15 184	305	14 605	4 245	4 000	111	27 343	263

Fonte: JACOB, R. - Minas do XX Século. Rio, 1914.
 SECRETARIA DAS FINANÇAS - O Estado de Minas Gerais - Sua Evolução Econômica, Ed. Imp. Odeio, 1922.
 oped. S. J. S. - "O Estado de Minas Gerais" na Desempenhamento Econômico e Político. Uberlândia, SP, Ed. Nacional, 1974, p. 230

Historicamente, a localização dos matadouros condicionou toda a pecuária mineira. A rigor, só a partir da década de 1950, com a "Frimisa", Minas Gerais contou com matadouros de porte. Até então Minas não teve a vantagem de exportar carnes frigorificadas, com a exportação de gado vivo para outros Estados, principalmente São Paulo e Rio. Assim, São Paulo, com um rebanho bem menor que o de Minas, sempre liderou a produção nacional de carnes, graças à sua rede de frigoríficos. Cano diz: "no que se refere à atividade criatória, o Estado de São Paulo a ele pouco de dedicava, mas cedo se empenhou na engorda do gado e sua industrialização. As exportações de carnes, inexpressivas até 1914, atingem em 1915, a 8 mil toneladas, e entre 1919-1920, saltam para mais de 30 mil toneladas. Em 1927 a produção de carnes nos frigoríficos sediados no Estado, atingia cerca de 125 mil toneladas e em 1930 São Paulo exportava para o exterior, cerca de 44000 toneladas" (30).

Portanto, "o incremento de quase 300% na exportação de gado entre 1895 e 1920 (ver quadro 4) veio beneficiar sobretudo o sul e o oeste (Triângulo) do Estado, o que se explica, em parte, porque já nesta época Minas importava gado de Goiás e Mato Grosso e o exportava para o Rio e São Paulo" (31). Para essa integração do sudoeste de Minas (assim como da região do Alto e Médio São Francisco: Curvelo, Pirapora, etc., importante centro de criação de gado) muito contribuiu o desenvolvimento ferroviário nestas zonas.

Por outro lado, "a criação de gado leiteiro também deve ter avançado bastante, estimulado pelas crescentes exportações de queijo, que quintuplicava entre 1895 e 1920, e de leite, que nos primeiros 20 anos deste século aumentou de 670%, passando o Estado a maior produtor de leite do país (32). Só que suas inúmeras pequenas "queijarias" (ligadas mais ao âmbito rural-doméstico) eram incapazes de absorver a disponibilidade total do leite "in natura", tornando quase compulsória a exportação de grande parte dele. A I Guerra Mundial foi decisiva para a indústria de laticínios, que naquele período substituiu, inclusive, a manteiga importada do exterior. Por fim, devemos lembrar que o rebanho leiteiro em Minas Gerais concentrou-se basicamente nas zonas Sul, Mata, Oeste e Alto Paranaíba (por ordem de importância da produção de leite), que fazem parte das bacias leiteiras voltadas aos maiores centros consumidores do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Embora a criação de suínos tenha mais por objetivo o

consumo interno (a carne de porco, ao contrário da bovina, faz parte da cozinha mineira típica, juntamente com o milho-angu-fubã, a mandioca-farinha, e o feijão), sua exportação cresceu bastante no período 1895-1920, particularmente entre 1900 e 1910. Já a exportação de toucinho, que triplicava entre 1895 e 1900 cai depois, parcialmente substituída pela banha nos hábitos de consumo brasileiros. A suinocultura mineira se distribui por todo o Estado, com maior concentração no Sul.

Quanto a exportação de produtos agrícolas de subsistência, a do fumo permaneceu mais ou menos estagnada nesse período. A de arroz e feijão mostra incrementos elevados, particularmente no período da I Grande Guerra, o que faz Singer "supor que tenha substituído produtos estrangeiros, que deixaram de ser exportados" (33), o que é confirmado por Villela e Suzican (34). O centro da rizicultura de exportação de Minas se localizava em 1909 no Triângulo (nas imediações das margens do Rio Grande, na divisa de São Paulo com Minas Gerais, onde do lado paulista os imigrantes japoneses também desenvolviam o seu cultivo). Já o feijão parece ter sido cultivado principalmente na Zona da Mata, talvez em associação com o café. O milho, plantado preponderantemente para a ração dos suínos e aves domésticas, aumenta sua exportação apreciavelmente nas duas primeiras décadas do século.

A integração da economia mineira no grande mercado urbano formado pelo eixo Rio-São Paulo fez com que a economia da região sudoeste do Estado, Triângulo e Alto Paranaíba se dedicasse ao mercado de São Paulo. Também o Sul, em que a produção de laticínios se avantajou em relação a do café, ligou-se mais à economia paulista. Na verdade, a proximidade do polo de crescimento paulista faria do Triângulo e do Sul de Minas parte natural do mercado de São Paulo, enquanto a Zona da Mata, outra região produtora importante de produtos alimentícios e têxteis, estaria integrada ao Rio de Janeiro. Somente o Norte - a região dos grandes vales: São Francisco, Jequetinhonha, etc. - a zona pecuária extensiva, que estivera voltada para a Bahia nos tempos coloniais, nesse período passa a atender outro mercado, rearticulando-se mais com o Estado de Minas Gerais.

Deste modo, como salienta Singer "a evolução da economia mineira, durante o primeiro quartel deste século, acentuou ainda mais o caráter centrífugo que ela já apresentava antes". Porém, diz: "do ponto de vista de Belo Horizonte é preciso ressal-

tar que a expansão da economia de mercado no Alto São Francisco lhe conferiu o papel de centro de uma região algo mais extensa. A integração dos Vales do Rio das Velhas e do São Francisco com os mercados do centro-sul (proporcionada pela E.F. Central do Brasil) tornam Belo Horizonte um centro de comércio de gado e redistribuição de mercadorias para estas zonas" (35).

Inaugurada em 1897 como sede do governo, Belo Horizonte em 1900 possuía 13.472 habitantes (nos quais se destacam funcionários estaduais); em 1920 já possui 55.563. Portanto, "no fim da segunda década deste século Belo Horizonte parece constituir, economicamente, um centro regional de alguma importância... seu raio de influência, no entanto, não ultrapassa a região imediatamente ao norte, onde, ao lado da pecuária, se desenvolvia a cotonicultura e a indústria textil" (36). O crescimento comercial de Belo Horizonte a partir dessa época constitui, como veremos, explicação fundamental para o concomitante crescimento dos bancos mineiros.

Em 1911, como efeito do plano de valorização firmado pelo Convênio de Taubaté, a alta dos preços do café era uma realidade. Porém a guerra de 1914 reduziu, durante quatro anos, os melhores mercados consumidores da Europa e os preços caíram. Entretanto, as terríveis geadas de junho de 1918, destruíram inúmeras lavouras de café, contribuindo com a diminuição das safras. Em Minas Gerais foi a Zona Sul a que mais sofreu com o fenômeno, na Zona da Mata apenas geou nas baixadas e lugares úmidos. "Depois disso, os cafezistas que conseguiram chegar a 1919 na posse de suas fazendas, puderam desforrar-se da miséria, em nove anos de preços compensados", como disse um autor da época (37).

Pois bem, tentamos, como uma síntese final, uma análise do que teria ocorrido na esfera da produção em Minas do início do século para posterior articulação com uma possível explicação da gênese do sistema bancário mineiro.

Evidentemente, devemos advertir o que será lançado aqui deve ser entendido como uma hipótese que intuimos dos dados que dispunhamos. Para a sua comprovação definitiva se exigirá uma rigorosa pesquisa que não realizamos, por ser esse período anterior ao que escolhemos propriamente para objeto da pesquisa.

Castro (38) é o primeiro autor a tratar o café como uma lavoura em três tempos e três espaços: uma faixa ou zona pioneira, onde o café está penetrando; uma região em que ele se encontra consolidado e plenamente produtivo; uma região decadente,

onde a cultura se encontra em regressão". "Vista mais de perto, a coexistência das três zonas exige a sustentação de preços suficientemente altos para: incentivar a produção garantindo a existência de uma "fronteira viva"; e permitir a sobrevivência de zonas decadentes. Se, a partir desta situação, as cotações começam a baixar, haverá um momento em que será desestimulada a formação de novos cafezais. O mesmo movimento depressivo estará ainda reduzindo a rentabilidade das lavouras maduras e precipitando a decadência das zonas velhas" (39).

Pois bem, a larga crise do café de 1897 a 1910, com acentuada nos preços, catalisou o processo de decadência da cafeicultura em Minas e foi concomitante à diversificação maior de sua economia. A inexistência de terras virgens nas zonas pioneiras, com alta produtividade, não permitiu ao cafeicultor mineiro, como ao paulista, a alternativa de inversão que o previnisse contra a exaustão de suas terras, em zonas velhas. "A alternativa de continuar operando nas terras velhas exigiria para evitar baixa de lucros, uma melhoria no tratamento das plantações e alguma recuperação da fertilidade do solo" (40). Esse esforço de acumulação, numa crise como a do início do século, era impossível à burguesia cafeeira de Minas: o negócio do café deixava de ser tão lucrativo, e ela tinha - sob pena de "involução econômica" - de descobrir alternativas que sustentassem sua posição social, ameaçada.

Foram três as alternativas: vender suas terras nas zonas velhas, desmobilizando capital, podendo reinvertê-lo em outras atividades e/ou regiões; fracionar a propriedade "envelhecida", arrendando terras sob forma de meia ou parceria em lavoura de subsistência; reconversão de suas terras cansadas para a pecuária extensiva.

Sem dúvida, a crise crônica do café resultaria numa tendência à diversificação. Entretanto, as principais atividades receptoras dos recursos transferidos da cafeicultura não serão, em Minas, de natureza urbana, como é o caso de São Paulo, (em que pese a extraordinária diversificação de sua agricultura). Observou Jacob em 1911: "tendo cessado quase as plantações novas e sido abandonadas mesmo muito das antigas, a grande produção (de café) se tem mantido com a conservação das plantações recentes iniciadas antes da crise". Carlos Prates em 1905 constatou que vários municípios da Zona da Mata já eram grandes exportadores de açúcar, fumo, milho, etc; Ainda, a quase totalidade deles era capaz de produzir para seu

consumo, arroz, feijão e milho (41). Os dois autores citados confirmam, portanto, nossa assertiva. Ao contrário de São Paulo, em que a grande fazenda monocultora predominava (sem que isto significasse a completa eliminação de outras culturas, intercaladas ou não ao café), em Minas, a "auto-suficiência" das fazendas era uma "virtude" a ser alcançada" (42).

Seria importantíssimo comprovar a que mercados atendia essa agricultura de alimentos, de Minas, durante as duas primeiras décadas do século. Se visava somente a auto-subsistência, se só o excedente era exportado, se buscava suprir a expansão urbana de Minas ou de outros Estados. Sabe-se que o grau de urbanização em Minas Gerais em 1920 ainda era baixo (estimado em 21%, ou seja, 1,2 milhões de habitantes), em relação a São Paulo (37%, ou 1,7 milhões de habitantes) e ao antigo Distrito Federal (1,2 milhões de habitantes) (43). Porém, nessas duas décadas, com as transformações ocorridas na estrutura econômica mineira, os negócios urbanos devem ter florescido e algumas cidades (principalmente as das zonas Sul e da Mata, e outras como Curvelo e Uberaba), tornaram-se centro de comércio de gado e de redistribuição de mercadorias.

Pois bem, segundo Hasenbalg e Brigagão, "durante a Primeira República, quando a rede de bancos inicia sua penetração pelo interior dos Estados, é no pequeno e médio comerciante dessas regiões onde se pode procurar a origem dos empresários banqueiros". Para eles, "é o caso de Minas Gerais, onde a atividade bancária durante o Império foi quase inexistente". Inclina-se a pensar que foi o capital comercial a principal fonte do capital bancário: "até a segunda década do século XX o crédito rural foi quase inexistente no Brasil, sendo o crédito mercantil a forma predominante assumida pela atividade bancária. O setor comercial, tanto o ligado à exportação quanto o relacionado ao mercado interno, teria sido o mais interessado em desenvolver uma estrutura financeiro-bancária a ele subordinado". Assim, "é muito possível que a forma predominante de constituição e integração do capital inicial, para a criação de novos bancos, deriva-se de reuniões de empresários urbanos, predominantemente comerciantes, interessados no novo empreendimento". Pois, "os bancos começaram a se organizar sob uma forma mutualista de operação, evidenciando a existência de coligações comerciais" (44).

Na verdade, temos mais duas sugestões, além da anterior, relativa a "negócios urbanos", a respeito da origem dos bancos mineiros.

A primeira, a partir de Wirth, "cercada de terras por todos os lados, Minas dependia do Rio e de Santos para os serviços de exportação, o que favorecia as firmas exportadoras e importadoras desses dois portos e atraía capital para bancos situados fora do Estado. As grandes somas depositadas nos bancos do Rio acentuavam as oportunidades de investimento em obrigações federais, no comércio e na indústria do Distrito Federal. Vários governantes tentaram inverter esse fluxo de dinheiro e lucros, estimulando o estabelecimento de Bancos em Minas, com agência nos centros de exportação" (45).

A segunda (46), seria que os grandes bancos privados de Belo Horizonte teriam se originados de encampação de pequenos bancos existentes no interior de Minas. Esses teriam surgido da instituição do crédito entre grandes e pequenos proprietários. Ao lado de fazendas que acumulavam enormes excedentes haviam também fazendas que operavam com um claro déficit. Assim os fazendeiros ricos forneciam créditos através da rede bancária, por exemplo, àqueles pecuaristas que o necessitassem na comercialização de gado, ou aos lavradores no período de entressafra.

A comprovação de tais hipóteses exigiria, talvez, pesquisas exaustivas que extravasam de muito os limites deste trabalho. Entretanto, os levantamentos que fizemos de alguns traços históricos de bancos fundados nessa época, nos fornecem maiores indícios a respeito da gênese de seu "capital inicial".

Começemos pelo caso dos pequenos bancos e casas bancárias disseminadas pelas zonas Sul e da Mata, inaugurados antes de 1920 (Quadro 1). Eles induzem a que pensemos serem mais válidas as hipóteses de que a origem do capital bancário estaria no capital comercial (do mercado interno), seja na comercialização de gado, seja nos "negócios urbanos". Como esses estabelecimentos bancários em geral não possuem filiais ou agências, só possuem a matriz instalada em sua cidade-sede, poderemos esclarecer melhor o assunto, examinando as principais características econômicas dos municípios em que se instalaram. Para tanto vamos utilizar o Anuário de Minas Gerais de 1907 que fornece, uma ligeira corografia, histórica e estatística dos municípios mineiros (47).

A cidade de Leopoldina, por exemplo, onde em 1912 foi inaugurada a Casa Bancária Ribeiro Junqueira Irmão & Botelho (anos depois transformada em banco), estava situada na zona cafeeira da Mata de Minas. "Sua principal cultura é a do café, que produz exee-

lente, e cana, fumo e cereais; a indústria pastoril tem tido nos últimos anos grande desenvolvimento". A cidade era servida pela Leopoldina Railway. A população do município foi em 1890 estimada em 35.000 na cidade. A família Ribeiro Junqueira, de Leopoldina, é um dos raros casos apontados em Minas, como exemplo de grandes produtores de café que diversificam suas atividades, aplicando em indústria (num pequeno moinho) e em casa bancária.

Itajubá, sede da Casa Bancária Cia. Industrial Sul Mineira, está situada no sul de Minas, em região vizinha ao norte paulista. Sobre suas atividades econômicas assim escreveu um geógrafo em 1899: "a exportação de fumo é considerável ... exporta atualmente 100000 arrobas de café, prometendo exportar o dobro no ano vindouro, porque a lavoura deste produto é ainda nova. Os principais ramos da lavoura são: café, fumo, cana, algodão, feijão, milho e arroz. A exportação é feita para o Rio de Janeiro pela Estrada de Ferro Sapucaí, que tem ali uma estação, pelas estradas Minas e Rio, e Central do Brasil, sendo por estas últimas também a exportação para São Paulo. A lavoura do café, há pouco tentada, absorve toda a atividade, energia e força dos lavradores, sendo essa lavoura de resultado lisongeiro. Tem-se aumentado muito o cultivo dos gêneros alimentícios e tem-se aumentado muito os seus preços, devido à grande exportação para São Paulo. Não há trabalhadores agrícolas estrangeiros. A população da cidade é de 3.500 habitantes e a do município 40.900."

A cidade sede do Banco Comércio e Lavoura de Muzambinho está ao sul, numa região cafeeira e vinícola, entre Cabo Verde, Guaranésia e Monte Santo; em 1907 já revela um certo desenvolvimento, com boas casas de comércio, fábricas de vinhos, móveis e massas alimentícias, usinas e engenhos. Santa Rita do Sapucaí, ao sul do Estado, sede do Banco Santaritense, exportava muito café, cereais e gado. Alfenas também era um município agrícola e pastoril. Monte Santo, ao sul, na fronteira com São Paulo, faz a parte de município cafeeiro, servido pela E.F. Mogyana. É vizinha de Guaranésia, também riquíssima em café. Por fim, Poços de Caldas, sede da Casa Bancária Moreira Salles & Cia. (mais tarde um grande banco), estação de águas termais, cidade balneária frequentadíssima, exportava café, cereais, vinhos e laticínios.

Constatamos assim que as cidades em que se instalaram estabelecimentos bancários eram centros de comércio relativamente adiantados, bem servidos de estradas de ferro e que tinham, em 1907,

como principal fonte de riqueza a exportação de café.

Passemos agora aos grandes bancos, iniciando pelo Banco mais antigo em Minas, fundado em 1889, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (48). A razão dada por Iglésias para a atividade bancária em Minas não ter se desenvolvido durante o Império "é que a parte de Minas Gerais mais desenvolvida e de melhor comércio - a Zona da Mata e do Sul - mantinha ligações íntimas com a Província Fluminense, que contava com inúmeros e sólidos estabelecimentos bancários: daí a não existência de bancos mineiros" (49). O fato é que com a Abolição da escravatura, a crise de liquidez que já perdurava por toda a década dos 80, se agrava: a escassez de numerário para pagamento de salários aos que recolhessem a safra de 1888 e preparassem a terra para a de 1889 leva os agricultores a uma situação de pânico. Sem dúvida, medidas para solucionar o impasse teriam de ser tomadas pelos responsáveis pela política econômica. A procura de crédito só tendia a aumentar. Era, portanto, uma boa idéia a da criação de um banco, naquele momento.

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais foi organizado em Juiz de Fora, dado o relativo sucesso de seu então congênere, o Banco Territorial de Minas Gerais. Inclusive, alguns diretores faziam parte da administração dos dois bancos. De fato, "o primeiro banco local - Banco Territorial de Minas Gerais - organizado em 1877 sob a forma de sociedade por ações, teve como principais acionistas e incorporadores quatro grandes fazendeiros locais: o Barão de Santa Helena (Chefe do Partido Conservador, Vice-Presidente da Província e Senador do Império), o Cel. Vidal Barbosa Lage (político e principal acionista da ferrovia Juiz de Fora-Piauí), O Barão de Monte Mário (político e Chefe do Partido Liberal) e o Visconde de Moraes, fazendeiro, e um comerciante local, Francisco Batista de Oliveira. Devido a investimentos mal feitos, o banco não resistiu ao Encilhamento, falindo judicialmente nos anos de 1892/3". Em virtude de aplicação desastrosa do capital do Territorial pelo seu representante no Rio de Janeiro, um diretor tentou transferir fundos do Crédito Real para salvá-lo. Se a transação não fosse impugnada, ambos teriam ido a falência. (50).

A primeira reunião dos iniciadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais deu-se em Juiz de Fora a 18 de setembro de 1888, sendo escolhidos seus primeiros diretores: o Barão (depois Visconde) de Monte Mário, com 200 ações, Chefe do Partido Liberal; o Barão de Santa Helena, com 105 ações, Chefe do Partido Conserva-

dor; ambos pelos "pavoneados títulos nobiliárquicos", membros de aristocracia proprietária de lavouras de café; e Bernardo Mascarenhas, com 170 ações, industrial, ligado ao movimento republicano. Certamente tratava-se de uma "fórmula mineira", esquema capaz de conciliar correntes políticas antagônicas que se degladiavam no cenário nacional. Ao Dr. João Ribeiro de Oliveira e Souza, advogado e proprietário de jornal, coube os encargos preliminares da organização do estabelecimento, entre os quais, o trabalho de colocação das ações, feito em longas viagens a cavalo pelo interior da zona da Mata, de modo especial nas cidades adjacentes a Juiz de Fora. Os primeiros e principais acionistas do Banco certamente faziam parte da aristocracia cafeeira do Império (os demais acionistas eram formados de industriais, comerciantes e, na maior parte, de profissionais liberais e fazendeiros).

A assembléia geral dos subscritores se realizou em 25 de janeiro do ano seguinte, para deliberar oficialmente sobre a constituição da sociedade, a apresentação dos estatutos (cujo anteprojeto foi elaborado nos moldes do Banco de Crédito Real de São Paulo, tendo este, por sua vez, se baseado nos do "Credit Foncier", da França) e a exigência legal do depósito correspondente à primeira prestação dos acionistas, depósito feito no Banco Territorial e Mercantil de Minas, do qual era presidente o Barão de Monte Mário.

O Banco de Crédito Real de Minas Gerais teve sua aprovação para funcionar, com sede na cidade de Juiz de Fora, pelo Decreto Imperial nº 10.317 de 22 de agosto de 1889 e iniciou suas operações a 5 de setembro do mesmo ano (dia em que também foi inaugurada a iluminação elétrica da cidade, emanada da primeira usina hidrelétrica da América do Sul, de propriedade da Cia. Mineira de Eletricidade, empreendimento ao qual era ligado o Sr. Bernardo Mascarenhas), com o capital social de 500:000\$000 em 2.500 ações, de 200\$000 cada uma e 100:000\$000 de capital realizado.

O Banco iniciou suas operações de "crédito real" pela carteira geral (assim denominada para diferenciar da carteira hipotecária, criada pelo governo do Estado de Minas), emitindo letras hipotecárias, exclusivamente com a responsabilidade de seu crédito, pelo prazo de 30 anos, juros anuais de 6%, pagáveis semestralmente.

O relacionamento dos seus fundadores, Viscondes e Barões, com o Imperador Dom Pedro II era bastante benéfico. Celebrou-se contrato entre o Banco e o governo Imperial a 30 de agos

to de 1889, mesmo antes de iniciar suas atividades com o público, a 8 dias apenas da assinatura da Carta-Patente Imperial que autorizava o seu funcionamento. Pelo contrato, o Governo abriu ao Banco um crédito de 2 mil contos de réis com a condição de que o Banco efetuasse empréstimos do dobro da quantia recebida, para auxílio à lavoura, por desconto, penhor e hipoteca, à taxa de juros de 6% ao ano. "Não vencendo juros as somas que o Estado emprestava aos bancos por longo prazo, e pagando os mutuários a taxa de 6% ao ano de juros pelos empréstimos agrícolas, claro é que essas instituições de crédito gozavam de um privilégio, que muito aumentaria seus lucros" (51). Isso para todos os bancos que foram beneficiados por essa medida; o que nos surpreende, no caso do Banco de Crédito Real, é que o empréstimo representava quatro vezes o capital do Banco, que apenas iniciava as suas atividades...

Este Banco foi criado para operar exclusivamente em empréstimos hipotecários. Porém, sua diretoria logo verificou ser conveniente ampliar a esfera de sua ação a outras operações bancárias, já que, com a abolição da escravidão, os agricultores, para o custeio de suas lavouras, tinham necessidade de empréstimos a prazo curto, não exequíveis por hipoteca. Pelo Decreto nº 394 do Governo Federal, de 13 de junho de 1891, foi o Banco autorizado a executar, em carteira comercial, também operação de descontos, cauções, depósitos, contas correntes e outras.

A 7 de abril de 1894 o Governo de Minas celebrou um acordo para o depósito dos fundos disponíveis do Tesouro do Estado no Banco de Crédito Real, na sua agência no Rio de Janeiro (inaugurada nesse ano), a fim de serem feitos, por intermédio da agência de Ouro Preto (inaugurada em 1891 e transferida para Belo Horizonte em 1897), os suprimentos aos cofres da Secretaria das Finanças. Esse acordo deixou de existir com a criação da Recebedoria de Minas, no Rio de Janeiro.

Para dar cumprimento à Lei nº 212 de 9 de julho de 1897, pela qual o Estado de Minas garantia juros de 7% anuais às letras hipotecárias emitidas para auxílios à lavoura e indústria, foi com o Decreto nº 1.105 de 15 de fevereiro de 1898 publicado o regulamento dessa Lei, e a 26 de março do mesmo ano celebrado o contrato pelo prazo de 30 anos, entre o Governo e o Banco (que foi o único que se apresentou à concorrência pública, pois o "Encilhamento" arrastou, em Juiz de Fora, para a falência o Banco Territo-

rial e Mercantil de Minas, que tinha se constituído em bancos de emissão), a fim de realizar empréstimos hipotecários e pignoratícios aos lavradores e industriais, a prazo longo os primeiros e de um ano os segundos, ambos a juros anuais de 9,5%, de conformidade com as tabelas de juros e amortização, aprovados pelo Governo.

Para execução da lei que criou essa carteira, o capital social, que já tinha se elevado de 500:000\$000 e 3.000:000\$000 quando de sua expansão territorial, foi a 7.000:000\$000, sendo aplicado à Carteira novamente criado 6.000:000\$000, sobre os quais o Banco pode emitir o quíntuplo desse capital em letras hipotecárias.

Regulamentada pelo decreto nº2.302 de 21 de novembro de 1908, a lei mineira nº 400 de 13 de setembro de 1905, que instituiu a carteira de crédito agrícola, foi a 18 de dezembro de 1908 celebrado o respectivo contrato com este Banco e a 11 de fevereiro de 1908 foram iniciadas as operações. Por essa carteira, o Banco fazia adiantamentos aos lavradores e industriais, dentro dos limites do seu capital, por desconto de letras, notas promissórias, saques, warrants, bilhetes de mercadorias, etc., nos termos da lei e a juros de 8% ao ano, empréstimos por hipotecas e penhor, até 5 anos aqueles e 1 ano estes. Para execução desse contrato, o Estado adianteu ao Banco a quantia de 10.000:000\$000 (originada do fundo de arrecadação da sobre-taxa de 3 francos ouro, por saca de café, instituída por ocasião do Convênio de Taubaté), à taxa de juros de 5% pagos semestralmente; empréstimo este que o Banco, em virtude do contrato de 1908 e contratos de 12 e 13 de dezembro de 1913, teria de amortizar em 20 anos por quotas iguais a contar de 1º de janeiro de 1924.

Em 1909, o Presidente do Estado, Wenceslau Brás, sancionou lei que autorizava o Estado a garantir juros de até 6%, ouro, ao ano e conceder determinados favores a um banco, que se fundasse no Estado, para operar principalmente sobre o crédito hipotecário e agrícola. Logo depois, ele envia à França seu Secretário de Finanças, Juscelino Barbosa, com a missão de atrair capitais estrangeiros para a formação de um banco em Belo Horizonte. Os contratos foram mantidos com os banqueiros Périer & Com. Mas só em 1911, no Governo Bueno Brandão, o banco iria tornar-se realidade. Dois franceses (Gabriel Henriot e Albert Landsberg) chegam a Belo Horizonte como emissários dos banqueiros Périer & Comp. O Governo de Minas assina com eles o contrato para a constituição do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais. No dia 11 de junho

de 1911 realizava-se a Assembléia Constitutiva. O sr. Juscelino Barbosa foi nomeado presidente. Finalmente, a 12 de junho de 1911, o Banco foi inaugurada (52).

O Hipotecário já nasceu grande. Em 1911 adquiriu mais de dois terços das ações do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Controlou-o por dois anos, vendendo ao Estado, em 1913, todas as suas ações do Crédito Real, no valor de 4.006:980\$000. Nos primeiros anos de operação o Banco foi muito favorecido pelo Estado. Além de gozar da isenção de todas as taxas e impostos, até os de caráter municipal, ao seu capital subscrito por franceses se concedeu de início garantia de juros, pela relevância que se atribuía aos serviços que ia prestar à agricultura do Estado, na modalidade de crédito em que principalmente se destinava a operar, e, também, pelos empréstimos a que se obrigava às municipalidades mineiras, para os serviços de saneamento. Até 1920 inaugurou 11 agências: em 1912 as de Muriaé e Guaxupé; em 1915 a de Varginha; em 1916 a de Carangola; em 1918 as de Formiga e de São Sebastião do Paraíso; em 1919 as de Alfenas, Araguary, Barbacena, Curvelo e Ubá. Como veremos, só em 1943, com as desapropriações de suas ações, o Estado assumiu a sua administração.

Em relação ao seu capital realizado, cerca de 12 mil contos, não foram considerados lisongeiros o movimento do seu primeiro balanço publicado. Luta política interna, Primeira Guerra Mundial, desastre da França, enfraquecimento do franco, foram alguns fatores que entravaram o desenvolvimento do Banco nos seus primeiros anos de atuação. Devido ao pequeno movimento e às despesas de instalação, o Banco teve de socorrer-se da garantia de juros, efetivada pelo Estado. Logo, o Banco Hipotecário tornou-se o responsável pelo movimento de exportação e venda do café e gêneros pertencentes às cooperativas agrícolas instaladas no Estado, realizado quase todo pela sua agência no Rio de Janeiro. Entretanto, sua carteira comercial tornou-se mais importante que a agrícola, e suas causas foram: a lentidão natural das operações da carteira agrícola, muito mais complicadas por depender de exame de títulos, apresentação de novos em substituição aos defeituosos, etc.; a desconfiança tradicional em recorrer ao crédito hipotecário; a grande alta dos preços do café em 1912 e no primeiro semestre de 1913, trazendo desafogo aos cafeicultores.

Entretanto, logo após adviria uma conjuntura de crise, com baixa do preço do café e da borracha, descrêscimo das ren-

das federais, e conseqüente crise financeira, agravada pela retração do capital europeu, determinando avultadas exportações de ouro retirado da Caixa de Conversão, desfalcando, bruscamente, o meio circulante. Normalmente um banco reage à crise elevando as taxas de desconto para reforçar o seu encaixe. Porém, o Banco Hipotecário estava tolhido em seus movimentos pelo contrato com o Estado, e, por seus estatutos, não pode elevar suas taxas, limitando a uma escolha mais rigorosa dos negócios, uma grande redução dos prazos de empréstimos em todas as modalidades e uma quase abstenção de empréstimos agrícolas. O Estado não interviu nesta decisão, pois achava que a agricultura tinha mais meios para resistir do que o comércio. Portanto, com a crise financeira há um retraimento das operações bancárias em geral e do crédito agrícola em particular.

Vejamos como os dois principais estabelecimentos bancários mineiros saem da crise.

Em 1914, com as dificuldades financeiras do Tesouro Federal, crise dos negócios comerciais e de exportação, o governo decretou feriados nacionais de 3 a 15 de agosto, decretou a moratória em todo o território nacional, por 30 dias, prorrogada depois duas vezes, por 90 dias, de modo que a moratória a favor dos últimos títulos vencidos foi até 13 de junho de 1915. Apertado por essas dificuldades e na impossibilidade de realizar o empréstimo que negociava na Europa, pela declaração da grande guerra, o governo fez uma grande emissão de papel moeda para atender ao mal estar ocasionado pela moratória, e no empenho de impulsionar a produção agrícola, fez empréstimos aos Bancos sob a garantia de "efeitos comerciais". O Banco de Crédito Real de Minas Gerais contraiu então com o Tesouro Federal, a 22 de setembro de 1914, em empréstimo a quantia de 10.000:000\$000, que foi integralmente liquidada em princípios de 1917.

O Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais estava em situação pior, porque seu capital era em ouro, o que tornava seu serviço no estrangeiro mais custoso, tornando onerosas as responsabilidades daqueles que tomavam empréstimos nessa moeda ao Banco. A restrição dos negócios, a impossibilidade de aumentar de capital e a pressão da baixa do câmbio não permitiram ao Tesouro do Estado se libertar da garantia dos juros do Banco: pelo contrário, por ter-se tornado deficitário, obrigou ao Tesouro Público cobri-lo, nos termos do contrato estabelecido em 1911. O Estado entra então em acordo com o Banco para facilitar o crédito agrícola e a

realização de contratos hipotecários, em moeda nacional, com ou tras taxas de juros (com a baixa do câmbio as dívidas ao Banco tinham se tornado insuportáveis aos agricultores). Por seu lado, o Banco facilita a normalização das transações, possibilitando o pagamento dos encargos acumulados.

Finalmente, culminando essa intensa interligação, "o Banco de Crédito Real, pela lei número 740 de 16 de setembro de 1919, passou a constituir serviço do Estado de Minas, o qual possui três quartos de seu capital". (53)

Estendemo-nos bastante sobre os fatos mais relevantes da história dos dois mais importantes bancos mineiros na época, com a intenção de ressaltar suas características fundamentais. Sem dúvida, o que logo salta à vista são seus intensos relacionamentos com o Estado, seja subsidiando-os, amparando-os, isentando-os, ou mesmo garantindo o pagamento de seus compromissos. Ao Crédito Real acaba por controlá-lo acionariamente (talvez para evitar que um banco com capital de origem externa detivesse o monopólio do sistema bancário em Minas). É difícil afirmar com toda a segurança o que mais motivou ao Estado tomar essas atitudes. Pode ser que Wirth tenha razão dizendo, como vimos, que o que buscavam os Governos de Minas era estabelecer um canal que permitisse a aplicação, em Minas, dos "capitais mineiros" (os lucros da exportação de produtos mineiros) depositados nos bancos do Rio. De fato, os dois bancos logo abriram agências no Rio de Janeiro. Mas também é verdade a justificativa oficial, que o que se buscava era o incentivo ao desenvolvimento do crédito agrícola. Numa época de crise do café, Minas Gerais, já em 1905 (antes, portanto, do Convênio de Taubaté), cogitava de valorizar o produto; assim, a "lei nº 400 de 13 de setembro daquele ano autorizou o governo a promover a criação de um banco para operar sobre crédito agrícola" (54). Tanto a instituição da carteira agrícola do Banco de Crédito Real, quanto a própria fundação do Banco Hipotecário e Agrícola, podem ser encaradas sob esse prisma. Sem dúvida, a influência política da burguesia cafeeira era bastante forte, sem contar que a maior fonte de arrecadação para o Governo mineiro era o imposto de exportação que gravava o café.

Em que pesem as dúvidas lançadas anteriormente, a partir da análise do café mineiro (verdade, que de um período de crise - 1897-1910 - e não de auge exportador como 1889), de que dele poderia originar-se o capital aplicado em Bancos, constatamos que boa parte do capital social inicial do Banco de Crédito Real de

Minas Gerais pertencia à aristocracia cafeeira da Zona da Mata (e, surpresa: também o capital industrial-através de Bernardo Mascarenhas- deu a sua contribuição). É verdade que esse capital inicial era diminuto (como vimos, só 100:000\$000 realizados) e logo o Governo Imperial ou o Presidente do Estado de Minas o amparam, forne- cendo capital sem nenhum custo para suas operações. No entanto, quando lembramos que em 1900, por exemplo, 58% da receita do Estado era arrecadação proveniente do café (56), devemos concordar que mesmo indiretamente, através da mediação do Estado, o capital cafeeiro vaza ao capital bancário. Já o caso do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais é totalmente diverso: seu capital social é da do em francos, tem origem externa, e seus subscritores são franceses.

Em síntese, o Estado da Primeira República em Minas (de posse da fonte tributária do café) relaciona-se com esses Bancos, não só participando do capital empregado em suas atividades, como também garantindo seus juros, seus débitos e forçando os negócios comerciais a passarem por seus controles.

Concluimos, portanto, que o Estado cumpriu em Minas Gerais um papel semelhante ao do capital comercial em São Paulo, de apropriação, centralização e diversificação do capital cafeeiro, amparando diversas atividades agrícolas (inclusive o próprio café), através dos Bancos de Crédito Real e Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais.

Por fim, deixamos uma sugestão para a Ciência Política em pesquisa sobre a Primeira República. Talvez o sentido da "política dos Governadores" em fortalecer suas bases econômicas esteja no favorecimento de Minas Gerais, através da "divisão de tarefas" entre governo estadual - criando mecanismos de defesa para a sua economia sem, no entanto, quebrar a força do capital comercial de São Paulo e do Rio de Janeiro - e o governo federal, empenhado na redistribuição de "favor" ao parceiro mais fraco.

Sem dúvida, em que pese o fato de que fazendeiros, comerciantes, industriais e mesmo estrangeiros aplicaram seus capitais tentando implantar um sistema bancário em Minas, foi o Estado que, dando-se conta da fragilidade desse "embrião", tutelou-o: amparando e comandando seu crescimento. O que constitui uma peculiaridade frente ao ocorrido no Rio e em São Paulo.

APÊNDICE DO CAPÍTULO I

Cidades de Minas - 1907

Por acharmos interessante a ilustração de algumas idéias colocadas ao longo do texto, transcrevemos as descrições das atividades econômicas de uns municípios da Zona Sul de Minas, encontradas no Anuário de Minas Gerais de 1907, publicado sob a direção de Nelson de Senna.

MACHADO - Esta cidade, (Santo Antonio do) fica ao sul de Minas, sendo cortada pela E.F. Musambinho. Região cafeeira, entre Varginha, Alfenas e Três Pontas. População: 17 822 habitantes (em 1890, no município).

De um interessante folheto sobre estatística agrícola e pastoril do município de Machado, organizado pelo sr. José Ionácio Fernandes, fiscal dos impostos de consumo na 24a. circunscrição federal, transcrevemos os seguintes dados:

"Na indústria agrícola é ocupada uma área presumível de 7.150 alqueires, assim discriminados:

- em cafezais, 250 alqueires ou 10 007h,20a
- em cereais, 3.300 alqueires ou 10 222h,90a
- em canaviais, 200 alqueires ou 689h,52a
- em outras culturas, 400 alqueires ou 1 239h,04a
- ao todo, 7 150 alqueires ou 22 147h,84a

Na indústria pastoril é ocupada uma área de cerca de 26.000 alqueires, do seguinte modo:

- em internada para a engorda de cada vacum, 5 000 alqueires ou 15.488h,00a
- em pastos naturais e artificiais para a criação, 21 000 alqueires ou 65.019h,60a
- ao todo, 26 000 alqueires ou 80 537h,60a

Na indústria agrícola pode-se avaliar que o capital empregado é o seguinte:

- 3 250 alqueires em cafezais a 1:500\$=4.875:000\$000
- 3 300 ditos em cereais a 150\$=495:000\$000
- 200 ditos em canaviais a 200\$=40:000\$000
- 400 ditos em outras culturas a 100\$=40:000\$000
- 16 máquinas para beneficiar café, movidos a vapor e à água, a 25:000\$400:000\$000

- 14 engenhos para serrar madeira a 8:000\$;112:000\$000
- 10 engenhos para moer cana, movidos a vapor e à agua
- 25 engenhos para moer cana, movidos a força animal, a 2:000\$;50:000\$000

Os produtos predominantes são café e gado.

Estabelecendo-se uma média de 150 arrobas para cada alqueire de cafésal ou 2.000 cafeeiros, verifica-se, em 3 250 alqueires ou 6 500 000 cafésais tantos quantos possui o município - uma produção anual de 487.500 arrobas de café, cuja exportação é toda feita para o Estado do Rio de Janeiro.

Preve-se, dentro em pouco tempo, o duplo da produção atual, devido às novas plantações no corrente ano e nos anteriores.

Nos ultimos tempos não tem havido estabilidade nos preços deste genero, que tem variado entre 3\$000 e 8\$000 por arroba.

O número de rezes gordas, exportadas anualmente, parte para a feira de Três Corações e parte para Taubaté, Estado de São Paulo, tem atincido até 15.000, variando o preço de arroba entre 5\$000 e 9\$000.

Exportam-se também em grande escala, não somente para o Rio como para São Paulo e outros pontos, coueiço e fumo de primeira qualidade, vendendo-se aquelle a razão de 100\$ a 150\$ cada cento, e este de 20\$ a 60\$ por arroba, não podendo precisar, devido a circumstancias diversas, qual a produção destes dois gêneros.

Além dos referidos, que são predominantes, exportam-se também todos os gêneros alimentícios-feijão, arroz, milho, toucinho, etc. quando excedem do consumo do município.

Tendo variado extraordinariamente os preços destes produtos, tornando-se portanto difícil obter-se uma média para os mesmos.

Em resumo, o município de Santo Antonio do Machado tem 3.250 alqueires de cafésais, produzindo 487.500 arrobas; exporta anualmente 15.000 rezes; possui excelente e farta criação de gado suino, cavalos e lanigero, cultura de fumo e cereais; 16 usinas de beneficiar café, uma fábrica de tecidos, 14 engenhos de

serrar madeira, duas ferrarias e três selarias: sua importação é de cerca de 1.000 contos de réis. •

PASSOS - sul de Minas, entre Carmo e Rio Claro, Vila Nova de Rezende, Santa Rita de Cássia, Piumí, no Vale do Rio Grande, é bastante populosa, com 10 mil habitantes na sede. Com grandes invernadas de gado, é talvez o maior centro pastoril de Minas esse município. Passos vai ser ligada à grande rede ferroviária do sudoeste.

Sobre o município de Passos nos enviou estas notas o ilustre eng. José Tocquevilles de Carvalho, colaborador deste Anuário:

"Acha-se Passos situada a 12 léguas de Guaxupé, 16 de Franca, 18 de Areado, pontos estes os mais próximos, onde existem estradas de ferro, e a 11 léguas do porto de Carrito, em Carmo do Rio Claro, por onde se faz quase toda sua importação e terminal da navegação do rio Sabucaí. Produzindo cereais e tratando indústrias correlatas, quase não importa o município gêneros alimentícios, sendo sua produção suficiente para o consumo local, e constituindo sua principal indústria a engorda de gado bovino em que, junto com o vizinho e próspero município de Santa Rita de Cássia, não tem rival em todo o Estado de Minas pela quantidade que beneficia anualmente e pela excelência dos produtos que apresenta aos mercados do Rio e de São Paulo, em sucessivas partidas.

Nas pastagens de Passos e Santa Rita se engordam anualmente cerca de 50.000 rezes, que se destinam invariavelmente a São Paulo e Rio de Janeiro, cabendo a cada município metade daquela cifra.

Este gado é quase todo adquirido dos sertões mineiros, sul de Goiás e Mato Grosso, chega aos dois municípios desde novembro até abril, depois de longas viagens, às vezes de 100 e mais léguas e quase sempre muito magro, passando então a habitar as excelentes pastagens que os engordam em cerca de 6 meses, bastando apenas reiteradas rações de sal e algum cuidado da veterinária do meio.

Afastado de vias de comunicação regulares e rápidas, não pode o município ativar a produção em todos os sentidos

por não encontrar meios fáceis e baratos de transporte; mas acreditamos que, pela uberdade dos seus terrenos e índole ativa dos seus habitantes será um dia grande centro de vida comercial e agrícola, logo que se ponha em comunicação com outro centro.

Dados estatísticos: rezes exportados anualmente 25 000; rezes criadas no município, 3 000 anualmente; área em invernadas 12000 alqueires; engenhos de açúcar, 21; serrarias, 2; 7 fábricas de manteiga com produção diária de 70 kilos; 2 cortumes exportando 5000 meios de sola; consumo local de gado, 70 rezes mensalmente.

A importação da cidade, no ano de 1904, em que esta talvez atingiu o seu mínimo, devido a crise geral, 530.500 kilos, toda do Rio de Janeiro. A importação de algumas mercadorias se faz ainda por Franca e por Guaxupé.

SANTA RITA DE CÁSSIA - Ao sul de Minas, no Vale do Rio Grande, com invernadas de gado, fica nas divisas com o Estado de São Paulo. Pos sua cerca de 10.000 habitantes (na sede do município).

O número de alqueires de terras em invernadas é de 10.000 alqueires, aproximadamente, em todo o município. O número de rezes engordadas nos últimos 5 anos é de 150000 e nos 2 últimos anos é de 60000. Sendo destinadas a engorda de gado sertanejo, pode-se dizer que não há cria de rezes.

A principal indústria é a pastoril. Os engenhos de açúcar em todo o município são em número de 28, cuja produção é insuficiente para consumo do município. Profissões mecânicas não existem. Há pequenas oficinas de carpinteiro, seleiro, sapateiro, caldeireiro, ferreiro e olarias, todas com pouco movimento. Distante a sede do município 66 quilômetros do ponto de estrada de ferro mais próxima, que é a "Mociana" na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Poucos são os fazendeiros que se dedicam ao cultivo de cereais: a produção é diminutíssima, quase que para o consumo dos cultivadores. O comércio abastece-se nos mercados do Rio, São Paulo e Franca. A importação é de mais de 1.000:000\$000, sendo dificilimo o cálculo do peso (o quilo de mercadorias de Rio e São Paulo varia entre 100 e 150 rs., frete e carreto). Casas comerciais há 50 de toda a espécie.

Existem neste município algumas boiadas (novilhadas) mestiçadas de zebu, destinadas ao corte, e há criação deste gado em algumas fazendas em pequena escala, visto que as pastagens são próprias para engorda e não para criar.

Ressalto nestas informações o quase exclusivismo da indústria pastoril - a engorda anual de 30 mil rezes. Com Passos, que inverna outro tanto, tem-se total de 60 mil rezes beneficiadas nos dois municípios e vindas do Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. Representa esta cifra de 60 mil rezes metade do gado consumido anualmente no Rio, mas a exportação de gado de Santa Rita, como a de Passos, também se encaminha para São Paulo e Campinas.

NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO I

01. Estado de Minas Gerais - Secretaria da Agricultura (Serviço de Estatística Geral), Anuário Estatístico de Minas Gerais, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, ano 11 (1922/1925), 1929.
02. IGLESIAS, Francisco - Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835/1889), Belo Horizonte, Tese de Livre Docência pela FACE-UFMG, 1954, página 134.
03. SENNA, Nelson de - A Terra Mineira, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1926, página 315.
04. TANNURI, Luiz A. - O Encilhamento, Campinas, Dissertação de Tese de Mestrado pelo IFCH/UNICAMP, 1977, página 110. Ver também sobre a crise de 1864, GRANZIERA, Rui G. Moeda e crédito no Limiar do Capitalismo no Brasil: a outra história financeira. Campinas, Tese de Doutorado pelo IFCH/UNICAMP, 1976.
05. CANO, Wilson - Raízes da concentração industrial em São Paulo, RJ-SP, Ed. Difel, 1977, página 73.
06. idem, *ibidem*, página 74.
07. TANNURI, Luiz A. - op. cit., p.12
08. Citado in HASENBALG, C.A. & BRIGAGÃO, C. - O setor financeiro e o Desenvolvimento econômico no Brasil. O Setor Financeiro no Brasil: Aspectos Históricos. RJ, Ed. Dados, - IUPRJ, 1970, página 10.
09. idem, *ibidem*, página 15.
10. Esse tema foi tratado nos seguintes trabalhos:

MELLO, João M. Cardoso de - O Capitalismo Tardio, Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1975, capítulo 11, página 138.

SILVA, Sérgio S. - Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, páginas 58/62.
11. CANO, Wilson - op. cit., páginas 85/86.
12. LIMA, João Heraldo - Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920), Campinas, Dissertação de Mestrado pelo IFCH/UNICAMP, mimeografado, 1977, página 17.

13. idem, ibidem, páginas 35/36.
14. Em meados do século XIX, Magalhães já se refere ao "desmatamento da Zona da Mata". MAGALHÃES, Hildebrando. Subsídio para a História do café em Minas Gerais. Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727-1927), Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929, página 344.
15. LIMA, Op. cit., página 10.
16. idem, ibidem, página 25.
17. idem, ibidem, página 23.
18. LIMA, op. cit., página 68.
19. LIMA, op. cit., página 70. A propósito tanto Mello, quanto Silva, ao analisarem a economia cafeeira nacional caracterizaram como um capital predominantemente comercial. MELLO, op. cit., páginas 60/62.
20. idem, ibidem, página 72.
21. JACOB, Rodolfo - Minas Gerais no 20º Século., Rio de Janeiro, Gomes, Irmão & Cia, 1911, página 409; apud SINGER, Paul, Belo Horizonte, Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo, Ed. Nacional, 1974, página 226.
22. LIMA, op. cit., página 100.
23. CANO, W. - op. cit., página 25.
24. É facilmente demonstrável que no período de auge do ciclo cafeeiro, no complexo cafeeiro paulista, existem condições para o vazamento de lucros do capital cafeeiro para uma acumulação diversificada: na indústria, em bancos, em títulos, etc. (conforme: MELLO, op. cit., página 103 e CANO, op. cit., página 85). Entretanto, no que se refere ao período de crise, o texto de Mello parece excluir tal hipótese, uma vez que esse autor afirma: "a grande indústria não atraiu capitais do complexo cafeeiro num momento de crise, porque lhes remunerasse melhor, mas pelo contrário, num momento de auge exportador, em que a rentabilidade do capital cafeeiro há de ter alcançado níveis verdadeiramente extraordinários".
25. LIMA, op. cit., basicamente as partes 3.1 e 3.2 do Capítulo II.

26. SINGER, op. cit., página 227.
27. idem, ibidem, página 228.
28. Veja: CANO, op. cit., páginas 57/69.
29. ESTADO DE MINAS GERAIS - Diagnóstico da Economia Mineira, Belo Horizonte, s/ed., 1968, vol. I, página 67.
30. CANO, op. cit., páginas 65 e 273.
31. SINGER, op. cit., página 229.
32. idem, ibidem, página 231.
33. idem, ibidem, página 232.
34. VILLELA, A.V. & SUZIGAN, W. - Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira (1889-1945). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 2a. ed., 1975, página 127.
35. SINGER, op. cit., página 232
36. idem, ibidem, página 235,
37. ALVIM, Sócrates - Projeção Econômica e Social da Lavoura cafeeira em Minas. Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727-1927), op. cit., página 66.
38. CASTRO, Antonio Barros de - A Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro. 7 Ensaio sobre a economia brasileira, Rio de Janeiro, São Paulo, Forense, Vol. II, 1a. edição, 1971, página 61.
39. idem, ibidem, página 73
40. CANO, op. cit., página 56.
41. JACOB, op. cit., e PRATES, Carlos - A lavoura e a Indústria da Zona da Mata, Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1906.
42. LIMA, op. cit., página 41.
43. BASBAUM, Leôncio - História Sincera da República de 1889 a 1930, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 3a. ed., Vol. 2, página 1414
44. HASENBALG, & BRIGAGÃO, op. cit., páginas 15/16.
45. WIRTH, John - "Minas e a Nação" Um estudo de Poder e Dependência Regional (1889-1937) in O Brasil Republicano, SP, Difel, 1975. Vol.1, p.83.

46. É o que pensa nosso colega Maurício Borges, basicamente em função no exemplo da Casa Bancária Banco de Cássia Azevedo & Cia., fundada em 1925, em Santa Rita de Cássia - cidade ao sul de Minas, na divisa com o Estado de São Paulo, com invernações de gado - com capitais originados na comercialização de gado.
47. SENNA, Nelson - Anuário de Minas Gerais, Belo Horizonte , s/ed. 1907, páginas 132/325.
48. Para o que se segue, as fontes utilizadas foram as seguintes: Resumo Histórico do Banco desde a sua instalação até 31 de dezembro de 1920, publicado no Relatório de 1922 da Diretoria do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (consultado no Museu do Banco em Juiz de Fora).
 ALVARENGA, Francisco José Tostes - História do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A (Fundação e Primeiro Período de Atividades). Palestra proferida em 26 de maio de 1967 no Auditório da Faculdade de Direito da UFJF.
 idem. Criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o relacionamento de seus fundadores com o Imperador D. Pedro II. Conferência pronunciada em 30 de abril de 1976 no Auditório do Conservatório de Música da UFMG.
49. IGLÉSIAS, op. cit., página 134
50. GIROLETTI, Domingos A. - Industrialização e Urbanização de Juiz de Fora (1850/1930), Belo Horizonte, Tese de Mestrado pelo DCP-UFMG, mimeo., 1976.
51. TANNURI, op. cit., página 24.
52. Essas como outras informações a respeito do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais foram retiradas de: Relatórios de Diretoria do Banco e Mensagens do Presidente do Estado.
53. FONTENLA, Vicente Paz - Bancos. Coleção de 1952, número VI, página 230.
54. MAGALHÃES, Hildebrando - op. cit., página 362.
55. ALVIM, Aristóteles - op. cit., página 90.

CAFÉ E BANCOS NA DÉCADA DE 1920

"Com dinheiro ganho no café, muitas indústrias se tem fundado, casas de commercio poderosas se estabeleceram, dotações testamentarias para fins humanitarios, uteis ou espirituales se levaram a effeito, mas sobretudo numerosas famílias chegaram a adquirir no cultivo do café recursos abastados, que permitiram a educação e instrução de sua descendência, augmentando assim o número de senhoras prendadas e de homens illustres" - 1927 - A.Alvim (1)

A década de 20 representa, para o café de Minas Gerais, seu segundo grande ciclo de expansão. Operando como "ofertante marginal", se beneficiou das condições excepcionais de realização do café, com preços em extraordinária ascensão (Quadro I-1 do Apêndice Estatístico) (2); Silva mostra que "a evolução altamente favorável dos preços internacionais do café explica-se, antes de mais nada, pelo vigor da demanda externa, que decorre da situação de prosperidade atravessada pelas economias importadoras durante a década dos 20, especialmente pela economia norte-americana, nossa maior cliente com predora". Lembra, porém, que "nem só ao vigor da demanda externa deve ser atribuída a evolução favorável dos preços externos e internos. É fundamental, também, a Política Econômica do Estado, tanto as Políticas de Valorização, quanto as políticas de câmbio e monetária" (3).

Mas, do ponto de vista da acumulação, estariam as condições mineiras propícias a gozarem, em sua plenitude, dessa situação excepcional? Não vimos, no capítulo anterior, que eram frágeis as bases da acumulação cafeeira em Minas no início desse século? Não houve uma diversificação nas atividades produtivas nas terras cansadas pelo café? Como revive essa decadente área cafeeira?

Castro nos oferece uma primeira pista: "na segunda metade dos anos 20, a euforia expansiva não mais permite distinguir os três espaços característicos das fases de crescimento. Os estímulos

eram tais que não haveria mais "zona velha"; o café tanto avançaria por novas terras, quanto renasceria nas áreas decadentes. A cultura deixaria mesmo de ser altamente seletiva quanto ao uso de solos, disseminando-se por áreas sem vantagens comparativas no todo nacional" (4).

Examinemos pois, as condições econômicas que propiciaram uma grande expansão bancária em Minas Gerais: em 1925, dos 21 bancos com sede no Estado, 14 tiveram suas matrizes inauguradas entre 1920 e 1925; entre as casas bancárias, a proporção foi pouco maior: das 21 existentes, 16 foram inauguradas no período (5). Acreditamos que a dinâmica da sua evolução seja dada pelo café. Esboçaremos a estrutura dessa economia - sua agricultura, pecuária e indústria - bem como faremos um exame da evolução de suas exportações. Confirmada a assertiva, partiremos para uma análise mais detalhada do café na última década da Primeira República, tentando relacionar seus negócios com os bancos pensamos que boa parte do excedente que os bancos captavam na circulação era gerada na produção do café. Por fim, veremos como estas atividades, desembocam na crise de 1929.

1 - ASPECTOS GERAIS DA ECONOMIA MINEIRA

O Censo de 1920 revelou que a agricultura ocupava 78% da população total de Minas Gerais (5.688.174 habitantes, ou seja, 19,22% da do Brasil), distribuída por 115.655 estabelecimentos rurais, explorados em sua maioria pelos próprios donos e não por arrendatários e foreiros o que constituía um dos traços característicos da agricultura mineira (6). Sua distribuição segundo o sistema de exploração e a extensão territorial deixa claro que predominava no Estado, o regime da grande propriedade (considerando a zona agrícola como um todo): 60% dos estabelecimentos rurais de tamanho pequeno e médio (até 100 hectares) detinham apenas 10% da área total e os 40% restantes de grande tamanho (de mais de 100 hectares) detinham 90% da área. Lamentavelmente não temos esta distribuição, segundo as diversas regiões do Estado. Seria interessante constatar como se distribuíam as atividades econômicas por esses diversos tamanhos. Certamente havia grandes latifúndios pouco produtivos ou simplesmente ocupados por pecuária extensiva, como forma de especulação sobre terras: "os proprietários em vez de explorá-les, esperam tranquilamente pelo lucro certo que lhes advirá da sua progressiva valorização conseqüente ao povoamento e beneficiamento das regiões vizinhas e ao progresso geral do Estado" (7).

Vejamos a situação dessa agricultura em 1920 (Quadro 4). Como se verifica, a maioria absoluta dos estabelecimentos rurais produziam alimentos simples para subsistência — arroz, milho e feijão —, enquanto parcela significativa, quase 36%, se dedicava também ao cultivo do maior produto de exportação, o café. Este detinha a maior parcela da área cultivada, seguido de perto pelo milho. A cana de açúcar, produto que para se tornar rentável ocupa grandes áreas, usava então somente 8% da área cultivada total, menos que o feijão e pouca coisa mais que o arroz. Sem dúvida a produção mineira de todos esses produtos, mais a do fumo e a da mamona, era representativa no contexto nacional.

Na verdade, a agricultura constituía a principal fonte de riqueza do Estado (Quadro II-2-A.E.). O valor da produção agrícola representa em média, na década, 39% do valor da produção física total, enquanto o da pecuária representa 29%, o da indústria manufatureira e fabril 23% e o da extrativa 9%. O valor da produção do café ultrapassava largamente o de todos os demais produtos, entre os quais, o milho tinha alguma significação. Na pecuária, destacavam-se a criação de bovinos e de suínos; na indústria, a produção de tecidos, açúcar e rapaduras, manteiga e queijos.

As quantidades exportadas de produtos agrícolas na década dos 20 estão no Quadro II-3(AE) verifica-se que só a do café apresenta tendência ascendente; os outros produtos com a exceção da batata, ao contrário, mostram marcada tendência declinante, principalmente no que se refere ao açúcar. Isto é confirmado por um autor que em 1929 afirma: "a cultura da cana de açúcar, praticada principalmente na Mata, onde encontra no solo e no clima excepcionais condições de sucesso, após ter atingido elevado grau de desenvolvimento, atravessa agora uma séria crise ocasionada por uma terrível praga, o "mosaico", que fez a produção baixar enormemente de ano para ano, apesar de se conservarem as mesmas áreas cultivadas" (8). Data de então a substituição das variedades de canas atacadas por outras mais resistentes, geralmente denominadas "Java" p.6. sob o incentivo do governo. Vale a pena lembrar que pelo recenseamento industrial de 1920, em 1919 havia 5 usinas (com capital de 5.260 contos e 326 operários) e 21.158 estabelecimentos rurais produzindo açúcar em Minas.

Observando-se o valor da exportação desses produtos no mesmo período (Quadro 5), a situação se altera. Todos, (com exceção do açúcar) apresentam tendência ascendente, em que pese as osci

QUADRO 4

A AGRICULTURA DE FIMAS GERAIS MENOS O ESTABELECIMENTO Nº 1920

EXPERIMENTAÇÃO	ESTABELECIMENTOS		PRODUTOS		ÁREA CULTIVADA		QUANTIDADE		PRODUTOS
	NÚMERO ABSOLUTO	Participação % no Número Total dos Estabelecimentos	PRODUTOS	Participação % no Área Cultivada Total	PRODUTOS	Participação % no Área Cultivada Total	QUANTIDADE	Participação % no sobre total	
CEREAIS	75.433	65,42	115.404	7,52	1.731.225	20,62	(57: 419)		
	101.265	87,04	620.461	40,11	12.026.552	25,15	(58: 428)		
	21.500	18,54	126.898	10,15	1.568.562	34,23	(59: 437)		
OUTRAS PLANTAS ÚTEIS	3.400	2,92	1.712	0,11	115.377	2,60	(60: 446)		
	20.022	17,52	11.078	0,72	1.827.158	4,15	(61: 455)		
AGRICULTURAS	61.003	52,75	595.726	42,02	2.827.503	32,06	(62: 464)		
	11.000	9,51	10.429	0,67	86.666	1,01	(63: 473)		
PLANTAS	27.076	23,52	124.023	8,60	28.271.024	32,24	(64: 482)		
	9.250	8,02	45.778	3,47	114.750	1,33	(65: 491)		
INDETERMINADO	3.050	2,64	7.002	0,50	107.808	1,24	(66: 500)		

20441 SUPERFÍCIE DE AGRICULTURA, RESERVA DE AGRICULTURA GERAL, ÁREA CULTIVADA A PARTICIPANDO DE 1920, 58: 129-130, 1924

Observação: Foram os estabelecimentos para produzir mais de um produto agrícola, quando uma área cultivada fosse subdividida para produzir, por exemplo, o milho e o arroz no mesmo estabelecimento.

QUADRO 5

MINAS GERAIS: VALORES DA EXPORTAÇÃO (EXTERIOR E RESTO DO PAÍS) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS NA DÉCADA DOS 20

BASE - 1920 = 100

ANOS	DÓLARES		MILHARES		ÁREAS		VALORES		DÓLARES		MILHARES	
	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice		
1920	165.216	100	13.706	100	7.313	100	4.600	100	1.701	100	1.632	100
1921	240.894	145	5.423	40	4.401	60	3.832	83	1.868	110	619	39
1922	269.246	162	2.429	18	5.881	80	3.781	82	4.808	282	518	32
1923	339.428	204	3.295	24	10.297	140	9.431	205	5.381	313	1.638	100
1924	408.622	246	7.123	52	7.828	107	4.305	94	2.743	161	1.677	103
1925	569.406	344	2.965	22	8.130	110	6.988	152	4.204	247	1.426	87
1926	441.279	267	2.381	17	8.615	117	4.816	105	3.278	210	1.825	112
1927	320.030	193	2.396	18	6.974	95	6.216	135	2.801	165	1.459	89
1928	599.198	362	3.238	24	4.858	66	8.870	193
1929	640.663	388	6.623	90	11.700	254

Fontes: 1920/1927 - Carvalho, Alípio de - A Agricultura Mineira, BH, Imprensa Oficial, 1927.
 1928/1929 - Alves Jr., J. B. - (Secretário das Finanças) - Relatório sobre a situação econômica do Estado, MG, Imprensa Oficial, 1930.

(*) Esses dados referem-se não à rede, mas aos seus produtos feridos e porvindo engarrafados.

lações cíclicas de alguns. Sem dúvida, boa parte dessas elevações dos valores são simplesmente nominais, devido à desvalorização da moeda nacional. O café se destaca acentuadamente dos demais, tanto pelas suas taxas de crescimento quanto pelos seus valores absolutos de exportação. De fato, não há nenhum produto com valor de exportação que se rivalize com o café, apresentando, todos, parcela ínfima em relação àquele.

Lembremos que a cultura de cereais, que no final do século passado era apenas suficiente para o consumo interno, já nos anos 20 dá margem para regular exportação para o mercado interno do país. Nesse época as mais extensas plantações de milho encontravam-se no Sul de Minas e na Mata (leste), e a de arroz, no Triângulo Mineiro (sudoeste). Já o feijão, a batata inglesa e a mandioca são abundantes, os primeiros no Sul e na Mata e a última no Norte e no Oeste. A cultura do algodão, que não figurava mais na pauta de exportação mineira, teve no passado notável desenvolvimento mas, " entrou em declínio por falta de cuidado dos plantadores, que a deixaram entregue à sua própria sorte em terrenos sem amanho, donde se originou a degeneração dos algodoeiros e a promiscuidade dos tipos que hoje se observa onde quer que seja praticada. Atualmente a produção não chega sequer para o consumo local, de maneira que as fábricas de fiação e tecelagem são obrigadas a importar matéria prima de outros Estados do Brasil " (9).

A pecuária, pode ser vista no Quadro 6, onde se nota o predomínio dos estabelecimentos criadores de bovinos, equinos e suínos. Assim, os efetivos desses rebanhos, mais o asinino e muar, destacavam-se no todo nacional, especialmente a criação mineira de suínos, que representava 30% da brasileira.

O rebanho bovino era o mais numeroso e o de maior valor do Estado. Nenhuma das raças autóctones (a caracú e a crioula, descendentes do antigo gado português, da época colonial) apresentava aptidões especializadas, seja em leite, seja em carne, impondo-se assim seu aperfeiçoamento. " Nesse sentido o governo do Estado inaugurou antes da guerra européia a importação de reprodutores de raças puras com o fim de cedê-los por preço módico aos interessados, facilitando assim o melhoramento das qualidades do gado indígena. Esses animais eram indistintamente de corte e de leite, uma vez que a diversidade das regiões, das forragens, do retalhamento e custo das terras e das distâncias dos mercados impõe e favorece o desenvolvimento simultâneo dos dois tipos de criação. A

QUADRO 6

A FICHA DE FIMES DEBEM SER USADAS O RECONHECIMENTO DE 1950

CABO	ESTABELECIDOS RECONHECIMENTO CRIADORES				CABO EXISTENTE
	Número Absoluto	Participação % no Total das Estabelecimentos	Participação % de MG sobre Brasil	Participação % de MS sobre Brasil	
BOVINO	95 033	22,82	20,09	7 333 104	21,40 (95: 25%) (95: 94) (95: 27%)
EQUINO	100 261	24,95	19,65	1 195 068	21,80 (100: 94) (100: 18%)
ASININO E MUXU	62 876	17,16	17,16	304 840	20,60 (62: 15%)
CUME	14 052	3,53	13,15	340 978	3,92 (14: 2,7%) (14: 12%) (14: 60: 3%)
CABRINO	16 990	4,27	14,43	303 102	3,09 (16: 7%) (16: 10%)
DESAO	99 074	24,97	20,00	4 670 519	30,12 (99: 30%) (99: 15%)

Fonte: SECRETARIA DE AGRICULTURA. SERVIÇO DE ESTATÍSTICA GERAL. Minas Gerais e Reconhecimento de 1950.

1. Na expressão Oficial, 1950.

guerra interrompeu essa corrente, que foi reiniciada após o seu término " (10). O problema do aperfeiçoamento do gado leiteiro se resolveu com a preferência dada pelos criadores à raça holandesa que se aclimatou muito bem nas regiões produtoras de laticínios (Mata, Sul e Oeste), de temperatura mais baixa. Quanto ao gado de corte, a preferência dos criadores já se inclinava para a raça zebú, de maior rusticidade, que se adapta a quaisquer pastagens, mesmo as mais ingratas, como a vastidão dos pastos mineiros do Triângulo e região Norte, mal forrageados e infestados de parasitas.

A exportação de produtos de origem animal, tanto em quantidade, quanto em valor, estão no Quadro 7 (e II- 4AE). Verificamos então, que a exportação de gado vacum era a mais importante, dentre esses produtos. Entretanto ela não se expande muito nessa década, chegando mesmo a cair em nível absoluto em alguns anos. Lemos, na Mensagem do Presidente do Estado Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro em 1921, que a interrupção do surto de exportação de gado nos primeiros anos da década se deve não só à matança indiscriminada de vacas aptas à reprodução (matrizes), mas, principalmente, à mortandade resultante da peste bovina vinda de São Paulo. A crise da pecuária duraria três anos (de 1920 a 1922).

A maior parte do gado em pé era exportado para os matadouros frigoríficos do vizinho Estado de São Paulo. E, em menor proporção, para o do Rio de Janeiro. Lembramos que é em São Paulo que se instalam, durante a 1ª. Guerra, os frigoríficos, que industrializaram a carne, exportando-a basicamente para o exterior, além de atenderem aos mercados de São Paulo, e também do Rio de Janeiro (por volta dos anos 20 os paulistas começaram a suplantam os mineiros como fornecedores de produtos pecuários ao ex-Distrito Federal). O gado mineiro estava assim sujeito à dependência de matadouros de outros Estados, do que decorria vários inconvenientes, entre os quais o transporte mais caro (porque o do gado em pé no percurso das invernadas aos matadouros custa mais do que o do gado abatido), a quebra no peso e o imposto de 4% ad valorem:

Atento a essas desvantagens que sofria a pecuária mineira, foram rescindidos em 14 de agosto de 1920 os contratos de privilégios por 30 anos para o estabelecimento de matadouros frigoríficos no Estado, de que era concessionária a Cia. Pecuária e Frigorífica do Brasil (11), e, pelo decreto nº 8.873 de 13 de novembro de 1928, o governo do Estado passava a conceder às empresas que instalassem matadouros frigoríficos nas regiões da Mata, do Oeste, do Sul,

QUADRO 7

VALOR DE REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NA MERCADO DOS 20

SELO - 1920 = 100

ANO	CABO RASCO		MANTIQUEIRA		LADINHOS		LIMA		CARRÉ DE ZOVINGOS		RUÍROS		AVES DOMÉSTICAS	
	Contos de Réis	Índice	Contos de Réis	Índice	Contos de Réis	Índice	Contos de Réis	Índice						
1920	72 503	100	24 830	100	19 670	100	6 828	100	10 539	100	7 373	100	8 553	100
1921	63 742	87	16 022	65	22 594	116	6 141	89	12 538	73	9 405	90	9 068	110
1922	77 925	107	10 973	44	21 236	108	7 213	105	9 107	69	8 013	84	10 775	133
1923	95 944	133	20 361	82	23 277	118	9 276	135	8 516	46	11 190	117	14 299	173
1924	85 210	117	28 892	116	22 273	113	9 230	133	10 479	90	18 212	150	16 689	204
1925	119 284	165	37 367	150	27 259	138	9 877	144	21 484	116	26 263	65	19 449	239
1926	62 740	86	39 647	160	33 204	169	13 273	190	13 467	63	6 742	70	12 373	143
1927	83 830	116	50 850	203	24 877	126	10 563	154	8 289	45	11 935	125	19 970	234
1928	108 740	149	49 877	200	28 826	147	16 604	242	12 422	67	11 276	113	22 334	270
1929	94 223	129	41 517	168	27 921	142	18 632	268	17 419	67	9 362	98	19 587	227

Fonte: ALVARES JR., S.B., 1961.

GRUPO 2

A INDÚSTRIA DE FIBRA GERAL, SERRALHO O RECEBIMENTO DE 1920

GRUPO DE INDÚSTRIAS	Nº DE ESTABELECIMENTOS		CAPITAL		FORÇA MOTRIZ		OBRIGADOS		VALORES DE PRODUÇÃO (1919)		
	%	Nº/200	Correta	%	%	Nº/200	%	Nº/200	Correta	%	
TEXTIL	77	6,4	39 003	43,4	512	11 433	34,3	31,4	31 132	49,7	6,2
COQUE, FERRA, etc.	97	7,8	4 373	4,9	30,8	736	2,3	2,8	6 381	10,6	1,3
MADERA	28	2,3	2 040	2,3	3,0	1 275	3,6	4,5	5 071	8,4	1,0
QUÍMICA	26	6,1	3 218	3,6	4,8	538	1,6	6,9	5 073	8,4	1,0
SERRALHO	33	11,3	3 136	3,5	6,3	723	2,3	6,4	4 530	7,6	0,9
RECEPTOS QUÍMICOS	30	2,4	685	0,8	0,9	40	0,1	0,3	2 356	3,8	0,4
ALIMENTAÇÃO	361	33,5	51 982	58,4	6,1	7 021	21,7	21,2	26 613	44,2	5,4
VESTIÁRIO	210	9,1	2 002	2,2	2,0	140	0,4	2,6	4 334	7,6	0,9
MÓVEIS	43	3,4	336	0,4	2,0	222	0,7	2,6	1 376	2,6	0,3
INDUSTRIAS DE	25	2,0	1 197	1,3	3,4	284	0,9	8,9	1 374	2,6	0,3
CONSTRUÇÃO DE ARMA, TRAFEG.	57	5,3	363	0,4	1,4	62	0,2	1,6	1 335	2,6	0,3
PROD. E REPART. FIBRAS	1	0,1	23	0,0	0,2	*	"	"	22	0,0	0,0
IND. RELACIONAS ÀS OBRIGADAS, etc.	6	0,1	14	0,0	0,2	*	"	"	5	0,0	0,0
TOTAL	1 223	99,3	89 176	99,9	4,9	23 272	99,6	7,2	126 964	202,5	24,8

Fonte: ESTADÍSTICA DE INDÚSTRIA (Serviço de Estatística Geral). Minas Gerais e Pernambuco de 1920, Ed. Secretaria de Estado, 1924.

Material de Referência
 OCS
 HOLLANDER

do Triângulo e do Norte, vários favores, entre os quais redução e isenção de imposto de exportação para as carnes destinadas à exportação, tanto para os mercados internos do país, quanto para os externos. Com isso, visava reverter a tendência declinante dessas exportações.

Tendência oposta registrava a exportação de laticínios. O leite encaminhava-se quase todo para o Rio de Janeiro, onde concorria com a maior porcentagem para o abastecimento da cidade, e o restante para São Paulo; manteiga e queijo tomavam mesmos destinos, onde eram consumidos em parte e em parte redistribuídos para as praças do norte do país. A exportação mineira de laticínios, que era a mais elevada do país, já evitava a importação dos artigos similares estrangeiros.

Ao rebanho bovino seguia-se em importância o suíno, de largo comércio no Estado. Entretanto, sua exportação apresentava-se declinante em todo o período analisado, com única exceção no ano de 1924. A criação de aves domésticas, também de grande importância no Estado, apresentava, pelo contrário, exportação em elevação.

Por fim, devemos destacar que um autor da época chamava a atenção para o fato de que " a criação de equinos, asininos e muaras está fadada a interromper o seu progresso e menos que se lhe dê outro sentido, porque, visando antigamente o transporte de pessoas e mercadorias em todas as regiões, depara hoje em muitas com a séria concorrência do automóvel consequente à multiplicação das estradas de rodagem " (12). Além, evidentemente, das estradas de ferro.

Quanto à situação da indústria de transformação (Quadro 8), é nítida a importância dos ramos Alimentação e Têxtil, que representavam 51,5% e 27,7% do valor da produção industrial, respectivamente. Com relação ao emprego a mais importante era a têxtil, com 51,4% seguida da de alimentos, com 21,2%. Assim, em conjunto, os ramos têxtil e alimentício eram responsáveis por 81,2% do valor da produção e por 72,6% do emprego industrial.

Dos 1243 estabelecimentos industriais recenseados em 1920, quase 52% deles ou seja, 641 foram fundados de 1915 a 1919. Portanto, era de se esperar que a estrutura industrial mineira houvesse mudado, desde o Censo de 1907, já que várias empresas industriais se fundaram posteriormente.

Entretanto, Lima chama a atenção para o fato de que

" de maneira geral, a indústria mineira continuava a apresentar posição relativa semelhante à de 1907. Suas médias de capital, produção e operários por estabelecimento permaneciam entre as mais baixas do país " (veja Quadros 8 e II 6-A.E.)". Contudo, no interior de sua composição e nível de ramos, a indústria mineira passaria por algumas modificações substanciais. Embora os ramos "Alimentação" e "Textil" continuassem a ter peso dominante na indústria... a forma como esses dois ramos passaram a dividir a liderança se modificou. O peso do ramo "Alimentação" avançou consideravelmente em detrimento do "textil" (...) tudo nos leva a crer que Minas reforçara sua posição de fornecedora desses produtos para os grandes centros urbanos do Sudeste do país (principalmente Distrito Federal)" (13).

Assim por volta de 1920, Minas Gerais possuía uma indústria dispersa e desconcentrada. O pequeno estabelecimento produtor de manteiga e queijo, com escasso grau de capitalização e poucos operários empregados, disseminado pelo território mineiro, era o protótipo da indústria de Minas nessa época.

A sua posição no contexto nacional em 1920 é vista no Quadro II-6 ao A.E. É patente sua inferioridade face aos outros Estados (SP, DF, RS e RJ), sob qualquer ângulo que se investigue o setor industrial.

Vimos que entre todos os ramos industriais o têxtil se destacava como um dos principais, seja pelo seu capital (43, 4% do total), seja pelo número de operários que emprega (51, 4%) ou pelo valor de produção (29,7%). A fiação e tecelagem de algodão era seu segmento principal e achava-se espalhada por quase todas as zonas do Estado. A matéria prima consumida provinha, em parte, do próprio Estado, e outra das Estados no Nordeste do Brasil (14). Entretanto, podemos verificar no Quadro II-7 do A.E. que sua participação no valor de produção industrial do Estado durante a década cai enormemente, praticamente de 20% (de 29,7 para 9,0%). Segundo o "Diagnóstico", "a queda da participação da indústria têxtil deve-se mais à crise conjuntural SIC que afetou o setor nos últimos anos da década dos 20, e da qual se recupera no início da 2a. Guerra" (15).

Nota-se por esse mesmo Quadro que o predomínio no setor industrial mineiro ao final da década dos 20 continuava a pertencer às indústrias de alimentação. Entre essas tinha mercante primazia a de laticínios, dispersa pelo sul, Oeste e Mata, parti-

cularmente na zona da serra da Mantiqueira (que era o principal centro), regiões onde localizavam-se os rebanhos leiteiros. Seus produtos, manteiga, queijo, leite condensado e lactose, representavam em torno de 3/4 da produção nacional de laticínios.

A indústria de açúcar e derivados, com numerosas pequenas fábricas espalhadas por todo o território, mas principalmente com as grandes usinas estabelecidas na zona da Mata, em Rio Branco e em Ponte Nova, sucedia à precedente na ordem de importância, vindo depois — também nessa ordem — as indústrias de bebidas alcoólicas, de doces, balas e confeitos, de farinha de mandioca, de xerque e de banha e outros produtos de origem suína.

Devemos observar, por fim, que o ramo da Metalurgia, que em 1919 representava somente 2,2% do valor da produção industrial total, ao final da década dos 20 não figuram ainda com destaque que teria ao final da dos 30. Por exemplo, a indústria de "máquinas agrárias e outros artifícios de metal" participava em 1929 quase com a mesma parcela de 10 anos atrás: 2,3% (16). Nesse ano, Carvalho constata que "por falta de combustível mineral a indústria da fundição e maquinaria não pode desdobrar ainda com a necessária amplitude as suas realizações, posto já sejam estas bastante qualificadas a despeito da assinalada desvantagem. Os principais estabelecimentos se encontram na zona do centro (usinas de fundição) e em Juiz de Fora, onde já se fabricam máquinas de diversas espécies (turbinas hidráulicas, tornos e plainas, limadoras, teares, fiandeiras, etc.)" (17). O "Diagnóstico" confirma que o setor enfrentava sérios problemas com referência à disponibilidade de combustível, pela alta dos preços do carvão vegetal, devido ao esgotamento das reservas florestais (18).

Não vamos desfiar a história da implantação da siderurgia brasileira, isso já foi suficientemente explorado por diversos autores, além de escapar aos limites propostos para esta dissertação (19). Para o que nos interessa achamos suficiente seguir a Singer. Segundo este autor, a expansão do mercado interno após a 1ª Grande Guerra resultado do crescimento da metalurgia brasileira, como ele acentua, mais da indústria da construção civil e da mecânica, além de medidas de incentivo governamental — vai tornando mais viável a formação de um parque siderúrgico brasileiro, naturalmente localizado junto às jazidas de minério, na zona central de Minas Gerais. "Em 1917, criou-se a Usina Siderúrgica Mineira em Sebará, a qual se associa, em 1921, a capitais belgo-luxemburgueses, nascendo

daí a Companhia Siderúrgica Belgo -Mineira (CSBM). Ao mesmo tempo José Gerspacher, Construtor da Usina Esperança, vai erguendo diversos altos-fornos, a carvão de madeira em Sabará (1920), em Rio Acima (1921), em Caeté (1924) e em Barão de Cocais (1926).

Na realidade, a produção de ferro gusa, único artigo fabricado pela pequena siderurgia tradicional em Minas quase não cresce durante a terceira década deste século. Nelson de Senna (20) registra uma produção de 30.000 toneladas em 1922; 10 anos depois, em 1932, a produção não alcança mais que 28.809 toneladas. O aumento da produção siderúrgica se dá sobretudo pela fabricação, em escala cada vez maior, de laminados, cuja produção no Brasil ascende de 283 toneladas em 1925 para 29.547 toneladas em 1932, das quais 21.576 toneladas fabricadas em Minas, pela Belgo-Mineira; da mesma forma, a produção brasileira de aço passou de 7.559 toneladas em 1925 para 34.192 toneladas em 1932, das quais 25.013 toneladas provenientes de Minas, também da Belgo-Mineira. O surgimento desta empresa inaugurou no Brasil, o que se poderia chamar de média siderurgia, em contraposição à pequena siderurgia já existente antes e à grande siderurgia que surgiria depois, com Volta Redonda, COSIPA, USIMINAS, etc. Em 1932, também a metade da produção de ferro gusa provém da CSBM, o que significa que ela substitui um grande número de pequenas fundições que se dedicavam a este produto" (21).

Mais do que quantitativas, são qualitativas as mudanças mais importantes que decorrem da implantação da siderurgia em Minas na década dos 20. A implantação da siderurgia em municípios vizinhos de Belo Horizonte, — como Sabará, Caeté, Barão de Cocais e Rio Piracicaba — teve por efeito expandir também a demanda por produtos industriais. O crescimento industrial assim induzido deu-se sobretudo em Belo Horizonte, que já era o centro econômico da região, particularmente nos ramos que fabricam bens de consumo (22).

Num contexto mais amplo, para Liane, o surgimento da pequena indústria de aço (junto com a implantação da indústria de cimento) significa o traço fundamental do desenvolvimento industrial dos anos 20, ou seja, a diferenciação da estrutura industrial, com o surgimento do embrião do departamento de bens de produção. O desenvolvimento deste departamento, ainda que limitado, adquire importância crucial para o futuro, na medida em que é condição fundamental para que, mais adiante, o capital industrial

possa reproduzir-se de modo relativamente independente do capital mercantil-exportador. Nas próprias palavras da autora: " a emergência do embrião do departamento de meios de produção é possível somente porque o capitalismo atinge, no Brasil, um grau relativamente avançado de desenvolvimento. Melhor ainda, é o sinal de que a economia exportadora capitalista havia levado até a plenitude suas potencialidades, sobrepassando-as mesmo, ao gerar, no seu movimento, algo de essencialmente contraditório com o padrão de acumulação que lhe era próprio " (23). Esse elemento significará, portanto, a negação do padrão mercantil-exportador de acumulação e se constituirá numa base para que a transição capitalista avance a uma nova etapa, já então sob o signo do capital industrial. A mudança para esse novo padrão de acumulação será ressaltada mais adiante.

Por ora, antes de seguirmos adiante, devemos destacar que acreditamos que ainda na década dos 20 não se possa falar que exista em Minas um processo de industrialização, se entendermos por industrialização um todo articulado, integrando em si os seus efeitos "para trás" e " para frente ", e não uma porção de empreendimentos industriais isolados, atendendo um mercado local ou , no máximo, sub-regional, sobrevivendo protegidos por custos de transportes.

A acumulação de capital na época de dominância do capital mercantil exportador não se dá com liderança do capital industrial. Dito de outra maneira, pode-se ter o aparecimento de indústrias, porém as indústrias que surgem, surgem como um desdobramento de um padrão de acumulação que é predominantemente mercantil. A liderança está com o capital cafeeiro.

Na verdade, como já vimos, a maior fonte de riquezas em Minas está na agro-pecuária. Assim, necessariamente, se quisermos investigar alguma acumulação de capital em Minas Gerais , nesse período, devemos articulá-la com essa base econômica.

Analisando os principais produtos da pauta de exportação de Minas Gerais (Quadro 9), verificamos que dentre esses se destaca nitidamente o café. Se no início da década os produtos com origem pecuária, tomados em conjunto (gado e laticínios) , ainda se aproximavam na participação na receita total da exportação — 28,3% contra os 36,5% do café —, no final, antes dos efeitos da crise de 29, a distância entre ambos se amplia largamente, passando a ser de 16,8% contra 60,5%. Torna-se evidente, ainda ,

QUADRO 9

PRINCIPAIS PRODUTOS DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO DE MINAS GERAIS

(PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA RECEITA NA DÉCADA DOS 20)

ANOS	CAFÉ	GADO VACUM	LACTICÍNIOS				TECIDOS	SOMA
			MANTEIGA	QUEIJOS	LEITE	TOTAL		
1920	36,5	16,9	5,5	4,4	1,5	11,4	3,0	67,8
1921	45,5	12,1	4,7	3,8	1,5	10,0	2,4	70,0
1922	50,3	10,1	2,0	4,8	1,3	8,1	3,0	71,5
1923	45,3	12,8	2,8	3,2	1,2	7,2	6,8	72,1
1924	54,2	9,2	3,0	2,3	1,0	6,3	5,3	75,0
1925	53,1	11,4	3,6	2,6	0,9	7,1	5,8	77,4
1926	55,5	8,3	4,3	2,8	1,6	8,7	4,5	77,0
1927	53,9	8,6	5,2	2,5	1,0	8,7	3,9	75,1
1928	56,0	10,1	4,6	2,1	1,5	8,2	3,4	77,7
1929	60,5	8,8	3,8	2,5	1,7	8,0	2,9	80,2

Fonte: ALVES JR., J.B., op.cit.

que o que comanda o movimento das exportações mineiras nos anos 20 é o café. Em outras palavras, a representatividade dos outros produtos que não o café cai, em função da elevação daquele, e a do grupo como um todo se eleva! Sem dúvida, em Minas também, é sob o capital cafeeiro que devemos encontrar a dinâmica do padrão de acumulação vigente na década dos 20 (24).

Embora o arroz, o feijão, o milho, e os suínos apareçam com certo destaque (entre os quinze principais produtos) na pauta de exportação mineira, a rigor não podem ser considerados como produtos de exportação tanto pelo baixo percentual das suas produções exportadas, quanto pela sua pequena quantidade. Só um pequeno excedente em relação ao consumo interno é exportado. Seria mais correto, portanto, denominá-los de produtos de subsistência.

Sendo o café o principal produto de exportação mineira, pode-se dizer que cerca de 60% da exportação de Minas em 1929 se encaminhava para o exterior do país, de onde se recebia, em troca, os mais variados artigos de consumo, principalmente manufaturados. Segundo Carvalho, "quanto à importação faltam estatísticas exatas, a cuja organização a situação central de Minas opõe não pequena dificuldade, mas tudo induz a acreditar que seja um pouco inferior à exportação. Os artigos principais que entram no Estado são as máquinas e utensílios e mais materiais de ferro, os automóveis, a gasolina, o querosene, o cimento, a farinha de trigo, o sal, os produtos químicos e farmacêuticos, os calçados, os chapéus e as bebidas alcólicas, provindo uns do estrangeiro e outros do próprio país" (25).

Esse intercâmbio, entretanto, devido o Estado estar situado no interior do país, não se operava diretamente entre o comércio local e o estrangeiro, mas sim indiretamente, através de intermediários localizados nos portos do litoral, Santos, Rio de Janeiro, Vitória e Bahia, que eram pontos forçados de embarque e desembarque das mercadorias de exportação e de importação. Conforme o mesmo autor citado anteriormente, "esses intermediários a quem toca exportar ou distribuir pelo resto do país os produtos mineiros e importar os artigos estrangeiros destinados ao consumo do Estado, retêm e absorvem fora dele, em paga de sua mediação, uma parte considerável do resultado do nosso trabalho, parte essa que já foi calculada oficialmente em um quinto do valor da produção. Com esse quota Minas concorre para a prosperidade de outros pontos do país em detrimento da sua própria economia" (26).

Queremos deixar bem sublinhada a importância do café para a economia de Minas Gerais nessa época. Um testemunho contemporâneo mostra seus efeitos quanto ao emprego direto e indireto. " Admitindo-se, com efeito, a existência, no Estado, de 612 milhões de cafeeiros, se deduz a necessidade do emprego de 153.000 trabalhadores para neles cuidar, representando, com suas famílias, uma população não inferior a 700.000 pessoas. O comércio atacadista e as torrefações empregam um bom número de operários, os longos transportes dão a ganhar a muitas empresas ferroviárias e outras, e finalmente os orçamentos do Estado são fartamente engrossados com a renda proveniente do café. Assim, essa cultura dá ocupação a numerosas pessoas e chega a influir indiretamente nos negócios de toda a população, quer trazendo dinheiro para dentro do Estado, quer fazendo peso na balança do comércio exterior do Brasil " (27).

Bem, resta ressaltar sua importância no que concerne às finanças públicas. De fato, " indireta e cumulativamente incidem sobre esta lavoura os impostos municipais, estaduais e federais, em geral. Alguns municípios lançam um imposto direto sobre a lavoura, na base de 2 a 6 réis por pé de café. Contudo, a mais forte taxação é a feita pelo Estado, sob a denominação de imposto de exportação ad valorem. Esta verba figura na receita da província desde 1839 (...). As taxas, representando a princípio 3% do valor do produto assumiram sucessivamente as seguintes percentagens: 4%; 3,5%; 4%; 11%; 9%; 8,5%; descendo depois a 7%, taxa que conserva ainda hoje. Além dessa percentagem ad valorem, o Estado arrecada ainda, desde 1907, a taxa fixa de 3 francos, ouro, por saca de café exportada, a taxa também fixa de 1\$000; ouro, desde 1925 e a taxa de viação, representando um adicional de 1% sobre o total de todos os impostos, desde 1916. Com exceção da taxa de 1\$000, ouro, que é destinada a custear as despesas de propaganda e valorização do café, e viação, que se destina ao desenvolvimento da rede de estradas de rodagem do Estado, os demais impostos entram indistintamente no orçamento público e não interessam senão indiretamente à lavoura de café " (28).

O mesmo autor adverte, porém, que " em São Paulo a tributação sobre o café ainda é mais forte, pois, enquanto em Minas se cobra 7% ad valorem, lá este imposto é de 9%; enquanto a sobre-taxa aqui é de 3 francos, lá ela é de 5 francos; Minas co-

bra 1\$000, ouro, São Paulo arrecada também 1\$000. E a prova é que o café do Sul de Minas obtém, graças a essa diferença de taxaço, sempre melhores preços em São Paulo que o da produção paulista. "Entretanto", a tributação mineira é mais minuciosa e se estende a maior número de pequenas taxaçoes, a ponto de parecer, às vezes, ridícula aos olhos do contribuinte inadvertido e descuidoso" (29).

Se bem que tenha caído ao longo da década, como podemos verificar pelo Quadro II-9 (A.E.), é fundamental a participação do imposto de exportação na receita do governo do Estado de Minas nos anos 20. Chega, na primeira metade da década, a corresponder à metade do total da arrecadação pública. Nesse período, em torno de 70% desse imposto é pago pelo café (Quadro II-10-A.E.). Se agregássemos a esse tributo as outras arrecadaçoes que incidem sobre o café (Quadro II-11- A.E.) — mesmo sem considerar a significativa " Renda Industrial" proveniente da Rede Sul Mineira, ferrovia arrendada ao Estado largamente utilizada pelo café do Sul de Minas — constataríamos que, sem dúvida, a maior fonte de receita do governo do Estado nessa época era constituída pelo café, a ponto de se poder afirmar que a situação do orçamento estadual era extremamente dependente do ciclo cafeeiro.

Tentemos nos aproximar mais da relação café — finanças públicas, acompanhando a evolução do orçamento mineiro face a situação econômica do Estado (Quadro 10). Para os comentários sobre a política econômica estadual nos utilizaremos das observações das " Mensagens dos Presidentes do Estado ao Congresso Mineiro ".

Como vimos, a intervenção do Estado e a grande geada de 1918 elevaram violentamente os preços, que duplicam entre 1918 e 1919, elevando o valor oficial da exportação (veja Quadro I-1 do A.E.), propiciando próspera situação financeira ao governo do Estado, com superávit no seu orçamento em 1919 e em 1920. Na verdade, o valor da exportação de 1920 sofreu um decréscimo, comparado com o ano de 1919, devido a dois fatores: (1º) a baixa do preço do café (" a nova perspectiva de uma grande safra para 1921 e a crise econômica ocorrida em 1920-1922 nos Estados Unidos, provocariam novas quedas nos preços externos, entre 1920 e 1923, que se recuperaram internamente, após 1922, pela desvalorização da taxa de câmbio " (30) e (2º) a diminuição, em quantidade, do gado exportado pelo estabelecimento de xarquesadas dentro do Estado, pela mortanda

QUADRO 10

FINANÇAS PÚBLICAS

RECEITA ARRECADADA E DESPESA EFETUADA PELAS ESTADOS MO, SP, RJ e ES

DÉCADA DOS 20

ANOS	MINAS GERAIS			SÃO PAULO			RIO DE JANEIRO			RIO GRANDE DO SUL		
	RECEITA	DESPESA	% D/R	RECEITA	DESPESA	% D/R	RECEITA	DESPESA	% D/R	RECEITA	DESPESA	% D/R
1920	54 182	52 517	97,6	179 679	174 565	97,4	21 481	28 567	133,6	37 488	26 182	69,8
1921	63 450	65 362	103,0	177 979	177 979	100,0	25 812	25 900	113,4	48 717	33 211	68,2
1922	78 486	74 446	95,0	157 019	204 288	130,5	24 402	28 616	117,6	45 844	38 178	83,3
1923	93 284	77 475	83,3	202 922	233 134	115,0	32 255	50 070	155,2	83 973	127 350	163,9
1924	125 532	83 708	67,6	227 020	298 686	131,6	39 528	56 881	144,0	112 149	119 940	106,9
1925	141 090	107 539	76,0	253 271	306 589	121,1	37 879	63 356	167,3	136 310	140 617	103,2
1926	134 347	161 935	120,5	332 584	311 230	93,6	32 028	48 124	150,3	178 398	145 852	81,8
1927	151 595	147 785	97,6	404 044	534 206	132,2	32 135	92 593	288,2	147 559	145 424	98,6
1928	180 199	170 588	94,7	428 424	283 862	66,3	39 563	79 958	202,1	179 394	164 508	91,8
1929	232 052	206 290	89,3	438 460	618 456	141,0	36 640	92 321	251,9	184 418	180 601	98,0

Fonte: IPE - Anuário Estatístico do Brasil, RJ, Brasília, Ano V, 1979/1980, pp. 1615/6

Total de receita do Estado sobre a receita total

Total de despesa do Estado sobre a despesa total

	MG	SP	RJ	ES
1917/26:	14,9	34,3	6,9	12,5
1927/36:	15,7	37,8	3,9	14,3

Total de receita do Estado sobre a despesa total

	MG	SP	RJ	ES
1917/26:	12,5	39,1	4,9	11,5
1927/36:	16,3	42,9	4,8	22,8

de resultante da peste bovina e pela matança de vacas aptas à reprodução.

Embora os excedentes da receita sobre a despesa fossem diminutos tanto em 1921 quanto em 1922 (2,50% e 0,05%, respectivamente), o governo do Estado consegue manter superavitária a situação no orçamento, em que pese o título principal da receita, o dos impostos de exportação, acusar um decréscimo de 7% em relação ao ano anterior, devido à redução da taxa do imposto (para 7%) e à queda do volume de exportação em 1922.

A Mensagem do Presidente do Estado, em 1923, traz um pequeno resumo da situação da dívida externa (31). Ela era resultado de três empréstimos contraídos com banqueiros franceses: o primeiro em 1910, realizado para consolidação de dívidas anteriores e execução de melhoramentos nas estâncias hidro-minerais; em 1911 contraíu-se o segundo, destinado às municipalidades; e o terceiro, em 1915, foi um funding loan. Apesar de se obter empréstimos externos com facilidade, os governos mineiros encaravam de maneira "conservadora" manter dívida com o estrangeiro. A dívida externa de Minas ficava muito aquém da do Rio Grande do Sul e da de São Paulo. Quanto à dívida interna, também era moderada relativamente a outros Estados. Seus encargos totais, compreendendo juros dos empréstimos internos e juros e amortização dos externos, representavam então apenas 13,4% da receita.

O mais pesado ônus com que teve de arcar Raul Soares foi a remodelação da Rede Sul Mineira, o que efetuou com recursos ordinários, o mesmo sucedendo com a construção da E. F. Paracatu.

Em 1922 a economia cafeeira retornou à expansão, amparada pela elevação dos preços internacionais, ocasionada quer pela relativamente pequena safra de 1921/22, quer pela recuperação da economia norte-americana.

Em Minas, " a progressão da receita continuou em 1924, de modo que o Presidente Raul Soares pode realizar algumas obras públicas de vulto, resgatar 3255 apólicas ao portador, tratar do aparelhamento previsto no contrato da Rede Sul Mineira, prosseguir na construção da E. F. Paracatu, fazer pontes de cimento armado e estradas de rodagem, iniciar, enfim, uma larga política de fomento econômico, sem prejuízo do equilíbrio orçamentário. Passou ainda grande saldo ao seu imediato sucessor, Sr. Olegário Maciel e este ao Sr. Melo Viana que tomou posse em fins de 1924" (32).

A preocupação fundamental deste Presidente era com o equilíbrio do orçamento. Assim limitou-se a propor desenvolvimento sensível apenas nos serviços permanentes de instrução pública e de higiene. Só aplicava os saldos orçamentários em obras públicas de utilidade geral. Em 1925, se a exportação aumentou em valor, pela obtenção de melhores preços ou pela desvalorização do meio circulante, o certo é que decresceu em volume nos principais produtos. Em um regime tributário cuja base era o imposto de exportação, de natureza instável, cuidou Melo Viana de não criar despesas permanentes nem alargar os quadros da administração.

No ano de 1926 rompeu-se o equilíbrio característico das finanças mineiras. De fato, foi o único ano em toda a década dos 20 no qual verificou-se um déficit no orçamento estadual. A queda na receita em 1926 comparada com a de 1925 proveio em grande parte da baixa verificada no preço do café, cuja exportação, maior em quantidade (3027852 sacas) foi, entretanto, muito menor em valor (441 mil contos). Também cresceu extraordinariamente a despesa pública, pelos diversos empreendimentos levados a efeito por Antonio Carlos, ao tomar posse no governo: abriu créditos para o pagamento de todas as obras públicas em andamento, remeteu para a Europa 1150.000 libras esterlinas destinadas ao resgate da dívida externa (de acordo com os contratos de 1910, 1911 e 1915), efetuou diversos empréstimos aos municípios e à prefeitura da capital, e ainda realizou a encampação do serviço de eletricidade de Belo Horizonte.

Desde fins de 1926 tornou-se realmente efetiva a defesa permanente do café. Entre 1927 e 1926 todos os entraves à acumulação cafeeira são inteiramente removidos. Em fins de 1928 se delineava a crise do complexo exportador cafeeiro, ante a perspectiva de novas safras enormes, com a agravante de grandes estoques sem colocação no mercado internacional.

Em Minas, em 1927 registrou-se um saldo positivo no confronto da receita arrecadada e a despesa realizada. Embora os impostos de exportação continuassem a ser a maior fonte de renda, mostravam tendência declinante: sua contribuição para a receita geral sofreu de 1924 para 1927 decréscimo que se aproximava de 11%. Enquanto isso, a participação do imposto territorial na receita tributária elevou-se de 4,51% em 1920 para 9,30% em 1929. Na verdade, criado em 1901 por Silviano Brandão, a despeito das intenções,

nenhum Presidente do Estado, até Antonio Carlos, foi capaz de substituir um imposto de resultados flutuantes — o de exportação — por ele, que oferecia à receita estabilidade maior. Apesar dessa vantagem, o imposto territorial, ao contrário do de exportação, que só gravava os produtores, recaía sobre todos proprietários, inclusive os de latifúndios improdutivos. Assim, numa situação em que o controle do poder regional tinha como um dos pilares o respeito aos interesses dos coronéis do interior mineiro, o lançamento do imposto territorial encontrava várias dificuldades de ordem política.

Em 1928 a situação financeira do Estado continuava superavitária, embora o excesso da arrecadação sobre a despesa tenha sido de somente 0,68%. Quase metade da despesa resultou do resgate da dívida para com a França. Outras despesas (em ordem decrescente) foram: Rede Sul-Mineira, estações hidro-minerais, Departamento de Eletricidade da Capital, E.F. Paracatú, abastecimento de água a Belo Horizonte, empréstimo às municipalidades, etc. A expansão da receita em 1928 fez-se apesar da sensível redução na sobre-taxa do café, compensada pelo aumento na exportação de outros produtos, especialmente os de origem pecuária.

O exercício de 1929 também se encerrou com superavit. A receita extraordinária foi elevada pela venda à Cia. de Eletricidade de Minas Gerais das instalações da " Força e Luz " de Belo Horizonte. Acentuou-se, por outro lado, o decréscimo da porcentagem com que, para a receita geral, concorre o imposto de exportação: 31,04% foi a de 1929, confirmando-se assim a substituição paulatina desse imposto por outros de arrecadação mais estável. A dívida externa estava representada então pelo empréstimo celebrado em março de 1928, na importância de £ 350 000, com banqueiros londrinos e novaiorquinos. O destino dado por lei a esse empréstimo foi: a) resgate da dívida externa que o Estado tinha com a França; b) Rede Sul-Mineira e E.F. Paracatu; c) estâncias hidro-minerais; d) empréstimo às municipalidades; e) serviços de eletricidade de Belo Horizonte. Dada a insuficiência do empréstimo para todos esses fins foi autorizada (em 16 de agosto de 1929) emissão de empréstimos até o máximo de 25 milhões de dólares. Outros empréstimos externos contraídos pelo Governo de Minas foram: o de 1923 para a Minas Gerais Electric Light Tramway e a consolidação a longo prazo com o Banco Italo-Belga, em janeiro de 1930, no valor de 2 500 000 dólares. Apesar disso, a dívida externa diminuiu durante o gover-

no de Antonio Carlos.

Este, na sua Última Mensagem ao Congresso Mineiro, em 1930, justifica a grande dívida flutuante deixada ao seu sucessor: (1º) pelo aumento das despesas derivado de uma política construtora de ferrovias, estradas, escolas, auxílios financeiros à União; (2º) pela diminuição da receita devido à baixa dos preços do café (segundo ele, uma queda imprevista até pelo Instituto Paulista de Café, que garantiu em setembro de 1928 que a política de defesa dos preços dispunha dos recursos necessários para os manter no alto nível a que haviam atingido), num momento em que as despesas cresceram por causa do reaparelhamento político, militar e policial para a defesa de Minas (33); (3º) pela hostilidade dos adversários na campanha presidencial, que teriam dificultado crédito ao Estado.

Irado, acusa o Banco do Brasil de "instrumento partidário" (34). Ministrando falsas informações a fiscalização bancária conseguiu que se fechasse o Banco do Brasil para operações de descontos dos principais bancos mineiros e se criassem os maiores embaraços às transações mantidas com esse Banco dentro de Minas. Entretanto, como uma exceção à regra geral, o Estado não era óvedor do Banco do Brasil. Por outro lado, o próprio Governo Federal estaria impossibilitando ao Estado o uso de seu crédito interno ao embaraçar a admissão das apólices mineiras à cotação da Bolsa do Rio de Janeiro, além de não saldar seus compromissos com o Estado. Além disso, acusa o Governo Federal de fracasso na sua política monetária e cambial: o declínio das taxas cambiais abaixo daquelas que a reforma fixou para a paridade determina a elevação dos serviços da dívida externa, o que representa um golpe às finanças públicas. Acusa também a Caixa de Estabilização de ser um "condensador de crises", pois funcionou no sentido de uma deflação súbita e rápida. Conclui, afirmando que "se impõe nova reforma para modificar o sistema desordenado posto em prática no atual quadriênio presidencial da República".

As perspectivas financeiras do Estado com a "crise de 1929" tornar-se-iam sombrias. As finanças públicas sofreriam a depressão causada pela crise nos preços do café.

Pensamos ter demonstrado que bastava uma colheita escassa de café ou a queda do preço desse produto-essencial à vida econômica do Estado, para se sentir a repercussão do fato nas cifras do orçamento mineiro.

Na verdade, nos alongamos mais sobre as finanças públicas estaduais no sentido de dar algum subsídio à análise do papel do Estado da Primeira República em Minas Gerais.

Como o Estado mais populoso da nação, possuía o maior eleitorado e ocupava o primeiro lugar no número de cadeiras no Congresso. Desde a eleição presidencial de 1902, quando foi estabelecida a aliança informal entre Minas e São Paulo, conhecida como "café-com-leite" e/ou "política dos governadores", procediam dos mineiros pelo menos 20% de todos os votos para as eleições presidenciais. Essa força eleitoral, associada a uma bancada grande e disciplinada — uma "frente unida" no Congresso — eram os instrumentos do poder mineiro na política nacional (35).

Minas se encontrava em boa posição para exigir favores econômicos do Governo Federal em troca de apoio político. Poderia utilizar sua grande força política para defender e promover os próprios interesses.

Porém essa questão não está suficientemente esclarecida pela pesquisa histórica.

Pela análise da atuação do governo estadual podemos levantar algumas "pistas". De fato, as finanças públicas mineiras oferecem alguma peculiaridade em relação a outros Estados. Por exemplo, enquanto o governo paulista tem déficit no seu orçamento em toda a década dos 20 (com exceção do ano de 1920), o mineiro tem orçamento superavitário, exceto em 1926 (36). Isto não significa ortodoxia em política econômica, mas sim reflexo da enorme expansão dos preços do café, que eleva a arrecadação fiscal, e possibilita, à receita, "cobrir" o significativo aumento da despesa pública. Assim, em que pese a preocupação dos Presidentes do Estado com o equilíbrio orçamentário, eles se mostram de certa forma ativos na execução de obras públicas, principalmente no que diz respeito a estradas de ferro, de que todas as regiões mineiras tinham grande necessidade.

Entretanto, há que se lembrar que as estradas de ferro encabeçavam a lista dos favores econômicos solicitados à União: que ela comprasse as linhas deficitárias e construísse novas. De fato, enquanto em São Paulo a construção das estradas ficava por conta da iniciativa particular, em Minas predominavam as ferrovias federais (embora, como vimos, o governo estadual tivesse iniciado a construção da E.F. Paracatu por conta própria).

Este exemplo nos parece expressivo para mostrar como a burguesia mineira utilizava do controle político sobre o aparelho do Estado para atender seus interesses econômicos.

Sem dúvida, o Estado usava seus "agentes financeiros" — os bancos governamentais: Crédito Real e Hipotecário e Agrícola —, criados precocemente em relação ao que ocorreu em outros Estados, para implementar as obras públicas, principalmente favorecendo a burguesia cafeeira das Zonas da Mata e Sul, que, no entanto, contribuía com a maior parcela da arrecadação fiscal.

Vejamos, para finalizar, de que forma o Estado de Minas Gerais conseguiria amparar os interesses de sua burguesia cafeeira, articulando-se com o Governo do Estado de São Paulo, na política de Defesa do Café.

Em fins de 1924 o governo federal transferiu a política de defesa permanente (instituída a partir de 1922) ao governo do Estado de São Paulo. Criou-se, com sede na capital paulista, o Instituto de Defesa Permanente do Café, que depois passou a denominar-se Instituto do Café do Estado de São Paulo. Minas, para desempenhar seu papel na defesa do produto, criou pela lei 887, de 19 de agosto de 1925, o imposto adicional de 1\$000, ouro, por saca de café mineiro exportado. Pelo artigo 4º do referido ato legislativo, a defesa do café realizar-se-ia: a) por meio de empréstimos aos produtores, sob a garantia do café depositado nos armazéns gerais ou outros fiscalizados pelo Estado, a juro módico e prazo não excedente a dez meses; b) pelo redesconto de títulos de crédito que representam operações reais sobre o café, feitos pelos bancos regionais que se sujeitarem à fiscalização do governo; c) pela fixação de um preço mínimo, ao qual seria recebido o café que fosse entregue em locais determinados, pagando-se em obrigações a juro razoável e prazo de um ano, garantidos pelo café entregue e pelo fundo de defesa (37).

" A passagem da defesa para o plano regional implicou, necessariamente, num entendimento entre os distintos Estados produtores. Surgem os Convênios Cafeeiros, realizados periodicamente à partir de 1925, tendo por objetivo principal o estabelecimento de quotas de embarque para cada Estado (38). Nestes convênios explicitam-se as disputas entre as distintas frações estaduais da burguesia cafeeira, especialmente entre a paulista e a mineira. Os mineiros, com menor produção e sem condições para realizar uma retenção a prazo largo — por não possuírem armazéns reguladores (tinham de arrendá-los), não controlarem as es

tradas de ferro para estocar mercadorias nas estações, nem disporem de um sistema bancário como o de São Paulo — pretendiam escoar suas safras dentro do ano agrícola comercial cafeeiro. Quando o interesse paulista era de imprimir a toda safra nacional um ritmo de escoamento determinado exclusivamente por seu volume de produção. Sem a arbitragem federal, a disputa entre os dois Estados se prolongou até o fim de República Velha " (39).

2. AS CONDIÇÕES DA ATIVIDADE CAFEIEIRA EM MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 1920.

Verifiquemos as condições da produção do café em Minas, na década dos 20, face à de outros Estados, principalmente São Paulo (40).

Como vimos no Capítulo I, passou o café por uma crise, devido à deficiência da exportação por falta de transporte marítimo, no último biênio da Primeira Guerra Mundial. Os governos federal e estadual haviam intervindo nos mercados, com real êxito, promovendo a alta dos preços da saca de rs. 41510, em 1917, a rs. 47390, em 1918. As grandes geadas de junho de 1918 elevariam enormemente tal cotação, dobrando o valor da saca, que, em 1919, atinge a média de rs. 94612. Cairia a rs. 74703, em 1920, para recuperar-se um pouco em 1921 (rs. 82395).

A política de defesa permanente do café instituída a partir de 1922, com a regularização das estradas e o financiamento das lavouras, aliada à retomada da demanda externa produziria no quadriênio seguinte uma situação eufórica para os produtores:

1922	—	rs. 118 694	ou £ 3,12
1923	—	rs. 146 875	ou £ 3,05
1924	—	rs. 205 853	ou £ 4,62
1925	—	rs. 215 109	ou £ 5,50

Verdadeira febre cafeeira invadiria os espíritos, aumentando extraordinariamente o plantio. Já em 1926 e 1927, apesar dos primeiros efeitos da regularização e retenção das safras, pela valorização cambial de 1925/26 baixaria o preço interno da saca para rs. 170.700 e 170.401 (ou £ 5,50 e 4,15, respectivamente). Ante a política governamental de valorização do produto, dá-se uma reação em 1928 subindo a saca a rs. 204020 ou £ 5,00. Baixa a rs. 191.871 ou £ 4,71 em 1929, quando ocorre o desmoronamento do plano de defesa cafeeiro, devido à superprodução interna. E 1930 presencia a cotação média de rs. 119540 ou £ 2,69. Em fins de 1930 milhões de sacas estavam estocadas nos armazéns regu

ladores, sem que pudessem ser embarcadas.

Como destaca Teunay, "tão formidável papel representara o café nesta década de 1921-1930, que, embora a exportação total do Brasil fosse de 139.532.000 sacas, ou menos de 10% a mais do decênio de 1901-1910, o cômputo (do valor) dessa exportação fora cinco vêzes maior do que a do período em confronto (...) Jamais, em média, se vendera café tão caro no Brasil como entre 1921-1930 (rs. 163.460 por saca ou £ 4,02), assim como jamais se haviam visto coeficientes tão elevados corresponderem à quota do café no conjunto da exportação nacional (69,6%). Durante seis exercícios, de 1924 a 1929, este coeficiente se mantivera acima de 70%, fato extraordinário, absolutamente inédito, pois apenas uma vez, em 1886 (também em 1892 segundo Fraga), chegara a esta altura" (41).

Entretanto, "em fins de 1930, debatia-se a indústria cafeeira em um estado de verdadeira angústia. Na década de 1921 a 1930, crescera o cafezal brasileiro de 1.780.855,850 a 2.587.845... 700 árvores, ou de um terço a mais" (42).

Embora São Paulo conserve sua posição de maior produtor de café (com a média de 64% do total durante a década), sua participação média no total da produção brasileira exportável de café cai, em relação à década anterior (Quadro II.13 A.E.). Sem dúvida São Paulo perde posição em favor dos outros dois grandes produtores de café, Minas Gerais e Espírito Santo (43).

Esse ganho de posição em relação a São Paulo nos leva a indagar das condições de acumulação cafeeira em Minas nessa década: Vimos que eram frágeis suas bases no início do século, com terras cansadas e cafezais de baixa produtividade. Retomemos o recenseamento de 1920.

Constatamos que não obstante ocupar São Paulo o primeiro lugar entre as regiões produtoras, não era entretanto o Estado que em 1920 possuía maior número de fazendas (Quadro II-14-A.E.). Nela haviam sido recenseadas pouco mais de 20 mil propriedades cafeeiras, ou quase a metade das registradas em Minas Gerais. Comparadas, porém, às plantações mineiras, revelavam as paulistas muito maior extensão, representando a média geral de cafeeiros, nas fazendas de São Paulo, mais do triplo da média geral correspondente a Minas Gerais. O número de cafeeiros em Minas, representava pouco mais da metade do paulista.

Quanto à área média por fazenda de café, as paulistas eram muito maiores que as mineiras. Confirma-se em 1920, o predor-

mínio da pequena propriedade do café em Minas, fato verificado também no início do século.

No tocante à especialização na produção cafeeira (a porcentagem das fazendas de café em relação ao número total dos estabelecimentos rurais), entre os grandes e velhos Estados cafeeiros, o Espírito Santo correspondia a mais elevada (78,2%), seguindo-se, em ordem de maior diversificação agrária, o Rio de Janeiro com 45,4%, Minas Gerais com 35,8% e São Paulo com 26,4%.

Questão controversa é a da distribuição regional da produção cafeeira em Minas. Lima, analisando os dados de 1920 (Quadro II-15-A.E.), diz que: "a produção cafeeira da Mata que na primeira década do século representava quase 80% do total produzido por Minas Gerais, cairia para pouco mais de 40%. Ao mesmo tempo a do Sul, que era insignificante, passaria a 33% do total" (44). Sugere assim, que teria ocorrido uma reorientação radical na frente de expansão cafeeira no transcurso das duas primeiras décadas do século, com o decréscimo do plantio na Zona da Mata relativamente ao do Sul de Minas (45).

Porém essa colocação pode ser relativizada se nos fiarmos nos dados de outro autor. Giroletti, baseando-se em Jacob, calcula que na primeira década do século a Zona da Mata detinha 64,7% da produção de café em Minas, enquanto o Sul contribuía com 28,2%, o que não era insignificante (46). Sem dúvida, a participação da Zona da Mata cai até 1923, como era de se esperar pela transformação ocorrida na sua estrutura produtiva nesse período, como vimos no Capítulo I.

Também para o ano de 1927 encontramos uma divergência entre fontes, para os mesmos dados. Assim, segundo a Inspeção Agrícola Federal do Estado de Minas Gerais, 68,4% do cafezal mineiro e 71,2% da produção para aquele ano se concentravam na Mata; enquanto no Sul os dados eram 17,1% e 14,7%, respectivamente (47). Já para a fonte originária do Quadro II-16-A.E., a Diretoria de Estatística do Estado, os dados são 40,9% e 39,6% para a Mata, e 32,8% e 33,4% para o Sul, inteiramente distintos da fonte anterior, mas que mostram que praticamente não houve variação nas participações dessas duas zonas na produção total do Estado entre 1923 e 1927.

Na verdade, observadores da época sugerem que a expansão cafeeira na década dos 20 se deu mais pela penetração do plantio nas terras virgens dos vales do Mucuri e do Rio Doce. De fato,

se compararmos os dados desses Quadros citados no que se refere à "região leste" (que inclui as zonas do Rio Doce, Mucuri e Alto Jequitinhonha), verificamos que a sua produção sobe de 570.080 sacas em 1920 para 796.090 na safra de 1927, acréscimo bem mais elevado que os verificados para as Zonas da Mata e Sul, e a sua participação na produção total sobe de 13,6% para 18,1%.

Devemos observar que, calculando-se o rendimento médio das três principais zonas produtoras em 1927, as suas médias de arrobas por mil pés não divergem muito, como pretensamente era de se esperar se considerássemos as zonas da Mata (29), Sul (30,5) e Leste (31), respectivamente, zona velha, madura e de fronteira (ou nova). Portanto, essa suposição não se confirma. Também não há grande variação entre a produtividade média do Estado entre 1920 (28,5 arrobas por mil pés) e 1927 (30). Para comparação, calculamos a produtividade média para São Paulo em 1920 e achamos 48,6 arrobas por mil pés.

Comparando-se os principais municípios cafeeiros da Zona da Mata nos anos 1923 e 1927 (Quadros II-17 e 18- A.E.), verificamos que na lista dos dez primeiros há somente três mudanças: saem os municípios de Ubá, Leopoldina e São João Nepomuceno e entram os de Caratinga, Miraf e São Manoel do Mutum. Quanto aos que permanecem na lista, em geral suas produções na safra de 1926/27 decrescem em relação à de 1923, com as exceções dos municípios Mar de Espanha e Além Paraíba. Não só no que se refere às áreas, mas também ao número de cafeeiros existentes e à produção, a Mata suplanta largamente ao Sul. Evidentemente, em produção o mesmo ocorre.

Quase todas as zonas cafeieras de Minas eram servidas por estradas de ferro. A Rede Sul Mineira, a São Paulo Ry., a São Paulo-Minas e a Mogyana conduziam o café do Sul do Estado; a Mogyana e a Oeste de Minas transportavam a produção do Triângulo; a Paracatú e a Oeste de Minas serviam à Zona Oeste; a Central do Brasil, a Leopoldina Ry., Vitória-Minas, Bahia-Minas faziam os transportes na Mata, Leste, Nordeste, Centro e Norte do Estado (48).

Em Minas Gerais, pelo Censo de 20, distribuía-se a lavoura cafeeira pelas diversas zonas ferroviárias da seguinte forma:

ZONAS	FAZENDAS DE CAFÉ	MILHARES DE CAFEEIROS	PERCENTUAL
da Leopoldina....	12 982	208 198	43%
da Mogyana.....	2 319	67 473	14%
da Rede Sul Mineira	2 973	44 620	9%
da Vitória-Minas	3 978	29 847	6%
da Central do Brasil	2 764	28 716	6%
da Oeste de Minas	3 126	23 827	5%
da Bahia-Minas	12 066	10 705	2%
OUTRAS ZONAS	<u>11 185</u>	<u>74 650</u>	<u>15%</u>
TOTAL	41 393	488 036	100%

Na zona sem estações de vias férreas encontravam-se na da menos de 69 municípios produtores, com área equivalente a 322.000 km², ou mais da metade (54%) da superfície total do Estado, e aos quais toca va quase um sexto da totalidade dos cafezais.

Convém assinalar, entretanto, que esta distribuição regional é apenas aproximada. Algumas vezes, o mesmo município era cortado por linhas de mais de uma ferrovia, o que tornava difícil estabelecer distribuição perfeitamente exata, como no caso de Juiz de Fora, Barbacena, Belo Horizonte e Curvelo, entroncamentos ferroviários incluídos na zona da Central do Brasil e, ao mesmo tempo percorridos: o primeiro pela Leopoldina, o segundo e o terceiro pela Oeste de Minas, e o quarto pela Vitória-Minas.

A produção mineira de café se encaminhava para Santos, para o Rio de Janeiro e para Vitória. A do Sul, com pequeno desvio para o Rio, e a maior parte por Santos, a produção da Mata se escoava pelo porto do Rio de Janeiro, e parte da produção do Vale do Rio Doce, saía pelo porto de Vitória.

O café mineiro predominava na exportação realizada pelo porto do Rio de Janeiro (p. ex., pelo "SEGUNDO CONVÊNIO", de 28 de maio de 1927, a "quota de embarque" de Minas correspondia a 57%). Não se dava o mesmo quanto a Santos: a safra paulista de 1926/27 era avaliada em 8.480.000 sacas, ao passo que a mineira exportada por Santos, era computada em 815.000 sacas.

Estado montanhoso e central, sem porto de mar e sem direta comunicação fluvial com o oceano, fazendo suas exportações através de quatro Estados do país, Minas tinha no problema ferroviário o "calca nhar de Aquiles" da sua economia.

Singer assinalou, para fins do século passado, que " da mesma forma que a mineração, a cafeicultura (mineira) fará do porto de embarque, situado fora do território mineiro, o verdadeiro centro econômico da província. O Rio de Janeiro voltará a desempenhar este papel, como já o desempenhara no século anterior. (...) O café mineiro enriquece a vida comercial do Rio, movimenta a sua economia portuária e contribui, desta forma, para sua expansão urbana. Aproveitando as vias de comunicação, assim criadas, o Setor de Subsistência da economia mineira vai procurar no mercado do Rio o escoadouro dos seus excedentes de produção. Efetivamente, é o Rio o destino da quase totalidade das exportações mineiras de gado bovino e suíno, dos laticínios e derivados de porco, etc... E, finalmente, é pelo Rio que são importados os produtos que são consumidos em Minas " (49).

Tudo nos leva a crer que tal situação de dependência comercial não se teria alterado profundamente nas três décadas seguintes. Senão, vejamos a comercialização do café mineiro nos anos 20.

A maioria dos cafeicultores vendia sua safra a intermediários agindo por conta própria ou representando grandes firmas. Raros eram os que remetiam diretamente o produto aos mercados mais importantes.

Ao vender "na porta", por muito menos do valor real da mercadoria, o fazendeiro beneficiava os comerciantes de café, por conta própria ou por conta de terceiros, que realizavam grandes negócios em torno do produto, destinado ao consumo interno ou a exportadores.

Portanto, o fazendeiro de Minas, em regra, vendia pessoalmente seu café, entregando-o na estação de embarque, no interior. Pelo menos a metade do café mineiro era vendido no interior, sendo exportado por conta de negociantes. À falta de "bolsas de mercadorias" no interior, o fazendeiro orientava-se do seguinte modo: enviava anualmente ao comissário, no Rio, Santos ou Vitória, duas ou três partidas de café, em meses diferentes. Verificava, então, pelas contas de venda recebidas, a média das despesas realizadas por arroba e o produto líquido apurado, em cada venda, também por arroba. Baseado nestes dados, entrava em negócio de partidas maiores com os compradores locais.

Raramente o cafeicultor cuidava pessoalmente de ne-

gócios fora da fazenda. Comerciantes e beneficiadores de café estabeleciam-se geralmente nas sedes dos municípios. " Dos fazendeiros, muitos residiam nas respectivas propriedades, havendo inúmeros que, com o advento da prosperidade, preferiram a alegria e o conforto das cidades à solidão e desconforto dos sítios agrestes. Especialmente quando as estradas de rodagem se ramificavam por todos os lados, nas regiões cafeeiras, e que os automóveis rapidamente por elas trafegavam, notava-se uma espécie de lenta migração dos proprietários rurais para os centros urbanos onde se instalavam em bons prédios" (50).

Em síntese, um número limitado de lavradores vendia pessoalmente, mediante amostras, seu café nos mercados litorâneos. Os demais continuavam apegados ao tradicional "regime do comissário".

São bastante distintas, portanto, as figuras da burguesia cafeeira mineira e paulista. Em São Paulo, "desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitaram a organizar e dirigir plantações de café. Eles eram também compradores de produção do conjunto de proprietários de terra. Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade. Pouco a pouco, eles se afastam das tarefas ligadas à gestão direta das plantações, que são confiadas a administradores. Eles se estabeleceram nas grandes cidades, sobretudo em São Paulo. Suas atividades de comerciantes não se conciliavam com uma ausência prolongada dos centros de negócios cafeeiros" (51).

O que deve ficar claro é que, além do fazendeiro, a atividade cafeeira, compreendida desde a produção até a exportação, beneficiava uma série de outros agentes, direta ou indiretamente envolvidos nos seus negócios — como por exemplo o Estado, as empresas de transportes, os diversos intermediários, o sistema financeiro, etc. —, além de possibilitar o vazamento de um excedente, seja para outras atividades, seja para outros Estados. Seria interessante analisar o quanto ele deixava para o próprio cafeicultor, ao final dos anos 20, para verificarmos seu incentivo para permanecer no negócio.

Para tanto, teríamos de analisar os custos envolvidos na atividade. Entretanto, à época, todos os cálculos relativos

à produção agrícola eram feitos sem muito rigor. A ausência de elementos seguros para a base das estimativas dá a esses cálculos grande variabilidade, segundo as fontes.

Vários autores estimaram esse custo (52). Mostram grandes diferenças entre si, segundo o Estado, a região, a zona (terra "cansada" ou "virgem"), o ano, etc. Em geral, discriminam esse custo em custos de formação, produção e de comercialização.

Ribeiro Junqueira em 1927, para uma fazenda no município de Leopoldina, Zona da Mata, com um cafezal de 52.000 pés e produtividade média de 30 arrobas por mil pés, estimou o custo de formação em 8\$240 por arroba, o de produção em 11\$500, e o de venda em 7\$000. Como no momento em que escrevia o café estava cotado a 31\$600, restava um saldo a favor do fazendeiro de 4\$860, correspondendo a 15,4% do preço da venda. Segundo ele, eram muito medíocres, senão precárias, portanto, as condições dos lavradores da Zona da Mata, mesmo em face dos excelentes preços então correntes. Pensava não ser outra a situação no Sul do Estado.

Assim, enquanto deixava ao fazendeiro, por arroba, a minguada quantia de 4\$860, a atividade cafeeira dava ao Estado, só na forma de impostos de exportação, sobre-taxa e taxa ouro, 3\$855, o correspondente a 12,2% do preço de venda. A estrada de ferro Leopoldina, tomada por base a estação de Santa Izaabel, que pouco distava do Rio (9 horas e 15 minutos; o grosso da zona estava sujeito a transporte mais difícil e frete mais elevado), dava 2\$100 por arroba, o que correspondia a mais de 6,6% do preço de venda.

Lembremos que Cano, trabalhando com dados apresentados por Taunay, referentes aos custos de uma fazenda no município de Jaú, no Estado de São Paulo, com alta produtividade (150 arrobas por mil cafeeiros), em 1927, estima que os intermediários financeiros teriam uma apropriação equivalente a 14% do valor bruto da produção cafeeira; o fazendeiro teria um lucro bruto de aproximadamente 25% desse total; o Estado apropriaria 13,5%; os intermediários comerciais 5,5%, as ferrovias 3,4% e a indústria de sacarias 2,3% (53).

À essa precária situação da lavoura cafeeira na Zona da Mata dizia Ribeiro Junqueira, certamente não poderia se manter o cafeicultor, se não encontrasse em outras culturas e

na criação, o indispensável para fazer face às suas despesas. Para esse resistência encontrava também apoio nas lavouras de café formadas em melhores tempos, exigindo, portanto, menor soma para a recuperação do capital empregado.

Segundo ele, "tem o governo mineiro o dever de olhar, com olhos de inexcedível carinho, para a lavoura cafeeira", pois " Minas tem na produção e na tributação cafeeira a firmeza da sua situação econômica e a garantia da sua situação financeira " (54).

De fato, a União e o Estado tiravam, além do proveito indireto do café mineiro com o progresso material das zonas em que ele imperava, benefícios diretos, a primeira com fretes das ferrovias e a incidência do imposto de consumo sobre o produto a taxa relativa ao café torrado ou moído, e o segundo com fretes ferroviários, as fortes contribuições do imposto de exportação, da sobretaxa do café decorrente do Convênio de Taubaté (fazendo parte da receita ordinária do Estado desde 1907), a taxa adicional sobre a saca remetida para fora do Estado, para a defesa do produto, e, ainda, a taxa de estatística. As municipalidades cobravam ainda, o imposto sobre usinas de beneficiamento, assim como o imposto sobre armazéns e depósitos.

Segundo Taunay, em 1927 " ainda era cedo para que se percebessem provas manifestas de franca ruína cafeeira, nas regiões achegadas ao rio Paraíba do Sul. Essa ruína já começara porém; e só não fora e não era mais veloz graças à prodigiosa urberdade das terras, porque em Minas nada se praticava ainda com respeito à aplicação racional de adubos. Incontestavelmente, o café estava seguindo os roteiros do Norte e Oeste. Do curso do Paraíba do Sul alcançara o vale do Rio Doce, como alcançara o Rio Grande " (55).

Nesse ano, devido à restrição de transportes, imprescindível à defesa da enorme safra corrente, muitos fazendeiros se viam apertados pecuniariamente para com o seus credores, por não poderem dar escoamento regular ao seu produto. Viam-se forçados, em tais condições, a recorrer aos bancos, que frequentemente se fechavam para eles, ou então aos " capitalistas " (agiotas), que cobravam juros avultados. Pequenos produtores preferiam mesmo, em vista disso, entregar seus cafés a compradores oportunistas, por preços reduzidos. Alguns da Zona da Mata chegavam a trazer seu produto, de longe, às estações da Leopoldi

na , para aí passarem pela decepção de não poderem embarcá-lo, por já haver sido atingido o limite máximo das remessas que competiam aos respectivos municípios. Constrangidos, então, e por não existirem armazéns de depósito, vendiam-no muito barato, a 14\$000 ou 15\$000 a arroba, certamente com prejuízo .

3. OS BANCOS EM MINAS

Passemos ao exame da articulação dos bancos com os "negócios do café".

Vimos que a evolução financeira no Império caracterizou-se pela inexistência de formas institucionalizadas de crédito agrícola, com predominância do crédito mercantil, e que os bancos ligavam-se a operações de comércio de exportação e importação.

" Não havendo crédito agrícola no Brasil, via-se o comissário forçado a seguir como banqueiro da lavoura. Os bancos em prestavam sob o crédito do comissário, de sua firma ou pessoal , sob letras endossadas por outros comerciantes, pois recusavam-se , sistematicamente, a aceitar endossos de lavradores, de modo que se criavam interdependências, comerciais perigosas e por vezes ruinosas. Viviam os comissários a cada passo premidos pelos seus comitentes, que lhe reclamavam adiantamentos sobre adiantamentos para alargarem lavouras, adquirirem aparelhamento beneficiador mais eficiente ou atenderem a despesas várias " (56).

Assim, a assistência aos produtores no interior, na magnitude em que se dava era feita basicamente por firmas não bancárias, ligadas ao comércio e/ou casas comissárias. Além disso , existia certa difusão de "capitalistas" particulares que atendiam aos produtores nas necessidades de crédito.

Em fins do século XIX e início desse, sofre uma alteração profunda o mecanismo de comercialização do café. " Observava - se a tendência do exportador em aproximar-se do produtor, passando por cima do órgão intermediário, o comissário (...). A iniciativa do exportador indo às fazendas comprar o café, só visava um alvo: sugar os lucros atribuídos ao comissário e ainda fazer, por este meio, o jogo certo da baixa do gênero. Retirando-se para o interior, deixava o mercado sem procura, o que influiu certamente para a baixa ; uma vez realizada esta, apresentava-se exigente e poderoso ante o fazendeiro, a quem oferecia preços que acompanhavam os de mercado. Isto resultava em prejuízo para o produtor e nenhuma vantagem para o consumidor. Continuava este a comprar café pelos

mesmos preços; as oscilações nas altas regiões não afetavam as ca madas que só conheciam o café aos quilos, às libras, acostumados como estavam a preços sempre a par das grandes altas" (57).

O declínio do comissariado, junto com o surgimento das casas exportadoras, é paralelo ao crescimento da rede bancária e à penetração das agências dos grandes bancos nas áreas do café.

"Mas, o comissariado perdera terreno ante o progresso do aparelhamento bancário e a multiplicação de agências dos grandes bancos, a criação de armazéns gerais, a instituição dos warrants e outros institutos jurídicos. Fato frisante: em 1918, os bancos nacionais paulistas contavam onze agências em todo o Estado de São Paulo; haviam elas subido a 53 em 1924, e a 88 em 1927! O Banco do Brasil, com 4 agências em 1918, passara em 1927 a 16, no Estado de São Paulo. Obtinha-se, agora, o custeio das lavouras, em grande parte, nos bancos. Continuaram, porém, algumas casas comissárias a fornecer adiantamentos aos lavradores, nos velhos moldes de antanho. O Banco do Estado fornecia-lhes (aos lavradores) dinheiro sob o penhor de produtos agrícolas ou primeiras hipotecas de fazendas. Em 1927, faziam adiantamento contra conhecimentos de café de sua produção exclusiva, até o máximo de trezentos contos de réis, para cada operação, a nove por cento anuais e à base de quinze mil réis por arroba. O represamento da produção cafeeira estava exigindo, porém, modificações notáveis no aparelhamento financeiro. Já o custeio de safras relativamente pequenas se mostrava considerável. Fora, em grande parte, o que determinara o aumento do capital de quase todos bancos paulistas, havendo alguns até, tresp dobrado os capitais" (58).

Portanto, ocorre na última década da Primeira República uma modificação no padrão de operações do sistema bancário, ao começar a expandir sua rede no interior das áreas do café, particularmente no Estado de São Paulo. Assim, "na década dos 20, inicia o sistema bancário uma débil ligação com o setor primário, e em particular com a produção cafeeira, através do fornecimento de recursos financeiros de prazo curto" (59).

De fato, também em Minas Gerais, se verifica nos anos 20 um surto bancário expressivo (Quadro II.19-A.E.). Dos 21 bancos mineiros existentes em 1925, 14 foram fundados na primeira metade da década. A relação nominal deles, juntamente com a das

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS MINEIROS EM 1925 INICIALIZADOS APÓS 1920

ANO DE FUNDÇÃO	NOME DO ESTABELECIMENTO	CIDADE	REGIÃO	AGÊNCIAS
	BANCO:			
1920	De Feresgussa	Feresgussa	SUL	1
1921	Machadense	Machado	SUL	2
1921	Comércio e Indústria de MG	Dele Horizonte	POREALTÉRICA	3
1924	De Araxburgo	Araxburgo	SUL	1
	De Cabo Verde	Cabo Verde	SUL	1
	Comercial de Minas Gerais	Carangola	MATA	1
	De Miral	Miral	MATA	1
	Popular Sul de Minas	Santa Rita de Sapucaí	SUL	1
	Comercial e Agrícola de S. S. Luzias	S. Sebastião do Paraíso	SUL	1
1925	De Lavras de Minas Gerais	Bele Horizonte	POREALTÉRICA	1
	Oeste de Minas	Veredipe	OESTE	1
	Rural da S. Tiago	S. Tiago	SUL	1
	Agrícola de São Leopoldo	São Leopoldo	OESTE	1
	Comercial e Agrícola de Varginha	Varginha	SUL	1
	CASA BANCÁRIA:			
1921	Campos Lima & Cia.	Guaranésia	SUL	1
1922	Coelho, Almeida & Cia.	Tratuzal	TRIÂNGULO	1
	Odilon Freire & Cia.	Guaranésia	SUL	1
	Ferreira Alves & Cia.	Guaxupé	SUL	1
	L.O. Rezende & Cia.	S. Sebastião do Paraíso	SUL	1
1923	De Santos, Coelho & Almeida	Araxburgo	TRIÂNGULO	1
	Costa Ferreira	Araxburgo	SUL	1
1924	Moulié & Graxinal	Caracel	SUL	1
	Banco de Cataguases	Cataguases	MATA	1
	Alves Lima & Cia.	Monte Santo	SUL	1
1925	De Botelhos Ltda.	Botelhos	SUL	1
	Banco de Cássia	Cássia	SUL	1
	Borges & Pontoura	Conquista	TRIÂNGULO	1
	Ferreira, Moreira & Cia.	Guaranésia	SUL	2
	S. de Indústrias Econômicas de MG	Olímpia	OESTE	2
	Banco de Varginha de N. S. S. de F. & Cia.	Varginha	SUL	1

Fonte: Estado de Minas Gerais - Secretaria de Agricultura (Serviço de Estatística Geral). Anuário Estatístico de Minas Gerais, BH, Imp. Oficial, 1929, Ano IX (1927/1928), pp. 952/957.

casas bancárias, está no Quadro 11 (complementar ao Quadro 1). Como havia 5 estabelecimentos bancários com sede fora do Estado, funcionando em Minas nesse ano (Quadro II.20-A.E.) e 21 casas bancárias, somava 47 o total deles, disseminados por 70 localidades (de um total de 213 existentes em Minas). Na verdade a maioria absoluta deles serviam apenas ao local de sua sede; somente 3 deles possuíam mais de 10 agências (Quadro II-21-A.E.).

Diversas questões podem emergir dos quadros citados. A primeira delas não tem resposta fácil: por que se verificou uma grande expansão bancária, justamente na década dos 20, e não em outra época? Na verdade essa é a questão fundamental que esperamos esclarecer até o final do capítulo. No entanto, num nível de abstração mais elevado, podemos já sugerir uma pista. Se entendermos essa década como um momento específico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, aquele do prenúncio da crise e superação de sua primeira fase — a da economia primário exportadora —, estaremos analisando-a como a transição para uma etapa mais avançada, quando a separação do capitalista-banqueiro, do capitalista-industrial e do comerciante é inevitável. Em outros termos, na década dos 20 as diversas faces do capital cafeeiro vão se libertando. Depois de 30 esse capital mercantil, que era simultaneamente agrário, comercial, industrial e financeiro, é rompido nessas frações.

Até então, a dinâmica da expansão era dada pela evolução do capital cafeeiro. A partir de 1933 a dinâmica do padrão de acumulação passa a ficar na dependência da expansão urbano-industrial, gerada em última análise pelo crescimento do setor produtor de "bens de consumo assalariado" (tanto na agricultura, quanto na indústria) e do setor de bens de produção. O café não é mais, em seu movimento cíclico de expansão, que subordina o padrão de acumulação. O determinante em primeira instância passa a ser a dinâmica urbana-industrial, e em última instância continua sendo a capacidade para importar. No padrão anterior, tanto um, quanto o outro, passavam pelo café; neste não.

Pois bem, o banqueiro só cumpre o seu papel no modo de produção capitalista na medida em que pode superar o fracionamento do capital social numa variabilidade de capitais individuais. Nesta função de mobilização e repasse do capital financeiro é que reside sua importância social. Em outras palavras, o capital bancário evolui na medida em que permite o descongela-

mento do capital monetário, sua mobilização e transferência inter-setorial. Portanto, a constituição de diversas esferas de acumulação próprias, a agrária, a industrial, a comercial, implica numa necessária evolução de um sistema bancário. Numa outra linha teórica, poderíamos dizer: ultrapassada a fase de "auto-financiamento", a tarefa de transmitir fundos de empréstimos entre "unidades de dispêndio" superavitárias e deficitárias leva à multiplicação dos intermediários financeiros.

Pensando a nível concreto, para obtermos uma explicação mais razoável para o surto bancário na década dos 20, temos de articular este sistema financeiro com a esfera real, verificando com que atividades econômicas se dão seus vínculos.

Notamos (ver Quadro 11), que a maioria absoluta (quase dois terços) dos estabelecimentos bancários que surgem entre 1920 e 1925 têm suas sedes (matrizes) na Zona Sul, região — como vimos — produtora dos principais produtos de exportação de Minas: café, gado (principalmente o engordado em invernedas, além do leiteiro) e laticínios. Por outro lado, Belo Horizonte (capital do Estado) e Juiz de Fora (maior centro econômico de Minas até 1930) são os dois municípios que se destacam como praças bancárias de razoáveis proporções, com 6 e 5 estabelecimentos, respectivamente. Já Varginha, Guaxupé e Guaranésia eram servidas por 4 empresas bancárias, e Carangola, Cataguases, Ponta Nova, São Sebastião do Paraíso e Formiga por 3. Todos esses municípios, como vimos (Quadro II.18-A.E.), e com exceção de Formiga, estavam colocados entre os principais produtores de café das Zonas da Mata e Sul.

No entanto, se bem que o surto bancário ocorrido na década dos 20 coincide com a penetração da rede bancária nas zonas do café, concordamos que " a explicação do fenômeno não deve ser procurada na relação direta dos bancos com a produção cafeeira e sim na densidade das atividades econômicas geradas na região por efeito indireto da economia do café " (60). Tal hipótese parece-nos, é confirmada pelo próprio tipo de crédito que os bancos praticavam à época, quando predomina amplamente o crédito de circulação. Como veremos mais adiante, mais de 80% dos empréstimos dos bancos mineiros eram realizados em letras descontadas.

Com isso não queremos diminuir a importância direta do café para as atividades bancárias, como ficará claro quando analisarmos a atuação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, nessa década. É bastante provável também que boa parte dos bancos e/ ou

casas bancárias que surgem então, principalmente no Sul de Minas e atuam no repasse de capital originário na comercialização de gado para o financiamento do café.

O que queremos ressaltar aqui é a importância indireta do café para toda a vida econômica da época, o que acaba por atingir os bancos. Por exemplo, "exercendo a sua função indireta, era o café que principalmente abastecia de letras para cobertura os grandes mercados cambiais brasileiros. Os bancos, adquirindo tais letras, com elas constituíam o fundo com que se habitavam a fornecer os saques de que careciam o comércio e a indústria para pagar as mercadorias, assim como as matérias primas e os ingredientes importados; saques de que também necessitavam as administrações públicas federal, estaduais e municipais para a liquidação dos compromissos financeiros no exterior. Regulando desta forma o equilíbrio cambial, que repercutia imediatamente na estabilidade do valor do meio circulante, o café, por fenômeno reflexo, interferia também no aparelho monetário, assim como na formação e sustentação dos preços das utilidades, até em relação às mais geralmente necessárias. Podia-se, pois, dizer sem receio de errar, que até das finanças particulares se tornava instrumento de método e ordem esse produto de importância capital e até então insubstituível" (61).

Em 1925 estão instalados em Belo Horizonte as matrizes do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais e do Banco da Lavoura de Minas Gerais, além das agências do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, do Banco do Brasil e do Banco Pelotense.

Na verdade, alguns desses são bancos que figurariam, mais tarde, entre os "grandes bancos mineiros". Já em 1922 o Hipotecário e Agrícola se colocava no oitavo lugar entre os melhores bancos nacionais (62). Ele, ao lado do Crédito Real, se destacava amplamente dos demais bancos de Minas Gerais; possuíam 22 e 16 agências, respectivamente, localizadas nos principais centros produtores de Minas. Juntos, detinham quase 90% do total estadual de depósitos em contas correntes, salientando-se o Hipotecário e Agrícola com mais de 60% (Quadro II.22-A.E.)

O nascimento dos primeiros grandes bancos privados mineiros só se deu com o crescimento comercial e industrial de Belo Horizonte depois da Primeira Guerra Mundial (63). Além de

ser, na época proporcionalmente, a cidade de maior crescimento demográfico do Brasil, como sede do governo ela reuniu inicialmente uma população com poder aquisitivo relativamente elevado, derivado principalmente dos ordenados pagos pelo Estado, o que a tornou um mercado de certa expressão, não só para produtos agrícolas como também para industrializados. Sem dúvida, boa parte do excedente que então circulava na capital do Estado era derivado da arrecadação fiscal exercida sobre o café.

O Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais já nasceu grande. Em 7 de setembro de 1922, um grupo de comerciantes e industriais de Belo Horizonte decidiu criar um banco para melhor atender aos seus interesses. É instalado a 1º de janeiro de 1923, com 6.000 contos de capital (o que o faz o maior banco privado de Minas; os únicos que dele se aproximavam eram o Banco Comercial e Agrícola de Varginha com 5 mil contos e o Banco Santaritense, com 4 mil). Em 1923, abre uma agência em Formiga, e em 1924 em Palmira. A evolução dos seus depósitos em contas correntes nos três primeiros anos de existência vai de 10% do total do Estado em 1923, a 12% em 1924 e a 17% em 1925.

O grupo fundador era constituído por Américo Teixeira Guimaraes, Christiano Guimaraes, Sebastião Augusto de Lima, José Antônio Assunção, comendador Vitorino Dias e Tomaz de Andrade. É interessante investigar a acumulação "primitiva" (prévia) do capital empregado no empreendimento. Em geral o capital em Minas era originário de capital comercial, de capital rural (fazendas) ou então dos benefícios derivados do "paternalismo político", quer dizer, através do Estado. Pela limitação das oportunidades econômicas no restante do Estado, a capital construída a partir de 1897 constitui um "novo horizonte" para a acumulação de capital e, portanto, um polo atrativo para os empresários mineiros (originários do interior). O grande industrial mineiro, em geral, iniciou suas atividades no setor têxtil, mantendo ao lado da fábrica uma casa de comércio (possuía um "caráter comercial" o empreendimento industrial). Posteriormente, diversificam suas atividades, ou adquirem terras, ou voltando-se para empresas metalúrgicas. Esse é o traço comum. O empreendimento econômico possui feições tradicionais, os participantes são ligados através de laços de parentescos (a ascensão social via casamento com jovens de tradicionais famílias mineiras é característica...). Como veremos mais adiante, o papel da especulação imobiliária na formação de grandes fortunas

em Minas é também marcante.

Pois bem, os principais fundadores do Banco Comércio e Indústria não fogem à essa regra biográfica. Américo Teixeira Guimarães era filho de fazendeiro. Foi caldeireiro, carpinteiro, curtidor de couro. Em 1886 fundou a Cia. Cachoeira dos Macacos, uma das mais antigas fábricas de fiação e tecelagem de Minas Gerais, com 80 teares. O capital inicial de 150 contos de réis foi formado à base de poupanças pessoais e de "lavradores amigos". Cristiano Guimarães, filho de Américo, em 1911 substituiu o pai na gerência da Cia. Industrial Belo Horizonte, outra fábrica textil da família, fundada em 1906. Em 1917, fundou, juntamente com 20 acionistas a Cia. Siderúrgica Mineira com capital inicial de 350 contos de réis e fábrica em Sabará. Em 1921 entrou em contato com a missão belgo-luxemburguesa, associando-se com o grupo belga Aciéries Réunis Burbach-Eich-Dudelange (ARBED), para fundar a Cia. Belgo-Mineira. Expandiu-se a fábrica existente, que contava apenas com um alto forno e, posteriormente, com a adição de um forno SM e de uma unidade de laminação, tornou-se a primeira unidade integrada do Brasil. Finalmente, em 1922 funda o Banco, ao lado de Sebastião Augusto de Lima, cuja ascensão seria enquadrada no caso "paternalismo político".

O Banco da Lavoura de Minas Gerais (Sociedade Cooperativa de Cotas de Responsabilidade Limitada e Forma Anônima) teve sua autorização para funcionar datada de 15 de maio de 1925. Entretanto, sua inauguração só se deu a 12 de junho do mesmo ano, iniciando suas atividades no dia 16 daquele mês. Funcionava pelo tipo das Caixas Raffeisen e Estabelecimentos Luzzatti. A primeira diretoria do estabelecimento era a seguinte: Dr. Hugo Werneck, presidente Dr. Clemente de Faria, diretor-gerente; Dr. Ataliba Sales, diretor-secretário.

Foram 91 os subscritores iniciais das ações de cinquente mil réis (50\$000) para a constituição do capital inicial de 613:700\$000, o qual, após um semestre de funcionamento do Banco, elevou-se a 948:400\$000. Foi portanto, ao contrário do Comércio e Indústria, um Banco que não surgiu com grandes dimensões. Funcionou, de 1926 a 1928, num acanhado prédio da Rua Caetés, por onde se expandia, também, o comércio na capital mineira. Ali se instalava sua Matriz, e só em 1930 inaugurou sua primeira agência, em Conselheiro Lafaiete.

Os onze incorporadores do Banco solicitaram a seus amigos e coestaduanos a subscrição de ações. Foi fundado com capi-

tais exclusivamente mineiros e dirigido por financistas mineiros. Entre seus fundadores se destacava Clemente de Faria, filho de fazendeiro e latifundiário, criador de gado em Pedra Azul - ex-Fortaleza de Minas, quase fronteira com a Bahia. Em 1910, com 18 anos, foi fazer um curso de Direito em Belo Horizonte. Iniciou então sua carreira de comerciante, com a venda de cadeiras de engraxate e especulação com balanças de pesar. Entre 1915 e 1925 negociou com prédios, confeitarias, águas marinhas etc. fundando ainda a Cia. Mineira de Diversões (proprietária de cinemas, depois de 1930). Foi eleito deputado estadual graças ao prestígio do pai, sendo reeleito diversas vezes. Portanto, fazendeiro, negociante, advogado, político com grande intuição para negócios bancários, e com pretígio pessoal, detinha amplas condições para tornar-se o empresário inovador que foi, pioneiro do crédito popular.

Em 1925, quando surgiu em Belo Horizonte o Banco da Lavoura (64), era quase nula a intimidade do povo com os negócios dos Bancos, que mais operavam com o comércio, a indústria e a lavoura. Em 1926, por inspiração de Clemente de Faria, foi instituída no estabelecimento uma seção de pequenos depósitos, que teve a maior aceitação: em dois meses apenas abriu 800 cadernetas e recebeu centenas de pedidos do interior do Estado. O novo Banco passou a ter, conjuntamente com a clientela de comerciantes e industriais, a do povo em geral.

Buscava atender a todos que o procuravam e não somente os afiançados por garantias de bens imóveis, levando em grande conta as garantias do trabalho individual e do "padrão moral de cada um". Portanto, a característica própria do Banco da Lavoura, que lhe deu grande popularidade, é que, inicialmente, em prestava fundamentalmente a negócios pequenos, com grande facilidade para o cliente, pois não exigia avalista, "confiando na pessoa conhecida". Tornou-se assim um banco "estimado" sem concorrência na área do crédito pessoal. Seu "segredo" era fazer grande número de negócios, ao contrário dos outros bancos que só faziam negócios grandes. Ou, nas palavras de Clemente de Faria: "- o importante é emprestar pouco a muitos".

O novo papel que o Banco da Lavoura passou a desempenhar na vida bancária de Belo Horizonte que constituiu o primeiro golpe sério na agiotagem, que explorava as camadas populares. "Ao mesmo tempo, tornou-se um estímulo de iniciativas, emparando aqueles que desejam produzir, mas não dispunham de capital", se-

gundo constava em folheto de propaganda do Banco.

Em 18 de dezembro de 1928, transforma-se, de Sociedade de Cooperativa em verdadeiro Banco, com capital inicial de 3 mil contos de réis. Seu objetivo declarado, em registro na Junta Comercial, constituia "efetuar operações de crédito comercial, industrial, hipotecário, popular e notadamente:

- a) receber dinheiro e outros valores em depósitos simples com ou sem juros, a prazo fixo ou a disposição, de acordo com as tabelas que estiverem em vigor, ou combinação especial entre a diretoria e o depositante;
- b) abrir crédito mediante condições fixadas pela diretoria;
- c) descontar letras de câmbio, promissórias e outros títulos comerciais à vista e à prazo garantido por firmas ou pessoas notadamen-
te abonadas;
- d) incumbir de cobranças e passagens de dinheiro dentro ou fora do Estado;
- e) contratar, lançar, colocar por si ou por intermédio de terceiros empréstimos municipais, estaduais, de empresas ou particulares, encarregando-se dos serviços de juros e amortizações;
- f) subscrever, comprar, vender por conta própria ou alheia, títulos de empréstimo nacionais ou estrangeiros, público ou particulares, letras hipotecárias, ações e obrigações de sociedade ou empresa industrial, comercial ou agrícola;
- g) realizar operações de câmbio;
- h) emprestar pelo prazo máximo de seis meses, sob garantia pignora-
tícia, de: (1) título de dívida pública estadual ou federal; (2) mercadorias que não forem de fácil deterioração; (3) warrants; (4) ações e obrigações de companhias com valores integralizados;
- i) empréstimos por hipotecas sobre imóveis rurais ou urbanos por prazo máximo de três anos, com ou sem autorização à vontade da Di-
retoria sob as seguintes condições: (1) os empréstimos não podem ser feitos senão com garantia da primeira hipoteca, cedida de acordo com a lei em vigor. A entrega da quantia emprestada não poderá ser feita senão depois da inscrição em primeiro lugar no registro de hipotecas; (2) os empréstimos feitos sob garantias hipotecárias não poderão exceder a um terço (1/3) do valor dos imóveis urbanos e um quarto (1/4) dos rurais;
- j) realizar operações de crédito popular;
- k) fazer quaisquer outras operações bancárias.

Por fim, queremos ressaltar que, com o crescimento desses bancos, Belo Horizonte, nos dois últimos anos da década au

menta sua participação no total dos depósitos realizados no Estado, de 24% para 28%.

Analisando o movimento bancário em Minas Gerais na década dos 20 (Quadro II.23-A.E.) observamos por um lado, que os empréstimos em letras descontadas têm crescimento muito mais acentuado que os em contas correntes, aumentando sua participação no total de pouco menos de 60% no início para mais de 80% ao final dos anos 20. Por outro lado, os depósitos à vista evoluem muito mais que os à prazo. Eles, que eram menores que os à prazo em 1921, passam a deter em torno de 60% do total dos depósitos. Quanto a relação entre empréstimos e depósitos observa-se que foi variável no período, ora as aplicações superavam os depósitos, ora ocorria o inverso. Minas não se definira ainda como praça de aplicação ou como praça de depósito. Os encaixes que se apresentavam elevados nos primeiros anos da década caem em seguida, como consequência da criação da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, na qual os bancos poderiam se socorrer em momentos de falta de liquidez.

Resta analisarmos o sistema bancário mineiro face aos de outros Estados, ou a concentração regional dos depósitos à vista (Quadro II.24-A.E.). Na década anterior, Minas figurava em sétimo lugar quanto à participação no total dos depósitos à vista do país; nos dois primeiros anos da década, passa ao sexto lugar, e em seguida se firma (até 1939, quando sobe para o terceiro posto) como quarto Estado em importância financeira, suplantando Bahia e Pernambuco, principais praças nordestinas. É nessa década, portanto, que os Bancos mineiros começam a assumir posição de destaque no sistema bancário nacional.

O Rio Grande do Sul mantém a terceira colocação também na década dos 20, com fatia expressiva no total dos depósitos, que só se reduz no início da década seguinte, com a grave crise bancária que sofre. São Paulo, que tem participação variando entre um mínimo de 29% e um máximo de 56%, em alguns anos da década dos 20 apresenta volume de depósitos ainda maior que a Capital Federal - principal centro financeiro do país, - que apresentava tendência declinante.

Mas uma característica marcante do sistema bancário mineiro face aos de outros Estados será a ausência inicial e depois a participação inexpressiva, dos bancos estrangeiros em seu território (Quadro II.25-A.E.) O Banco de Londres & Sul América Ltda. instalou uma agência em Belo Horizonte somente a 10 de novem

bro de 1927. Por outro lado, a atuação de bancos privados de outros Estados em Minas é pouco significativa no período áureo dos bancos mineiros. Como vimos, nessa década que analisamos, existiam em Minas, somente 5 agências do Banco Pelotense (que, prestes a entrar em falência em 1930, é encampado pelo Banco do Rio Grande do Sul, governamental) e uma agência em Poços de Caldas do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, inaugurada em 1923.

Essa característica contrasta enormemente com as posições principais centros financeiros do país, Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul; em que pese que em todos eles a participação percentual dos depósitos à vista dos bancos estrangeiros no total do Estado é declinante na década dos 20: acentuadamente em São Paulo - de 74% em 1920 para 18% em 1929 - e no Rio Grande do Sul - de 19% para pouco mais de 2%.

Ocorrem na década dos 20 alguns fatos marcantes da história financeira brasileira. Como mostram Hasenbalg e Brigagão, a história bancária do Império e da Primeira República se caracterizou pelo padrão de alta instabilidade desses empreendimentos: a crise de 1857/8 iniciada nos E.U.A. e Europa; a crise de 1864 de origem interna e localizada na praça do Rio de Janeiro, que culminou na falência de várias casas bancárias; a crise de 1875 em que desmoronou o império econômico de Mauá e alguns outros bancos; o "encilhamento" de Rui Barbosa; a política deflacionista de Murinho, que resulta na profunda crise bancária de 1900. Os autores apontam as seguintes causas para tais ocorrências: a) o impacto das crises externas (através do desequilíbrio na balança de pagamentos e desvalorização da moeda); b) as próprias oscilações da política econômica executada (variações entre as posições papelistas e metalistas, a pluridade e a centralização emissora, a contenção versus a ampliação dos meios de pagamento); c) a atração exercida pela atividade bancária para investimentos de natureza especulativa; d) a falta de fiscalização e controle da atividade bancária, por parte do governo central (65).

Pois bem, contra essa última causa se institui pela lei nº 4182 de 13 de novembro de 1920 a fiscalização dos Bancos e Casas Bancárias. Organiza-se a Inspeção Geral de Bancos, cujo decreto também estabelece as normas para a instalação e funcionamento dos bancos (66). Segundo Ribeiro e Guimarães "o regulamento e a fiscalização devem ter influído para que a grave crise econômica de 1929/30 não gerasse o pânico observado nas de 1864, 1875 e 1900" (67)

Na verdade, como veremos, "na época da Grande Crise de 29 o sistema bancário estava melhor estruturado, havia um incipiente controle governamental, mais senso de liquidez e maior experiência empresarial no setor. Dessa forma, embora em termos econômicos a crise de 29 tenha sido mais profunda que as anteriores, não se verificaram tantas corridas e fechamento de bancos" (68).

Vemos em Taunay que "a propriedade advinda dos saldos mercantis provocara, como sempre, em meados de 1919, escassez de numerário, dificuldades de desconto nas principais praças do país, porque a maior parte do dinheiro em giro se concentrara no interior, para pagamento de produtos agrícolas pastoris. Melhor organização bancária e sobretudo um banco de emissão e redesconto corrigiria tais perturbações". Segundo ele, "bastaria que ela funcionasse (a Carteira de Redesconto), abrindo aos bancos crédito proporcional ao capital, para que estes estabelecimentos facilitassem o desconto, por saberem onde buscar a compensação em caso de necessidade. A situação vigente não podia perdurar. Bons negócios, por vezes muitos dos melhores, ficaram prejudicados porque as melhores garantias não podiam ser aceitas desde que os bancos não possuíam elementos para descongestionar as respectivas carteiras" (69). A falta de um sistema de emissão e redesconto obrigava os bancos, a manterem um encaixe bastante elevado.

No terceiro trimestre de 1920 agravara-se a crise financeira. O Presidente Wenceslau Brás, depois de pressionado, pelos numerosos debates parlamentares e manifestos de órgãos de classe, resolve fundar, no Banco do Brasil, a Carteira de Redesconto, que começaria a funcionar em 1921.

A Carteira operaria no redesconto de letras de prazo inferior a quatro meses, utilizando emissão especial do Tesouro. A taxa de desconto mínima seria de 5%, podendo ser elevada de acordo com as circunstâncias. A emissão para fins de redesconto teria um teto de 100 mil contos que poderia, entretanto, ser elevado em caso de emergência. Para evitar abuso, seria fixado um teto para acesso de cada banco ao redesconto.

"Uma das razões para a criação da Carteira tinha sido o fortalecimento da posição competitiva dos Bancos Nacionais face aos Bancos Estrangeiros. A ausência de redesconto havia sido apontada como causa de vulnerabilidade dos Bancos Nacionais às crises monetárias e para a preferência do público pelos Bancos Estrangeiros, cujas matrizes

os socorriam prontamente durante as emergências" (70). Assim, as facilidades de redesconto eram sensivelmente maiores para os bancos nacionais em relação aos estrangeiros, apesar destes também poderem recorrer à Carteira. Constatase imediatamente o aumento do volume dos depósitos em bancos nacionais (veja Quadro II.25-A.E.).

Em junho de 1921, também como remédio para atenuar a crise de liquidez e aumentar o giro da moeda (ampliando o uso de cheques), houve a criação de câmaras de compensação em diversas cidades do país.

Na verdade, ainda em 1921 era insuficiente, além de obsoleto, o mecanismo do crédito do qual se socorria a lavoura cafeeira. O comissário, cuja função não era a de fornecer dinheiro, mas que tinha ainda larga clientela, e sempre queria aumentá-lo, descontava nos bancos as letras dos fazendeiros, para movimentação de seu capital. Os bancos, de depósito e descontos, cuja função principal consistia em receber dinheiro dos "capitalistas", a juros módicos, para, ganhando as diferenças, emprestá-lo a juros mais altos ao comerciante, não operavam somente com o capital próprio, em geral pequeno. Trabalhavam, fundamentalmente, com os depósitos dos correntistas. Operando sobre estes, alguns a prazos fixos, porém, curtos, e outros à vista, e portanto podendo ser retirados a qualquer instante, geralmente aplicavam apenas dois terços das quantias recebidas, imobilizando por medida de prudência, em caixa, o outro terço, tendo em vista os saques ou retiradas eventuais.

Quando nenhuma alteração ocorria na vida comercial, tudo caminhava mais ou menos bem. Com a vinda da safra do café tudo se pagava, auferindo cada qual o lucro que lhe cabia. Mas, ao menor atrito, toda esta engrenagem emperreava, desorganizando a vida econômica brasileira, causando prejuízos colossais. Para tanto, não era necessário mais que ligeira convulsão política, financeira ou econômica em um dos grandes mercados consumidores de café. Por exemplo, uma demora nas ordens de compra dos Estados Unidos ou da Europa retardava as vendas que o comissário devia fazer, e com cujo produto precisava pagar os adiantamentos aos lavradores, liquidando os descontos das letras nos bancos. Para sair de tal situação, "para fazer dinheiro", largava-se o café por qualquer preço no mercado, o que ocasionava a baixa dos preços e a demora nas vendas. Como consequência fatal surgiam os pedidos de reforma das letras, que os bancos, às vezes, não podiam conceder, por precisarem

contar com este dinheiro para a restituição dos depósitos recebidos a prazo fixo, a coincidir nessas datas.

Então, lavradores e comerciantes, oferecendo cada qual maiores vantagens de juros, recorriam diretamente aos "capit^ulistas". Estes, por sua vez, para receber as vantagens oferecidas, retiravam os depósitos em contas correntes, não reformavam os de prazo fixo, enfraquecendo assim consideravelmente os encaixes, escasando os recursos bancários.

Em tais situações, era necessário por qualquer forma "fazer dinheiro". O pânico fazia com que todos gritassem contra a falta de numerário. Explicam-se assim as medidas governamentais tomadas para atenuar as crises de liquidez.

Após a posse do novo governo, pelo Decreto 4635-A, de 8 de janeiro de 1923, o Banco do Brasil foi dotado do monopólio da emissão de papel-moeda. Organizado um banco de Emissão e Redescontos - aspiração máxima dos cafeicultores - se consolidaria a política de defesa permanente do café.

"A defesa permanente instituída pelo governo federal a partir de 1922, que, entre as várias medidas preconizadas, estabeleceu o sistema de armazéns reguladores no interior, encerrava contradição, como mostrou Delfim Netto: o café anteriormente depositado nos armazéns gerais, era negociado na base dos "warrants", títulos esses passíveis de desconto bancário; nos armazéns reguladores, o fazendeiro recebia apenas como prova do café armazenado, o conhecimento de transporte e armazenagem, título esse sem negociação bancária. Assim, ainda que os preços externos e internos estivessem altos, a situação financeira do cafeicultor e do intermediário na compra e venda do café era de falta de liquidez, o que colocava o fazendeiro numa inferior posição de negociação, obrigado a vender seu café por preços inferiores às cotações vigentes" (71). Em fins de 1924, com a transferência da política de defesa permanente ao governo do Estado de São Paulo, esse, através do Banco do Estado de São Paulo, passaria a financiar o café estocado nos armazéns reguladores com a emissão de "warrants", e não dos antigos "conhecimentos de embarque".

Minas, como vimos, para desincumbir-se de seu papel na defesa do produto, organizou o serviço de que trata a lei 887, de 19 de agosto de 1925, através do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; "dada a fraqueza do momento, em consequência de

várias causas, dos estabelecimentos bancários". Criado o Fundo de Defesa do Café foi esse Banco encarregado da parte desse serviço, que tinha por fim proporcionar aos produtores empréstimos (sob garantia do café depositado nos armazéns gerais e/ou pelo redesconto de títulos de crédito que representam operações reais sobre o café), ficando assim livres de disporem de seu café, sem a presença de despesas urgentes (essas operações de empréstimo iniciaram-se a 21 de dezembro de 1925).

Na verdade, como vimos no capítulo anterior, desde 1919 (pela lei 740 de 16 de setembro) o Banco de Crédito Real passou a constituir serviço do governo do Estado de Minas, que detinha três quartos de seu capital. O Estado tinha participação não só nesse Banco, como também no Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (através de garantias dadas aos seus capitais), com o intuito de fornecer crédito às "classes produtoras".

Pela Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro em 1921, constatamos que o governo de Minas incentiva a fundação de novos bancos e agências bancárias no seu território, isentando-os do imposto de indústria e profissão. A de 1923 notifica, entretanto, que uma das conseqüências da inflação da época (pelo aumento dos negócios expressos em papel moeda depreciado e especulação sobre uma produção diminuída) tem sido a multiplicação dos bancos. "A rede bancária já abrange as principais praças de comércio e centros de produção do Estado. No entanto, o desenvolvimento que ocorre no crédito comercial não se observa nas mesmas proporções em relação ao crédito agrícola". Já em 1924 diz: - "O Estado criou a sua Caixa Econômica numa época em que as instituições bancárias eram pouco numerosas e pouco desenvolvidas, o que já hoje não se dá; portanto deve ser deixada à iniciativa privada." Então Raul Soares sustou em todas as agências a emissão de novas cadernetas, suspendeu os depósitos subsequentes em todos os lugares onde existem bancos ou agências bancárias, e pretendia "liquider gradualmente as agências destas localidades, onde os portadores de cadernetas poderão facilmente transferir seus depósitos para a Caixa Econômica Federal ou para os bancos".

A Mensagem de 1925 afirma que "o capital do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, que havia consumido integralmente em prejuízos verificados nas suas operações, na ocasião em que o Estado adquiriu, com a maioria das ações, o controle do estabelecimento, acha-se hoje completamente restaurado e o Banco em franca

prosperidade". O Estado emprestou ao Banco, naquela ocasião, 10.000 contos a juros de 5%, retidos por 10 anos. Entretanto, "não tendo mais o Banco necessidade desse auxílio, rescindiu os respectivos contratos com o Estado, com o qual convencionou a restituição do empréstimo e juros retidos, no montante de cerca de 14.500 contos, em prestações anuais de 1.000 contos de réis e mais os juros da dívida". Desligado dos contratos anteriores, o Banco adquire mais liberdade de ação.

Em 1926 o Estado integralizou as 23.289 ações de que era possuidor, das 35.000 ações em que estava dividido o capital do Banco de Crédito Real. Centralizava então o Estado neste estabelecimento quase todo seu movimento financeiro: no Rio de Janeiro toda a arrecadação das rendas era feita pela sucursal do Banco, mediante guias expedidas pela Inspeção Fiscal; assim, também todos os pagamentos do Estado se processavam ali, por intermédio daquela sucursal.

A 11 de junho de 1926 representantes do Estado de Minas Gerais e da diretoria do Banco de Crédito Real fizeram a rescisão dos contratos da Carteira Agrícola de 18/12/1908 e de 12/12/1913, modificando a forma de reembolso das prestações do empréstimo contraído pelo Banco com o Estado e a taxa de juros respectiva, e fizeram o restabelecimento da referida Carteira, de conformidade com a lei 400 de 13/09/1905 e do decreto 2.302 de 21/11/1908, ficando assim novamente instituída, mas com algumas modificações, a Carteira Agrícola, a partir de 30 de dezembro de 1925, a fim de que o Banco fosse beneficiado com a taxa de juros deste contrato e continuasse a auxiliar, com empréstimos, à lavoura e indústrias do Estado, mediante, entre outras, as cláusulas e condições seguintes:

1a. Valor do empréstimo do governo do Estado: 13 mil contos de réis;

2a. prazo do empréstimo e do seu reembolso: 25 anos em 20 prestações anuais, a partir do quinto ano, contado a partir da assinatura do contrato;

3a. juros do empréstimo pagos pelo Banco: 5% a.a., semestralmente, sobre o saldo do empréstimo, que, a arbítrio do governo, poderia ser, com os juros vencidos, elevados a 15 mil contos de réis;

4a. formas das operações realizadas pela Carteira Agrícola:

a. desconto de letras e promissórias, bilhetes de mercadorias e "warrants" emitidos de acordo com a legislação em vigor;

- b. descontos de letras e notas promissórias aceitas por lavradores e industriais, com a garantia de duas firmas reconhecidamente solváveis;
- c. desconto de ordens sacadas por lavradores ou industriais no Estado, a prazo máximo de quatro meses, sob a garantia de duas firmas idôneas e abonadas;
- d. penhor agrícola ou de apólices da dívida pública federal ou do Estado e de produtos industriais ou agrícolas;
- e. primeira hipoteca de imóveis;
- f. conta corrente de movimento, sob garantia hipotecária ou pignoratícia para custeio das lavouras, aquisição de máquinas, etc.

Na verdade, os contratos hipotecários realizados nas Carteiras Hipotecária e Agrícola do Banco, desde o ano de 1909, a prazos de 5 e 10 anos, eram mal vistos no país pelos insucessos repetidos do crédito real. Eram empréstimos realizados com garantia de imóveis rurais, que sob a exigência de prestações vencidas, muitas vezes passavam para as mãos dos bancos. Assim, as operações bancárias relativas ao crédito territorial, eram, em Minas, como em todo o Brasil, de notória insignificância. A letra hipotecária, que era o principal instrumento desse crédito, jamais teve êxito no Estado. Segundo a Mensagem Presidencial de 1927, "só por meio de empréstimos diretos a bancos será possível alcançar recursos para operações sobre a terra."

A ação do Estado na esfera do crédito hipotecário e agrícola, como foi visto, se dava através dos Bancos de Crédito Real e Hipotecário e Agrícola. Antonio Carlos, na Mensagem de 1928, diz que "o maior funcionamento dessas carteiras dependem de maiores recursos pecuniários, visto que os que provêm do depósito são preferencialmente destinados ao movimento comercial, que proporciona lucros maiores". Esperava, ainda, dotar o Banco de Crédito Real de maiores recursos para empréstimos a agricultores e industriais com a colocação de letras hipotecárias no estrangeiro. É interessante destacar ainda que essa Mensagem constata "um apreciável incremento no Estado de bancos populares" e que houve um Congresso Bancário em Belo Horizonte nesse período (referente ao ano de 1927).

Pelo contrato da carteira da defesa do café, o Banco tinha assumido, em 1925, a incumbência do serviço de empréstimos aos cafeicultores, tendo recebido do Estado naquela data, a quantia

de 5.000 contos de réis. Segundo a diretoria do Banco, "desse ser viço, que tem uma escrita a parte, aufero o Banco apenas uma comi são insignificante que não excederá, uma vez deduzidas as despesas de, um pouco mais de uma dezena de contos de réis". O Banco tinha então instaladas 16 agências; para atender ao serviço da carteira de defesa do café eram necessárias novas agências, requeridas pela diretoria ao governo do Estado e da República.

A Mensagem de 1928 afirma que o serviço de adiantamento de dinheiro sobre "warrants", expedidos pelos armazéns reguladores (encarregados da limitação da saída do café para exportação), vinha sendo feito pelos Bancos de Crédito Real do Espírito Santo, Comercial de Estado de São Paulo e Comercial de Varginha. Até en tão, em adiantamentos à lavoura, já havia sido empregada a soma de 36.345:406\$900.

Em 1928 o Banco de Crédito Real realizou importantes reformas na sua organização: elevou seu capital de 7 mil para 25 mil contos; fez uma reforma nos seus estatutos e uma revisão geral dos contratos entre o Banco e o Estado, visando unificá-los. O Governo estava em vésperas de assinar um novo contrato com o Banco para ampliar a Carteira Agrícola e organizar a de Redescontos, que permitiria maior desenvolvimento das cooperativas de crédito e de bancos regionais. Nesse ano, autorizou também o Banco a realizar um empréstimo externo para prover recursos para o desenvolvimento das carteiras Hipotecárias e Agrícola. No entanto, esta tentativa seria frustrada.

Como vimos anteriormente, já em fins de 1928 se deli ne ia a crise do complexo exportador cafeeiro. "Quando surgiu a Depressão Mundial de outubro de 1929, ela apenas reforçou uma séria recessão pela qual a economia brasileira vinha atravessando desde o último trimestre de 1928" (72).

Interessa-nos aqui a crise de 29 na sua manifesta- ção imediata. À primeira vista, uma crise aparece como simples cri se de crédito e de dinheiro. "Como sua aparição não depende dire- tamente mais que do nível da taxa de juros, pode aparecer, portanto, um pouco antes da aparição da crise comercial e industrial. Porém não é mais que um sintoma, um indício da última, pois a variação no mercado está condicionada por aquelas mudanças na produção que con duzem à crise" (73). Podemos tomar mais um ensinamento teórico des- se autor sobre a especulação sobre mercadorias: "a retenção da mer

cadoria e a manutenção dos preços são dificultados também pela alta do juro e a limitação do crédito. Porém, ao mesmo tempo, o elevado nível de preços provoca uma tensão na produção, o aumento da oferta e a contração do consumo, até que, finalmente, ocorre a catástrofe" (74).

Deve ficar claro, pois, que não duvidamos que: "tor^unando-se permanente a defesa do café não só se promoveu a ampliação da capacidade de produção nos países concorrentes, como, e principal^lmente no Brasil, sem correspondente expansão do mercado. Ou seja, a manutenção de um preço alto e a certeza de sua persistência cria^aram uma super-produção interna de fantásticas proporções, e elevaram o grau de concorrência externa. Era cada vez mais difícil financiar a produção de uma mercadoria que se avolumava, sem possibilidades de venda, nos cemitérios de café, como passaram a ser chamados os armazéns reguladores. A Grande Depressão, portanto, veio somente apro^ufundar uma crise que seria inevitável" (75). Entretanto, gostaríamos de lançar alguns indícios sobre uma vertente da crise de 29 que, a nosso ver, não foi ainda suficientemente explorada pela historiografia econômica brasileira.

Referimo-nos à articulação dos bancos com a especula^ução com mercadoria, no caso com o café. Outro velho pensador alemão, do século passado, também nos dá uma contribuição valiosa para entendermos a essência dos fenômenos: "o capital adiantado com garantia de mercadorias surte o mesmo efeito que se adiantasse median^ute o desconto de letras. Se alguém toma em empréstimo uma quantia com garantia de suas mercadorias, é o mesmo que se vendesse suas mercadorias por uma letra dessa quantia e descontasse essa quantia num banco. Entretanto, a antecipação lhe permite reter suas mercadorias aguardando uma conjuntura melhor do mercado e evitar o sacrifício que de outro modo teria de fazer para obter dinheiro com todo aperto (...) Como tu^udo o que facilita os negócios, facilita também a especulação... quan^uto maior seja a facilidade com que se possa obter antecipações sobre mercadorias ainda não vendidas, mais antecipações dessas se contrai^urão e maior será a tentação de produzir mercadorias ou de deixar as mercadorias afastadas do mercado somente para obter este tipo de antecipações em dinheiro" (76).

Pois bem, sugerimos que o armazenamento do café em^upreendido pela política de defesa permanente desde 1925, mediante o fornecimento de "warrants" para desconto em bancos, não tardou em converter-se num sistema de armazenamento não só para controle do

preço, como também para conseguir "warrants", sistema que necessariamente conduziria a uma super-produção do café e à hecatombe. Em outras palavras, já não se produzia café porque se conseguiria vendê-lo, mas sim produzia-se simplesmente porque se conseguia financiá-lo...

Vejamos, rapidamente, como se dá teoricamente esse mecanismo de armazenamento "especulativo" de mercadorias. Para se conseguir que os preços subam, o procedimento mais comum consiste em retirar temporariamente do mercado uma parte da oferta da mercadoria. Para que se possa pagar a mercadoria comprada sem vendê-la se mobiliza dinheiro por meio do "regime das letras comerciais". Nesse caso, cresce a demanda de capital de empréstimo e a taxa de juros pode subir como consequência dessa tentativa de controlar artificialmente a afluência de mercadorias ao mercado. Portanto, a alta da taxa de juros (com conseqüente elevação do lucro bancário) expressa nesse caso uma diminuição artificial da oferta de mercadorias. Como os preços se elevam extraordinariamente, surgem em cena, de maneira ostensiva, os "aventureiros" que operam sem capital de reserva ou sem capital de nenhuma classe, baseando-se, portanto, exclusivamente no crédito monetário. Acresce a isso, o grande aumento de imobilização de capital, com o início em massa de ampliações de capacidade produtiva. O endividamento é geral, os juros sobem às alturas. Quando explode a crise, desaparece repentinamente o crédito, se estancam os pagamentos, se paraliza o processo de reprodução e se produz, ao lado de uma falta quase absoluta de capital de empréstimo, um excesso de capital produtivo ocioso. "Num sistema de produção em que toda a trama do processo de reprodução descansa sobre o crédito, quando este cesse repentinamente e só se admitem os pagamentos à vista, tem que produzir-se imediatamente uma crise, violenta e em atropelada demanda de meios de pagamento. Por isso, à primeira vista, a crise aparece como uma simples crise de crédito, e de dinheiro" (77).

Tendo esse quadro teórico em mente, vejamos como se manifesta a crise em 1929 no Brasil. Para tanto seguiremos a análise do panorama econômico desse ano realizada por Victor Vianna no Retrospecto Commercial do Jornal do Comércio, citado por Taunay (78), em que ele vai buscar as raízes da crise na política econômica e monetária que vinha sendo seguida desde dezembro de 1926. "A defesa do café provocara a super-produção pela elevação do preço e a garantia do financiamento aos fazendeiros. Quem plantasse café

não só em São Paulo como em qualquer outro Estado tinha maiores facilidades de obter crédito. Era o café o produto que pagava, apesar do câmbio vil, e tudo isso concorrera para o aumento da produção. Como o volume das safras e dos cafés retidos prejudicasse os preços, o Instituto do Café mantivera verdadeiro artifício das cotações, comprando em Santos, no Rio e Nova Iorque, graças a um movimento financeiro sustentado pelos empréstimos arranjados pelo Instituto do Café para o Banco do Estado de São Paulo. Lazard and Brothers, de Londres, abriam créditos constantemente renovados para operações diversas e letras hipotecárias ouro, além de 20 milhões de libras. Quando pela crise do desconto em Londres e Nova Iorque, essas facilidades haviam sido suspensas, o Instituto de Café de São Paulo tivera de confessar que se garantia apenas nas remessas dos banqueiros, que não estabelecera nenhum movimento de compensação, tudo precisando suspender. Em outubro, haviam os preços do café caído a 10\$000 no interior, e a 20\$000 nas grandes praças como Santos e Rio, quando dias antes estavam a 35\$000 nos entrepostos do litoral".

Como se pode ver, o imenso círculo especulativo que se montou em torno da valorização do café tem seus segmentos internos e externos. Um a um, esses circuitos vão se queimando.

Inicialmente, em fins de 1928, "a recessão foi acionada não só pela ação deliberada do Banco do Brasil em restringir o crédito e acumular encaixes (o Banco era o líder do sistema bancário, sendo seu comportamento, de certa forma, acompanhado pelos demais Bancos), mas também por um declínio na confiança sobre a continuidade da estabilização cambial, surgido de pressões no mercado cambial que induziram ainda mais o Banco do Brasil a executar uma contração monetária via aumento da razão encaixe/depósitos (...), a decisão do Banco de contrair o crédito em setembro de 1928 foi, essencialmente, motivada por dois conjuntos de circunstâncias. Em primeiro lugar, a Lei de 1908, que regulava as falências de empresas, era extremamente branda, e havia um sistema deficiente de informações cadastrais com respeito à solidez do crédito dos clientes bancários potenciais, tornando a economia cada vez mais vulnerável a problemas cíclicos (sic) (...). Havia, tipicamente, uma sobreexpansão do crédito durante a fase ascendente do ciclo, ocorrendo, próximo ao pico cíclico, uma onda de falências que, por sua vez, induzia os Bancos a restringir o crédito. (...) O Banco do Brasil, especialmente, havia sido fortemente afetado pelo aumento do número de falências desde meados de 1928 (estimava-se que o Banco era

credor em mais de um terço das falências e concordatas durante esse ano) (...) Em segundo lugar, o Governo decidiu apressar... a plena conversibilidade em ouro de toda a circulação, idéia esta baseada na Reforma Monetária de 1926 (...) Assim o Governo procurou aumentar a liquidez da Carteira do Banco pela redução dos prazos de vencimento e risco dos ativos, e pelo aumento dos encaixes. Este objetivo se conciliou à precaução do Banco contra o aumento alarmante das falências, acionando o arrocho creditício de setembro de 1928.* (79). Com o conseqüente aumento do número de falências e concordatas, os demais bancos se intimidaram e seguiram o exemplo.

Vinha o Instituto de Defesa do Café, através de créditos externos, principalmente com Lazard Brothers & Co. Ltd em Londres, conseguindo manter os preços relativamente estáveis. Com a organização da defesa haviam entrado £ 5 000 000 para adiantamento sobre conhecimentos de embarque e £ 3 750 000 para letras hipotecárias, além dos grandes valores-ouro obtidos com os cafés vendidos a bom preço. Entretanto, em 1928/29 a massa de capital especulativo de curto prazo, principalmente de origem inglesa; que girava em órbita mundial, facilitando o endividamento externo das nações periféricas capitalistas produtoras de bens primários, se dirige para a Bolsa de Valores de Nova Iorque. Ocorreu então uma carência mundial de ouro, todo absorvido pelo mercado americano, onde encontrava juros fabulosos, devido à especulação de títulos, que então atingia o auge.

Devido à crise aguda em que entram os mercados estrangeiros, torna-se impossível quaisquer operações de crédito externo, o que faz com que o Instituto necessitasse que o Governo Federal lhe abrisse, no Banco do Brasil, o crédito de 100 000 contos de réis, com caução de conhecimento de café, para assim prosseguir o plano de Defesa. O empréstimo lhe é negado. Segundo Washington Luís a defesa do café não lhe interessava mais...

Dada a situação de Nova Iorque, que impedia a consequência de créditos no estrangeiro, e dada ainda a deflação que o Banco do Brasil mantinha para facilitar a defesa do câmbio, tendo lhe negado o redesconto, o Banco do Estado de São Paulo tem de fechar, por sua vez, o crédito aberto a outros bancos.

"A 5 de outubro de 1929 passou a cidade de Santos por fortes emoções, que um jornal local, a "Praça de Santos", narrou ao referir que a situação do café se tornara sobremaneira alarmante.

Soubere-se pela manhã, muito cedo, que as agências bancárias do interior não descontavam saques sobre qualquer firma da praça santista. Neste sentido teriam recebido ordens terminantes das matrizes (...). Chagara-se a uma situação penosa: o café rolava pela encosta do abismo. No interior não tinha preço (...) Acusações gravíssimas se faziam contra banqueiros acusados de sabotarem as finalidades do Instituto do Café e do Banco do Estado com o fito de realizarem fabulosos lucros, à custa da lavoura paulista (...) Os jornais noticiavam o fato de que o Banco do Estado suspendera o financiamento à lavoura (...). O que houvera de fato fora o seguinte: o Instituto do Café contava com mais um empréstimo tentado mas não conseguido, dada a situação política do país e sobretudo a crise dos mercados financeiros mundiais. O Banco do Brasil comprometido na feina de sustentar a política de estabilização não pudera nessa aflitiva emergência amparar o Banco do Estado de São Paulo. Nesta ocasião esboçara-se a forte pugna presidencial para a sucessão do Dr. Washington Luis e os acontecimentos cafeeiros serviam de ensejo a que a imprensa oposicionista fizesse ao governo acerbadas acusações, arguindo-o entre outras coisas de distribuir somas para fins políticos, etc" (80).

Em Minas, como vimos, Antonio Carlos na sua Mensagem ao Congresso Mineiro de 1930 imputa à hostilidade dos adversários na campanha presidencial, as dificuldades do crédito ao Estado: "Ministrando falsas informações, a fiscalização bancária conseguiu que se fechasse o Banco do Brasil para operações de redescontos dos principais bancos mineiros e se criassem os maiores embaraços às transações mantidas com esse Banco dentro de Minas".

Não temos muitas informações de como reagem os bancos mineiros à crise de 29. Aprofundaremos essa questão no próximo capítulo. De imediato, podemos dizer que o único Banco, dos que atuam em Minas, que desaparece com a crise é o Pelotense, que possuía 5 agências em território mineiro. No entanto, sua encampação pelo Banco do Rio Grande do Sul - em relato dramático, efetuado por um autor gaúcho - envolve todo sistema bancário rio-grandense, imerso numa profunda crise no período de 1929-1931, "com três etapas diferentes e sucessivas, que foram: 1a) a crise estadunidense de 1929, e o conseqüente desequilíbrio absoluto do Banco do Rio Grande do Sul, com um relativo ciclo de repercussões;

2a) a falência do Banco Popular, em abril de 1930, com a repercussão imediata sobre os outros bancos, mas particularmente sobre o Banco Pelotense, salvo então pela intervenção moral e material do governo do Estado;

3a) a liquidação do Banco Pelotense, em 1931, repercutindo fortemente sobre os outros bancos, e terminando com a criação da "Caixa de Mobilização Bancária" (81).

Parece que os fatos que levaram o Banco Pelotense à queda têm mais relação com questões gaúchas, entre as quais cita-se a fundação, em 1928, do Banco do Rio Grande do Sul (governamental), que levou à transferência dos depósitos do Tesouro do Estado, da Viação Férrea e de outros departamentos do governo, do Banco Pelotense para o novo banco. Essa "sangria" de depósitos foi acompanhada pela retirada de um grande número de depósitos particulares, golpe do qual o Banco não se recuperou mais. Segundo Fontenla, "a quebra do Banco Pelotense atingiu profundamente a economia mineira e a gaúcha" (82). Devemos observar, por fim, que o Banco Pelotense dividia com o governo do Estado do Espírito Santo, possuindo a "maioria", a participação no Banco do Espírito Santo, um dos encarregados do serviço de adiantamento de dinheiro sobre "warrants" expedidos pelos armazéns reguladores do café em Minas.

O mesmo Fontenla afirma que "a crise de 1929/30 mostrou como os bancos, principalmente os que fornecem crédito à especulação ou empréstimos além de suas posses, criam desajustamentos graves, pois, não podendo resistir à corrida bancária que sempre se verifica nessas ocasiões, abrem falência, atingindo a todos os empreendimentos a eles ligados".

Outros autores parecem não concordar com ele. Por exemplo, Neuhaus, para quem "o sistema bancário provou ser surpreendentemente estável durante a Depressão. No Rio, em 1929, registraram-se apenas três suspensões de pagamentos (de dois pequenos bancos nacionais e de um banco estrangeiro relativamente pequeno), e em 1930 a suspensão de um banco gaúcho cujos ativos foram liquidados pelo governo estadual. Mesmo durante eventos como as revoluções de outubro de 1930 e julho de 1932 não houve maiores corridas dos bancos, exceto num breve período, em outubro de 1929, quando ocorreu pânico bancário em São Paulo e Santos" (83).

Na verdade, diversas firmas comissárias de Santos foram forçadas a recorrer aos pedidos de concordata e falência.

Segundo Taunay (84), surgiram logo as dificuldades de origem jurídica. A controvérsia que centralizava as atenções na praça de Santos girava em torno do valor do título de crédito emprestado ao conhecimento ferroviário. Como se sabe, os negócios de financiamento de café pelos bancos e casas comissárias se faziam sobretudo sobre a base dos conhecimentos de embarque dos lotes nas estradas de ferro. E mais se acentuara esta modelidade a partir de 1926, ao se esboçar a política de retenção nos reguladores do interior. Os advogados do forum santista nas discussões de falências e concordatas de seus clientes alegavam que tais documentos não passavam de meros contratos de transporte, sem valor de título de crédito negociável e transferível por endosso. Tiveram seus pontos de vista aceitos por uma das câmaras do Tribunal de Apelação de São Paulo. Com isso achava-se em jogo a própria estrutura financeira do país, ameaçados os bancos de ruína total, detentores como eram, de cerca de 13 milhões de sacas de café em conhecimentos ferroviários, se acaso pudesse prevalecer, eventualmente, a tese defendida pelo advogado requerentes daquelas reivindicações.

Com a revolução de 1930, assume o Ministério da Fazenda do Governo Provisório o banqueiro paulista José Maria Whitaker. Logo, pelo decreto nº 19473 de 10 de dezembro de 1930, assinado por Getúlio Vargas, Whitaker faz prevalecer os interesses de sua fração de classe, dando ao conhecimento ferroviário o valor de autêntico título de crédito.

A burguesia bancária já impunha sua presença na cena política, em desfavor da burguesia mercantil-cafeeira.

Pensamos ter confirmado neste capítulo - referente à década de 1920 - a conclusão que chegamos no anterior: houve um intenso relacionamento do Estado da Primeira República, em Minas, com os bancos estaduais. Exemplo disso, nesse período, é a centralização no Banco de Crédito Real de Minas Gerais de todo seu movimento financeiro, o estabelecimento da sua Carteira Agrícola com o fim de amparar, com empréstimos, a lavoura e a indústria, e a execução através deste Banco da "política de defesa do café".

No entanto, houve uma mudança marcante na história bancária mineira, nessa década: a ampliação dos negócios bancários, com o crescimento comercial e industrial de Belo Horizonte, deu oportunidade para surgirem os primeiros grandes bancos privados de Minas.

Veremos no capítulo seguinte a consolidação desses bancos.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS REFERENTES AO CAPÍTULO II:

- (01) ALVIN, A. "Confrontos e Deduções". Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727-1927), BH, Imp.Ofic., 1927, p.90.
- (02) Conf. CANO, W. op.cit., p. 46.
- (03) SILVA, Liana M.L.Aureliano da. No Limiar da Industrialização. Estado e Acumulação de Capital, 1919-1937. Campinas, Tese de Doutorado pelo IFCH-UNICAMP, mimeo, 1976, pp.13/14.
- (04) CASTRO, A.B. - op.cit., p.89. Para São Paulo esse fato pode não ter se dado dessa forma, tendo em vista, a notável expansão da fronteira agrícola em suas regiões da Noroeste e Alta Paulista.
- (05) SECRETARIA DE AGRICULTURA (Serviço de Estatística Geral). Anuário Estatístico de Minas Gerais ano II (1922-1925). BH, Imp. Ofic., 1929, p.955.
- (06) CARVALHO, Afrânio de (do Serviço de Estat. Geral da Secretaria de Agricultura), A Actualidade Mineira. BH, Imp.Ofic., 1929
- (07) idem, ibidem, p. 44.
- (08) idem, ibidem, p.48.
- (09) idem, ibidem, p. 51.
- (10) idem, ibidem, pp. 51/63. Tudo que vem a seguir sobre a pecuária mineira é baseado nesse autor, que constitui uma rica fonte de informações; para não tornar-se repetitivo, evitaremos citá-lo.
- (11) BERNARDES, Arthur. Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro em 1921. BH. Imp. Ofic., 1922, p.84.
- (12) CARVALHO, op.cit., p. 63.
- (13) LIMA, J.H. Café e Indústria em M.G. (1870-1920). Campinas, Dissertação de Mestrado pelo IFCH - UNICAMP, 1977, pp.98/9
- (14) CARVALHO, op. cit., p.86.
- (15) BDMG. Diagnóstico da Economia Mineira V (Indústria). BH, s/ed., 1968, p. 12.
- (16) ANDRADA, A.C.R.. Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro em 1930. BH, Imp. Ofic., 1930, p. 205.
- (17) CARVALHO, op. cit., p. 88.

- (18) BDMG, op. cit., p. 12.
- (19) Entre outros, destacamos:
- BAER, Werner. Siderurgia e Desenvolvimento Econômico. RJ, Zahar, 1970.
 - BASTOS, Humberto. A Conquista Siderúrgica do Brasil. SP, Livra-
ria Martins Fontes, 1959.
 - LIMA, Heitor Ferreira. A Formação Industrial do Brasil.
 - PELAEZ, Carlos Manuel. História da Industrialização Brasileira.
RJ, APEC, 1972.
 - SILVA, Liana M.L.Aureliano da. op. cit., pp. 49/58.
 - BDMG. "Evolução Cronológica da Siderurgia Brasileira" in op.cit.,
pp. 124/137.
 - SINGER, Paul. op.cit., pp. 236/248.
- (20) SENNA, Nelson. A Terra Mineira. BH, vol.I, p.240.
- (21) SINGER, P., op.cit., p. 243.
- (22) SINGER, P., op.cit., p. 248.
- (23) SILVA, Liana M.L.Aureliano da. op.cit., p.53.
- (24) Para o caso da economia cafeeira nacional, veja:
- MELLO, J.M.C. de. O Capitalismo Tardio, Campinas, Tese de
Doutoramento em Economia pela UNICAMP, 1975.
- (25) CARVALHO, A., op. cit., pp. 94/5.
- (26) Idem, Ibidem, p. 93.
- (27) ALVIN, A., op.cit., p. 79.
- (28) Idem, Ibidem, pp. 86/7.
- (29) Idem, Ibidem, p. 91.
- (30) CANO, W., op.cit., p. 43.
- (31) Também chama a atenção para os problemas enfrentados pelo gover-
no mineiro na área da atividade econômica básica, a produção
agrícola, em 1922. Queixavam-se então os agricultores de escas-
sez de braços para a lavoura (apesar de Minas ser na época o
Estado mais populoso da nação!). Segundo a Mensagem, o alastra-
mento excessivo da criação de gado nas regiões agrícolas ocasio-
nava o despovoamento do território mineiro. Assim, a reconver-
são de terras em plantações só para subsistência e a transforma-
ção em pastagens do restante da propriedade provocava o êxodo

dos trabalhadores rurais para outros Estados (em busca de melhores salários, elevados em virtude da alta do café e dos trabalhos de desbravamento de terras virgens).

- (32) CARVALHO, Daniel. As Finanças de Minas Gerais. Estudo de Economia e Finanças. RJ, Agir, 1946, p. 152.
- (33) Antonio Carlos empenhava largamente, na campanha eleitoral para a presidência, os recursos do tesouro público do Estado. SOBRINHO, Barbosa Lima. A verdade sobre a Revolução de Outubro - 1930. SP, Alfa-Omega, 1975. p. 172.
- (34) Carvalho Brito, único político mineiro que apoiava a candidatura de Júlio Prestes, opositor, portanto, a Antonio Carlos, era diretor do Banco do Brasil. idem, ibidem,
- (35) Conf. WIRTH, J.; op.cit.
- (36) Devemos observar (Quadro 10) a extraordinária diferença entre os montantes da receita e da despesa do Estado de São Paulo e os de Minas Gerais, mais similares aos do Rio Grande do Sul.
- (37) O texto completo da lei encontra-se em: MAGALHÃES, Hildebrando de. Subsídios para a História do Café em Minas Gerais. Minas e o Bicentenário ..., op.cit., pp. 368/9.
- (38) Para a adição de medidas de limitação de saída do café, pelo sistema de armazéns reguladores, assinaram-se diversos convênios. Pelo "Segundo Convênio Cafeeiro", em 28 de maio de 1927, os estoques deveriam ser distribuídos em cada porto segundo as seguintes porcentagens: porto do Rio de Janeiro - MG: 57%; RJ: 25%; ES: 13%; SP: 5%; porto de Santos - continuava a ser obedecido o critério de regular as entradas de cafés paulistas e mineiros naquele porto pela quantidade embarcada no mês anterior. Já para o "Terceiro Convênio Cafeeiro", em 14 de setembro de 1929. Depois de um acirrado debate entre o presidente do Convênio e o representante de Minas (que queria tornar os princípios básicos da defesa mais elásticos de maneira que pudessem os Estados, em casos especiais, aumentar as respectivas saídas) foi prorrogado em todos os termos o Convênio anterior. Os textos dos diversos acordos mais os debates em torno deles encontram-se em TAUNAY, A.E.. História do Café no Brasil. No Brasil República: 1927-1937 (Tomo I), RJ, DNC, 1942. Vol. 13, pp.129/131; 235/6; 333/341.

- (39) SILVA, Liana M.L.Aureliano da. op.cit.; p.90.
- (40) Para tanto estaremos baseando na obra fundamental de Affonso de E. Taunay sobre a História do Café no Brasil, e na série de artigos e monografias sobre o café em Minas, que durante o transcorrer do bicentenário do cafeeiro no Brasil (1927) foi produzida.
- (41) TAUNAY, A.E.. Pequena História do Café no Brasil. RJ, D.N.L., 1945, pp. 532/3.
- (42) Idem, Ibidem, p. 534.
- (43) Veja: CANO, op.cit., pp. 46/7.
- (44) LIMA, J. H.. op. cit., p. 100.
- (45) Há uma certa polêmica em torno do período em que se dá a introdução do café no Sul de Minas. Uns, como Hildebrando de Magalhães ("Subsídios para a História do Café em Minas Gerais" in Minas e o Bicentenário... , pp. 354/5), afirmam que o cafeeiro penetrou na região em fins do século XVIII; outros, como Sócrates Alvim ("Projeção Econômica e Social da Lavoura Cafeeira em Minas" in Minas e o Bicentenário..., p.47), dizem que tudo parece indicar que o café chegou ao Sul de Minas em virtude da expansão cafeeira do oeste de São Paulo, isto é, depois de 1835. Uma coisa porém parece certa: pode-se distinguir dois ciclos de penetração do café em Minas: o ciclo da Zona da Mata e o da Zona Sul. As lavouras do Sul, já na segunda metade do século XIX, depois que se iniciou a fase de culturas intensivas, se expandiram para o Sudoeste, para alcançarem enfim o oeste (Lavras, Nepomuceno, Perdões, Bom Sucesso, Oliveira e Campo Belo). Daí a linha nítida de separação que em toda a "Etapa cafeeira" se verifica no Estado entre as lavouras oriundas do solo fluminense e entradas pela Zona da Mata, e as que penetraram pela Zona Sul.
- (46) GIROLETTI, D.A.. Industrialização e Urbanização de Juiz de Fora (1850-1930). BH, Tese de Mestrado pelo DCP-UFMG, mimeo, 1976.
- (47) Citado em TAUNAY, op.cit. (vol.XII), pp. 364/5.
- (48) A São Paulo-Minas, a Mogyana, a Leopoldina, a São Paulo RY, a Vitória-Minas e a Bahia-Minas eram empresas particulares.

A Paracatū pertencia ao Estado. A Central do Brasil e a Rede Sul-Mineira eram de propriedade do governo federal, sendo que esta última foi arrendada ao Estado de Minas na década dos 20.

- (49) SINGER, op.cit., p.212.
- (50) TAUNAY, op.cit., (Vol.XII), p. 367.
- (51) SILVA, S. - op. cit., p.59.
- (52) Para Minas Gerais, veja:
 - JUNQUEIRA, R.. "A Tributação e a Produção Cafeeira de Minas Gerais" in Minas e o Bicentenário..., op. cit.,pp.205/217
 - ALVIM, S. & CLEROT, L.F.. "A Cultura" in idem, pp. 130/1
- Para São Paulo consultar:
 - TAUNAY, op. cit.. Vol. 12, cap.LXVIII, pp.306/310: o custo da produção em Jaú e em Ribeirão Preto; cap. LXXVI, pp.370/373: o depoimento sobre uma zona recente de cafeicultura, o noroeste paulista em 1927. Vol. 13, cap. XVI, pp.294/300: o custo de formação de uma fazenda de café na zona nova e os custos da produção nas zonas velha, madura e nova.
- (53) CANO, op. cit., p.82
- (54) JUNQUEIRA, op. cit., p. 217
- (55) TAUNAY, op. cit. (Vol.XII), p. 370
- (56) TAUNAY, Pequena História ..., p.173
- (57) Idem, Ibidem, p. 271
- (58) Idem, Ibidem, p. 404
- (59) HASENBALG E BRIGAGÃO, op. cit., p. 27
- (60) Conf. HASENBALG e BRIGAGÃO, op. cit., p. 19
- (61) TAUNAY, op. cit. (Vol. XII), pp. 258/9
- (62) WIRTH, (op. cit., p. 83) também sugere algo nessa direção.
- (63) SENNA, Nelson de. A Terra Mineira. BH, Imp. Oficial, 1926, p.315
- (64) Denominação escolhida por capricho pessoal de Clemente Faria, e não indicadora de nenhuma especialização na área.
- (65) HASENBALG e BRIGAGÃO. op. cit., pp. 23/24
- (66) Decreto nº 14728 de 16/3/1921: aprova o regulamento para a fiscalização dos bancos e casas bancárias; o texto completo

pode ser visto em: BRANDÃO; A.Caldas. Legislação Bancária. RJ, A.Coelho Branco Fº Editor, 1954, pp.342/358

- (67) RIBEIRO, B. & GUIMARÃES, M.M.. História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro no Brasil. RJ, Ed. Prô-Service, 1967.
- (68) LEVY, M. Bárbara. História dos Bancos Comerciais no Brasil. RJ, IBMEC, 1972, p. 106
- (69) TAUNAY, op. cit., (Vol.XII), pp. 7/8
- (70) NEUHAUS, Paulo. História Monetária do Brasil: 1900-45. RJ,IBMEC, 1975.
- (71) CANO, op. cit., p. 44
- (72) NEUHAUS. op. cit., p. 88
- (73) HILFERDING, Rudolf. El Capital Financeiro. Madrid, Tecnos, 197, pp. 302/3
- (74) Este é um anúncio geral e não para uma mercadoria específica como o café em termos de elasticidade da demanda.
- (75) SILVA, Liana M.L.Aureliano da. op.cit., p. 102
- (76) MARX, Karl. El Capital. México, F.C.E., 1973, Vol.III,pp.387/8
- (77) Idem, Ibidem, p. 460
- (78) TAUNAY, op. cit. (Vol.XIII), p. 374
- (79) NEUHAUS, op. cit., p. 89
- (80) TAUNAY, op.cit. (Vol.XIII), p. 355
- (81) OLIVEIRA, Alcebiades. Um Drama Bancário (O Esplendor e a Queda do Banco Pelotense). PA, Globo, 1936
- (82) FONTENLA, Vicente Paz. História dos Bancos no Brasil. RJ, s/ed.; 1975, p. 19 e 25.
- (83) NEUHAUS, op.cit., pp. 11415
- (84) TAUNAY, op. cit. (vol.XIII), pp.365/6

BANCOS NO PERÍODO VARGAS (1930-1945)

"A missão dos bancos é facilitar os negócios. Tudo o que facilita os negócios, facilita também a especulação. Os negócios e a especulação vão, em muitos casos tão intimamente unidos, que é difícil dizer onde acabam os negócios e onde começa a especulação... Onde queira que existam bancos pode obter-se capital mais facilmente e mais barato. A barateza do capital dá asas à especulação, assim como barateza da carne e da cerveja dá asas à gulodice e à embriaguez". 1834 - Gilbert (1).

Em 1929 o café de Minas Gerais alcançou o auge de seu segundo grande ciclo de expansão. Seu valor de exportação atingiu o máximo - 648.000 contos, o que significava 60,5% do valor da exportação mineira -, caindo em 1930, com a crise, para 273.000 contos de réis. Com sua queda, fez com que caísse em 48% o valor da exportação total de Minas.

Inicia-se uma fase de transição para a economia mineira.

Pois bem, interessa-nos neste capítulo saber quais as mudanças na estrutura produtiva de Minas nos anos 30 (período da recuperação da crise de 1929) e como os bancos se articulam com o "novo" quadro da economia mineira, sob as condições institucionais imprimidas pelo primeiro Governo Vargas.

1. O REAJUSTAMENTO ECONÔMICO DE MINAS

Vejamos as transformações pelas quais passou a economia de Minas Gerais no período de recuperação à crise de 1929.

Sensíveis são as mudanças ocorridas na estrutura produtiva agrária mineira no período 1930-1945. Acompanhemos o Quadro 12, referente à área das principais culturas, que mostra as transformações na estrutura da oferta de produtos agrícolas. Essas modificações, em última análise, podem sugerir a transferência de recursos entre as principais culturas.

Sabemos que "com o objetivo de reduzir a capacidade de produção a um nível compatível com o consumo mundial, o Conselho Nacional do Café, passou, em abril de 1932, a cobrar um imposto de 1 mil réis por novo cafeeiro plantado. Em novembro do mesmo ano, foi proibido o plantio de café no Brasil, exceto no Paraná e nos Estados que tivessem menos de 50 milhões de cafeeiros. Esses Estados poderiam plantar até aquele limite" (2).

Portanto, não surpreende que de 1932 a 1936 a área cultivada do café em Minas tenha permanecido estagnada em torno dos 800.000 hectares. Enquanto isso, esse principal produto de exportação do Estado vai perdendo posição relativa no total da área cultivada em favor de culturas para mercado interno. Assim, sua participação cai, nessa época, de 43,25% para 30,09%. O cultivo da cana de açúcar, depois de decrescer em 1932 e 1933, cresce em 74%, de 1931 a 1937, superado apenas pelo do feijão, com 161%. O milho, após ter alcançado participação máxima em 1935, com 45,44% da área cultivada total, tem diminuída sua parcela.

No entanto, esse grupo, no período da guerra - 1939-1945 - adquire papel de destaque na agricultura mineira. Somado ao café, detém em média pouco mais de 95% da área cultivada total, representando o milho, cerca da metade dessa área. O café, que anteriormente praticamente dividia com o milho a área total das lavouras em Minas (veja Quadro 4), tem sua área totalmente declinante no período, (para o que cooperou também a "broca", praga que assolou os cafeeiros mineiros em 1935); em 1942, chega a representar somente 18,21% da área total. Sem dúvida houve uma erradicação do café em Minas, nesses anos.

Por quais produções foi a do café substituída? Roquete Reis afirma que "alguns cafeicultores mudaram de ramo. Em Minas, na

QUILÔMETRO 12

ÁREA CULTIVADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM NIMAS GERAIS (1930-1948)

8485 - 1931 v 100

ANOS	ÁREA		CANA (II)		MILHO (III)		ARROZ (IV)		FEIJÃO (V)		SOMA (I a V)	
	km ²	Índice	km ²	%								
1930
1931	1577526	100	64530	100	773330	100	100000	100	95740	100	1880000	9,21
1932	1869572	112	23190	32	761020	96	36540	75	100010	105	1869572	9,79
1933	2104598	131	36,08	54	941156	121	115400	90	112720	117	2104598	9,94
1934	2161524	134	36,92	57	959030	124	126030	96	113700	119	2161524	10,06
1935	2540710	160	30,25	49	1300000	169	201300	157	202000	211	2540710	10,79
1936	2555345	162	30,62	49	1073450	139	302300	138	202300	214	2555345	10,82
1937	2637940	167	30,80	49	1056330	137	303011	139	202000	214	2637940	10,85
1938	2960010	188	35,77	55	1250221	162	226122	177	299270	312	2960010	11,68
1939	2966545	189	35,80	55	1389753	180	291017	227	272210	284	2966545	11,74
1940	2972605	189	35,82	55	1367751	179	300217	234	291100	303	2972605	11,76
1941	2827001	180	34,10	50	1477643	191	303699	237	300210	314	2827001	11,61
1942	2722284	173	34,21	50	1467607	190	313769	243	246227	257	2722284	11,54
1943	2667367	170	34,10	50	1402286	181	305622	237	240414	251	2667367	11,48
1944	2935727	186	34,60	51	1196522	163	468392	130	336930	354	2935727	11,74
1945	2605170	165	31,22	48	1000049	129	366615	128	376678	391	2605170	11,14

Fonte: IAC. Anuário Estatístico do Brasil. Vários anos.

Zona da Mata, o café cedeu lugar à cana e mais uma vez à pecuária leiteira" (3). Não temos os dados discriminados por região fisiográfica, entretanto, fica claro, pela sua pequena importância em área cultivada (em torno de 3% de total), que a cana não se constituiu na produção substituta do café em todas as regiões cafeicultoras mineiras, apesar de que seus índices de crescimento - tanto em área quanto em quantidade produzida -, serem significativos; sua importância cresceu bastante após meados da década dos 40.

Com a decadência gradativa da agricultura de exportação - a do café - os cafeicultores destinaram parte de suas terras, quer à pecuária (rebanho leiteiro e também gado de corte), quer à agricultura de subsistência - alimentos simples para uma população tipicamente rural (75% da população recenseada em 1940): arroz, feijão, milho e mandioca -, linhas de menor resistência à diversificação produtiva.

Independentemente da reconversão de recursos do café devemos destacar o fato de extraordinária importância, de que, no caso do arroz e do feijão, ambos, que somaram área de 220 mil ha. no início do período, totalizaram 740 mil ha. nos últimos anos da Guerra. Entretanto, essa expansão poderia conduzir a uma apreciação equivocada, se pensada exclusivamente no "encolhimento" cafeeiro. O Quadro 12 é claro: tomado o período 1930/39 os cultivos de arroz e feijão, juntos passam de 220 mil para 490 mil ha. sem utilizarem terras do café. Sem dúvida, houve significativa expansão da agricultura para mercado interno em Minas, no período da recuperação da crise de 29.

No que se refere à área cultivada, como vimos, são marcantes tanto o crescimento, quanto o ganho de posição relativa do arroz, feijão e cana. O milho declina um pouco nos últimos dois anos da série.

Esses quatro produtos mais o café representam em média no período 1930-1945 cerca de 85% do valor total da produção agrícola em Minas Gerais (Quadro III.3-A.E.). Persiste flagrantemente ao longo de toda essa série a tendência declinante da participação do café no valor total, ao ponto de, entre 1933 e 1942, cair de 45,61% para 11,52%. Neste último ano, por exemplo, só o valor de produção da cana não superava o do café, mas dele chegava perto. Arroz e feijão se destacam com extraordinária tendência ascendente nos seus valores de produção, enquanto cana e milho oscilam suas

participações.

Resta verificar se esses crescimentos nos valores da produção são puramente nominais ou se são acompanhados efetivamente de uma elevação na quantidade produzida. Sabemos que no período da 2a. Guerra Mundial vigoram altas taxas inflacionárias, porém, com contenção dos preços dos produtos agrícolas.

Passemos então ao Quadro III.4-A.E., que mostra a quantidade produzida dos principais produtos agrícolas em Minas no período 1930-1945. O que ressalta de imediato é a queda na produção cafeeira, principalmente após 1937, consequência natural da erradicação do produto. Cana, milho, arroz e feijão, em geral, elevam suas produções a partir de 1934. Destacam-se, pela ordem, arroz, feijão e cana. O milho apresenta-se ao longo desses anos com quantidade produzida oscilando em torno de 1,5 milhão de toneladas.

Constatemos por fim, a importância de Minas Gerais entre os principais Estados produtores desses produtos (Quadro III.5-A.E.).

No que se refere ao café, Minas mantém sua posição de segundo maior produtor brasileiro, em que pese o início da ascensão do Paraná. Na verdade, só na safra de 1950/51 o Estado irá perder essa condição. Nos últimos anos da Guerra -1943-1945 -, talvez devido à expansão do plantio do algodão em São Paulo, há uma queda na participação relativa desse Estado na produção nacional, com consequente ascensão mineira (se bem que, como vimos, a produção de café em Minas também tenha se elevado nesses anos).

Não é clara, a posição de liderança entre os Estados maiores produtores de cana nos anos da Guerra. Pernambuco, que se destacava até então, é prejudicado pelas dificuldades enfrentadas pelo comércio de cabotagem nessa época, perdendo o primeiro posto em 1942 para Minas Gerais e em 1944 para São Paulo, que eleva bastante sua participação. As quantidades produzidas por esses Estados mais Rio de Janeiro são mais ou menos próximas.

No milho, Minas se destaca largamente dos demais competidores a partir de 1935. São Paulo e Rio Grande do Sul disputam o segundo posto, assumindo ora um, ora outro. Paraná possui uma marcante tendência ascendente.

No arroz, Minas inicia em terceiro lugar, vai, a partir de 1935, para segundo, chegando em 1940 e em 1944 a alcançar o

primeiro. São Paulo, que chegou a produzir mais da metade do arroz do Brasil, decai em muito sua participação relativa ao longo da série, só recuperando um pouco nos últimos anos. Rio Grande do Sul disputa o segundo ou o terceiro posto, apesar de se destacar como grande exportador. Goiás, nessa época "corre por fora".

Finalmente, na produção de feijão, Minas, que até 1935 detém a terceira colocação, assume nesse ano a liderança incontestante. São Paulo e Rio Grande do Sul decrescem gradativamente suas participações, enquanto, de maneira inversa, o Paraná ascende gradualmente a sua.

Fica claro, portanto, que Minas passa a disputar, nesse período, o posto de maior produtor de produtos agrícolas, para alimentação, no mercado interno, com São Paulo, que contava com mercado próprio expressivo, e com o Rio Grande do Sul, tradicional exportador (principalmente para o Rio de Janeiro e Nordeste).

Fazendo uma "ponte" para passarmos à análise da pecuária mineira, queremos ressaltar a correspondência existente, a largo prazo, entre os índices de crescimento do milho e dos suínos e aves domésticas. Certamente as frequentes plantações de milho encontradas nas fazendas mineiras são destinadas a produzir ração a esses animais (4).

Mas, como veremos, importância fundamental nessa época tem o gado vacum. "O que ficou dos anos bélicos foi, sem dúvida, o boom do zebu. Experiência realmente espetacular do início do século, a introdução do gado de giba no rebanho brasileiro encontrou, no início dos '40, situação que bem se pode chamar de "febre", pois é difícil distinguir os motivos racionais para especulação com os genearcas indús e aclimatados. Talvez o aumento da demanda de carne, quer interna como externa, possa ter sido o elemento gerador da violenta especulação, mas não se veja, no episódio, só seus aspectos puramente bancários e falimentares. A "febre do zebu" foi a mais ativa forma de participação mineira na conjuntura de guerra, suplantando mesmo o desbravamento do Rio Doce que sucede à conclusão da E.F.V.M. (Estrada de Ferro Vitória-Minas), ao início das exportações de minério por essa via e à abertura da BR-4 (Rio-Bahia)" (5).

Mais adiante voltaremos à "febre do zebu". Por ora interessa-nos somente acentuar as características mais fundamentais do rebanho bovino, no período 1936-1945 (Quadro 13). Há elevação gradual no seu efetivo nos últimos anos da década dos 30; nos anos da

O REBANHO BOVINO EM NINAS GERAIS (1936-1952)

BASE - 1940 = 100

ANOS	MILHEIRO		SEIXTO			CABEÇAS ADAPTADAS			BASE	
	1000 cabeças	Índice	1000 litros	Índice	Unidades	Índice	Unidades	Índice	Unidades	
1936	9 265	89	2 162 452	110	***	***	***	***	***	
1937	10 301	89	1 196 530	113	***	***	***	***	***	
1938	11 147	90	1 268 995	120	***	***	***	***	***	
1939	11 322	89	1 203 455	114	***	***	***	***	***	
1940	11 540	100	1 039 839	100	414 396	100	68 934	100	100	
1941	11 462	99	989 912	94	399 744	96	60 590	92	92	
1942	11 537	100	934 425	88	426 341	103	53 961	97	97	
1943	11 432	99	820 528	83	461 333	111	59 165	105	105	
1944	9 266	80	608 162	76	439 365	105	68 929	100	100	
1945	9 436	81	676 737	63	462 516	109	74 331	103	103	
1946	10 179	86	917 039	67	511 512	123	62 528	109	109	
1947	10 496	91	988 338	94	534 378	128	37 036	132	132	
1948	11 618	100	1 007 514	95	631 507	152	95 810	145	145	
1949	11 919	103	1 087 346	95	597 820	144	95 673	147	147	
1950	11 771	102	1 018 791	96	596 873	144	97 010	147	147	
1951	11 589	103	1 052 244	102	702 077	169	105 950	162	162	
1952	12 262	106	1 197 781	108	538 531	144	99 861	149	149	

Fonte: Anuário Estatístico de Minas Gerais - ano VI, 1952.

guerra permanece mais ou menos estagnado, talvez devido ao acréscimo do abate, até que em 1944/45 (quando está no auge a especulação com zebu) há uma queda absoluta no rebanho mineiro, pelo aumento da exportação de "gado em pé" para os frigoríficos paulistas. Interessante notar que cai a produção de leite durante os anos da Guerra, provavelmente por causa do abate de matrizes. O gado de corte deve ter prosperado em desfavor do rebanho leiteiro. A produção de carnes bovinas de fato só inicia seu crescimento mais expressivo em 1945.

No setor industrial, Minas apresentou certo dinamismo, como se nota comparando os resultados dos censos de 1920 e 1940 (Quadro II.6 e III.6-A.E.). Além de São Paulo, que apresenta extraordinário crescimento, só Minas eleva sua participação relativa no valor da produção nacional, de 5,8% para 6,7%. Com isso, ultrapassa, inclusive, a indústria do Estado do Rio, firmando-se na quarta posição nacional (6).

As mudanças na estrutura industrial mineira espelhadas nesses dois censos, mostra que esse dinamismo advém da evolução do ramo metalúrgico. Nota-se, pelo Quadro III.7-A.E. que, embora a predominância continue com a indústria de alimentação, a metalúrgica ultrapassa a textil em valor de produção, contribuindo em 1939 com cerca de 20% do total industrial do Estado. Esses três ramos representavam então cerca de 70% do valor da produção industrial de Minas e eram responsáveis por cerca de 60% de seu emprego.

Na verdade, o maior "salto" da siderurgia mineira, nessa época, se dá a partir de 1937 (Quadro 14). Em 1932, de 8 usinas então existentes, apenas 4 estavam em funcionamento (Quadro III.8-A.E.) No ano de 1937 já eram 9 as usinas instaladas, todas trabalhando, assinalando-se ainda esse ano como início de funcionamento da Usina de Monlevade, da Companhia Siderúrgica Belgo-mineira, que já vinha explorando a Usina de Sabará, de sua propriedade. Com a instalação dessa usina, no vale do Rio Piracicaba, centro de opulentas reservas ferríferas e florestais (utilizava carvão vegetal), com capacidade inicial de 50.000 toneladas de lingotes de aço, a posição de Minas Gerais no comércio exportador de aço e seus artefatos para outros Estados avança.

"A mais notável expansão na indústria de ferro e aço durante os anos 30 foi a construção, pela Belgo-Mineira, de sua unidade em Monlevade com a extensão dos serviços ferroviários até aquela área, a Companhia iniciou a construção em 1935. Em julho de 1937

PRINCIPAIS PRODUTOS SIDERÚRGICOS EM MINAS GERAIS

(1925-1950)

BASE - 1930 = 100

ANOS	FERRO GUSA		AÇO		LAMINADOS	
	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice	Toneladas	Índice
1925	31 040	112	408	3	283	2
1926	27 540	99	1 467	10	2 512	21
1927	30 399	109	155	1	2 720	22
1928	25 761	93	10 200	73	10 400	86
1929	33 707	121	10 029	72	10 178	84
1930	27 706	100	14 006	100	12 124	100
1931	32 045	115	18 644	133	14 736	121
1932	33 327	120	26 013	185	21 576	178
1933	46 775	169	22 929	163	22 929	189
1934	58 022	209	27 497	196	23 061	190
1935	64 445	233	25 935	185	22 178	183
1936	78 986	285	30 811	220	28 886	238
1937	98 107	354	31 005	221	30 339	250
1938	113 478	409	40 702	291	35 125	290
1939	143 694	518	59 901	428	40 787	336
1940	158 739	573	85 397	609	74 508	614
1941	169 955	613	92 541	661	81 901	675
1942	174 143	628	97 968	699	82 862	683
1943	203 708	735	108 276	773	82 167	678
1944	240 076	866	132 190	944	98 278	728
1945	194 401	701	117 714	840	81 778	674
1946	211 082	761	133 900	956	101 955	841
1947	229 501	828	129 476	924	102 494	845
1948	223 597	807	113 846	813	96 715	798
1949	221 844	801	149 537	1 068	123 702	1 020
1950	301 517	1 088	170 262	1 216	135 207	1 115

Fontes: de 1925 a 1935: Serviço de Estatística Geral do Estado
de 1936 a 1950: Anuário Estatístico do Estado. ano VI-1952

seu novo alto-forno começou a funcionar, em abril de 1938 deu-se a primeira corrida de aço em Monlevade em seu novo forno SM e, com o início do funcionamento de suas novas usinas de laminação, em janeiro de 1940 a Belgo-Mineira tornou-se a maior siderúrgica integrada da América Latina. Ela se tornou também, e ainda é até hoje, a maior indústria siderúrgica integrada a carvão vegetal do mundo (...) A expansão da Belgo-Mineira foi a principal responsável pelo crescimento da indústria siderúrgica brasileira" (7).

A participação percentual da siderurgia mineira na produção nacional encontra-se no Quadro III.9-A.E. Como vimos pelo Quadro 14, o setor siderúrgico em muito aumentou sua produção no período da Guerra, decaindo um pouco, em seguida. Minas, que produzia em torno de 90% do ferro gusa brasileiro, 60% do aço e mais da metade dos laminados nessa época, tem sua significação no contexto siderúrgico nacional diminuída no pós-guerra, em virtude da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, em pleno funcionamento a partir de 1946.

A guerra refletiu-se, em Minas, na expansão da indústria extrativa mineral, principalmente de produtos como a mica, o cristal e o minério de ferro (este, com a inauguração da Cia. Vale do Rio Doce em 1942, dá um "salto" na sua produção, como se pode ver pelo Quadro III.10-A.E.); na agropecuária; e, no setor industrial, além do impulso à siderurgia, a intensificação da produção textil, verificou-se o surgimento da indústria de transformação de minerais não metálicos, como o carbureto, refratários e cimento.

"A indústria textil, com o mercado interno reservado e dada a possibilidade de colocar seus produtos no mercado internacional, entrou a utilizar, quase plenamente, a capacidade instalada, o que representou grande desgaste do equipamento. À época era impossível a reposição, já que a indústria nacional de bens de produção apenas surgia e o fornecimento estrangeiro se fazia difícil. No pós-guerra, com a produção internacional recuperada, a indústria textil mineira entra em crise, em face do estreitamento de seus mercados. A conjugação dos fatores implica o alto grau de obsolescência do equipamento com que essa indústria passa a operar" (8).

A produção mineira de cimento iniciou-se em 1939, com 5,4% da produção nacional. Oito anos depois, em 1947, já detinha 17,2%. Minas era o terceiro produtor, após São Paulo e Rio de Janeiro. Na verdade, essa evolução deve-se à implantação de duas fábricas

no Estado: em 1939 foram concluídas as instalações da Cia. Itaú, no município de Passos, e na "cidade industrial" de Contagem, criada em 1942, instalou-se uma nova fábrica da Cia. de Cimento Portland Itaú.

Passemos agora à importante questão do mercado. Quais eram os mercados atendidos pela produção mineira? O que representava o mercado interno de Minas? Qual o grau de urbanização da população mineira de então? A exportação de Minas Gerais era destinada ao exterior e/ou para o eixo urbano-industrial Rio-São Paulo? Tentemos dar respostas a essas indagações.

Segundo o recenseamento de 1940 a população presente em Minas compunha-se de 6.736.416 de habitantes, ou seja, 16,34% sobre o total do Brasil. Caiu, portanto, a participação relativa do Estado, que em 1920 era de 19,22%. A taxa de incremento médio anual que foi de 3,24% no período 1900-1920, caiu para somente 0,72% em 1920-1940. O grau de urbanização, que era de 21% em 1920 cresce para 25% em 1940 (enquanto em São Paulo a evolução é de 37% para 44%). A população de Belo Horizonte cresce bastante, indo de 55.563 para 211.377 habitantes. Portanto, de 0,94% para 3,14% do Estado.

Graham e Hollanda Filho, calculando a migração interna líquida de brasileiros natos, por Estados, durante o período intercensitário 1920-1940, estimada pela taxa de sobrevivência global, mostram que de Minas Gerais emigraram, liquidamente, 608.455 habitantes, ou seja, 10,5% da população, pelo censo de 1920. Em números absolutos, foi o Estado que teve a maior emigração no Brasil (9).

Segundo nossa hipótese, essa grande emigração foi causada - como fatores repulsivos - pela erradicação do café e a expansão da pecuária extensiva em Minas, e como forças de atração atuavam o desenvolvimento urbano-industrial em São Paulo e a nova "frente agrícola" do Paraná.

Pois bem, estimamos que o mercado interno de Minas absorveria cerca de 80% do total da produção mineira (10). É claro que essa porcentagem deveria variar em cada produto. Por exemplo, veja-se (Quadro III.11-A.E.) a extrema variabilidade nos valores percentuais da produção exportada de produtos representativos de duas atividades econômicas - a pecuária e a agricultura de subsistência - que mais avançam na década dos 30 em Minas.

Entretanto, comparando-se a produção per-capita dos alimentos simples - arroz, feijão e milho - de Minas com a de São Paulo (Quadro III.12-A.E.), somos levados a crer que em Minas havia

um excedente razoável propício à exportação.

Analisemos a exportação mineira no "período Vargas".

Sendo um Estado central, sem porto de mar, sua exportação é colocada, na maior parte, nos Estados limítrofes, aí se entrega de uma parte ao consumo local, outra ao comércio de cabotagem para outros Estados, outra, finalmente, ao estrangeiro. Isso se dá principalmente no Distrito Federal, que recebe cerca de metade da exportação total; em São Paulo que recebe em torno de 30%, inclusive o porto de Santos; no Estado do Rio, que recebe cerca de 15%, incluindo o porto de Angra dos Reis; nos Estados da Bahia e Espírito Santo, com porções menores, porém também significativas (Quadro III. 13-A.E.)

De modo geral, considerando-se os anos de 1937 e 1938, para os quais temos dados, estima-se que os dois destinos da exportação mineira, no seu desdobramento para os dois principais mercados - o nacional e o estrangeiro - estão na razão de 70% para 30% (11).

Não havia maior integração econômica em Minas na década de 1930. O Estado "repartia-se" em várias zonas de produção, independentes e descentralizadas, com suas peculiares características, não formando um todo econômico. Assim, as relações diretas de exportação e de importação se faziam com os centros comerciais dos Estados vizinhos. A Zona da Mata atendia mais ao mercado limítrofe do Rio de Janeiro. O Sul e o Triângulo especializavam-se em produtos para explorar o mercado paulista.

Vejamos os principais produtos exportados para o Distrito Federal e São Paulo em 1937 (Quadro III.14-A.E.). Tanto a exportação de suínos, quanto a de gado eram maiores para os frigoríficos paulistas. Não era por outra razão que a Zona Sul detinha o maior rebanho bovino e suíno de Minas Gerais. Galinhas, frangos e carnes eram exportados bem mais para o Rio de Janeiro. Já os laticínios tinham uma grande entrada nos dois Estados. A Zona da Mata fazia parte da bacia leiteira carioca. Os queijos repartiam-se semelhantemente entre Rio e São Paulo. A manteiga mineira ia mais para o porto do Rio, de onde era redistribuída para outros Estados, através do comércio de cabotagem.

Quanto aos vegetais e seus produtos, eram semelhantes as exportações de açúcar para esses dois mercados, o algodão predominava para a indústria textil paulista, o arroz largamente para

São Paulo (o Triângulo Mineiro era a região especializada nesse produto), o café da Zona da Mata ia quase todo para o porto do Rio para ser exportado para o exterior, o feijão mineiro era preferido pelos cariocas, assim como a mamona, o milho e o papel. Já o tabaco em corda tinha um mercado razoável em São Paulo. As fábricas de tecidos de algodão em Minas localizavam-se predominantemente na Zona da Mata para atender o seu mercado consumidor urbano e o do Rio de Janeiro.

Finalmente, todos os minerais e seus produtos destinavam-se largamente ao Rio de Janeiro, com a única exceção do ferro e seus artefatos, do qual São Paulo importava um montante significativo, próximo ao enviado ao Rio.

Em síntese, o Distrito Federal importava principalmente, pela ordem: café, ouro, manteiga, tecidos, gado de corte, galinhas e frangos, ferro e seus artefatos, queijos, feijão, manganês e leite natural. Já São Paulo importava: gado de corte, arroz, ferro e seus artefatos, queijos e suínos.

Naturalmente há a contrapartida no intercâmbio. Minas era um Estado consumidor da indústria paulista e um bom freguês do porto do Rio de Janeiro. Em 1936 escrevia Brazil: "não se tem até hoje uma fonte segura do volume da importação do Estado, mas pelas observações que colhemos em geral nos maiores mercados internos e vias de transportes, podemos quase garantir que Minas Gerais importa quantia superior a 700 mil contos e, dessa volumosa importação, dois terços (2/3) é feita dos mercados paulistas. Podemos ainda afirmar que, a não ser os mercados paulistas, de cujo intercâmbio há uma certa compensação, mas que, com essa relativa compensação ainda Minas dá um saldo para a balança econômica de São Paulo, de importância superior a 100 mil contos de réis. Os demais Estados não estabeleceram com equidade o intercâmbio comercial em Minas Gerais. Por exemplo os Estados salineiros: Minas comprou de sal em 1935, desses Estados, quantia superior a 60 mil contos de réis; no entanto, computando-se as estatísticas das mercadorias mineiras para esses Estados, elas não atingiram talvez a 6 mil contos" (12).

Na verdade, só temos estatísticas oficiais sobre a importação do Estado, por vias internas, segundo a procedência, para o período 1943-1948 (Quadro III.15-A.E.). Segundo essas, no período da guerra as importações mineiras ainda equilibravam-se entre Rio e São Paulo, somando ambos em torno de 90% delas. Vinham a seguir, com

alguma significação, pela ordem: Estado do Rio, Goiás (provavelmente gado criado lá, para engorda em invernações de Minas) e Espírito Santo (porto de Vitória). A partir de 1945, crescem as importações vindas do Rio em relação às feitas em São Paulo, certamente devido ao gasto no comércio exterior das divisas acumuladas durante a Guerra.

Examinemos os quadros referentes à exportação mineira na década dos 30, discriminada por produto.

No Quadro III.16-A.E., o mais marcante na exportação de produtos agrícolas foi a tendência declinante do café em toda a década. Em contrapartida, elevaram-se acentuadamente os dos produtos de subsistência - no caso, arroz e feijão -, principalmente no tocante ao valor. Isso indica uma mudança de ênfase na agricultura mineira, com o predomínio do cultivo de produtos para o mercado interno.

Quanto à exportação de produtos de origem animal (Quadros III.17 e III.18-A.E.), o mais importante a destacar é a tendência crescente dos valores (mais do que as quantidades) dos produtos derivados do rebanho bovino - gado em pé, laticínios e carnes -, principalmente a partir de meados da década. Essa tendência acentua-se durante a Guerra, levando a crer na excelência dos negócios pecuários, base propícia para a especulação conhecida como "febre do zebú". Antes de passarmos adiante, devemos sublinhar as quedas na quantidade de suínos exportada e nos valores de exportação das aves domésticas.

Finalmente, no Quadro III.19-A.E. estão os valores de exportação dos minerais e seus produtos. Aí se esboçam tendências interessantes. Primeiro, a ascensão das exportações tanto do ferro e seus artefatos (reflexo da expansão siderúrgica do Estado), quanto do minério de ferro. O minério de manganês após cair a níveis inexpressivos até a metade da década, inicia em 1936 sua recuperação. O ouro é o produto mineral de maior valor de exportação, só sendo superado em 1940 pelos produtos siderúrgicos. Já as pedras coradas, as pedras preciosas e os diamantes, tiveram extraordinária ascensão nos seus valores com o início da II Guerra Mundial, pois os refugiados buscavam aplicações em bens que serviam de reservas de valores de fácil liquidação (como jóias, pedras preciosas e indústria de lapidação), visando o retorno à Europa, ao fim do conflito.

A melhor síntese das mudanças estruturais ocorridas na economia mineira na década dos 30 está contida no Quadro 15, que mostra os principais produtos de exportação de Minas Gerais. A par-

PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO DE MINAS GERAIS

(Participação Percentual na pauta)

(-%)

ANOS	CAFÉ	CADO VACUM	LATICÍNIOS			TÊXTIS	FERRO E SEUS ARTIFÍCIOS	OUROS	COMA
			MANTEIGA	QUEIJOS	LEITE				
1931	55,50	9,12	3,89	2,22	1,67	4,00	0,89	4,12	61,40
1932	52,75	9,22	4,27	2,59	1,80	3,82	1,01	3,82	77,70
1933	36,70	11,60	5,86	3,95	2,32	4,93	1,64	4,26	70,56
1934	31,45	11,70	5,26	4,23	2,44	4,62	2,10	7,32	68,68
1935	30,23	10,32	4,76	4,07	2,25	4,56	3,97	8,09	73,22
1936	27,06	13,16	4,69	4,17	1,99	4,82	3,06	7,38	64,78
1937	26,06	13,26	5,70	4,01	2,18	3,22	4,36	6,17	60,15
1938	25,79	12,21	5,82	3,96	2,00	5,39	6,24	6,56	68,41
1939	21,60	12,00	4,18	3,51	1,78	6,15	9,48	7,32	62,02
1940	15,05	13,70	4,30	3,91	2,18	6,71	7,50	7,38	63,01

Fonte: D.E.E. - Mg. Exportação do Estado de Minas Gerais 1940. Ed. Imp. Oficial, 1946.

tir de 1931, o café, que contribuía com cerca de 55% do valor da exportação total, teve a sua importância diminuída, atingindo em 1940 somente 15%, apesar de permanecer ainda como o principal produto de exportação. O gado bovino (com 14%) e seus produtos derivados (leite: 2%, manteiga: 5% e queijos: 3,5%), de certa forma, considerados em conjunto, substituíram a importância do café. A tradicional indústria textil mineira expande suas exportações com o início da Guerra. A década dos 30 marca o surto siderúrgico em Minas. Os alimentos simples - arroz, feijão e milho -, e o açúcar, apesar de elevarem seus valores de exportação, tem importância reduzida na pauta. Por fim, é patente a diversificação da pauta de exportação mineira ao longo dessa década, pois cai bastante a representatividade desses principais produtos - globalmente - na receita total.

2. BANCOS E A RECUPERAÇÃO DA CRISE (1930-1937)

Ao final da década dos 30, mais precisamente, a partir de 1939, Minas Gerais firmar-se-ia como o terceiro centro financeiro do país. Com a decadência bancária gaúcha, decorrência, como vimos, da profunda crise no período 1929-1931, e com a própria expansão de seu sistema bancário, Minas ascende a esse posto, sem contudo ameaçar as posições do Distrito Federal, onde o Banco do Brasil centralizava os negócios bancários governamentais, e de São Paulo, maior mercado financeiro (de aplicações) do país. A posição predominante do Distrito Federal é devida à influêccia das transações do Banco do Brasil com o Tesouro Nacional, o Departamento Nacional do Café e a Prefeitura do Distrito Federal, que dão lugar a vultosas cifras de empréstimos e depósitos. Se essas transações fossem eliminadas, a posição de São Paulo seria de franco preomínio sobre o Distrito Federal. Este é o grande centro bancário do país para as "operações financeiras", ao passo que o Estado de São Paulo é o grande núcleo das "transações econômicas". Esses dois Estados concentram quase três quartos (3/4) do total dos depósitos à vista realizados no país (Quadro III - 20 - A.E.)

Nesses anos, principalmente a partir de 1940, os bancos mineiros ganham maior expressão no cenário nacional. O Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais - como veremos com maior detalhe - coloca-se em primeiro lugar em volume de depósito entre os bancos privados do país, entre 1940 e 1946. A partir de 1947, e até pelo menos 1964 (ano limite de nossa pesquisa), com exceção de 1951 e 1952, quando perde a liderança para o Bradesco, o Banco da Lavoura de Minas Gerais detem esse posto. Na década dos 50 e início da dos 60, considerando todos os bancos em funcionamento no Brasil, o Crédito Real, o Hipotecário e Agrícola, o Mineiro da Produção, o Comércio e Indústria, o Lavoura, o Moreira Salles e o Nacional situam-se sempre entre os vinte maiores do país, em postos de destaque.

Qual seria o "segredo" dessa "explosão bancária" mineira? Pretendemos responder a essa intrigante questão ao longo da dissertação; entretanto, achamos que nesse "período Vargas" (1930-1945) é que nascem as raízes da força dos bancos mineiros.

Levantaremos diversos pontos que, assim achamos, confirmarão essa hipótese. Antes porém, esboçaremos o quadro institucional que passa a vigorar para os bancos a partir da Revolução de

1930, ou seja, os limites estabelecidos pela nova legislação bancária para a sua atuação.

Na verdade, o período Vargas foi pródigo em inovações legislativas. Desde seu início, como diz Oliveira, "observa-se durante o Governo Provisório uma intensa preocupação com o problema bancário e, como consequência disso, surgiu um impressionante número de documentos normativos que objetivaram o aperfeiçoamento do sistema de crédito" (13).

Menos de um mês e meio após a posse de Vargas, sob a orientação do Ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, Presidente do Banco Comercial do Estado de São Paulo, pelo art. 5º do decreto nº 19.479 ("prorrogação da moratória") busca-se um saneamento do sistema bancário através da liquidação dos bancos e casas bancárias impossibilitados de retomar seus pagamentos normais, processada de acordo com a lei de falência, mas "fora de juízo" (extra judicialmente).

O decreto nº 19.525 de 24 de dezembro de 1930 restabelece, no Banco do Brasil, a Carteira de Redescontos, criada em 1920, sendo incluídos entre os títulos admitidos a redescontos os warrants e as promissórias garantidas por conhecimentos de mercadorias de difícil deterioração, não, porém, os títulos da União, dos Estados ou dos Municípios. Em 21 de dezembro de 1931, atendendo ao convenio cafeeiro daquele ano, e tomando em consideração as sugestões constantes do relatório dirigido por comissão de banqueiros ao Sr. Whitaker, ampliam-se os limites para as operações da Carteira de Emissão e Redescontos do Banco do Brasil para 400:000\$000 e admite-se também a redescontos os títulos cambiais emitidos pelo Conselho Nacional do Café. Inicialmente a Carteira só aceitava para redesconto notas promissórias cujo prazo de vencimento não excedesse a 120 dias, atendendo, portanto, mais aos interesses do comércio. Entretanto, pelo Decreto nº 24534, de 3 de julho de 1934, foi autorizada a redescon-

tar letras de câmbio ou notas promissórias, cujo prazo para o vencimento não superasse a um ano, contado da data do redesconto, e que o aceitante ou emitente exercesse atividade na agricultura ou indústria. Em 1935, há nova alteração na Carteira, favorecendo, desta vez, especialmente ao algodão, cujo plantio se expandia principalmente em São Paulo. Até 1945 há diversas novas ampliações das atribuições da Carteira, que destacaremos à medida que tornarem-se relevantes ao nosso estudo.

Em 1932, pelo Decreto nº 21.499, "fica criada a Caixa de Mobilização Bancária, destinada a promover a mobilização das importâncias aplicadas em operações seguras, mas de demorada liquidação, realizada, anteriormente à data deste decreto, pelos bancos de depósitos e descontos, nacionais e estrangeiros, estabelecidos no país". Na verdade, a CAMOB foi criada com a finalidade de intervir nos momentos de crise, a fim de socorrer os bancos ameaçados por ocorrências várias, como retração de negócios, imobilizações em empréstimos a longo prazo, quedas de depósitos, etc. O retraimento geral do crédito na época era provocado pela necessidade de os bancos operarem com encaixes altos, compelidos pelo ambiente geral de desconfiança decorrente da crise mundial.

"Decidiu-se, então, formar um pool de reservas pela imposição aos bancos comerciais da obrigatoriedade de depositarem, junto ao Banco do Brasil, toda a moeda manual que excedesse a 20% de seus depósitos; pela primeira vez, impuseram-se reservas compulsórias mínimas aos bancos comerciais, correspondentes a 10% dos depósitos a prazo e 15% dos depósitos a curto prazo (depósitos à vista e de aviso prévio até 90 dias)" (14).

Efeito imediato dessa medida foi a queda dos encaixes, como podemos verificar para o caso dos bancos em funcionamento no Estado pelo seu movimento bancário (Quadro III.21-A.E.). Nesse mesmo quadro devemos acentuar, desde já, três pontos: primeiro, o ritmo muito mais acelerado do crescimento dos empréstimos em contas correntes em comparação com os em letras descontadas, tendendo a uma participação mais equilibrada entre eles no total. Talvez seja efeito de uma diversificação das aplicações (da atividade mercantil para a agrícola, a industrial, ou mesmo a imobiliária) esse gradativo ganho de importância relativa do crédito de capital em desfavor do crédito de circulação (15) segundo, observa-se gradual queda de participação dos depósitos a prazo no total de depósitos. Pela lei nº 182 de 1938 passa-se a condenar por crime de usura a cobrança de

juros acima de 12% ao ano. Como afirmou Levy, "esta taxa era impossível de ser mantida na realidade inflacionária do período. Gradativamente deixavam de existir os depósitos a longo prazo. A burla à lei de usura, pelos bancos, tornou-se sistemática através da cobrança de taxas de serviço" (15). No próximo capítulo exploraremos mais essa questão. Terceiro, pelo exame da relação de empréstimos/depósitos, acima da média brasileira, fica evidente que nesse período Minas consolida sua posição de praça de aplicação.

Com a situação criada pela crise de 1929, segundo Levy, "os bancos tinham dificuldades de acertar com os fazendeiros em dividades os passivos hipotecários. Fazenda do Banco - termo da época - generalizava os casos em que vários estabelecimentos assumiram, transitoriamente, a administração de propriedades rurais, sobretudo das de café" (16). Com isso se aprovou, em 19 de dezembro de 1933, a Lei do Reajustamento Econômico, reduzindo em 50% o valor, nessa data, dos débitos de qualquer natureza, de agricultores a bancos e casas bancárias, desde que tenham sido contraídos antes de 30 de junho de 1933 e seja o patrimônio do devedor inferior ao total do seu passivo. Como indenização do prejuízo sofrido pelos credores foram-lhes entregue apólices da dívida pública federal.

O papel da CAMOB foi salientado a partir de então, já que aquela medida lhe permitia incluir as apólices do Reajustamento Econômico entre suas operações, tomando-as como garantia, ao valor par, de empréstimo a longo prazo, aos bancos. "O efeito líquido, portanto, foi o de nacionalizar as dívidas agrícolas via criação de moeda (a ser gradualmente recolhida à medida que fosse efetuado o repagamento dos empréstimos da CAMOB)" (17)

Em 1942, o Relatório do Ministério da Fazenda mostrava a seguinte distribuição das indenizações do Reajustamento Econômico, por regiões e por colheitas. Entre os Estados, São Paulo foi beneficiado amplamente, com 53,45% do total; em seguida vinham Rio Grande do Sul com 11,92%, Pernambuco com 11,02% e Minas Gerais com apenas 6,13%. Por atividades agrícolas, distribuiu-se assim: café com 55,99%, cana de açúcar com 16,56% e pecuária com 13,63%.

Portanto, com o programa de Reajustamento Econômico removeu-se do sistema bancário o ônus das insolvências que afetaram o setor agropecuário em consequência da profunda crise econômica de 1929.

Em Minas, aumenta, nesta conjuntura de crise, o interrelacionamento dos bancos (inclusive os privados) com o Poder Públi

co Estadual. Vejamos as origens de tal cooperação mútua.

Ao contrário do ocorrido na década dos 20, no período governamental de Benedito Valadares registraram-se seguidos déficits nos orçamentos, sendo que só nos de 1942 a 1945 constatou-se superavits. Mesmo assim, nas contas oficiais ... Observadores da época levantaram sérias dúvidas sobre a existência real destes superavits, escriturados nas contas e anunciados com alarde na imprensa, como prova de uma administração cuidadosa das finanças estaduais (18). Segundo eles, "não se pode aceitar o resultado orçamentário e financeiro publicado pelo Governo de Minas sem explicação para vários pontos controvertidos e obscuros da escrita e especialmente da conta restos a pagar". Teria havido artifício de escrita para aparentar saldo e escamotear a precária situação financeira do Estado e a necessidade em que o mesmo se viu de pedir moratória a diversos credores de dívidas líquidas e certas, e a entrar em acordo com eles para pagar parceladamente os débitos. Possuía então uma dívida enorme garantida por promissórias, para amortização periódica de capital e juros.

Benedito Valadares, pela sua Mensagem de 1935, justifica a existência do déficit orçamentário pela escassez de rendas causadas pela diminuição na arrecadação dos impostos e taxas sobre o café (ainda a maior riqueza do Estado), não só pela desvalorização do produto após 1929, como também pela restrição de sua exportação, além de ter o governo transferido para o Instituto Mineiro do Café o direito a determinadas taxas e impostos. Ao lado disso constatava uma desorganização do aparelho fiscal estadual devido a nova Constituição Federal (de 1934) que proibiu o lançamento de impostos tais como os de viação, adicionais, obrigações, de circulação em geral e de serviços regulados por leis federais. Por outro lado, haviam despesas incompressíveis como o serviço de juros da dívida do Estado e o arrendamento da Rede Mineira de Viação (19).

Essa situação levou a uma reforma tributária em 1935, sendo suprimidos os seguintes impostos: 11% sobre passagens em estradas de ferro, consumo de bebidas, selos de diversões e taxas sobre pesagem de gado, sobre matrículas de automóveis, de viação, consumo de gasolina, estatística, consumo de lenha, de defesa do café e sobre-taxa do café. Sofreram redução os seguintes impostos: novos e velhos direitos, territorial e exportação do café. Foram criados o imposto de vendas e consignações, a taxa de defesa da produção, a taxa de ocupação de terras devolutas, a de consumo de combustíveis

tíveis e taxas de serviços do Estado. A receita tributária muda de uma maneira tal que o imposto de venda e consignações que participava com 17,17% do total em 1936 vai para 35,65% em 1945; o de transmissão inter-vivos de 6,38% para 17,49%; o territorial de 13,83% para 19,77%; o do selo de 7,94% para 3,78% e o transmissão causa-mortis de 4,22% para 3,52% (20).

Na verdade, a renda arrecadada em 1933 mal era suficiente para o pagamento de juros e amortização da dívida estadual e pagamento do funcionalismo. O governo de Minas Gerais que foi até 1930 muito parcimonioso no apelo ao crédito público interno, daí em diante tornou-se costumeiro na obtenção, por este meio, de recursos para as suas despesas. Assim é que em 1934 se busca a unificação das dívidas do Estado por meio de um Empréstimo de Consolidação. O empréstimo foi lançado por importantes estabelecimentos bancários brasileiros: o Banco do Brasil, o Banco Comércio e Indústria de São Paulo e o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais. Enquanto esses bancos tratavam de colocar os títulos fizeram adiantamento ao Estado, de 50.000 contos de réis. Com esses recursos iniciou o Estado o pagamento de seus débitos mais urgentes.

A regularização da Situação do Estado perante todos os bancos torna-se um ônus regular e cumulativo. Um permanente saldo devedor representava o total dos títulos caucionados pelo Estado em estabelecimentos bancários, para garantia de suprimentos recebidos em dinheiro e outras operações efetuadas com os mesmos. Quando o governo fazia os pagamentos dos títulos da dívida pública, como uma resultante do Empréstimo de Consolidação, chegava a determinar um grande acréscimo no movimento global das operações bancárias em Belo Horizonte (21).

Enfim, a cooperação dos institutos de crédito foi pedida pelo Poder Público para a regularização de suas finanças. A desesperadora situação econômico-financeira em que o Estado, após a Revolução de 30, se encontrava criou estímulos para que, os bancos a amenizassem. Antecipações, empréstimos, participação no lançamento de títulos, na conversão de outros - tudo fizeram, amparando o Tesouro Estadual com uma contribuição que só em títulos públicos atingiu, em 1938, a 1 milhão de contos (o que equivalia, por exemplo, a 70% do valor total de exportação do Estado no ano). Os bancos mineiros, depois de tomarem ponderáveis lotes de títulos da dívida pública, foram pouco a pouco disseminando-os, dentro e fora do Estado, de tal forma que "hoje não há brasileiro que desconheça

as apólices mineiras (...) talvez (haja) três e meio milhões de portadores de títulos" (22).

Era também comum a prática de "antecipação de receita": o banco emprestava ao governo, e, em troca, este designava esse banco privado como local de cobranças dos impostos e taxas, que podia então, durante certo tempo, até o seu recolhimento, movimentar grandes somas da arrecadação do Estado.

Em 1938 um contrato foi celebrado entre o Governo Estadual e o Banco Comércio e Indústria, com sede em Belo Horizonte (nessa época, já um grande banco nacional, com agências em Minas, Estado do Rio, Espírito Santo e Goiás, além de filial no Distrito Federal). Por esse contrato o Governo empregava 5.000 contos privativamente para custeio de obras de eletricidade em Uberaba, possibilitando a imediata construção da usina geradora "Pai Joaquim". Dentre as garantias para o financiamento constava a renda do serviço que era de grande valor.

Verifica-se, portanto, que a ligação Estado-bancos não beneficiou somente o primeiro. Pelo contrário, os bancos mineiros lucraram bastante nessas transações, constituindo isto, talvez, uma das explicações básicas para sua força e uma característica própria do Estado de Minas Gerais.

Outro dos pilares explicativos para a grandeza de bancos mineiros, podemos buscar articulando a órbita financeira com a produtiva, analisada precedentemente, na primeira parte do capítulo.

Levantamos a hipótese de o capital bancário mineiro ter se desenvolvido atuando exatamente na confluência da produção de subsistência do interior de Minas e o abastecimento de grandes cidades, como o eixo urbano Rio-São Paulo (23). Portanto, uma explicação para a origem da força de bancos mineiros estaria na apropriação, na esfera da circulação, de parte do excedente gerado na economia agrícola e pecuária de Minas Gerais, em passagem para o abastecimento de outras regiões do país, notadamente, como vimos, o Rio de Janeiro. Os bancos de Minas atuariam - segundo esta hipótese - junto ao capital comercial especializado na agricultura de alimentos, descontando os títulos envolvidos nas operações de intermediação mercantil dos produtos agrícolas.

Tavares também acredita na vinculação do sistema bancário com a agricultura de alimentos (no Brasil): "o financiamento direto à produção, o afastamento espacial dessas culturas e a con-

centrada urbanização aumentaram a "distância" entre o produtor e o consumidor, exigindo ou permitindo um custoso processo de intermediação, com repercussões óbvias sobre a demanda por recursos financeiros do sub setor comércio (24). Esse sub setor estaria obrigado a financiar suas atividades em todos os níveis, sobretudo no que se refere à comercialização de produtos primários - que ia desde o financiamento ao pequeno produtor até o consumidor, passando pela rede de distribuição em todas suas etapas intermediárias. Certamente, parte das necessidades de financiamento dessas atividades mercantis era atendida pelo sistema bancário.

De fato, o desenvolvimento horizontal (espacial) que corresponde à integração progressiva dos mercados regionais num mercado nacional implementa a intermediação comercial. Na verdade, nessa época, a maior fonte do lucro bancário estava nas operações de desconto. Vimos que a agricultura de Minas Gerais exportava bastante para o Rio de Janeiro e São Paulo. Os bancos mineiros forneciam, portanto, o "capital de giro" necessário à comercialização dos produtos agrícolas de Minas, através do desconto das letras provenientes dessa operação.

Porém, o banco mineiro atuava não só no comércio para o mercado interno, mas também no de exportação para fora do país e no de importação de produtos estrangeiros, principalmente antes da II Guerra. No comércio, quanto maiores as distâncias, maior a fonte de lucro da intermediação. Minas, Estado situado no interior do país, sem porto de mar, exigia esforço maior dos intermediários, que incorriam em elevadas despesas. Importava praticamente todos os produtos manufaturados de consumo durável, máquinas e equipamentos. Seus bancos não só financiavam esses clientes como também os "encaminhava" ao câmbio do Banco do Brasil.

Outra hipótese que Tavares lança, ainda referindo-se ao conjunto do Brasil, é que "a expansão da agricultura comercial a uma taxa considerável deve ter permitido um aumento de volume de poupanças, boa parte das quais, não encontrando aplicação dentro do setor, deve, em consequência, ter sido transferida à atividade urbana" (25). De fato, os fazendeiros eram mais depositantes do que aplicadores, ou seja, não tomavam empréstimos na rede bancária na proporção em que depositavam suas poupanças.

No entanto, Bielchowsky, analisando esta questão, chegou à conclusão que "a rede bancária privada de fato transferiu importantes somas de recursos da agricultura aos setores urba

nos, mas os fundos perdidos nessa transferência foram mais do que repostos pelo Banco do Brasil: o fluxo de dinheiro pelos bancos privados em direção aos grandes centros coexistiu com um fluxo ainda maior no sentido oposto, do Banco do Brasil ao campo". Belo Horizonte, por exemplo, recebeu por várias décadas fundos não apenas do interior mineiro, como também de outros Estados (o que explica em parte as altas taxas de empréstimo/depósito na capital mineira, como se pode ver pelo Quadro III.22-A.E.) "Os dados reunidos para Minas Gerais mostram que, desde a década dos 30, os bancos privados transferiam fundos do interior à capital, e que o Banco do Brasil repunha esses fundos no interior (...) Minas Gerais sempre recebeu certa soma de fundos de outros Estados pelos bancos privados (e também sempre foi muito bem servido pelo Banco do Brasil)" (26).

Segundo Tavares, "a própria formação de uma parte da rede bancária privada, como por exemplo os bancos mineiros, está indissoluvelmente ligada à captação de poupanças do setor agrícola" (27).

Avançando na questão sobre a articulação bancos-agricultura, sugerimos que, com o controle de preços dos produtos agrícolas (seja institucional, como no período da Guerra, seja através dos oligopsônios mercantis urbanos), os produtores de alimentos simples, principalmente os pequenos, se viam muitas vezes em situação precária, sendo obrigados a se desfazer de suas terras (adquiridas pelo grupo econômico do banqueiro) para cumprir seus compromissos bancários. Os bancos mineiros intercalariam assim uma etapa agrícola (rural) com uma em que adquiriam terras e faziam especulação imobiliária urbana.

No entanto, o crédito à comercialização de produtos agropecuários se diferencia do crédito propriamente "agrícola". O crédito agrícola destina-se, de modo específico, ao financiamento da produção que forma a atividade primária do sistema econômico. Ligando-se esta modalidade de crédito diretamente ao processo de produção, este, naturalmente, constitui fator determinante quando se estipula o prazo no crédito agrícola. Em geral, o crédito concedido a curto prazo não atende às necessidades do processo de produção agrícola. Daí conceder-se ao crédito agrícola um prazo cuja amplitude não oferece à rede bancária privada maiores atrativos.

Além do prazo, há que se considerar, ainda, o elemento risco, como característica essencial do crédito agrícola. O

processo de produção agrícola está condicionado por diversos fatores incertos. As condições climáticas, os danos e perdas da sementeira, do cultivo, da colheita, as pragas, as doenças, bem como as oscilações dos mercados, contribuem para que a produção agrícola se situe num campo para o qual os bancos privados não se sentem estimulados a operar.

Em vista disso, foi o Poder Público que se encarregou, no Brasil, da expansão do crédito agrícola. O Banco Mineiro da Produção, pioneiro no país nos financiamentos à lavoura, embora não fosse "Repartição Pública", pois foi organizado sob forma de sociedade anônima, orientava-se no sentido das diretrizes econômicas traçadas pelo governo, por ser o Estado detentor da quase totalidade de suas ações. A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil começou a funcionar em 1937, e os mais importantes institutos de crédito agrícola especializados na época, como o Instituto do Cacau da Bahia e o Instituto do Açúcar e do Alcool, eram estatais (28). Na verdade, não haviam carteiras especializadas nos bancos privados, durante os anos 30; portanto, não se distinguia o crédito rural do comercial, nesses estabelecimentos.

Os produtores rurais estavam acostumados, em virtude das deficiências da organização bancária, no defeituoso e empírico sistema de financiamento por meio de promissórias avalisadas, de prazo curto, mas renováveis. O Banco Mineiro da Produção e a CREA do Banco do Brasil tiveram de arcar com a propaganda e difusão do crédito agrícola.

Um dos problemas do crédito agrícola era que o empréstimo aos lavradores endividados, a juros baixos e prazos longos, sem fiscalização, acabava caindo em mãos do "capitalista" (geralmente um credor mais exigente), transformando-se esse dinheiro em ações, apólices, empréstimos a outros a taxas asfixiantes. O lavrador estava impossibilitado, assim, a amortizar a dívida bancária, terminando por ser obrigado a transferir a propriedade de seu imóvel ao banco. Isso ocorreu com frequência em Minas, elevando a desconfiança do mineiro quanto ao crédito agrícola...

A idéia da criação do Banco Mineiro da Produção foi tornada pública no IV Congresso dos Lavradores Mineiros no ano de 1933. Não era nova, porém; há muito vinha sendo debatida pelos cafeicultores mineiros, que pretendiam fosse fundado um estabelecimento de crédito com a finalidade de lhes financiar as lavouras, em

condições favoráveis de taxa e de prazo.

A mais elementar prudência dada a mudança prevista e ocorrida nos negócios do café após 1929 aconselhava aos bancos a restrição das operações relativas ao seu financiamento pela Carteira Comercial.

Em 4 de dezembro de 1933, em assembléia geral de acionistas, foi fundado o Banco Mineiro do Café S.A., nome primitivo do Banco ligado ao extinto Instituto Mineiro do Café, o seu funcionamento teve início no Rio de Janeiro, em 20 de março de 1934. Em 1937, foi o Banco transferido para Belo Horizonte, fundando, então 50 agências pelo interior do Estado. Com a reforma do estatuto, então promovida, passou o estabelecimento a denominar-se Banco Mineiro da Produção S.A., financiando, a partir dessa época as lavouras de algodão, arroz, cana de açúcar e fumo, a partir de 1940, além da de café. Contava com a garantia do Estado: "O Estado de Minas Gerais se responsabiliza pelos depósitos de terceiros, feitos e por fazer, no Banco Mineiro da Produção S.A., em conta corrente e a prazo" (Lei nº187 de 10/9/37).

Pelo art. 6º do novo estatuto, "o Banco prestará assistência, abrindo crédito ou concedendo empréstimos aos agricultores ou cooperativas que exerçam atividade agrícola no Estado..., com as finalidades seguintes:

- 1º) aquisição de meios de produção ou máquinas agrícolas, sementes, adubos e matérias primas para fins industriais;
- 2º) aquisição de reprodutores e gado destinados à criação e melhora de rebanho;
- 3º) custeio de entre safra.

Parágrafo único - Não são permitidos empréstimos para a aquisição de imóveis.

O crédito aberto deveria ficar segurado com alguma das seguintes garantias: a) penhor agrícola da safra em curso; b) penhor pecuário; c) warrants ou penhor de café colhido; d) caução de títulos, quer comerciais, quer da dívida pública; e) warrants ou penhor de outros produtos agrícolas não deterioráveis no prazo do contrato e com cotações correntes no mercado; f) penhor mercantil.

Os empréstimos para custeio agrícola eram realizadas em prestações, de conformidade com as conveniências da cultura a que se destinavam, devendo os vencimentos respectivos coincidir com a época do término e beneficiamento da colheita, e os para engorda

e criação de gado, ao prazo máximo de dois anos.

O montante de qualquer adiantamento agrícola não podia exceder o equivalente a um terço do valor estimado para a safra em formação ou a 40% do valor das aquisições a que se destinavam, quando se tratava de empréstimo para a pecuária.

Os bancos que operavam no crédito agrícola não podiam produzir taxas de lucro tão elevadas quanto o banco de depósito e desconto comum, não só porque as despesas operatórias eram muito mais elevadas, mas também porque as taxas de juros cobradas pelos seus empréstimos eram menores (8% a.a.). Assim, no caso do Banco Mineiro da Produção, funcionava uma Carteira Comercial, com um apreciável volume de transações, que reduzia o custo final dos fundos, que seria muito maior, se o Banco operasse exclusivamente no crédito agrário.

Dizia o art. 15º do estatuto do Banco: "para o bom desempenho de seus serviços, o Banco terá duas Carteiras, a de Crédito Agrícola e a Comercial, sendo as operações de cada Carteira escrituradas separadamente.

§ 1º - O Banco empregará nas operações de crédito agrícola até 80% de seu capital, e na Carteira Comercial 20%.

§ 2º - As quantias disponíveis dos depósitos em conta corrente ou até um ano de prazo serão aplicadas nas operações comerciais, e as dos depósitos a prazo maior de 12 meses poderão ser empregadas nas operações agrícolas.

§ 3º - A cargo da Carteira Agrícola ficam os negócios de crédito rural, e a administração de filiais, agências, escritórios e correspondentes estabelecidos no território do Estado.

§ 4º - Correrão pela Carteira Comercial as demais operações e a seu cargo ficarão as filiais, agências e correspondentes fora do Estado".

Na verdade, as operações globais em empréstimos pela Carteira Comercial predominavam sobre as correspondentes pela Carteira Agrícola, sendo insignificante 80% do capital face aos montantes dos depósitos em conta corrente.

Quanto aos empréstimos feitos pelo Banco sob a modalidade de penhor agrícola de frutos pendentes, repartiam-se por produto da seguinte forma, na safra 1939/40: café 90,32%; algodão 3,71%; cana de açúcar 2,20%; arroz 2,02%; e fumo 1,72%. Já na safra 1944/45, foram esses os resultados: café 57,93%; algodão 4,21%

cana de açúcar 2,56%; arroz 30,57%; e fumo 4,73%.

Mas não sô por via do penhor do fruto pendente auxiliava o lavrador mineiro; também descontando-lhe títulos e fazendo-lhe empréstimos e financiamentos de produtos colhidos, a prazos maiores e taxas menores que os da Carteira Comercial, possibilitando-lhe a espera de melhores mercados, com a sua produção depositada em armazens.

Verdadeiro precursor do crédito agrícola no Brasil, o Banco Mineiro da Produção era conhecido no interior mineiro como "o banco dos fazendeiros". Entretanto, segundo o depoimento de um gerente do Crédito Real em Curvelo (em 1937), "os bancos em Minas Gerais têm prestado inestimáveis serviços à lavoura e à pecuária, mas os melhores proveitos são obtidos quase que exclusivamente por lavradores e criadores abastados, bastante conhecidos nos círculos bancários. Para estes uma operação a curto prazo satisfaz e é mesmo vantajosa, embora o pesado ônus do selo, porque com a maior facilidade renovam suas transações, dilatando os vencimentos até que suas conveniências comerciais permitam a venda do produto em mercado compensador. O lavrador desconhecido nos meios bancários, de recursos médios, não obtém a mesma facilidade. Os abastados muitas vezes investem seus recursos no alargamento dos seus latifúndios e não na produção. É esta uma triste realidade no interior de Minas". O lavrador de recursos médios, regra geral, não ia aos bancos. Limitava-se a rendimentos que cobrissem suas imediatas despesas, pagava seus impostos, não tinha e não queria dívidas, possuía a propriedade e nela gozava sua relativa independência.

O ufanismo mineiro afirma que foram as operações de crédito agrícola deste Banco que serviram de modelo para o Banco do Brasil criar a sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, em 1937. O fato é que a CREAM se propunha pelo seu regulamento prestar assistência financeira direta à agricultura, à pecuária e às indústrias, com os seguintes fins:

- a) custeio de entre-safra; aquisição de adubos e sementes;
- b) aquisição de máquinas agrícolas e de animais de serviço para os trabalhos rurais;
- c) custeio de criação;
- d) aquisição de reprodutores e de gado destinado à criação e melhoria de rebanho;
- e) aquisição de matérias primas;

f) reforma ou aperfeiçoamento de maquinarias das indústrias de transformação;

g) reforma, aperfeiçoamento ou aquisição de maquinaria para outras indústrias que possam ser consideradas genuinamente nacionais, pela utilização de matérias primas do país e aproveitamento de seus recursos naturais, ou que interessem à defesa nacional.

Não eram permitidos empréstimos para aquisição de imóveis ou instalação inicial de aparelhagem industrial, salvo quando a indústria interessasse diretamente à defesa nacional. Mas havia pouca fiscalização sobre o emprego do empréstimo agrícola. Não se controlava a aplicação do financiamento, de maneira a ser ele investido exclusivamente no trato de lavouras. Assim era frequente a utilização desse empréstimo nos centros urbanos, ou mesmo no setor rural, adquirindo terras.

Para obtenção dos recursos necessários ao financiamento rural e industrial, o Banco do Brasil emitia bonus ao portador, negociáveis em bolsa, na razão direta dos empréstimos efetuados, não podendo seu montante ultrapassar o total das operações. Toda vez que a liquidação do empréstimo desse lugar a excesso, o Banco resgatava imediatamente o quantum necessário para ficar o seu total dentro do limite, adquirindo, para tal fim, bonus em bolsa. Esses bonus tinham valores e prazos diversos, e venciam juros convencencionados, pagáveis por meio de cupons, de seis em seis meses.

Pelo Decreto-Lei nº 221, de 27 de janeiro de 1938, ficaram isentos de quaisquer impostos, taxas, selos, contribuições ou outras tributações federais, estaduais ou municipais os bonus que o Banco do Brasil emitisse para financiamento da agricultura, criação e outras indústrias, de acordo com o art. 4º da Lei nº 454 de 09 de julho de 1937.

Também em 1938 é decretado que, para a tomada dos bonus, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e as Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões concorrerão com uma percentagem de seus depósitos ou fundos; fixada em 1940 em 15%. As novas fontes de recursos foram ainda insuficientes para as necessidades da CREAM (talvez devido a que os Institutos de Previdência insistirem em depositar suas disponibilidades junto a bancos comerciais que remuneravam os depósitos a taxas superiores às do Banco do Brasil). A solução prática foi a utilização das "disponibilidades gerais" do Banco do Brasil e de recursos da Carteira de Redesconto.

Vimos assim os esforços que o Governo Getúlio Vargas fez para, substituindo a iniciativa particular, amparar financeiramente o setor rural. Segundo Hasenbalg e Brigagão, "desde antes de 1930, mas de forma mais acentuada nas décadas posteriores, o Banco do Brasil será o principal ponto de apoio financeiro do setor agrícola. Essa vinculação que nasce com o café, incorpora, posteriormente, a agricultura comercial que cresce ligada ao mercado interno". Entre os anos de 1941 e 1951 foi a agricultura que recebeu o montante maior dos empréstimos do Banco do Brasil entre as atividades econômicas; antes de 1941 o setor comércio e depois de 1951 o setor industrial são os que recebem maior montante de crédito do Banco do Brasil, se bem que a maior parte dos empréstimos que a agricultura recebe seja ainda deste banco. "Por sua vez, os bancos comerciais estão voltados, do período de 1930 aos nossos dias, basicamente às atividades de indústria e comércio" (29).

Enfim, pensamos ter demonstrado, ao longo deste item, como os bancos articulavam-se à recuperação da crise de 1929 pela economia mineira, seja vinculando-se à agricultura comercial ligada ao mercado interno, seja cooperando com o governo na política econômica implementada, através da dívida pública.

3. BANCOS, O ESTADO NOVO E A GUERRA (1937-1945)

A força política da fração bancária da burguesia (evidentemente, uma força relativa às outras frações) tinha como base econômica, nos parece, a "nacionalização" do seu setor e os "lucros bancários" acima da inflação. Esse último tópico investigaremos no capítulo seguinte. Entretanto, a nacionalização do sistema bancário brasileiro advem, em grande medida, da legislação restritiva outorgada durante o Estado Novo (além, evidentemente, do crescimento dos próprios bancos nacionais).

Na verdade, a constituição de 1934 já preceituava, no art. 117: "a lei promoverá o fomento da economia popular, o desenvolvimento do crédito e a nacionalização progressiva dos bancos de depósito. Igualmente providenciará sobre a nacionalização das empresas de seguros em todas as suas modalidades, devendo constituir-se em sociedade brasileira as estrangeiras que atualmente operam no Brasil". (30)

No entanto, era muito mais incisivo o art. 145 da Carta de 1937: "são poderão funcionar no Brasil os bancos de depósito e as empresas de seguros, quando brasileiros os seus acionistas. Aos bancos de depósito e empresas atualmente autorizados a operar no país, a lei dará um prazo razoável para que se transformem de acordo com as exigências deste artigo".

Em 9 de abril de 1941 foi expedido o decreto-lei nº 3182, estabelecendo prazo para a transformação dos bancos de depósitos e dispondo sobre a propriedade, transferências, penhor ou caução das ações ou quotas desses estabelecimentos. Segundo esse decreto, a partir de 1º de julho de 1946 somente poderiam funcionar no país os bancos de depósito cujo capital pertencesse inteiramente a pessoas físicas de nacionalidade brasileira.

Entretanto, logo a 1º de novembro de 1941 (sete meses após, portanto), Getúlio Vargas, "considerando os princípios de solidariedade manifestados pelas Repúblicas Panamericanas em que têm tomado parte, com o objetivo de serem encontradas, sobretudo para seus problemas econômicos e financeiros, soluções inspiradas no mais franco espírito de cooperação internacional", autoriza os bancos americanos de depósito a operar no país além do prazo a que se refero o decreto-lei nº 3182. Em 1942 estende o mesmo direito aos bancos canadenses, e, posteriormente, aos

seguintes: " Bank of London & South America Ltda.", Banco Italo-Belga, Banco Holandês Unido S.A. e o Banco Nacional Ultramarino.

Na verdade, o passo mais decisivo para o decréscimo da participação dos bancos estrangeiros nas atividades bancárias nacionais decorreu do estado de guerra entre o Brasil e os "países do eixo". Cancelou-se no ano de 1942, a autorização do funcionamento em todo o território nacional das agências dos seguintes estabelecimentos de crédito: Banco Alemão Transatlântico, Banco Germânico da América do Sul e Banco Francês e Italiano para a América do Sul. Posteriormente, idêntica providência foi tomada com relação ao "Yokohama Specie Bank Ltd." (31).

Em Minas ocorreu o expressivo caso da encampação, pelo Governo, do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais em 1943, alegando, entre outras coisas, que a maioria dos acionistas vivia em território francês ocupado pela Alemanha nazista. Assim, o Governo de Minas assinou o decreto-lei nº 6020, autorizando o Estado a assumir sua administração. A 12 de outubro de 1944, outro decreto-lei considerava o Banco e suas ações, de utilidade pública. O Governo do Estado ficava autorizado a desapropriar todas as ações o que foi feito poucos dias depois. Começou então uma batalha judicial que se prolongou até os anos 50. Efetuou-se dessa maneira, uma "nacionalização" compulsória de um banco que sempre figurou nas estatísticas como "banco nacional", apesar de ter sido, como já vimos organizado com capitais franceses.

O argumento oficial, a nível federal, para a onda de nacionalizações dos bancos de depósitos, durante o Estado Novo, tinha outro caráter. Segundo fonte do Ministério da Fazenda (32), a sucursal de um banco estrangeiro que se estabelecia no país, com capital diminuto, e conseguia obter, em seguida, depósitos muitas vezes superior ao seu capital realizado, não podia ser considerado como um órgão de canalização de recursos externos necessário ao desenvolvimento da economia brasileira, porque, na verdade, a atuação desta sucursal se dava de maneira inversa, isto é, ela drenava para fora do país todo lucro conseguido em suas operações realizadas pelo emprego de capital nacional (o depósito do público), que era, calculava, trinta vezes superior aos recursos que lhe são próprios.

Portanto, o que o Governo Federal almejava era limitar o aumento extraordinário de depósitos em conta corrente, conseguido pelas sucursais de bancos estrangeiros, com o reduzido capital que dispunham no país. Eles não reinvestiam seus lucros aqui,

umentando o capital e ampliando os empréstimos no país. Havia uma verdadeira evasão para o exterior de recursos nacionais.

O resultado, é que houve, de fato, uma queda do número de bancos estrangeiros no Brasil, durante a II Guerra Mundial, principalmente a partir de 1942 (Quadro 16).

Na situação de incerteza em que se encontravam os bancos estrangeiros, prevendo, por força de lei, uma progressiva extinção de suas operações, é óbvio que os depósitos refluíram de suas caixas. Naturalmente, acentua-se a queda na participação percentual dos depósitos à vista dos bancos estrangeiros sobre o total dos principais sistemas bancários estaduais (Quadro III.23-A.E.). Aliás, as atividades desses bancos só se faziam sentir em escala apreciável, em São Paulo, no Distrito Federal e em Pernambuco. Em 1939, a capital de São Paulo possuía 9 agências de bancos estrangeiros e o interior 23. O Distrito Federal possuía 12, Recife 5, Porto Alegre 3 e o interior gaúcho 5. Em Minas Gerais aqueles bancos quase não operavam. Belo Horizonte só possuía uma agência do "Bank of London & South America Ltd.". No interior do Estado atuavam mais duas agências de bancos estrangeiros.

O Quadro V.1. do Anexo Estatístico mostra como os bancos estrangeiros tendem, com o tempo, a desaparecer do ranking dos vinte maiores bancos que funcionam no país. Eles que em 1940 chegaram a deter 8 das vinte primeiras colocações, já em 1944 só detinham 3.

Por fim, queremos chamar atenção para a tese que Hasenbalg e Brigagão defendem sobre o controle nacional do sistema bancário. Segundo esses autores "a explicação desse processo prende-se, primeiramente, ao fácil acesso nacional ao setor: o volume relativamente reduzido do investimento requerido para o estabelecimento de novos bancos antes que o setor começasse a se concentrar, bem como as mínimas exigências tecnológicas da atividade, são condições que, ao contrário da indústria por exemplo, permitem ao longo do período analisado, definir um grau significativo de controle nacional do setor". Também, "a partir do momento em que outros setores da economia nacional abrem-se à participação de capital estrangeiro, a atividade bancária não se incorpora a esse padrão de internacionalização, devido à existência de um controle estatal que se traduz em diretrizes definidas no sentido de não facilitar o acesso aos bancos estrangeiros". Por outro lado, "parte dos estabelecimentos bancários

QUADRO 16
 NÚMERO DE BANCOS E CASAS BANCÁRIAS, NACIONAIS ESTRANGEIROS
 (Inclui Agências e Escritórios no Brasil)
 (1938/1948)

ANOS	NACIONAIS	ESTRANGEIROS
1938	865	79
1939	968	78
1940	1 280	80
1941	1 416	80
1942	1 672	80
1943	1 952	44
1944	2 234	39
1945	2 417	39
1946	2 514	38
1947	2 604	38
1948	2 740	41

Fonte: Os Bancos Estrangeiros no Brasil.

Conjuntura Econômica. RJ, FGV, 1948. ano III, nº3.

estrangeiros existentes no Brasil estabeleceram-se antes de 1930, durante a fase de crescimento agro exportador. Ao se acelerar o processo de industrialização e expansão do mercado interno, base para o crescimento do sistema bancário nacional, os estabelecimentos estrangeiros, sediados fundamentalmente em praças marítimas, não se vincularam a este movimento. Com efeito, eles continuam a operar nas faixas tradicionais de atividades, basicamente comércio externo e câmbio" - (33).

Pois bem, justamente no período da II Guerra Mundial houve um crescimento extraordinário do número de bancos nacionais em funcionamento no país. Analisando o Quadro 20 vemos que, em 1940, existiam no Brasil, incluindo matrizes, filiais e agências, 1360 estabelecimentos bancários; em 1944 - ano do auge do crescimento - este número havia subido a 2459. Houve, portanto, um aumento de 1099 estabelecimentos. Considerando apenas as matrizes, o aumento foi de 309 bancos: em 1940 existiam 354 e, em 1944, 663. Dos 309 bancos novos, 72 estavam localizados no Distrito Federal, 38 em São Paulo, 17 em Minas Gerais e 24 no Rio Grande do Sul (34). Praticamente a metade em apenas quatro Estados. Incluindo agências, filiais e sucursais, o aumento no Distrito Federal foi de 99, em São Paulo de 247, em Minas de 214 e no Rio Grande do Sul de 164.

Nessa época a poderosa rede bancária mineira iniciou a instalação de agências em outros estados (principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás). É o período de transição entre a exploração do mercado interno mineiro e a do mercado nacional, em formação (35). No capítulo seguinte exploraremos essa tese.

Como vimos, até o fim da II Guerra Mundial, vigorou um padrão de crescimento bancário cuja característica maior era a pouca concentração das unidades bancárias. A multiplicação das agências (78% a mais de 1940 a 1944) não acompanhava o ritmo mais acelerado de criação de novas empresas no setor (crescimento de 87% no mesmo período). Segundo Hasenbalg e Brigagão, "esse padrão desconcentrado de crescimento revelava por um lado as facilidades decorrentes da legislação para o setor, bem como a não interferência reguladora do Estado no processo de expansão nesta etapa; por outro lado, o nível reduzido de recursos de capital, bem como requisitos organizativos e tecnológicos necessários à instalação de novos bancos relacionam-se ao intenso crescimento do número de empresas" (36).

O maior crescimento relativo ocorreu nos anos de guerra de 1940 a 44, sendo o auge em 1943/44. A que se deve essa notável expansão? Uma primeira resposta encontramos no Relatório do Banco do Brasil de 1945, que mostra, em traços largos, um retrato da situação:

"Fundaram-se bancos e casas bancárias em profusão. Pessoas alheias à técnica bancária, desconhecedoras dos mais rudimentares princípios de administração, atraídas unicamente pela idéia de lucros fáceis, obtiveram, abusando das facilidades oriundas da inexistência de uma lei bancária rigorosa, cartas-patente para criação de bancos e estes surgiram como cogumelos em todo o país".

"Foi causa também desta imoderada criação de bancos e casas bancárias a prática seguida pelos Institutos, Caixas Econômicas e Autarquias, de efetuarem depósitos em bancos particulares, onde as taxas eram mais altas que no Banco do Brasil. A especulação criou mesmo um mercado de procura destes depósitos mediante comissões".

"Houve bancos que se fundaram com capital meramente nominal, inúmeras vezes obtido por empréstimo, apenas para efeito do depósito legal exigido. Cumpridas as simples formalidades legais, obtida a carta-patente, saía o novo banqueiro à procura de depósitos de Institutos e passava a operar com estes recursos, aplicando-os sem obedecer a nenhum princípio de técnica bancária, preferindo, na maioria das vezes, operações de cujos resultados ele participava individualmente".

Um observador contemporâneo -Mont'Alegre- esclarece mais a ação das disponibilidades dos institutos de previdência e outros órgãos autárquicos: "premidos pelo retardamento inexplicável do pagamento da parte que lhes era devida pelo Governo, os institutos de previdência foram levados a procurar um rendimento máximo para as suas disponibilidades efetivas e isto só encontravam, por uma estreiteza de ação favorecidas por circunstâncias diversas, nas elevadas taxas de juros atribuídas pelos bancos particulares, especialmente aqueles que foram fundados com o fito de aproveitarem o bom negócio. E, por esta via, foram lançados no mercado depósitos superiores a 1 bilhão de cruzeiros, utilizados quase exclusivamente no Rio de Janeiro, em negócios imobiliários" (37)

Sem dúvida uma questão fundamental a se analisar é a especulação desenfreada ocorrida na época da II Guerra. Especulação

que se liga com uma elevada inflação e tem seus aspectos urbanos e rurais (38). Como vimos, a inflação foi acompanhada de um forte surto bancário. Ambos tiveram seu auge nos anos de 1943 e 1944. Certamente - pensavam os "homens de negócios" da época - só o lucro especulativo tem condições de compensar a vigorosa desvalorização da moeda brasileira.

Se quisermos situar o começo de semelhante inflação, será bem difícil definir onde tenha tido início o desequilíbrio. Carvalho, funcionário do F.M.I. em 1947, possuía a tese de que "a infecção inflacionista, entre nós, foi anterior a guerra e aos focos da moléstia originados por esta: os saldos da balança comercial e as despesas extraordinárias de guerra" (39).

Segundo esse autor, os diferentes fatores que originaram a inflação do período da Guerra foram os seguintes: "a) emissões para cobrir deficits orçamentários, em que se incluem as emissões para compra de ouro; b) política de grandes obras suntuárias na Capital Federal e nas principais capitais dos Estados; c) expansão do crédito bancário para empresas novas e muitos empreendimentos especulativos; e, ao revés, dificuldade de créditos para a lavoura de gêneros alimentícios; d) o comércio exterior, apresentando saldos favoráveis que obrigaram o Governo a emitir para comprar as letras de exportação sem aplicação em novas importações em virtude da guerra; e as exportações de produtos da indústria extrativa agrícola e mineral, com predomínio sobre os demais e alcançando os mais altos preços; e) a afluência de capital estrangeiro, principalmente de refugiados, que procuraram aplicação em bens imóveis e empresas de fácil liquidação (como o comércio de antiguidades, de jóias, pedras preciosas e a indústria de lapidação) visando o retorno à Europa, em que devem ser incluídas as destinadas à construção de bases navais e aéreas e as efetuadas por vários organismos criados para prestar assistência social nas zonas de interesse vital para o esforço de guerra; g) dificuldades de transporte criadas pela guerra, prejudicando o abastecimento dos principais centros comerciais e industriais do país e agravando o insulamento econômico do Brasil Central e outros pontos do nosso território".

Para o objetivo que almejamos nesta dissertação interessa-nos discutir diretamente só o item "b" dos listados no parágrafo anterior, ou seja, a inflação de crédito.

O excesso de poder de compra criado pela inflação da guerra se dirigiu principalmente para investimentos especulativos, daí o enorme aumento dos preços de imóveis de toda a espécie (quer urbanos, quer rurais) e das ações de algumas empresas (notadamente bancos e fábricas de tecidos), diretamente beneficiadas pelas condições anormais criadas pela guerra.

A inflação opera uma redistribuição da renda nacional, beneficiando alguns grupos que acumulam fortunas rapidamente, em detrimento da grande maioria da população cujas condições da vida passam a ser mais difíceis. Vejamos os grupos econômicos que se beneficiaram da inflação da guerra.

O Estado Novo promoveu largo programa de construções urbanas na capital Federal e nas capitais dos Estados. Esta política de urbanização contribuiu para acelerar os efeitos da inflação, aumentando desmesuradamente os lucros recebidos por construtores civis, comerciantes, industriais e banqueiros dos centros em que essas obras foram realizadas.

Como ilustração, lembremos que no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outras capitais, aqueles que se tinham enriquecido rapidamente aumentaram suas "despesas de nouveau riche" e os restaurantes de luxo, os teatros, os cinemas, os cassinos e toda a espécie de diversões passaram a constituir negócios de primeira ordem. O jogo tomou formas e proporções nunca vistas.

O "boom" imobiliário, que não visava atender à função social da necessidade de teto (acrescida pelo aumento da urbanização), mas ao lado especulativo do negócio, se reflete na orientação do Banco do Brasil, cujo Relatório de 1941 nos mostra que, em plena guerra, concediam-se à agricultura e à pecuária, em todo o território nacional, créditos no valor de 676 milhões de cruzeiros ao passo que se emprestavam 450 milhões à Prefeitura do Distrito Federal para um plano urbanístico e 452 milhões à indústria de construção civil.

Mais duas grandes especulações no fim da Ditadura de Vargas foram feitas sob a proteção do Banco do Brasil - a do algodão e a do zebú. Veja-se financiamento maciço do algodão em rama e a largueza dos créditos concedidos à pecuária pelo Banco do Brasil no Quadro III.25-A.E. Pelo Quadro 17 constatamos que o auge do "boom do zebu" deve ter se dado em 1944, quando quase 60% dos empréstimos da CREA beneficiaram. Em 1945, 44,3% dos créditos

QUADRO 17

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CÉDULOS DA CARTEIRA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL
DO BANCO DO BRASIL - DISCONTINUADOS POR PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS
(1940 - 1948)

DISCRIMINAÇÃO	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948
Associação	10,1	12,0	26,9	25,1	19,6	44,3	9,9	6,5	3,5
Arroz	10,0	12,3	7,0	9,4	6,5	3,3	10,2	9,6	11,1
Carfê	17,7	11,7	13,6	12,6	5,7	6,1	17,9	27,1	26,6
Cana de Açúcar	12,9	9,3	6,0	8,3	6,7	2,9	23,6	33,9	23,7
TOTAL	50,7	45,3	53,7	55,6	38,5	56,6	50,6	77,5	72,9
Outros Produtos Agrícolas	3,6	3,3	3,5	6,5	1,8	2,2	9,7	15,6	9,8
TOTAL AGRÍCOLA	56,3	53,6	57,2	62,1	40,3	58,7	60,3	93,2	82,7
Pecuários e Agro-pecuários	43,7	46,2	42,8	37,9	59,7	41,3	39,9	5,9	18,9
TOTAL RURAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados de distribuição e criação agrícola. Conjuntura Econômica, 21. e/ed., 1949, Ano III, nº 11.

da Carteira foram dedicados ao financiamento do algodão em pluma que, embora realizado por ela, não teve caráter de crédito à produção e sim ao comércio de algodão.

No quinquênio de 1942-46, 81% dos créditos concedidos à agricultura e à indústria extrativa vegetal foram destinados a apenas três produtos: algodão com 53%, arroz com 11% e café com 17%. Representavam 41% do total geral dos créditos concedidos pela Carteira. Tais produtos eram destinados em boa parte ao comércio externo, os produtos ligados ao mercado interno foram relegados a segundo plano (40).

Em Minas Gerais a especulação com o algodão não foi um fenômeno que teve a mesma importância que a do zebu, devido o seu cultivo ser inexpressivo em terras mineiras embora tenha havido plantio em Itajubá na Zona Sul, Viçosa na Mata e Pará de Minas na Oeste. O zebu, pelo contrário, dado que sua raça tinha extraordinária facilidade de adaptação aos pastos mineiros, resistente que era ao calor e aos carrapatos. Como vimos no primeiro capítulo, foi um grupo de criadores mineiros, de Uberaba, que teve a iniciativa de buscar na Índia os melhores espécimes da raça. Deste centro o rebanho alastrou-se por todo o Estado (41).

Talvez o aumento da demanda de carne, quer interna como externa, durante a guerra, possa ter sido o elemento gerador da violenta especulação. Mas o fato é que em 1943/44, segundo o alarman te testemunho jornalístico, "os fazendeiros mineiros ostentavam suas fortunas contando nos dedos os números de zebus adquiridos em terras distantes, a peso de ouro". Era a "febre do zebu", como ficou conhecida. Era o "boom" do boi que valia fabulosas fortunas.

"Em 1944 os grandes criadores pagavam fortunas para ver seus zebus publicados em páginas inteiras dos jornais, e os campeões dos torneios recebiam um banho público de dezenas de garrafas de champanhe francês. Não havia limites para a "loucura" do zebu. Negociavam-se reprodutores da raça nas ruas de Belo Horizonte com base simplesmente em suas fotos. Particulares corriam aos bancos para tomarem empréstimos, com o fim de especularem com o valor do boi".

"Os reprodutores alcançavam preços altíssimos. Se uma casa no bairro mais sofisticado de Belo Horizonte custava, por exemplo, 100 milhões, um zebu importado custava 500 milhões. Um boi valia cinco casas no melhor bairro. Mas teve um dia que a febre curou e o boi voltou a valer realmente um boi. Foi o caos nas grandes fazendas

que ostentavam zebus e dívidas nos bancos. O preço caiu naquilo que realmente correspondia ao valor do animal, e os fazendeiros, assustados, correram aos bancos. O Banco do Brasil teve que garantir. Decretou-se a moratória. O sonho acabou e muita gente ficou na miséria. Como na febre da borracha ou na febre da bolsa" (42).

Almeida, em fins de 1943, dá outro testemunho interessante: "a expansão do gado zebu é o último grande fenômeno da economia agrária brasileira. Valorização vertiginosa de caráter inflacionista, em contraste com quase todos os setores das atividades rurais, onde há uma relativa paralização, ou uma estabilidade escorada em proteções legais, o zebu vem atraindo uma grande massa de capital em inversões estimuladas pela Carteira Agrícola do Banco do Brasil. Na verdade, sente-se falta de aplicações produtivas em que empregar. Há muito dinheiro com os bancos, mas com empréstimos a juros altos (a fim de compensar a desvalorização do dinheiro). A especulação também campeia nos negócios imobiliários, meio de vida de uma frondosa classe de prósperos corretores". Segundo o autor, "necessitam-se não de simples bancos, que os há de mais e se multiplicam talvez pela própria falta do que fazer com o dinheiro, mas sim de bancos de inversões. No que toca aos bancos privados, quanto ao assunto há somente: a) interferência de bancos e caixas econômicas, como agentes no lançamento de raras emissões particulares; b) participações dos bancos, ocasionalmente, sem programa preconcebido, no capital de empresas de comércio e indústria, na maioria dos casos como emprego de reservas" (43).

A Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil inaugurou interessante forma de relacionamento com os bancos privados. Sabemos que a maior parte dos recursos que este Banco aplicava no campo era reconduzido às cidades. Suspeitamos que, durante a II Guerra, a especulação com o zebu envolve os banqueiros mineiros da seguinte forma: o Banco do Brasil fornecia em abundância o crédito pecuário aos criadores mineiros, que especulavam com o valor do gado e depositavam seus ganhos na rede bancária privada, que, por sua vez, recambiava esses valores principalmente para Belo Horizonte (a capital de Minas recebeu por várias décadas fundos não só do interior mineiro, como também de outros Estados), onde os banqueiros os aplicavam em especulação imobiliária (44).

Quando findou a especulação com o zebu iniciou-se em Belo Horizonte a especulação imobiliária (Quadro 18). Esta se deu, portanto, principalmente no pós-guerra e na década dos 50, época de

QUADRO 18

CONSTRUÇÃO CIVIL EM BELO HORIZONTE

BASE: 1940 = 100

ANOS	ÁREA DE PISO LICENCIADA EM BELO HORIZONTE	
	1 000 m ²	ÍNDICE
1940	125,4	100
1941	101,8	81
1942	108,5	86
1943	60,8	48
1944	67,6	54
1945	60,0	48
1946	362,9	289
1947	339,8	271
1948	423,9	338
1949	361,9	289
1950	306,1	244
1951	373,4	298
1952	347,9	277
1953	457,9	365
1954	626,0	499

Fonte: SGCNE (Secretaria Geral do Conselho Nacional de Estatística - IBGE) apud LDEB, Gustaaf F.. O Desenvolvimento da Produção Industrial em MG (1939-1954). R.B.E.. RJ, s/ed., ano X, nº 3, set/1956. p. 61.

Obs.: O autor achou que os dados de 1945 e 1946 não pareciam comparáveis, de modo que apresentou duas séries em encadeamento, uma baseada em 1939 e outra em 1946. Nós, pelo contrário, achamos que os dados espelham o fenômeno da especulação imobiliária. Na elaboração do índice, supõe-se que o prazo médio da construção fosse 12 meses e que a construção fosse iniciada logo após a concessão de licença.

um vertiginoso crescimento da capital mineira, que atingia a maior taxa de incremento populacional entre todas as capitais brasileiras. Foi a época da abertura das grandes avenidas, dos loteamentos de bairros inteiros, da urbanização da Pampulha, etc. (45)

Durante a inflação da guerra, do excesso de dinheiro acumulado em mãos de poucos, evoluiu a exploração do negócio bancário, a fim de facilitar a reaplicação desses recursos.

Vejamos alguns testemunhos contemporâneos: "estamos numa época anormal de completa euforia econômico-financeira favorável aos bancos. Surgem por todo o Brasil bancos devido ao regime inflacionista. De acordo com a lei das sociedades anônimas, um desses estabelecimentos que perde 50% do capital em transações é considerado falido. Há perigo iminente de crise e falências. Existem estabelecimentos bancários que empregam quase todos seus depósitos em empréstimos em conta corrente ou na carteira de descontos: com uma crise, como reagir sem disponibilidades em caixa?". Como ele mesmo responde, "eles confiam na solidariedade bancária". Naquela época um banco podia emprestar a outro, "socorrendo-o" em momentos difíceis, o que criava uma interligação e uma solidariedade entre os diversos bancos que dava margem não só para incorrerem em operações arriscadas, como também para deterem grande poder de barganha política. (46)

Outro autor, da mesma fonte, dizia que: "a facilidade com que nestes últimos tempos se vem criando novos bancos ou casas bancárias indica que o dinheiro caracteriza-se entre nós como uma das melhores mercadorias. Há a imobilização de grandes massas de recursos nas mãos de bancos, receosas de intervirem em empreendimentos produtivos. Não há vantagem de caráter nacional no emprego de dinheiro em novos bancos, quando a indústria, a agricultura, etc. clamam pela aplicação de novos capitais".

Uma concorrência exagerada no setor bancário acarreta consequência inteiramente diversa da esperada. Ao invés de uma possível redução dos "preços", como ocorreria em outras atividades comerciais, ela conduz, geralmente, ao encarecimento da "mercadoria" dinheiro, isto é, à elevação da taxa de juros. É verdade que a chamada Lei da Usura tinha limitado em 12% o máximo juro a ser cobrado; porém, dentro deste limite toda liberdade era possível, e, por força dele, eram encontrados caminhos que burlavam a vigilância, através de taxas, comissões e outras coisas mais.

Os bancos, ficando com grande parte do dinheiro que serviria para financiar os estoques e a produção, aumentava o custo (taxas de juro) desse dinheiro e dificultava a obtenção de empréstimos pelas empresas. Isso diminuía suas lucratividades e impedia a expansão da atividade produtiva, que se tornava ainda menos atrativa diante da atividade financeira: era mais lucrativo especular do que produzir. Os lucros gerados na produção (intensa durante a II Guerra) não eram reinvestidos na ampliação da capacidade produtiva (tendendo já ao esgotamento), mas sim na atividade puramente especulativa.

O crescimento desproporcional entre o setor produtivo e o setor financeiro, alimentado pela transferência constante de recursos do primeiro para o segundo, se continuasse acabaria fazendo da economia brasileira uma gigantesca especulação sobre o vazio. (47).

Devemos advertir, entretanto, que a ênfase dada à questão da especulação não significa que vemos nela apenas uma mirabolante onda inflacionária. Nem tudo foi fictício nesse processo inflacionário. Na verdade, o "véu monetário" tende a cobrir a visão de uma real acumulação de capital urbano que se deu nesse período.

Não se pode entender completamente o crescimento bancário do período sem se ter em conta a atuação da Carteira de Redescontos, que desde 1930, segundo o Relatório de 1945 do Banco do Brasil, foi a máquina cuja produção mais avolumou a inflação monetária.

"Constitui a Carteira um delicado mecanismo que só poderá funcionar com proveito para a economia do país quando for manejado com rigor, discernimento e tato. Por ser órgão destinado a fomentar a produção nela só devem ser redescontados títulos que representem transação legítima e efetivamente realizada, sendo, portanto, excluídos os que resultem da especulação, tenham firmas de favor ou se destinem apenas a proporcionar recursos aos respectivos coobrigados. Não tendo por objetivo o suprimento de capital, mas sim o de lhe facilitar a circulação, deverá sempre a Carteira impedir que dos recursos por ela fornecidos algum banco faça abusivamente a base principal de suas operações".

O regulamento da Carteira de Redescontos, porém, entre 1930 e 1944, sofreu várias e sérias distorções, tirando-lhe

quase totalmente a sua função clássica. "Todas as modificações tiveram o propósito de tornar menos rígido o mecanismo criado em 1921. Naquela época só poderiam ser aceitos na Carteira, para redesconto, títulos de prazo até 120 dias, que não resultassem de mera especulação e cujas importâncias tivessem sido ou devessem ser aplicadas em legítimas transações de movimento, relativas à indústria, agricultura e comércio. Em 1930, passaram a ser admitidos warrants e as promissórias garantidas por conhecimento de mercadorias de difícil deterioração; não porém os títulos da União, dos Estados ou dos Municípios".

"Em 1931, foram admitidos os títulos cambiais emitidos pelo Conselho Nacional do Café; em 1922, as promissórias com prazo até 180 dias, garantidas por aval ou penhor, desde que o líquido tivesse sido destinado ao financiamento da produção industrial, agrícola ou pecuária; e também as promissórias do Tesouro Nacional, de prazo não superior a 1 ano, descontadas pelo Banco do Brasil. Em 1934, ficou a Carteira autorizada a redescontar letras ou notas promissórias cujo aceitante ou emitente exercesse sua atividade na agricultura, ou indústrias derivadas, desde que o título tivesse a corresponsabilidade de outra firma idônea ou fosse garantido com penhor; também foi estabelecido que os vencimentos não poderiam exceder de 1 ano. Em 1937, foi realizada outra reforma, em virtude da qual os bancos, inclusive o Banco do Brasil, passaram a ter o direito de redescontar títulos até a importância máxima da metade do seu capital mais os fundos de reserva, realizados no país, limite este fixado cada trimestre."

"Em 1940 foi resolvido que os contratos de financiamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, que representassem dívidas com prazo de vencimento não superior a 1 ano, contraídas por pessoas que exercessem, de modo efetivo, atividades na agricultura ou na pecuária, e garantidas por penhor rural, seriam como as cédulas rurais pignoratícias, redescontáveis, pela Carteira de Redescontos."

"Em 1942, pelo Decreto-lei nº 4792, de 5 de outubro, além de operar no Redesconto, ficou também a Carteira autorizada a fazer empréstimos a bancos, quando garantidos por "Letras do Tesouro", vencíveis em prazo nunca excedente a 180 dias."

"Em 1944, pelo Decreto-lei nº 6634, de 27 de junho, foi ampliada a capacidade de redescontos concedida pela Carteira aos bancos, inclusive o Banco do Brasil. Passaram eles, então, a ter o

direito de redescantar títulos até a importância máxima correspondente ao capital e fundos de reserva, realizados no país. Anteriormente, o limite correspondia apenas à metade do capital mais os fundos de reserva".

O grande empenho da Carteira de Redescantos se deu especialmente em 1943/44. É ilustrativo o depoimento de Fontenla: "a especulação criara um mercado de procura de depósitos mediante elevadas comissões. Pessoas alheias à técnica bancária, atraídas unicamente pela idéia de lucros fáceis, tinham obtido cartas-patente para criação de bancos. Conhecemos bancos que tinham responsabilidades por redescantos, cinco a dez vezes maiores que as suas reais possibilidades; a sua função como estabelecimento de crédito era só aparente. Proposto e aceito o redescanto de um título por um desses estabelecimentos, o cliente só poderia receber o dinheiro no dia seguinte ou horas mais tarde pois aquele título era levado às pressas para o redescanto, a fim de ser feita a disponibilidade de caixa necessária para o pagamento. O lucro estava na diferença de juros e comissões cobrados. No vencimento, se o cliente não podia pagar, era feito novo título que seguia o mesmo caminho do primeiro e a situação estava resolvida. Esta era a especulação, o expediente denominado inflação de crédito" (48). Em 1943/44 era fácil tornar-se banqueiro...

O aumento do número de bancos assumira no Brasil, em 1944, proporções inquietantes; alguns colocavam na diretoria, como prevendo dificuldades, nomes de prestígio político. Nesse ano, a 13 de abril, pelo Decreto-lei nº 6419, reorganizou o governo a CAMOB, atribuindo-lhe funções reguladoras da criação de estabelecimentos bancários e fiscalizadoras de seu funcionamento. Inclusive passou a denominar-se Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária. Ela, ao contrário da Carteira de Redescantos, cujas operações eram a curto prazo, socorria os bancos nas dificuldades que lhes advinham de perdas de depósito, recursos imobilizados ou aplicados a longo prazo.

Por este mesmo decreto, limitou-se a expansão dos bancos de acordo com o seu maior ou menor capital. "Art. 5º Nenhum estabelecimento bancário será autorizado a funcionar sem a realização do capital mínimo previsto para a sua categoria e área de operações... § 1º Somente os bancos de capital igual ou superior a cinquenta milhões de cruzeiros poderão abrir filiais ou agências em todo o território nacional. § 2º Os bancos de capital igual ou superior a vinte milhões de cruzeiros e inferior a cinquenta milhões só

poderão abrir filiais ou agências nas regiões que tenham indicado no pedido de autorização, quando deferido, ou naquelas que constarem do ato de autorização. § 3º Os bancos de capital igual ou superior a cinco milhões de cruzeiros e inferior a vinte milhões de cruzeiros somente poderão operar no Estado e dentro das áreas municipais indicadas no ato de autorização. § 4º Os de capital inferior a cinco milhões de cruzeiros somente poderão operar nos municípios em que estiverem instalados".

Hã, portanto, a limitação das atividades dos pequenos bancos, mediante um critério de zoneamento estabelecido pela sua capacidade financeira. A concorrência no sistema bancário fica definida institucionalmente. O ônus do castigo pela especulação recai sobre os pequenos. Segundo as autoridades monetárias, os pequenos bancos que provocariam o encarecimento no mercado de crédito, pois necessitavam obter vantagens que compensassem os juros relativamente altos pagos aos seus depositantes. Seriam eles também que se ligariam a iniciativas que a outros pareceriam excessivamente arrojadas.

Também em 1944, o Ministro da Fazenda aprovou os seguintes limites mínimos de capital a serem respeitados na instalação de bancos e casas bancárias nas principais capitais de Estado: Distrito Federal e São Paulo, bancos Cr\$ 10.000.000,00 e casas bancárias Cr\$ 5.000.000,00; Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza e Curitiba, bancos Cr\$ 8.000.000,00 e casas bancárias Cr\$ 3.000.000,00.

A criação de um Banco Central era uma velha discussão, medida já aconselhada em 1931 pelo financista britânico Sir Otto Niemeyer, que a convite do governo brasileiro, procedeu a um estudo econômico-financeiro do país. Sob a ameaça da crise que se esboça em 1944, o governo foi obrigado a tomar medidas mais positivas em direção a tal objetivo.

Assim, Getúlio Vargas, pelo Decreto-lei nº 7293, de 2 de fevereiro de 1945, cria, diretamente subordinada ao Ministro da Fazenda, a Superintendência da Moeda e do Crédito, "com o objetivo imediato de exercer o controle do mercado monetário e preparar a organização do Banco Central". Pelo art. 3º, "enquanto não for convertido em lei o projeto de criação do Banco Central, à SUMOC incumbe as seguintes atribuições:

- a) requerer emissão de papel-moeda...;
- b) receber, com exclusividade, depósitos de bancos;
- c) delimitar, quando julgar necessário, as taxas de ju

- ros a abonar às novas contas, pelos bancos, casas bancárias e caixas econômicas;
- d) fixar, mensalmente, as taxas de redescontos e juros dos empréstimos a bancos, podendo vigorar taxas e juros diferentes, tendo em vista as regiões e peculiaridades das transações;
 - e) autorizar a compra e venda de ouro ou de cambiais;
 - f) autorizar empréstimos a bancos por prazo não superior a 120 dias, garantidos por títulos do Governo Federal até o limite de 90% do valor em Bolsa;
 - g) orientar a fiscalização dos bancos;
 - h) orientar a política de câmbio e operações bancárias em geral;
 - i) promover a compra e venda de títulos do Governo Federal na Bolsa;
 - j) autorizar o redesconto de títulos e empréstimos a bancos nos termos da legislação que vigorar".

Os depósitos compulsórios, como instrumento de controle do volume de crédito e dos meios de pagamentos, são instituídos pelo art. 49: "Independentemente do fato de manterem em caixa o número julgado indispensável ao seu movimento, são os bancos obrigados a conservar em depósito no Banco do Brasil, à ordem da SUMOC, sem juros:

- a) 8% sobre o valor dos depósitos à vista;
- b) 4% sobre o valor de importâncias depositadas a prazo fixo ou mediante aviso prévio superior a 90 dias"

A atividade bancária fica, portanto, submetida a um controle governamental mais rígido. Os bancos terão que adaptar-se. Veremos como eles agiram no período 1946-1964, no próximo capítulo.

Antes, porém, de colocarmos um ponto final neste capítulo, vejamos a situação dos bancos mineiros, enquanto empresas individualizadas, no período 1930-1945. Anteriormente, já tínhamos dito que nessa época passam a se destacar no ranking nacional.

De fato, em 1945, depois de transcorridos todos esses fatos narrados, Minas Gerais possuía quatro de seus bancos - o Comércio e Indústria, Crédito Real, o Lavoura e o Hipotecário e Agrícola - situados entre os dez maiores do país (por volume de depósitos), sendo o Comércio e Indústria o maior banco privado desde 1940 (em 1947, o Lavoura vai arrebatá-lo este posto).

A ascensão dos três primeiros bancos citados foi enorme: de 1935 a 1945, eles vão, respectivamente, do 12º para o 3º, do

189 para o 49 e do 269 para o 89 lugar. O Hipotecário tem uma situação instável no período, certamente devido à encampação sofrida.

Devemos chamar a atenção para o fato de que a partir de 1941 os depósitos efetuados nesses bancos - situados entre os vinte maiores brasileiros - ultrapassam, englobadamente, o total dos depósitos realizados em Minas Gerais. Isso significa que os grandes bancos mineiros começam então a constituir sua poderosa rede nacional de agências. Em outras palavras, não perdendo o caráter de bancos regionais e partindo para a exploração do mercado nacional.

Para tanto já tinham dominado o mercado interno de Minas. Nas palavras de Souza: "Minas desde logo organizou a maior e a mais potente rede bancária do país, ficando as suas raízes nas fazendas distantes e nas encruzilhadas das estradas, onde sempre uma placa indicava a existência do representante de estabelecimento bancário, que outro não era senão o próprio fazendeiro, seu filho, ou o comerciante por ele protegido" (49).

Em 1946, estavam em pleno funcionamento em todas as mais prósperas cidades mineiras e tinham criado agências e escritórios, bem como nomeado correspondentes, em quase todas as localidades, por insignificante que fossem. Assim, as cifras globais para Minas indicam que, nesse ano, existiam 32 bancos com matrizes neste Estado (além de 21 casas bancárias). Eles possuíam: 3 filiais, 2 sucursais, 353 agências, 29 sub-agências, 113 escritórios e 1157 correspondentes em Minas Gerais (não se considerando, portanto, o equivalente em outros Estado) (50).

Esse mercado, de certa forma, era exclusivo dos bancos do Estado, pois só haviam 67 agências de bancos nacionais com sede fora do Estado, das quais 35 do Banco do Brasil. Agências de bancos paulistas haviam quatro, 1 do Banco de São Paulo e 3 do Itaú (51). O restante era predominantemente de bancos cariocas. Havia somente 1 agência de banco estrangeiro, a do Bank of London & South America Ltd., em Belo Horizonte.

Em número de agências em Minas destacavam-se, pela ordem, Mineiro da Produção - 54, Lavoura - 49, Crédito Real - 45, Hipotecário e Agrícola - 41, Minas Gerais - 37, Comércio e Indústria - 27. Interessante notar que este, o maior banco privado brasileiro na época, não detinha um grande número de agências mas sim de correspondentes: 352 (nesse item vinha a seguir o Mineiro da Produção, com bem menos: 193).

Pois bem, a partir de 1930, há uma verdadeira proliferação de Bancos em Minas, ligando-se apenas pelo enunciado de seus

nomes e não pela aplicação real às atividades da lavoura, da indústria, do comércio, e sempre operando na atividade bancária comum no meio brasileiro, de depósito e desconto. Há, no entanto, grupos econômicos, de origem comercial, industrial ou mesmo agrária, que organizam-se em bancos e se ligam de preferência a determinados ramos onde possuem interesse. Vejamos alguns traços históricos de bancos fundados na época.

Por exemplo, o Banco de Minas Gerais iniciou suas atividades como Banco de Crédito Predial em 1930. Fundado com o intuito de especialização em sua Carteira Predial Hipotecária, negociando exclusivamente sob garantia hipotecária de imóveis situados no capital, logo teve que ampliar e desenvolver paralelamente todos os demais departamentos de um banco comercial comum. De fato, seria difícil manter-se nessa especialidade bancária face ao aumento da concorrência no setor bancário. Para tanto, em 1937, não só aumentou seu capital, como também mudou sua denominação. Inicia então sua penetração no interior do Estado, inaugurando as agências de Oliveira, São João D'Rey e Bom Sucesso.

Seu fundador foi o Cel. Benjamin Ferreira Guimarães, cabeça do grupo econômico Mourão - Pentagna - Guimarães. Sua primeira atividade econômica foi um armazém de secos e molhados em 1891. Passou depois à indústria têxtil, incorporando a Cia. de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira novas fábricas de tecido. Dizem que a verdadeira origem de sua fortuna foi a especulação com anilina durante a I Guerra Mundial, quando casualmente deteve o monopólio do produto no Brasil (52). O fato é que, em 1930, por pressão do filho e exemplo do amigo e compadre Clemente Faria, funda o Banco. Através dele diversifica seus interesses. Na década dos 30 os Mourão - Guimarães ligam-se a "Belgo-Mineira". Em 1939 fundam a "Magnesita", indústria de refratários, fornecedora futura de Volta Redonda, Acesita e indústrias do grupo Jaffet. O grupo Pontagna-Mourão-Guimarães consolida-se, com empreendimentos gerais no setor de seguros, imóveis, hospitais e até lanches.

Havia bancos, entretanto, que se diziam especializados em alguma área. O crédito rural era por assim dizer a especializada do Banco Ribeiro Junqueira. "Fundado e dirigido por homens ligados à terra, que cuidam da agricultura e da pecuária, bem como suas atividades subsidiárias, o Banco Ribeiro Junqueira é um legítimo banco rural", afirmava sua propaganda. Os dirigentes desse Banco diziam que ele era agricultor, cuidava de leite e laticínios.

Fundado na cidade de Leopoldina - zona da Mata - 1939,

nasceu, de maneira singular, numa pequena cidade, onde manteve sua casa matriz, para daí ir lançando suas ramificações, até atingir a própria Capital Federal. Não começou o Banco Ribeiro Junqueira como casa bancária; teve, como cédula, uma rede de casas bancárias "Ribeiro Junqueira", espalhadas em várias cidades circunvizinhas daquela onde veio a se instalar o Banco, como uma necessidade da centralização administrativa dos negócios que iam ganhando vulto.

"Nos anos da queda do café, nos Estado de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, as agências e escritórios do Banco Ribeiro Junqueira, cuidando de manter elevado o nível da produção agrícola, estimularam a cultura do arroz. E o fizeram em tais condições que a própria Bolsa de Mercadorias reconheceu como específico o arroz tipo Miracema, criado pelo estímulo e pelos serviços especializados do Banco" (53).

Como exemplo de um estabelecimento bancário com origem no capital comercial temos o caso do Banco Gontijo Irmão Sociedade Ltda, fundado em 1936 em Belo Horizonte, como seção bancária da então sociedade comercial Gontijo & Irmão. Logo depois a firma desligou a seção bancária da sociedade comercial e a transformou em Banco.

Em 1940 surgiu o Banco Moreira Salles, fundado em Poços de Caldas - zona Sul de Minas -, mas sempre atuando mais em São Paulo. Sua origem foi a fusão de duas casas bancárias uma de propriedade do pai do Walter Moreira Salles e outra de Botelhos - com o Banco Machadense. Logo em 1947 já era o 20º banco brasileiro em volume de depósitos. Continuou sua rápida ascensão, tornando-se um dos maiores bancos privados do país. Com a fusão com o Banco Agrícola e Mercantil em 1967, transformou-se em União de Bancos Brasileiros (UNIBANCO).

O banco de Belo Horizonte, fundado em 1942, foi primitivamente a Empresa Mineira de Apólices, da firma Lindouro Gomes & Vasconcelos. Dentre as suas carteira ainda manteve, como principal negócio, a compra e venda de títulos da dívida pública, à vista e à prazo.

O Banco Financeiro da Produção foi fundado a 2 de Janeiro de 1944 por Antonio Luciano, um dos maiores proprietários de imóveis de Belo Horizonte. Planejava então a construção de casas populares e do Edifício Luciano com 32 andares. Possuía o edifício - sede e casas residenciais.

Era então relativamente fácil tornar-se banqueiro. Vejamos, com certo detalhe, um caso de "Cooperativa Bancária".

A iniciativa da organização do Banco de Crédito Hipotecário e Mercantil de Minas- Cooperativa coube a um grupo de servidores do Estado. Congregava a dita Sociedade, além de funcionários públicos, estes em grande maioria, apreciável número de agricultores, bancários, comerciantes e profissionais liberais. Com autorização para funcionar pelo decreto nº 5937, de 10 de julho de 1940, e, ao começo, com o capital mínimo dos seus estatutos, de 50 contos apenas, o Banco com poucos meses de funcionamento o ascendeu a 171 contos, estando então 43 realizados. Esse capital era constituído por 138 subscritores de quotas-partes de 100\$000, sendo de meio conto a menor importância a eles atribuído. A primeira vista causa espécie que, tratando-se duma sociedade cooperativa, eminentemente popular, fosse de rs. 500\$000 para cima o valor da contribuição de cada associado. Todavia, tinha este a faculdade de integralização do seu "quantum" de uma só vez ou em prestações mensais de 10\$000, ou seja 2% no mínimo. E, assim, tornava-se acessível a todos, em face do extenso prazo concedido pela lei básica da sociedade até 4 anos e 2 meses.

Devemos destacar, sem dúvida, a fundação do Banco Nacional de Minas Gerais S.A. em 1944, com sede em Belo Horizonte. Conquistou logo um lugar de realce entre os estabelecimentos bancários do Estado. Com capital inicial de 5 milhões de cruzeiros, três meses depois, em abril de 1944, o Sr. José de Magalhães Pinto, que vinha de deixar a direção do Banco da Lavoura, obteve autorização e providenciou o aumento do capital para 60 milhões de cruzeiros, coberto com larga folga. Foi, ao mesmo tempo, aprovado o processo de incorporação do Banco Comercial Mineiro e autorizado a instalar 27 agências no interior de Minas; nas capitais de Goiás e Espírito Santo e em Campos, no Estado do Rio; além da Matríz em Belo Horizonte e a filial no Rio de Janeiro. O Banco nasceu, pois, grande. Caracterizava-se pela sua agressividade em conquistar posições.

Interessante notar que o objetivo da empresa declarado na escritura pública (registrada na Junta Comercial) era "a realização de quaisquer operações bancárias permitidas em lei, nos limites e condições que forem fixadas no regimento interno que elaborar a diretoria, ficando expressamente excluídas as operações de câmbio, de crédito real e as de compra e venda a prazo e a prestação de títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal". Em 1951 há uma reforma parcial dos estatutos, sendo incluída a permissão para as operações de câmbio.

A propaganda do Banco sempre se vangloriou da "identificação dos funcionários do Banco com a vida do estabelecimento, atra

vês da participação nos lucros". Havia uma "contribuição para as entidades beneficentes dos empregados do Banco", uma "participação distribuída" e uma "participação aos gerentes titulares da administração".

Uma ligeira biografia de Magalhães Pinto, até então, mostraria que com 18 anos, em 1926, tornou-se escriturário na gerência do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, em Juiz de Fora (54). Em 1929 já era gerente geral do Lavoura em Belo Horizonte; em 1935, com a morte de Hugo Werneck, tornou-se diretor do Banco. Em 1938 acumula o cargo de presidente da Associação Comercial, até que em 1942 assina o "Manifesto dos Mineiros". É forçado, por pressão política, a sair do Lavoura. Funda então o Nacional, juntamente com Waldomiro Magalhães Pinto, Virgílio de Melo Franco e o Cel. Francisco Moreira da Costa, entre outros. Não participa da primeira diretoria, só vai para a presidência com a morte deste último. Em 1945 é eleito deputado Federal por Minas Gerais. Há um ditado mineiro que diz: "o melhor cabo eleitoral é a agência bancária". É difícil distinguir a figura do banqueiro da do político. O Banco beneficia-se da força política de Magalhães Pinto, quanto este da força econômica do Nacional.

Por fim, algumas palavras sobre o Banco da Lavoura de Minas Gerais, que em 1947 torna-se o maior banco privado brasileiro. Vejamos como ele galgou esta posição.

Em 1929 não sofreu com a crise cafeeira, pois não trabalhava com este produto. O café de Minas era exportado principalmente pelo porto do Rio e somente em 1936 o Banco abriu agência lá. Em 1937 abriu agência em São Paulo, com grade movimentação.

Sua marcha para o interior do Estado, no final da década dos 30, processou-se, de início, com a encampação de "sólidos e conceituados" bancos e casas bancárias, sobretudo na progressista região Sul de Minas: Banco Comercial e Agrícola de Bom Sucesso, Banco Santaritense, Banco Comercial de Alfenas, Banco da Campanha, Banco J. O. Rezende (de São Sebastião do Paraíso), Banco de Pouso Alegre, Banco de Uberlândia, Casa Bancária A. Della Lucia (de três Corações). Gostaríamos de saber em que medida esses "sólidos e conceituados" bancos foram afetados pela crise cafeeira ... Por exemplo, em 1937/38 houve a falência do Banco Sul de Minas de Varginha. Entre os 32 credores privilegiados, figurava em 1º lugar justamente o Banco da Lavoura...

Em 1945, o Banco da Lavoura, além da sua matriz em Be-

lo Horizonte, dispunha de uma filial no Rio de Janeiro e outra em São Paulo, e 48 agências em Minas Gerais, 3 no Estado do Rio e 1 no Espírito Santo. Quanto a escritórios, possuía 31 em Minas e 1 no Estado do Rio.

Com uma "fatia" bem definida do mercado interno mineiro, ampliaram-se então, extraordinariamente, os negócios e os departamentos do Banco. De Minas saltou para o Estado do Rio e para o Distrito Federal; daí, para o Espírito Santo, depois para São Paulo.

Outros Estados, em seguida, foram atingidos: Goiás, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná e Alagoas. Realizou-se a aquisição do ativo do Banco Norte do Brasil S. A. com sede em Maceió (Alagoas) e de 13 agências do Banco do Comércio S. A.. Em 1950, instalaram-se as agências de Belém do Pará e de Macapá (Capital do Território do Amapá).

Neste mesmo ano, além da matriz e de uma agência metropolitana em Belo Horizonte, contava com 3 filiais (capital Federal, São Paulo e Porto Alegre) e 143 agências e escritórios, disseminados por todo o país. Para se ter uma idéia mais precisa dos tipos de localidades em que o Lavoura encontrava-se, examinemos no decurso de 1950 instalaram-se as agências e escritórios novos nas seguintes localidades: Araçatuba, Braz (Agência urbana), Campinas, Fartura, Guararapes, Jundiá, Liberdade (Agência urbana), Piracaia, Piraju e São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo; curvelo, Elói Mendes, Gouvea, Iatajubá, Itambacurí, Leopoldina e São João D'El Rey, em Minas Gerais; Maceió e Arapiraca, no Estado de Alagoas; Barreto (niterói) e Nova Friburgo, no Estado do Rio; Londrina e Ponta Grossa, no Paraná; Itaguaçu, no Espírito Santo, e Piracanjuba, em Goiás. Fica claro, portanto, que no pós-Guerra se pode falar numa rede bancária nacional.

Dentre os mais notáveis empreendimentos para cuja realização o banco contribuiu, até então, através de financiamento, destacam-se a construção, no porto de Vitória, dos silos para embarque de minérios, pela servieng (Serviços de Engenharia S.A.) e a extração intensiva do Manganês no Território do Amapá, através da ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S.A.). Em Minas, com o propósito de ampliar o potencial elétrico do Estado, subscreveu o Banco grande parte do capital de Cr\$ 27.000.000,00, necessário à constituição da Cia. de Eletricidade do Médio Rio Doce, que visava abastecer o próspero município de Governador Valadares e outros da mesma promissora região, desbravada durante a II Guerra.

Muda portanto o caráter da atividade bancária depois de 1945. Justifica-se assim esse marco como fim de uma etapa "competitiva" do sistema bancário brasileiro.

Vimos neste capítulo a consolidação dos bancos mineiros, avançando em relação aos capítulos anteriores, quando analisamos o seu nascimento.

Achamos que nesse "período Vargas" (1930-1945) estão contidas algumas raízes da força dos bancos mineiros: atuando junto ao capital comercial especializado na agricultura mineira, relacionando-se com o Poder Público estadual, tirando partido da intensa especulação vigente durante a II Guerra, instalando agências em outros Estados, estavam eles preparando as "bases" para a conquista do mercado nacional em formação.

NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO III:

- (01) GILBART, J.W. - The History and Principles of Banking, apud Marx, K., El Capital, México, F.C.E., 1973, Livro III, p. 386.
- (02) VILLELA, A.V. & SUZIGAN, W. - Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945, RJ., IPEA/INPES, 1975, 2a. edição, p. 177.
- (03) ROQUETTE REIS, Fernando Antonio - Participação de Minas no desenvolvimento brasileiro. Cadernos BDMG n° 1, março de 1968.
- (04) Em Minas, nessa época, encontra-se o maior rebanho suíno do Brasil, (por exemplo, em 1935, com 7,5 milhões de cabeças, o Estado possuía 32,36% do efetivo existente no país).
- (05) ROQUETTE REIS, op. cit.
- (06) O Diagnóstico da Economia Mineira V defende que "o atendimento da demanda derivada da economia cafeeira permitiu certo desenvolvimento industrial de Minas, que ultrapassa em importância o Estado do Rio, onde a cafeicultura já perdera significação" (p. 13). Minas, além de suas áreas propriamente cafeeiras - a Mata, o Sul e o Oeste - era importante produtora de bens de subsistência.
- (07) BAER, Werner - Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro, RJ., Zahar, 1970, p. 88.
- (08) BDMG - Diagnóstico da Economia Mineira V - (Indústria) - BH, s/ed., 1968, p. 13.
- (09) GRAHAM, Douglas H. & HOLLANDA, Fº, Sérgio Buarque de - Migration Regional and Urban Growth and Development in Brazil: a Selecture Analysis of Historical Record, 1872-1970. SP., IPE, 1971, p. 98 apud VILLELA & SUZIGAN. op. cit., p. 262 e p. 264.
- (10) Estimando-se o valor da produção geral de Minas no ano de 1936 com 5 milhões de contos de réis, um quinto, ou seja, em torno de 1 milhão, escoava-se para "mercados externos" (fundamentalmente o ex-Distrito Federal, São Paulo, porto de Santos, Estado Rio e porto de Angra).
- (11) Boletim do Departamento Estadual de Estatística, n° 4, ano II, BH, maio/junho de 1940.

- (12) BRAZIL, Raymundo Pereira - Minas Gerais na Grandeza do Brasil. BH, s/ed., 1936.
- (13) OLIVEIRA, Geraldo Beauclair M. de - A Evolução do Sistema Financeiro na época de Vargas., Niterói, Monografia de Mestrado em História pela UFF, 1974, p. 17.
- (14) NEUHAUS, Paulo - História Monetária do Brasil: 1900-45, IBMEC, 1975, p. 122.
- (15) LEVY, Maria Bárbara, História dos Bancos Comerciais no Brasil, RJ, IBMEC, 1972, p. 112.
- (16) idem, ibidem, p. 106 (o grifo é meu)
- (17) NEUHAUS, Paulo - op. cit., p. 124.
- (18) CARVALHO, Daniel - As finanças de Minas Gerais. Estudos de Economia e Finanças. RJ, AGIR, 1946, p. 157.
- (19) A questão ferroviária em Minas era considerada responsável em grande parte, pela situação financeira em que se encontrava o Estado. A política ferroviária mineira tomou, no ano de 1931, um rumo de proporções mais amplas, que se consubstanciou no plano da Rede Mineira de Viação. Por este plano, o Estado se transformou, no seu território, em administrador e controlador de todas as ferrovias que pertenciam à União, exceto a E. F. Central do Brasil. Ora, as estradas arrendadas da União, principalmente a Oeste, eram deficitárias. Assim, a Rede Mineira de Viação veio agravar, ainda mais, a situação financeira, pesando no orçamento estadual com seus deficits anuais avultados. A partir de 1934 há um aumento de fretes e passagens nessa rede ferroviária, elevando a receita industrial do Estado.
- (20) MINAS GERAIS - Secretaria das Finanças - Finanças do Estado de Minas Gerais, Período Republicano: 1890-1953. BH, Imp. Ofic. 1954.
- (21) BRAZIL, R. P. - op. cit., p. 536.
- (22) Atividades Bancárias em Minas. O Observador Econômico e Financeiro, RJ., ano 3, nº 25, fev. 1938, p. 133.
- (23) intui algo que vai em direção ao que estamos pensando, em que pese não concordarmos com toda sua colocação sobre o tema, especialmente sobre a preeminência do capital financeiro inglês e norte-americano barrando o avanço do capital financeiro mineiro. Veja OLIVEIRA, Francisco,

Elegia para uma re (li) gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de Classes, RJ., Paz e Terra, 1977, p. 63.

- (24) TAVARES, Maria da Conceição de Almeida - Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento - o caso do Brasil. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. RJ, Zahar, 2a. edição, p. 133.
- (25) idem, ibidem, p. 134.
- (26) BIELSCHOWSKY, R. Alberto - Bancos e Acumulação de Capital na Industrialização Brasileira (1935/1962), Brasília, Dissertação de Mestrado em Economia pela UnB, 1975, pp. 81, 84 e 88. (o grifo é meu).
- (27) TAVARES, M. da C. de A. - idem, op, cit. , p. 135
- (28) Como vimos no capítulo anterior, existiu uma "Carteira Agrícola" no BCRMG . Entretanto, por conveniência recíproca, do Governo do Estado e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais , foram liquidadas em 1935 as Carteiras Agrícola e da Defesa do Café que funcionava nesse Banco. Somente em 1957 foi reaberta esta modalidade de crédito.
- (29) HASENBALG, C.A. & BRIGAGÃO, C. - O Setor financeiro e o Desenvolvimento Econômico no Brasil. O Setor Financeiro no Brasil: Aspectos Históricos, RJ, IUPRJ, Dados, 1970, p. 46.
- (30) Grifo meu.
- (31) Os Bancos estrangeiros no Brasil. Conjuntura Econômica. RJ, s/ edição, 1946. Ano III, nº 3, p. 24.
- (32) A "Fonte" era o Secretário Técnico da Fazenda em 1939, Valentim Bouças. Veja OLIVEIRA, G.B.M. de - op. cit., pp.54/57.
- (33) HASENBALG & BRIGAGÃO - op. cit., pp. 43/46.
- (34) Pelo Quadro III - 24-A.E. - verificamos que dos 17 bancos fundados no Estado de 1940 a 1944, a maioria absoluta (11) tinha como sede Belo Horizonte.
- (35) Por exemplo, na capital de São Paulo desde 1934 já atuava o Banco Hipotecário de Minas Gerais, em 1945 passam a funcionar também o Comércio e Indústria de Minas Gerais, o Crédito Real e o Moreira Salles. Em Santos, a partir de 1941, instalaram-se o Comércio e Indústria e o Crédito Real.

- (36) HASENBALG & BRIGAGÃO - op. cit., p. 39
- (37) MONT'ALEGRE, Amer - Política Bancária. O Observador Econômico Financeiro . RJ, s/ed., maio de 1946, ano XI, nº 125, p. 157.
- (38) De 1939 a 1945 os preços dispararam. A taxa média anual de crescimento foi da ordem de 14-15 % no período, enquanto no período 1933/1939 a inflação foi de extremamente moderada. (7% (SEEF); 6% (Villela-Suzigan-E. Lobo) e 4,5% (Haddad)
- (39) CARVALHO, Fernando Mibielli - A Inflação Brasileira. O Observador Econômico-Financeiro. RJ, s/ed., 1947, Ano XII, nº 133, p. 49. Veja também: MALAN, P. e Abreu, M.P. Infl. e B.P. (1939-1052), IPEA.
- (40) Sistema Bancário Desadaptado às Necessidades da Economia Interna. O observador Econômico-Financeiro. RJ., s/ed. set. de 1947, Ano XII, nº 40, p. 228.
- (41) O Triângulo Mineiro foi transformado num laboratório, sendo tentado vários tipos de cruzamento entre raças bovinas. Buscaram obter melhores exemplares pela mestiçagem. Daí surgiu um tipo nacional, o Indubrasil - animal de grande porte, rápido ganho de peso, precoce no crescimento, rústico e dócil, adaptável a qualquer tipo de cruzamento zebuïno, essencialmente para o corte, mas também produtor leiteiro. Em 1938, definidos os caracteres da raça Indubrasil, iniciou-se o registro genealógico.
- (42) Cadernos do Cinquentenário - IX. Estado de Minas. BH, 31 de janeiro de 1978.
- (43) ALMEIDA, Rômulo de - Bancos de Inversões. O Observador Econômico-Financeiro. RJ, s/ed., dezembro de 1943, Ano VIII, p. nº 95, p. 82.
- (44) Era comum o uso de fraude para obtenção desse crédito pecuário. Fazendeiros conseguiam empréstimos para compra de gado que já estava no seu curral. Usavam de notas fiscais antigas e/ou falsificadas para comprovação de compra e empregavam os empréstimos em compra de terras e/ou imóveis nas cidades. A fiscalização do Banco do Brasil era diminuta. Quando havia, conseguia-se o trajeto das visitas do fiscal às fazendas. Assim, este leal servidor do maior banco brasileiro era precedido de uma "boiada itinerante", de uso comum dos fazendeiros da região, justamente para ocasiões como essas se apresentavam... (Entrevista com ex-banqueiro).

- (45) A especulação com imóveis foi outra "febre". O belorizontino era antes de mais nada um comprador de lotes... Há diversos "casos divertidos" sobre o relacionamento dos bancos com seus clientes. O mais conhecido é que os bancos emprestavam com segundas intenções: mesmo sabendo que o cliente não tinha condições financeiras incentivavam-no a construir, "sob a garantia do banco". Depois da obra ter avançado certo desenvolvimento, cessavam o crédito e pressioavam o cliente para saldar suas dívidas. Desesperado, este vendia a baixo preço a um "representante" do banqueiro, a construção inacabada. O banqueiro terminava a obra e a revendia com lucros fabulosos... Os banqueiros mineiros eram proprietários de parcela nada pequena dos imóveis da cidade de Belo Horizonte... (Entrevista com antigo funcionário do ex-Banco Industrial de Minas Gerais).
- (46) Recolhidos das revistas: "O Observador Econômico-Financeiro" e "Revista Bancária Brasileira".
- (47) O fato de um processo de acumulação financeira divergir acentuadamente do ritmo do da formação real de capital é considerado como uma fonte de crise. A realização de novos investimentos reais (ampliação de capacidade produtiva) durante a II Guerra era limitada não só pela obtenção de créditos por parte das empresas (podiam recorrer ao autofinanciamento, em face dos seus elevados lucros naquele momento), mas também pela restrição às importações de máquinas, equipamentos e matérias primas impostas pela Guerra. Face a essa barreira e a possibilidade de elevados lucros especulativos, a acumulação real foi relegada a segundo plano.
- (48) FONTENLA, Vicente Paz - História dos Bancos no Brasil. RJ, s/ed., 1975, 2a. edição, p. 109.
- (49) SOUZA, Washington Pelluso Albino - Perspectivas atuais da Economia Mineira. II Seminário de Estudos Mineiros, BH, UFMG, 22 a 27/10/56, p. 152.
- (50) Estas (como as seguintes) são informações estatísticas retiradas de: Bancos e Casas Bancárias do Estado de Minas Gerais - 1946. Boletim do D.E.E., BH, ano IX, nº 35, 1947.
- (50) Em 7 de setembro de 1944 inaugurou-se em São Paulo o Banco Itaú S/A, com o capital de 50 milhões de cruzeiros tendo como subscritores paulistas e mineiros (p. ex., o Cel. Juventino Dias, ligado à Cia. de Cimento Itaú). No dia 12 de setembro

inaugurou-se a sucursal de Belo Horizonte.

- (52) Segundo a lenda, Benjamin Guimarães teria feito pouco antes da Guerra um pedido às fábricas européias do corante (material in dispensável à indústria têxtil). O intermediário do negócio teria se equivocado para mais do volume pedido. Entretanto, em 1914, interrompido o comércio internacional, o engano propiciou-lhe o monopólio de um estoque enorme de anilina. (Entrevista com antigo funcionário do ex-Banco da Lavoura de Minas Gerais).
- (53) Banco Ribeiro Junqueira - O Observador Econômico-Financeiro , Rio de Janeiro, ano XII, nº 140, set. 1947, p. 119.
- (54) O treinamento dos funcionários do Hipotecário e Agrícola era considerado exemplar. Há uma geração de banqueiros/bancários mineiros treinados na técnica francesa. O Comércio e Indústria só empregava ex-funcionários daquele Banco.

FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA

BANCOS EM MINAS GERAIS

(1889-1964)

VOLUME II

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico do I.F.C.H., da UNICAMP, sob a orientação do Professor Doutor Wilson Cano.

Agosto de 1978

UNICAMP
BIBLIOTECA CENAL

INDÚSTRIA, INFLAÇÃO E BANCOS
NO "PERÍODO SUMOC" (1945-1964)

Tradicionalmente, em toda Dissertação de Mestrado se reserva uma seção para o autor mostrar sua bagagem teórica. Pretende, assim, afirmar-se pela filiação teórica. Pois bem, não pretendemos ser redundantes. A necessária "leitura teórica" que fizemos está explícita na bibliografia. Para o que almejamos aqui, ou seja, "pensar", a especificidade histórica dos bancos de Minas Gerais, nos será útil também, a tradição legada por Alexander Gerschenkron que examina o atraso econômico em sua perspectiva histórica (1).

Gerschenkron oferece-nos um estudo de análise-comparativa dos papéis dos bancos em diferentes países europeus, que teriam sido imprimidos pelas diferenciações nos diversos padrões de industrialização ali observados. Mostra-nos que a industrialização inglesa ocorreu sem haver sido substancialmente utilizado o banco com o propósito de financiamento a longo prazo do investimento. O caráter mais gradual do processo de industrialização que ali se deu e a maior acumulação de capital, derivada, no início, dos lucros obtidos no comércio e de uma agricultura mais moderna e, mais tarde, dos conseguidos na própria indústria, fizeram desnecessário o desenvolvimento de algum tipo de instituição especial para a provisão de capital a longo prazo. Com isso, a intermediação bancária, predominantemente de curto prazo, foi preservada, ao contrário do que ocorreu com outros países, onde os requisitos de capital foram providos pela acumulação via sistema bancário.

Pelo contrário, num país relativamente atrasado (no sentido "temporal" que dá a essa palavra Gerschenkron) o capital era escasso e difuso em relação ao necessário face à extensão do movimento de industrialização. "O maior tamanho médio de planta e a concentração dos processos de industrialização nos ramos produtivos em que a relação capital-produto é relativamente alta, fazem que exista uma maior tendência ao grande tamanho, ao desenvolvimento em grande escala em lugar de gradual". Assim, "a pressão exercida por todas essas circunstâncias foi a que essencialmente deu lugar a um desenvolvimento divergente entre o sistema bancário que era comum na maior parte do continente e o im-

perante na Inglaterra. As práticas do banco continental no campo da inversão industrial devem considerar-se como instrumentos específicos de industrialização para um país atrasado".

O pioneiro e exemplo clássico de um banco dedicado a ajudar a construção de estradas de ferro e a industrialização de um país, face as condições especiais de uma economia relativamente atrasada, foi o banco francês "Crédit Mobilier", dos irmãos Pereire.

A partir da segunda metade do século passado, o número de bancos que em diversos países adotaram o modelo Pereire foi considerável. A diferença existente entre os bancos do tipo do "Crédit Mobilier" e os bancos comerciais operantes no país avançado da época, ou seja, a Inglaterra, era absoluta. Entre os bancos ingleses destinados especialmente a servir de fonte de capital a curto prazo, e um banco dirigido ao financiamento das necessidades de inversão a longo prazo da economia, existia um abismo. Os bancos alemães - que se pode tomar como exemplo do tipo de banco "universal" ou "misto" - combinaram com êxito a idéia básica do "Crédit Mobilier" com as atividades a curto prazo dos bancos comerciais.

Essa adaptação criadora da idéia básica dos Pereire resultou em instituições muitíssimo mais seguras que o próprio "Crédit Mobilier", com sua enorme carteira industrial que excedia em muito a seu capital e dependendo, em muito de um desenvolvimento favorável dos acontecimentos na bolsa, para poder continuar suas atividades. Os bancos alemães, e com eles os austríacos e italianos, mantinham estreitas relações com as empresas industriais. Os bancos adquiriram uma ascendência tal sobre as empresas industriais que chegou a ultrapassar a esfera do controle financeira para alcançar a das decisões de direção da empresa.

Os bancos não exerceram influência somente sobre a estrutura produtiva da indústria, mas também sobre a própria organização. As três últimas décadas do século XIX se caracterizaram pelo rápido movimento de concentração que se produziu no sistema bancário. Na Inglaterra, embora também tenha ocorrido este fenômeno, devido às diferentes relações existentes entre o banco e a indústria, ele não foi acompanhado por uma concentração similar nesta última. Na Alemanha foi diferente. O grande impulso alcançado pelo movimento de cartelização da indústria alemã não pode explicar-se por completo se não se considera como resultado natural da fusão de seus bancos. Os bancos, com sua vantajosa situação de controle centralizado, percebiam com rapidez as oportunidades pri

vilagiadas da cartelização e fusão das empresas industriais.

Para Hilferding ambos processos de concentração, o dos bancos e o das indústrias, não só se desenvolvem simultaneamente, como também há entre eles uma relação dialética, uma interação positiva que os faz acelerar-se mutuamente.

Na verdade, o caso alemão dá o elemento mais conhecido da teoria de Hilferding: a fusão do capital industrial e bancário no que ele chama de capital financeiro. Entretanto, sua definição de capital financeiro aparece contraditória em seu livro. Hilferding fala, por um lado, do domínio do capital bancário sobre o industrial, e, por outro, de que a unificação no capital financeiro apaga toda distinção entre as diferentes origens do capital.

É possível citar-se diversas passagens num ou noutro sentido. Pode-se assim fazer uma leitura restrita do conceito, no espaço e no tempo, pensando que a análise de Hilferding reflete somente particularidades do capitalismo alemão nos anos de "virada do século". É totalmente viável também, fazer-se uma leitura criativa do capital financeiro, enxergando-o como uma característica do capitalismo monopolista, quando há um circuito de realização de capital via acumulação financeira. A circulação se daria através de uma órbita autônoma, relativamente haveria um circuito próprio de circulação do excedente gerado na órbita produtiva.

Pela primeira leitura, sua teoria não seria aplicável ao desenvolvimento capitalista de todos os países, tal como este se deu realmente. Nesse caso o capital financeiro se caracterizaria pelo caráter predominante do capital bancário sobre o industrial a partir de certo grau de concentração. Se bem que isto haja ocorrido assim em alguns países (Alemanha, Áustria, Itália, França e Espanha, por exemplo), houveram outros - como os Estados Unidos, exemplo clássico - nos quais nunca se pode falar "de um estado de dependência da indústria em relação aos bancos", mas, pelo contrário. No caso americano o papel do sistema bancário foi diminuto no processo de concentração e, o que foi importante, foi o processo de emissão primária de ações. Isso explicaria o baixo grau de endividamento das empresas americanas, a importância do mercado de ações e a não dominação do capital industrial por parte do capital bancário, como em outros casos.

A outra leitura tomaria o conceito num nível de abstração mais elevado. Tomemos como exemplo o seguinte trecho,

pedindo desculpas ao leitor pela longa citação:

"Vejam^{os} agora de que modo se passam as coisas no capitalismo monopolista. Em primeiro lugar, desaparece a tendência à perequação (SIC) da taxa de lucro entre os diversos setores. Isto porque numa estrutura monopolista consolidada surgem barreiras à entrada, de modo que o capital vê bloqueado seu movimento intersetorial. Desta forma, tende a se cristalizar um espectro de taxas de lucro, cujo perfil e variabilidade dependem do grau de concentração e do poder monopolístico de cada setor. Desta forma, à primeira vista os excedentes de capital poderiam ficar represados no interior de cada setor, no que a taxa de rentabilidade esperada tenderia a se deprimir, levando à possibilidade de crise, com interrupção (SIC) da estrutura monopólica (guerra de preços, etc.). Todavia, nada disso ocorre, pois os obstáculos à mobilidade intersetorial do capital são superados por uma nova forma de mobilização que se consubstancia no surgimento de uma nova órbita: a financeira. É necessário, portanto que o capital assuma sua forma mais abstrata e portanto mais desenvolvida para que a acumulação possa de novo fluir livremente. Será exatamente no novo contexto da órbita financeira que se processará, de modo distinto, a tendência à equalização da taxa de lucro.

"É claro que as formas concretas que assume a órbita financeira podem variar em cada momento histórico do desenvolvimento capitalista. Assim, por exemplo, em vários casos o capital bancário foi dominante na articulação entre a órbita real e financeira (sobretudo até a grande depressão)".

"A partir do pós-guerra, surge o grande conglomerado que agiliza a diversificação setorial, dentro do mesmo bloco de capital. No primeiro caso, o capital bancário distribua sua participação entre empresas de vários setores produtivos, de modo a abrir os canais indispensáveis à mobilidade do capital. É neste sentido que o capital bancário impõe sua predominância. No caso do grande conglomerado, o capital bancário é dispensado desta função, desempenhada agora pela empresa-holding que determina a alocação dos fundos disponíveis em função de uma estratégia global do bloco de capital que controla" (2).

Portanto, é precisamente a circulação do capital financeiro que permite saltar os obstáculos que se opunham à igualização das taxas de lucro, tendência que de outro modo não poderia manifestar-se, devido à crescente imobilização do capital industrial.

De fato, segundo Gerschenkron, se examinamos a economia alemã no período que se estende até o começo da primeira Guerra Mundial, podemos observar que a esfera de atividades a que o banco alemão se dedicava estava constituída principalmente por minas de carvão, siderurgia, produção de maquinaria elétrica geral e produção química pesada. Enquanto isso, a indústria textil, a de couros e a de produtos alimentares ficavam completamente a margem de seus interesses. Portanto, sua atenção se concentrava na indústria pesada.

Na verdade, a experiência alemã não se generalizar-se a certo número de países, como a Áustria, Itália, Suíça, França e outros, onde se bem tenham ocorrido certas diferenças individuais, em conjunto houve um desenvolvimento similar. Porém, Gerschenkron diz que há duas razões importantes que impedem que ela se estenda a todo o continente europeu: a) a existência de certos países atrasados nos quais não cabe apreciar um desenvolvimento industrial de características parecidas (seja devido a escassez de recursos naturais, seja devido à ênfase na indústria leve e/ou agricultura); b) o fato de que havia outras nações nas quais os elementos básicos do atraso eram tão acentuados que fazia-se necessária a aplicação de instrumentos institucionais de industrialização completamente diferentes.

Como exemplo do primeiro tipo de país ele cita Dinamarca, do segundo Rússia. Em conjunto, os elementos básicos do atraso existente na Rússia dos anos noventa e na Alemanha dos cinquenta do século passado eram os mesmos. Porém, as diferenças quantitativas eram extraordinárias. Na Rússia, a escassez de capital era tão grande que nenhum sistema bancário teria conseguido atrair fundos suficientes para financiar uma industrialização em grande escala. Para poder conseguir o capital que a industrialização requeria foi necessário o funcionamento da máquina estatal. Tanto em suas origens como em seus efeitos, a política posta em prática pelo Estado russo durante os anos noventa do século passado mostrou uma grande semelhança com a realizada pelos bancos centro-europeus. Isto coloca em relevo as uniformidades básicas existentes na situação de atraso, e na dependência que os instrumentos institucionais usados num país tem em relação a ela.

Pois bem, Gerschenkron nos fornece um útil referencial histórico para buscarmos entender o papel dos bancos na etapa da industrialização pesada de um país de capitalismo tardio,

como é o caso do Brasil (3).

Como vimos, trata-se de uma questão de contemporaneidade. Os diferentes caracteres das industrializações se devem a que as forças produtivas de cada momento do capitalismo são distintas. Há então diferentes bases técnicas de qual deve partir a industrialização de cada país. A historicidade das forças produtivas capitalistas leva à necessidade do país que se propõe a uma industrialização pesada dar um salto tecnológico que envolve problemas de escala, de dimensão, de mobilização e concentração de capital suficiente para enfrentar a descontinuidade tecnológica.

Na verdade, Trotsky quando discutia a lei do desenvolvimento desigual e combinado já excluía a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações. "Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada - e este privilégio existe - autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar todo o realizado, antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias. Renunciam os selvagens ao arco e à flecha e tomam imediatamente o fuzil, sem que necessitem percorrer as distâncias que, no passado, separaram estas diferentes armas. Os europeus que colonizaram a América não recomeçaram ali a História desde seu início. Se a Alemanha e os Estados Unidos ultrapasaram economicamente a Inglaterra, isso se deveu exatamente ao atraso na evolução capitalista daqueles dois países" (4).

De fato, é somente a partir da Revolução Industrial na Inglaterra dos fins do século XVIII que o processo de constituição do capitalismo adquire uma irreversível força de autopromoção. Com o "salto a frente" de sua indústria, a Inglaterra mantém a hegemonia mundial até fins do século passado. Com sua exportação de capital após 1840 há uma expansão horizontal (de área geográfica) do capitalismo. Depois de 1860 há a exportação também de máquinas e equipamentos e de capital financeiro. Este "arrastava" a indústria inglesa para outros países, que passam a desenvolver a indústria leve, o sistema ferroviário, e, em alguns casos, a indústria pesada.

Uma especificidade da industrialização americana ("atrasada") em relação à inglesa ("originária") era o seu maior grau de mecanização, pela adoção da fronteira tecnológica da época.

O período da Grande Crise de 1873 a 1905 constitui um marco na sua história. Foi quando se iniciou o processo de concentração, seja por razões tecnológicas, com a introdução de processos contínuos (de refinação, de processos químicos, etc.) e de peças permutáveis (execução do produto final por linha de montagem) nas fábricas, se ja por razões econômico-financeiras, como o elevado nível de escala mínima de produção (havia um amplo mercado interno a ser explorado) ou, ainda, pelo próprio período de crise. O fato é que a passagem para o capitalismo monopolista se deu através de "trustificação", fu sões e holdings.

Na Alemanha - que possuía os setores industriais tec nologicamente mais avançados em relação à Europa: de material elétrico, química pesada e siderúrgico -, como já vimos, a escassez de capitais centralizados nas mãos de capitalistas individuais, capazes de responder às exigências do desenvolvimento das forças produtivas, tornou necessária a formação das sociedades anônimas e deu aos bancos um papel decisivo na íntima associação entre o capital industrial e o bancário.

Outro exemplo marcante de industrialização atrasada é a do Japão. Nela o Estado tomou medidas decisivas para seu fomen to: a) doou grande quantidade de bônus públicos aos ex-samurais em troca dos privilégios que lhe haviam sido despojados pela restauração Meiji; estes se transformaram no capital de bancos estabelecidos por ex-samurais de estamento superior e por grandes comerciantes; b) construiu algumas fábricas modernas (originalmente para a defesa ou a agressão militar: indústria naval bélica, siderurgia, sistema de transportes, energia e comunicação), garantindo a infraestrutura; c) concedeu grande quantidade de subsídios à iniciativa privada e transferiu, mais tarde, as principais empresas estatais para as mãos dos grandes grupos econômicos ("zaibatsu"). Desta industrialização ressaltam duas características: primeiro, a formação do conglomerado, com uma não separação entre as órbitas real e financeira, e segundo, a proeminência - em torno de 80% - do setor de bens de produção na estrutura industrial. Por fim, devemos salientar que a tecnologia empregada foi também a mais avançada da época, pois houve a importação de maquinário ocidental e a cópia de sua tecnologia.

Os países retardatários imõem também uma política econômica com a finalidade de superar o atraso. Estabelecem barreiras alfandegárias protecionistas, a fim de subtrair o território

nacional de concorrência do mercado mundial. O resultado foi a criação de um campo propício onde pode germinar o monopólio. A exclusão da concorrência estrangeira, sem dúvida, cooperou para o fomento da formação de cartéis. Isso permitiu a países retardatários como a Alemanha e os Estados Unidos não só igualarem como também superarem o capitalismo inglês, especialmente porque se formou uma organização de produção de nível superior. O livre-cambismo inglês tendia a perpetuar a empresa individual e a produção independente, enquanto naqueles outros países se constituíram as sociedades anônimas, os cartéis, os monopólios e a intervenção do Estado na economia, realizando a unificação (centralização e concentração) dos capitais.

Portanto, o capitalismo competitivo, entendido como a hegemonia industrial da Inglaterra, a existência da livre circulação de capitais e mão-de-obra entre os espaços econômicos e a ausência de controle político desse movimento de capitais, foi superado - entre 1880 e 1900 - pela emergência do capitalismo monopolista.

Daí a especificidade histórica da industrialização no Brasil, pelo seu momento: a etapa do capitalismo monopolista. Na verdade, a industrialização no capitalismo tardio nunca se constituiu plenamente; nunca está com suas forças produtivas ao nível das vigentes em escala mundial. A tecnologia da indústria pesada - como vimos, quanto mais atrasado o país no início de sua industrialização, maior a ênfase à indústria de bens de capital - não está disponível no mercado, pelas restrições derivadas da concorrência entre os grandes blocos de capital monopolistas. Além disso, aponta para enormes economias de escala, o que supõe elevadas dimensões da planta mínima e do investimento inicial.

Os grandes riscos do investimento, a insuficiente mobilização e concentração de capitais nas mãos da burguesia brasileira, em face da envergadura do empreendimento, além dela dispor de oportunidades lucrativas de inversão, com um baixo risco, na medida em que percorresse seu "caminho natural", afrontando sempre as linhas de menor resistência, são razões decisivas para o Estado tomar a seu cargo, tal tarefa.

Fica claro, portanto, que a industrialização pesada assume no Brasil características particulares decorrentes da própria condição de se dar num capitalismo tardio. Quando já avançara

mos na montagem da indústria leve, a economia brasileira seria marcada pela existência de um setor produtivo estatal na indústria de base e pela profundidade do processo de internacionalização do sistema produtivo.

Como aponta Tavares, uma razão para a forte presença do Estado e do caráter dominante do capital estrangeiro na "industrialização pesada" brasileira estava em que "os empresários nacionais careciam de instrumentos prévios de mobilização e centralização de capital, necessários a uma concentração de recursos, internos e externos, da magnitude requerida" (5). A estrutura de financiamento e de risco, implícitas na própria estrutura técnica do capital representavam "barreiras à entrada" aos empresários nacionais.

Daí surge uma questão fundamental para nós: por que o capital bancário não teve no Brasil o mesmo comportamento que teve nos países de industrialização atrasada? Uma resposta imediata seria: devido à fragilidade congênita da estrutura financeira do capital no país. Horácio Lafer disse, na época: "temos bancos, mas não possuímos uma organização bancária".

Por exemplo, "faltou no Brasil uma condição básica para um desenvolvimento no estilo do capitalismo financeiro do início do século, um mercado de capitais, ou seja, a condição de que as operações dos bancos não se dessem apenas na área de depósitos ("mercado de crédito") mas também na de investimento ("mercado de capitais)" (6).

De fato, os bancos que atuavam no país eram, em sua quase totalidade, de tipo comercial ou de desconto e depósito. Os bancos nacionais operavam, a grosso modo, com crédito a curto prazo. As estatísticas bancárias, por exemplo, só discriminavam dois tipos de créditos: "empréstimos em conta corrente" e "empréstimos em letras descontadas", ambos caracteristicamente a curto prazo. Além do crédito pessoal (a curto prazo), as espécies de crédito a prazo longo ou médio realizadas pelos bancos nacionais - hipotecário, agrícola, etc. - não tinham grande expressão em confronto com as duas espécies antes assinaladas. Enfim, até 1966 não havia no Brasil esse tipo de instituição - de propriedade privada - denominada "banco de investimento". O que havia era "troca de cebolas": a transformação do crédito de curto prazo em longo prazo através do endividamento em uma série de bancos, em trimestres seguidos...

Segundo Fontela, "o traço característico da insti-

tuição bancária no Brasil era o seu híbridismo: bancos de depósitos e descontos concediam empréstimos que embora formalmente fossem a prazo curto, transformavam-se em de médio e longo prazo, através de prorrogações de vencimento de títulos ("reformas").

Mas por que o tipo preponderante de negócios efetuados pelos bancos brasileiros eram a curto prazo? Talvez a seguinte resposta não seja muito desacertada: porque os créditos a longo prazo requerem, como condição mais geral, estabilidade econômica e financeira. E isto é algo quase desconhecido na história brasileira, seja devido à permanente inflação, seja devido à nossa economia se basear substancialmente na capacidade para importar, gerada no comércio exterior de alguns produtos, ou mesmo no financiamento externo, fatores submetidos à variabilidade da conjuntura internacional.

O financiamento da indústria de bens de produção requer prazo longo. E este não pode ser aceito, em grande escala, pelos senhores banqueiros. Eles não se aventuravam nos negócios ligados ao financiamento da produção.

De maneira geral, os créditos podem destinar-se ao financiamento: a) da formação real de capital (só nesse caso a criação de instrumentos financeiros se relaciona diretamente com o aumento da capacidade produtiva de um país e, por conseguinte, com seu processo de crescimento a longo prazo); b) do consumo, com fins de manutenção ou ampliação de um determinado nível de demanda efetiva; c) da produção corrente, garantindo uma taxa adequada de liquidez; e d) da aquisição de ativos reais ou financeiros já existentes, com fins especulativos ou de acumulação (7).

No período em análise a atividade dos bancos comerciais se vinculou quase exclusivamente aos dois últimos aspectos, isto é, financiamento da produção corrente e da especulação. "A modalidade operativa do sistema bancário, através do fornecimento de recursos financeiros de curto prazo, só permitiu atender à demanda por recursos destinados à movimentação do capital de giro das empresas. As necessidades financeiras decorrentes dos investimentos fixos e ampliação da capacidade produtiva teria sido satisfeita na base de financiamento interno das empresas, via retenção e reinvestimento de lucros" (8).

Os empréstimos do sistema bancário aos usuários do crédito se regem evidentemente por considerações de rentabilidade,

liquidez e risco das aplicações e não por seus fins sociais ou "desenvolvimentistas". O acesso aos recursos das instituições financeiras está determinado pelas garantias que podem oferecê-las, o que significa, em geral, que só são favorecidos os que já estão instalados nos setores de mais alta produtividade monetária e oferecem portanto, aplicações "seguras" (9). Estes podem ser, por algum tempo, os próprios setores especulativos ... O que verdadeiramente interessa é o cumprimento de sua funcionalidade primordial, ou seja, a de permitir uma mobilidade de recursos financeiros e sua subsequente centralização em favor daquelas atividades que apresentam taxas de rentabilidade mais alta.

Como vimos, no que concerne ao financiamento da expansão industrial do pós-guerra os principais ramos manufatureiros eram demandantes líquidos de recursos ao sistema financeiro, fundamentalmente para capital de giro, pois suas altas taxas de lucro os subsídios implícitos à importação de equipamentos e os créditos de fornecedores desde o exterior, bastavam para financiar as novas inversões na indústria leve. Nessa etapa se trata fundamentalmente de demanda de recursos a curto e médio prazo para financiar a atividade corrente do setor privado e que podem ser providos pelo banco comercial; o problema maior é a longo prazo e começa a aparecer com certa força em relação aos grandes projetos de infraestrutura promovidos pelo setor público e certas inversões prioritárias para o desenvolvimento em setores básicos (10).

A questão era a necessidade de um agente - o Estado - que mobilizasse e concentrasse a massa de capital necessária para fazer a industrialização pesada. E não só na mobilização e centralização de capitais estava posta a tarefa do Estado, necessitava também definir um bloco de investimentos em infraestrutura e cuidar da obtenção no exterior de tecnologia e financiamentos.

Inicia-se a partir do Plano de Metas, em fins de 1956, o novo padrão de industrialização: tanto o tipo de crescimento de capacidade produtiva, muito na frente da demanda pré-existente, como o caráter concentrado do bloco de investimentos, no tempo, não se parecem, em nada, com a anterior etapa de industrialização ("industrialização restringida") (11).

Na verdade, a razão para o longo período de industrialização restringida - de 1933 a 1955 - foi porque o Estado brasileiro não estava ainda suficientemente "aparelhado" para a pesada, e para tornar-se contra-partida da grande empresa internacional

(que se expande no pós-guerra).

Olhando a história a posteriori, a primeira metade dos anos 50 pode ser vista como uma etapa dedicada a um esforço radical de modernização do Estado, de "colocá-lo pronto" para o "Plano de Metas. De fato, o esforço de reaparelhamento estatal, que já vinha sendo realizado desde o primeiro Governo Vargas, ganha grande impulso com o surgimento em 1952 de uma intermediação financeira pública de caráter "desenvolvimentista": o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (12).

O papel do B.N.D.E. na industrialização brasileira está ainda por merecer uma pesquisa mais apurada. Foi na década dos 50 o principal órgão de fomento no Brasil, repassando créditos recebidos do BID, BIRD e EXIMBANK, até pelo menos 1959, quando há a célebre "briga" com o FMI. No seu primeiro período dedicou-se aos investimentos em infra-estrutura (energia, aço e transportes), assegurando economias externas baratas ao capital industrial. Importante foi seu papel como "fiscal" do próprio aparelho estatal, atuando para forçar uma racionalização de suas decisões. Na verdade, havia até então somente uma centralização formal do Estado. Este estava dividido em inúmeras repartições, cada qual domínio de frações regionais da burguesia. As agências estatais eram "feudos regionais". O B.N.D.E., visando seu fortalecimento, buscou a unificação e/ou a modernização do aparelho de Estado. Foi, de certa forma, ao mesmo tempo, o instrumento usado pelo Estado para a mobilização do capital necessário à industrialização pesada.

Pois bem, o setor público expandindo progressivamente sua participação no dispêndio global da economia, tanto em termos de gastos correntes quanto em relação ao investimento, sem a contrapartida de mudanças no sistema tributário, não conseguiu expandir concomitantemente sua receita fiscal. O déficit do setor público passou a ser financiado através do mecanismo de emissão primária de papel moeda, que ao ser lançado no sistema de bancos comerciais derivava numa emissão secundária cujo resultado expressou-se pela expansão de dinheiro escritural do total dos meios de pagamento. Caracterizou-se a partir daí um esquema de financiamento inflacionário, decorrente fundamentalmente das modificações do sistema produtivo que, ao provocar uma demanda crescente por recursos financeiros, não encontrou uma resposta apropriada na estrutura financeira, a despeito do surgimento de algumas novas instituições.

Dessa maneira, a inflação funcionou como uma força capaz de dissolver uma certa rigidez da institucionalidade financeira e de proporcionar transferência intersetorial de recursos entre assalariados e empresas, de maneira geral, ou dos setores menos dinâmicos para os de maior potencialidade de crescimento, em particular, através de reajustamento autônomo de preços relativos.

Entretanto, tratava-se de um padrão de financiamento precário. "A inflação como mecanismo de financiamento tende a esgotar rapidamente as suas possibilidades. A partir de um certo patamar da espiral inflacionária, variável conforme a capacidade de defesa e reação dos diversos setores econômicos e sociais, começa a tomar corpo uma série de reações em cadeia, determinadas pela articulação das expectativas de todos os agentes econômicos e sociais, os quais passam a antecipar e extrapolar conjuntamente a tendência inflacionária (...) O sistema de preços torna-se extremamente solidário; qualquer modificação de preços num setor propaga-se quase que instantaneamente aos demais" (13). Assim, ao se desembocar num processo inflacionário aberto, no início da década dos 60, a inflação perde sua funcionalidade. O modelo de financiamento por via inflacionária serviu para a constituição de um Departamento de Bens de Produção (DI), mas não quando se tratava de sua reprodução ampliada.

A inflação foi um dos fatores que exerceram mais influência sobre os bancos comerciais no período 1945-1964. Interessamo-nos esclarecer como os bancos conviveram com tão altas taxas de inflação, chegando mesmo a ampliar suas atividades durante anos em que o fenômeno mostrava-se mais agudo. Sabemos que as taxas de juro real foram negativas, ou seja, o custo do capital em termos nominais foi inferior à taxa de inflação, na maior parte do período analisado. Como foi possível ao sistema bancário obter lucros tais que tornavam a atividade uma das mais atrativas? Quais as modificações sofridas pela estrutura e pelo funcionamento dos bancos, "adaptando-os" ao processo inflacionário?

Podemos, partir do Quadro nº 19, que mostre o movimento bancário em Minas Gerais no "período SUMOC". Notamos imediatamente (pelo Quadro), o declínio relativo dos depósitos a prazo nos bancos comerciais que funcionavam em Minas. Se no início do período detinham uma representação de 40%, no final já tinham participação inexpressiva nos depósitos totais. Os depósitos à vista e a curto prazo expandiram-se substancialmente no mesmo período, pas-

MOVIMENTO BANCÁRIO EM MENAS GERAIS NO "PERÍODO SUMOC" - BASE 1946 = 100

VALORES DE FIM DE ANO

ANOS	EMPRESAS						DEPÓSITOS							
	EM CONTAS DESCONTÁVEIS		EM CONTAS CORRENTES		(3) TOTAL	(4) %	A VISTA		A PRAZO		(6) TOTAL	(7) %	EM DEVEDOR CORRENTE	(8) %
	bilhões antigos	Índice	bilhões antigos	Índice			bilhões antigos	Índice	bilhões antigos	Índice				
					(1) %	(2) %					(5) %	(8) %		
1946	2854	100	2729	100	5583	51	2886	100	2036	100	4924	113,2	457	8,2
1947	3099	109	2720	100	5739	52	3165	110	1910	94	5095	112,4	482	9,1
1948	3212	112	2812	103	6024	53	3300	117	1882	97	5372	112,1	522	9,7
1949	3642	126	3334	120	6976	52	4359	149	2125	108	6254	111,9	627	9,9
1950	4747	168	4000	146	8747	57	4314	148	2672	131	7381	137,9	731	11,0
1951	4844	171	5003	183	9847	59	4867	169	2648	130	9619	155,9	654	9,6
1952	5336	187	5985	220	11321	47	5197	182	2426	118	8907	172,3	692	10,9
1953	7058	247	7263	266	14321	46	6931	253	2622	128	11353	199,9	1154	16,4
1954	8716	305	10980	368	19716	47	10576	368	3126	153	13756	247,1	1373	20,6
1955	9171	321	10820	363	20723	46	12234	424	2571	126	14808	264,3	1378	22,6
1956	11429	400	11243	412	22672	50	14154	498	2391	117	16545	299,0	1426	22,9
1957	14269	500	12444	457	26713	53	20315	703	2457	121	22772	341,3	1462	23,9
1958	16434	576	14624	536	31058	55	24254	837	2804	138	27158	384,6	1483	24,1
1959	23163	812	16889	619	40052	59	33933	1171	3406	167	37339	508,0	1498	24,9
1960	34745	1217	20883	764	55628	52	47769	1648	3377	166	51146	684,4	1483	24,9
1961	50579	1772	23651	874	74230	58	69840	2416	3041	149	72881	900,5	1483	24,9
1962	63605	2228	30453	1116	94058	58	103087	3774	3166	156	113553	1124,6	1483	24,9
1963	120318	4237	54642	1999	174960	69	154409	5369	3530	173	162840	2149,1	1483	24,9
1964	237774	8331	80736	2958	318510	74	298857	10312	2906	143	301763	3619,8	1483	24,9

Fonte: Movimento Bancário - Ministério da Fazenda.

sando a representar para os bancos a parcela de maior relêvo na captação de fundos. "O fenômeno de fuga dos depósitos a prazo decorreu essencialmente da combinação entre a inflação e as limitações impostas pelas Autoridades Monetárias quanto ao pagamento de juros sobre depósitos por parte dos bancos" (14). Uma consequência do fenômeno foi a redução do prazo médio das operações de empréstimos. Os depósitos à vista nada mais eram que extensões das caixas das empresas, e, portanto, dotados de grande mobilidade. Logo, os empréstimos concedidos com base nesses recursos tinham de ser também vencíveis a curto prazo. O encurtamento do prazo de operações de crédito se traduziram num aumento da velocidade de rotação dos recursos à disposição do sistema bancário. "Criava-se com frequência uma incompatibilidade entre os prazos de endividamento das empresas junto aos bancos e aqueles necessários ao financiamento do ciclo de produção e resgate final da duplicata pelo cliente. Uma das manifestações mais eloquentes do desajustamento entre os dois prazos mencionados foram os inúmeros casos de concordatas registrados no período" (15).

Outro fenômeno, (conforme Quadro 20), decorrente do anterior, é o declínio relativo dos empréstimos "em conta corrente" em favor dos "em letras descontadas". As operações de descontos de títulos comerciais passaram a ser preferidas porque os prazos eram menores e porque a realização ou não da transação era decidida em cada oportunidade em que se discutia um novo negócio. A Lei de Usura não era aplicada em relação aos descontos. Além disso, as operações de redescontos junto às Autoridades Monetárias constituíam, no período em exame, a principal alternativa de recursos dos bancos depois dos depósitos (16). O fato é que, em consequência, as necessidades de crédito a médio e longo prazo ficaram em sua maior parte, desatendidas.

Característico também do período de evolução bancária que terminou em 1964 foi o contínuo aumento dos depósitos compulsórios a que foram submetidos os bancos comerciais, com o fim de evitar o impacto inflacionário provocado pela expansão de meios de pagamentos para cobrir déficits do orçamento federal. A emissão de papel moeda afluía ao sistema bancário, onde propiciava uma expansão primária de depósitos e, posteriormente, uma expansão secundária através do efeito multiplicador. Exatamente para evitar esse impacto inflacionário, ou ao menos reduzi-lo, as Autoridades Monetárias procuraram conter a expansão de crédito por parte dos bancos comerciais, aumentando os percentuais de depósitos compulsórios. En

tretanto, na prática, não se atingia o objetivo visado, pois os depósitos compulsórios dos bancos comerciais eram colocados à disposição do Banco do Brasil, sob a forma de depósitos em conta à ordem da SUMOC, integrando-se na caixa geral das Autoridades Monetárias. Como o Banco do Brasil, depositário dos recursos, fazia ao mesmo tempo operações típicas do Banco Central e operações normais de banco comercial, ele utilizava as reservas compulsórias para financiar o déficit do Tesouro e conceder crédito ao setor privado, ou seja, não retirava da circulação os depósitos compulsórios.

Na parte propriamente operacional dos bancos comerciais uma das características mais marcantes do período em questão foi o substancial aumento verificado nos custos totais. Segundo Bouzan, "a principal explicação para o fenômeno está associada à maneira como os bancos comerciais reagiram à inflação, à impossibilidade de remunerar adequadamente os depósitos recebidos e à própria forma pela qual se manifestou a concorrência entre eles" (17).

Não pagando juros condizentes com a desvalorização da moeda, os bancos, como já vimos, perderam gradativamente os depósitos à prazo. Restaram-lhes os depósitos à vista, que eram disputados evidentemente, pois com o processo inflacionário todo o dinheiro depositado junto aos bancos levava implícito um subsídio a favor do banco, já que as taxas de juros eram crescentemente negativas.

Por outro lado, os bancos conseguiam ultrapassar os 12% a.a. de limite estabelecido em lei (Lei de Usura) por ocasião dos empréstimos que faziam às empresas e indivíduos, através de três artifícios principais:

- a) juros cobrados por fora: esse era o expediente mais grosseiro; consistia na cobrança de juros extras sem qualquer escrituração contábil pelo banco e pelo mutuário (18);
- b) sobrecarga nas comissões bancárias: os bancos, além dos juros, cobravam dos mutuários diversas comissões (de abertura de crédito, de cobrança, etc.) e taxas (de porte e selo, de expediente, etc.). Essas comissões, devidamente infladas, elevavam a taxa nominal efetiva de juros muito acima dos limites da Lei de Usura. Era o artifício mais amplamente utilizado, sendo que em anos de altas taxas de inflação a renda proveniente das comissões era até mais importante do que a de juros;
- c) contas vinculadas (ou saldos compensatórios): este método, o mais refinado dos três, consistia em exigir que o mutuário contraísse um empréstimo maior do que necessitava, em montante ou em prazo,

ficando uma parte depositada em conta vinculada, até a liquidação da dívida. Sendo os juros desses depósitos bem inferiores aos do empréstimo, os juros efetivos sobre os saldos devedores elevavam-se bem acima dos limites envolvidos no contrato. Para os bancos, os empréstimos desse tipo tinham o inconveniente de provocar aumento dos depósitos compulsórios à ordem da SUMOC (pois a conta de depósitos dos bancos aumentava artificialmente), daí sua menor utilização (19).

Na verdade, em boa parte do período analisado (como podemos verificar pelo Quadro IV-I-A.E.), apesar desses expedientes adotados pelos bancos para cobrar taxas de juros mais realistas, essas taxas ainda eram negativas, tal era o ímpeto inflacionário. A estrutura da taxa de juro efetiva sobre empréstimos sofreu grandes modificações no período: de 1952 a 1955 a taxa não só foi relativamente estável, mas também parece não ter estado longe do máximo legal de 12%. De aí em diante, entretanto, a taxa cobrada aos tomadores de fundos bancários aumentou a um ritmo firme até 1960, a partir do qual subiu forte e continuamente até 1964.

Por outro lado, as taxas efetivas pagas sobre os depósitos bancários foram, em média, notavelmente estáveis. Aparentemente, os bancos não concorriam em termos de taxas de juros pagas aos depositantes (20).

Pois bem, constata-se assim um aumento crescente da diferença entre taxas cobradas aos usuários dos fundos bancários e taxas de juros pagas aos supridores de fundos. E, ao que parece, a inflação foi responsável por grande parte das causas que estavam por trás do fenômeno, já que o aumento da diferença, foi mais notável nos anos em que os valores monetários deterioraram mais rapidamente. Portanto, a razão pela qual o sistema bancário pode obter lucros substanciais foi que, em termos reais, os ganhos líquidos dos bancos resultaram da diferença entre duas taxas de juros negativas, isto é, a que foi cobrada dos tomadores de empréstimos e a que foi paga aos depositantes, tendo a última magnitudes negativas maiores que a primeira.

Compreende-se então, como mostra Christoffersen, porque "o setor bancário na economia brasileira foi bem sucedido durante o período em estudo. Ele certamente não sofreu com a inflação, uma vez que, bem ao contrário, os anos de mais forte inflação no Brasil (1961-64) foram também o período durante o qual

os bancos aumentaram mais rapidamente a relação entre os lucros líquidos e os empréstimos a vencer. Isso foi conseguido apesar de uma grande aceleração nos custos bancários, que resultaram principalmente de grandes aumentos nas despesas de pessoal e abertura de novas agências. A fim de que esses dois aumentos pudessem ocorrer simultaneamente, a receita bruta dos bancos teve que expandir consideravelmente. Isso foi possível aumentando-se substancialmente o custo total de tomar empréstimos no sistema bancário, através do aumento das comissões e emolumentos acrescidos às taxas nominais de juros (isto é, aumentando-se as taxas de juros efetivos) (21).

Devemos notar que, pagando-se uma taxa de juro real negativa, a demanda pelo crédito bancário era sempre maior que a oferta. "Em tais condições, conseguiam melhor posição no mercado de crédito a curto prazo não os bancos que eventualmente cobrassem uma taxa de juros mais baixa em termos nominais, posto que não era na taxa (preço) que se colocava a disputa, mas sim no volume de crédito que o banco era capaz de suprir aos seus clientes (...). Nessas circunstâncias, tornava-se imperativo para o sucesso dos bancos - e talvez à sua sobrevivência - ampliar a capacidade de captação; ou seja, ampliar a sua rede de agências de forma a ir buscar os depósitos onde quer que eles pudessem ser encontrados" (22). Como grande parte dos custos bancários são do tipo fixo ou semi-fixo, temos que o aumento da rede de agências, não acompanhado de crescimentos reais nos empréstimos oferecidos pelos bancos, implicou necessariamente no aumento dos custos médios dos bancos.

Portanto, tendo se formado um apreciável diferencial entre as taxas nominais pagas aos depositantes e as cobradas aos tomadores (o que está na raiz do lucro bancário), os depósitos bancários tornaram-se mercadoria sobremodo atraente. Ora, a maneira mais eficaz de captar depósitos é abrir um máximo de agências - que, em última análise, consistam numa aproximação entre o banco e o cliente.

Assim, sem preocupação com estrutura de custos, os bancos ampliaram consideravelmente sua rede de instalações.

Esse processo de expansão da rede bancária (Veja Quadro 20 do Anexo Estatístico) deu-se por um mecanismo duplo: a transformação de instituições já existentes em uma de proporções maiores (fusão ou encampação) e abertura de novas agências, além - caso raro - da concessão de algumas novas cartas-patentes.

Na verdade, até o fim da II Guerra Mundial, como vi mos, predominava um padrão de crescimento bancário cuja característica era a pouca concentração das unidades bancárias. A multiplicação de agências era acompanhada por um ritmo mais acelerado de criação de novas empresas no setor. A partir de 1945, pelo contrário, se evidenciou uma nova forma, onde a multiplicação das agências continuou, mas, desta vez, acompanhada por um processo de concentração do capital bancário. Assim é que em 1944 se atingiu o máximo de bancos já existentes no Brasil - 663 matrizes, com 1796 agências. Vinte anos depois, em 1964, o número de matrizes já tinha caído para menos da metade - 328 -, e o de agências subido para 6.389.

Sem dúvida há um vínculo entre a política econômica vi gente e a concentração bancária: além de que, com a SUMOC, começam a se operar limitações na concessão de cartas-patentes para novos estabelecimentos, é nos períodos de aceleração inflacionária, com política liberal de créditos, que os bancos encontram condições propícias para uma expansão interna (através de reinversão de lucros retidos); pelo contrário, a adoção de política econômica de contenção inflacionária significa uma tendência à eliminação ou fusão com unidades mais sólidas por parte dos bancos que detinham uma posição mais marginal e débil no mercado bancário (23).

Acompanhemos alguns traços históricos da evolução bancaria brasileira após a II Guerra Mundial (24).

Como vimos, em 1944 uma crise bancária se esboçava e o Governo foi obrigado a tomar medidas cautelosas, robustecendo a Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB) e criando a SUMOC em 1945.

Em 1946, em consequência dos abusos facilitados pela inflação à improvisação de banqueiros, foi assinado decreto-lei pelo qual os bens dos diretores dos Bancos e Casas Bancárias, sujeitos à liquidação extra-judicial, respondiam solidariamente pelas obrigações que a empresa bancária houvesse assumido, durante sua gestão. No mesmo ano verificou-se a falência de pequenos bancos, com prejuízos quase totais para seus depositantes. E as medidas adotadas pela SUMOC não passaram da decretação da liquidação extra-judicial. Mas a CAMOB teve uma ação mais concreta, evitando o pânico na praça e vencendo a crise.

O Governo Dutra foi a fase histórica (com exceção do pós-64) de maior hipertrofia da política anti-inflacionária. Todas as medidas de política econômica do período visavam à estabilização. Tanto que em 1947/48 foi logrado o menor índice de inflação da história econômica contemporânea do Brasil.

Pois bem, no pós-guerra, visando uma restrição do crédito (considerado foco de pressão inflacionária), a taxa de descontos na Carteira especializada do Banco do Brasil foi elevada para 8%, o que não afetava os estabelecimentos antigos e mais sólidos, mas fez com que pequenos bancos e casas bancárias "quebrassem". Delineia-se uma grave crise bancária no Distrito Federal em outubro de 1946. Há uma sucessão de falências registradas nos primeiros meses de 1947, principalmente na praça de São Paulo. A crise foi dominada porque a CAMOB socorreu os bancos (25).

Em junho de 1948 há uma verdadeira "fome de crédito" no país. Escuta-se uma "grita" generalizada. Em reunião com todos os banqueiros, o Ministro Correa e Castro facilita novas operações de redesconto.

Por outro lado, havia a questão da moratória dos pecuaristas, que se encontravam numa embaraçosa situação financeira, premidos pelas dívidas que assumiram para com os bancos durante a especulação com o zebu. A reivindicação geral era a de que o Tesouro Nacional arcasse com parte dos prejuízos havidos nos negócios "nem sempre muito bem conduzidos, pelo menos na parte de previsão". Os banqueiros justificavam seu pedido argumentando que o governo estimulou tais negócios, mediante a concessão de créditos pecuários através do Banco do Brasil. Na verdade, foi fácil debitar ao Tesouro Nacional parte dos prejuízos dos pecuaristas, e de fato, diminuir o risco dos banqueiros...

O fato é que nos cinco anos pós-guerra já tinham sido fechadas 94 casas matrizes, de bancos e casas bancárias, em todo o Brasil. Interessante notar que, em Minas, haviam em 1944 - auge da expansão - 60 matrizes de estabelecimentos bancários; já em 1948 esse número tinha baixado para 37.

Outro acontecimento sobre o qual devemos chamar a atenção é a questão da nacionalização. A Constituição de 1946, mais liberal que as duas anteriores, limitou-se a prescrever, com relação aos bancos no Artigo 149: "A Lei disporá sobre o regime dos bancos de depósitos, das empresas de seguro e capitalização e de fins anã-

logos." Portanto, não adotou, como as Cartas que a precederam, qualquer medida restritiva das atividades dos estabelecimentos bancários estrangeiros. Estabeleceu-se, desse modo, um ambiente mais favorável, do qual resultou novo desenvolvimento da rede de bancos estrangeiros (sem, porém, alcançar o nível relativo do período anterior à II Guerra).

Além das filiais do "First National Bank of Boston" e do "National City Bank of New York" (26), outros estabelecimentos do exterior procuraram iniciar atividades em território nacional. Assim é que, no decorrer de 1948, houve a inauguração do Banco Francês e Brasileiro S/A., correspondente do "Crédit Lyonnais". O Banco Francês e Italiano para a América do Sul, um dos estabelecimentos cujas atividades foram encerradas por decreto em 1942, devido à parcela de capital italiano, cuidou de sua reconstituição, como subsidiário do "Banque de Paris et des Pays-Bas", do "Banque de l'Indochine", ambos franceses, e do "Banco Commerciale" de Milão, Itália. Ficou, porém, definitivamente nacionalizado o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais.

A contenção do crescimento da rede bancária foi um dos objetivos buscados pela SUMOC desde sua criação, em 1945. O mercado, saindo do "boom" do crédito dos anos da Guerra, vinha mostrando sinais evidentes de saturação, resultado de uma concorrência exacerbada. Praças pequenas, sem maiores possibilidades, se viam de repente tornadas objeto do interesse de estabelecimentos que lá instalavam agências. Em vez de aumentar os recursos disponíveis na região, a agência bancária servia de dreno para os poucos recursos locais (transformavam-se em bombas de sucção de capitais, que iam beneficiar a matriz em outro Estado ou município). Devemos observar sobre essa questão, como veremos mais adiante, que em que pese esse fenômeno poder ter ocorrido a nível micro (interno a cada empresa bancária), a nível macro, ou seja, enquanto transferência de fundos bancários de uma região "periférica" para o centro econômico mais avançado, não se verificou. Podemos mesmo levantar a hipótese de que o Banco do Brasil tenha "contrabalançado" uma eventual extração dos recursos da "periferia" pela rede privada.

Por outro lado, estabelecendo grande concorrência por depósitos, ofertando juros elevados aos depositantes, encarecia-se o dinheiro a ser movimentado em empreendimentos econômicos e tendia-se

a fazer aplicações especulativas, para compensar a elevação de seus custos. Diversas medidas foram postas em prática pela SUMOC, tendo em vista disciplinar o sistema bancário. Dentre elas, cumpre destacar a exigência de capital mínimo, conforme a zona de operação, sempre que se tratava de conceder carta-patente para a fundação de novos bancos.

Pela Instrução nº 33, de 17 de agosto de 1950, "no exame dos pedidos de autorização para abertura de agências, filial ou escritório de estabelecimento bancário, a Superintendência levará em conta, além do capital e de outras condições de ordem geral, a capacidade da praça visada, o número de agências que o estabelecimento pretendente já possua em face do seu movimento e do tempo de seu funcionamento".

Menos de um ano depois, em 20 de junho de 1951, a SUMOC, pela Instrução nº 37, passava a levar em conta também "o número ideal de filiais admissíveis na localidade, quer em face de seu potencial econômico, quer diante da relação entre o volume global dos depósitos e aplicações já ali existentes" (27).

As operações bancárias na segunda metade de 1950 deram um lucro vultoso, devido ao inusitado recrudescimento da inflação: o papel-moeda emitido em 1950 ultrapassou o próprio "déficit" da União. Além disso as expectativas criadas pela eclosão da Guerra da Coreia, que levaram o Governo a formular uma política de forte endividamento externo para financiar as importações adicionais, uma política de crédito oficial fácil, e as mais altas taxas de investimento dos dois decênios anteriores, representaram forte estímulo à intensificação inflacionária. A taxa inflacionária saltou de 7,1% em 1949, para 11,7% em 1950 e 16,4% em 1951 (28).

Isto se refletiu nos negócios de crédito, fazendo mais uma vez com que um banco se tornasse uma das melhores atividades (a rentabilidade média do capital dos bancos atingiu 18,9% contra 15,3% em igual período do ano anterior). É verdade que dentro do sistema bancário houve flutuações: os grandes bancos firmaram seu prestígio; foram eles os que mais se beneficiaram com os novos depósitos, e houve mesmo deslocamento de depósitos dos pequenos para os maiores, fenômeno atribuído à Instrução nº 34 da SUMOC. Como já vimos, deixando inalteradas as taxas de juros sobre empréstimos, mas limitando as que deveriam ser pagas aos depositantes a níveis mais baixos que os pagos pelas casas bancárias e pequenos bancos,

esta Instrução provocou aquela mutação. Em virtude disso a rentabilidade dos pequenos institutos de crédito não acompanhou a dos grandes, o que contribuía para acentuar a concentração bancária.

Entretanto, em 1951, são impostas restrições através da Carteira de Redescontos, para controle da inflação. Os bancos particulares dos maiores centros econômicos - Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais - experimentaram queda no volume e no valor de suas operações de redescontos. Com isso retardou-se o ritmo dos negócios, notadamente quanto ao escoamento das safras agrícolas. As melhorias introduzidas na lavoura e na pecuária eram feitas quase que exclusivamente com os recursos auferidos da própria atividade. Daí porque os financiamentos feitos pela Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil e as operações bancárias de desconto com os produtos agrícolas no interior vinham se constituindo em grande auxílio ao setor rural. As queixas contra a retração do crédito surgem não apenas nas áreas agrícolas, mas também nos círculos comerciais e industriais. Para contentar ao maior número de clientes, os bancos, pressionados pelas exigências do redesconto, foram obrigados a operar em prazos mais curtos do que os tradicionalmente utilizados. O dinheiro tornou-se, dessa forma, escasso e caro.

Na verdade, o emprego excessivo do redesconto para outros fins prendeu-se, no passado, a dois motivos: primeiro, o financiamento de despesas públicas por meio de artifícios monetários; segundo, o objetivo de tornar possível a determinados bancos a dilatação dos seus negócios muito além do limite a eles imposto pelos seus próprios recursos. Em ambos os casos, o exagero dos redescontos levou a uma desmedida expansão do crédito e a transações prejudiciais à estabilidade da economia. O redesconto, por seu fim precípua, deveria cingir-se a efeitos comerciais a curto prazo, para que pudesse corrigir as dificuldades passageiras que se antepõem ao financiamento da comercialização realizado por bancos particulares. No caso do Brasil, a necessidade dessa medida era sensível, especialmente durante o escoamento da safra do café.

Nos últimos meses de 1952, há uma melhoria no movimento bancário, principalmente em São Paulo, devido à elevação do papel-moeda em circulação no país, ao escoamento das safras de algodão e café e, finalmente, à crise do comércio externo, que fez com que reduzisse a procura de financiamento pelos importadores, aumentando assim as disponibilidades para os empréstimos aos demais setores.

Entretanto, entendia o Ministro da Fazenda - Horácio Lafer - que estaria o crédito servindo pouco à produção básica - gêneros alimentícios, agrícolas, etc. - e, sob influência de um regime pouco flexível de negócios bancários, sendo cada vez mais atraído para as transações imobiliárias e outros empreendimentos de caráter especulativo. Os banqueiros retrucaram com fortes críticas à política econômica-financeira do governo federal, referindo-se especialmente a erros cometidos nas políticas monetária, cambial e comercial.

A situação dos bancos no primeiro semestre de 1953 não era ainda boa, mas também não indicava perspectivas sombrias. Refletia as aperturas da conjuntura econômica difícil pela qual passava o país, com seus negócios externos drasticamente reduzidos. A escassez de financiamentos tinha se agravado em São Paulo, concomitantemente com a elevação da procura de créditos, devido à retenção do café que sobrou das geadas e aos reduzidos embarques de algodão. Ao lado disso, ainda se processava a fuga em larga escala de recursos para os negócios imobiliários. Acreditavam os "círculos financeiros" que seria impossível tolher esse deslocamento das aplicações em casas e terrenos enquanto não cessassem as avultadas emissões: a contínua depreciação da moeda não encontrava outro derivativo, senão o dos investimentos imobiliários.

No primeiro trimestre de 1954, não aguentando as pressões, a SUMOC libera as taxas de juros sobre depósitos bancários, assumindo o risco de uma corrida entre os bancos, na disputa, a qualquer preço, dos depósitos do público (29). A medida tomada pela SUMOC objetivou atrair, para os bancos, depósitos do público, de maneira que os estabelecimentos de crédito pudessem atravessar esta época de desgaste de seus depósitos, desgaste operado pelas exigências da Instrução nº 70, no que diz respeito ao pagamento em cruzeiros ao Banco do Brasil, das cambiais leiloadas de importação "anticipadas". A situação de muitos bancos era difícil para atendimento de seus negócios, à mingua de depósitos; em alguns casos, a Carteira de Empréstimo foi fechada, ou passou a operar em bases menos elásticas.

Medidas restritivas do crédito passaram a atuar depois de outubro de 1954. Finalmente, em dezembro, entram em liquidação extra-judicial vários estabelecimentos bancários, principalmente em São Paulo. Em Belo Horizonte entrou em falência o Banco Finan

cial de Produção (30). Quebram bancos que cometeram erros de técnica bancária, invertendo, quase na sua totalidade, os depósitos do público em investimentos imobiliários a longo prazo, comprometendo, assim, sua liquidez. Na maioria das vezes a especulação imobiliária era feita por conta própria do banqueiro: enquanto se esperava uma "valorização" dos prédios e terrenos, o banco ia utilizando o Redesconto e a Caixa de Mobilização Bancária...

Nos primeiros meses de 1955, ao tempo em que a Carteira de Redescontos reduziu seu movimento, assistiu-se a uma crise bancária, que resultou no sacrifício de alguns estabelecimentos de crédito, na intervenção extra-judicial de outros, e numa "corrida" a que foram submetidos até mesmo bancos de larga projeção e alto nível de liquidez.

Na verdade, a liquidação extra-judicial solicitada pelo Banco do Distrito Federal precipitou a crise bancária, que se esboçara com o fechamento de alguns estabelecimentos em São Paulo, em Belo Horizonte e no Rio, envolvidos diretamente em negócios imobiliários. No curto espaço de 48 horas, animada em boatos cuja origem não foi perfeitamente caracterizada, uma "corrida" de largas proporções se fez aos guichês de numerosos bancos do Distrito Federal, sendo que um deles - o Banco Delamare - não obstante seu alto índice de liquidez, foi obrigado a fechar as portas por algumas horas, enquanto recebia auxílio da SUMOC e da Caixa da Mobilização Bancária.

A política de restrições ao crédito adotada pelo Governo nos últimos tempos, consubstanciada na Instrução nº 108 da SUMOC, desestimulou a aceitação de depósitos e criou embaraços ao movimento de descontos e empréstimos. Ao mesmo tempo, as Autoridades Monetárias iniciaram uma campanha de vigia, em relação a operações que vinham sendo processadas pelos bancos e que eram consideradas marginais e inflacionárias. A atuação do governo determinou o retraimento das atividades bancárias em geral e forçou o fechamento de alguns estabelecimentos de crédito. Deí o pânico que se apossou da massa de pequenos depositantes, notadamente dos que operam em contas populares. A demora do recebimento de seus depósitos realizados nos bancos fechados criou intranquilidades. Logo que o Banco do Distrito Federal requereu liquidação extra-judicial teve início a "corrida".

No dia 6 de maio de 1955, através da Instrução nº 116 da SUMOC, o Ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, derrubou a política de restrição ao crédito adotada por Eugênio Gudim e consubstanciada na Instrução nº 108 daquele órgão. Com o novo Diploma, foram restabelecidas as percentagens dos depósitos obrigatórios dos bancos, à ordem da SUMOC, em vigor desde o tempo de Oswaldo Aranha (e não de 50% dos acréscimos dos depósitos, como estava vigorando). Do mesmo modo, mandou a Instrução nº 116 restituir aos bancos os depósitos feitos superiores às antigas percentagens e restabeleceu a taxa de redesconto de 6%. Com a adoção dessas providências, que representaram um passo atrás no caminho da contenção do crédito, os bancos passaram a ter mais dinheiro em seu poder, a depositar à ordem da SUMOC parcelas menores dos depósitos novos, e puderam, com a taxa de redescontos rebaixada de 8 a 10% para 6%, movimentar com tranquilidade seus negócios. Sem dúvida, o Sr. José Maria Whitaker aparece na cena histórica dos bancos da maneira mais oportuna, para eles...

Os círculos bancários agitaram-se novamente em 1958, diante das medidas que novamente o governo tomava no sentido de restringir o crédito, uma das quais foi a determinação da SUMOC fazer concentrar no Banco do Brasil todos os depósitos de órgãos públicos e autárquicos (apesar dos bancos privados pagarem maiores juros por depósitos). As entidades de classe dos banqueiros entraram em "pé-de-guerra" contra o Governo. Segundo elas, o projeto de lei que elevava os índices de depósitos compulsórios à ordem da SUMOC visava apenas beneficiar o Banco do Brasil que, como receptor da SUMOC, passava naturalmente a manipular desses recursos, particularmente para atender às necessidades do Tesouro Nacional.

O cerceamento do crédito, agravado com a crise do café, atingiu a Rua XV de novembro em São Paulo - a Wall Street paulista - (calculava-se que o café representava no setor dos bancos particulares, 31% do potencial de negócios de todo país); isto originou em 1958 o fechamento e a fusão de vários bancos. No período de julho de 1958 a junho de 1959, 12 estabelecimentos entraram em liquidação extra-judicial e houve 13 encampanções (31), entre as quais a do Banco Nacional do Comércio e Produção, pelo Lavourea e a do Sotito Maior S/A., pelo Nacional de Minas Gerais. Em agosto de 1959 fechava o Banco da Cidade de Juiz de Fora, que não dispunha mais de numerário para atender os saques dos clientes.

Não apenas pequenos bancos suspenderam suas atividades e pediram liquidação extra-judicial, alguns grandes institutos bancários sofreram as consequências do abalo, suportando "corridas", o que levou a Caixa de Mobilização Bancária, o Banco do Brasil e a SUMOC a prestar-lhes assistência.

Essa crise deixou clara a necessidade de uma operação de saneamento do sistema bancário, de uma fiscalização mais rigorosa e da criação de um Banco Central, reivindicação antiga dos analistas do sistema financeiro brasileiro. Houve época em que surgiam bancos todos os dias, pois havia sempre dinheiro flutuante, o dinheiro de inflação, à espera de operações especulativas. Era então muito fácil encontrar depositantes de folgo, notadamente na área oficial - institutos e autarquias - e troco de propinas e remunerações extras. Os recursos assim conseguidos, na vertigem inflacionária, empregavam-se, a juros extorsivos, no mesmo instante, notadamente na corrida imobiliária, campo de negócios que ensejava uma alta rentabilidade de capitais. O fato era que o Brasil estava cheio de pequenos bancos e casas bancárias a trabalhar na agiotagem. Além disso, casos de "operações triangulares" eram frequentes. Era comum bancos que ofereciam juros acima dos tetos legais anunciarem a fraude... de outros.

Assim, os próprios grandes bancos estavam interessados em ver disciplinadas as atividades bancárias, por três razões: a) para limitar as "transações triangulares"; b) para eliminar os institutos que só vivem graças às carteiras especializadas do Banco do Brasil; e, finalmente, c) para estabelecer uma "hierarquia bancária" que contribuiria para sanear definitivamente todo o setor bancário; ou seja, daria "campo livre" para suas ações...

E, de fato, seus desejos foram realizados. O vasto movimento de concentração bancária, já observado no período pós-guerra, continuou na década dos 50 e acentuou-se na dos 60. Sem dúvida, medidas institucionais contribuíram para tanto. Por exemplo, certo pânico no seio dos depositantes de alguns bancos, alcançados por medidas mais rigorosas das Autoridades Monetárias, ocasionou maior canalização de recursos dos bancos menores para os maiores.

Por outro lado, como vimos, as crises bancárias motivadas por políticas de estabilização (de contenção inflacionária) desencadearam sempre fechamentos, fusões e encampações. No caso dos bancos mineiros, citemos alguns casos que exemplifiquem o processo:

o Lavoura, além do Banco Nacional do Comércio e Produção S/A., com sede no Distrito Federal, incorporou o Banco Vera Cruz S/A. em 1959, com sede na capital mineira, o Banco de Itajubá em 1957 e agências do Banco do Distrito Federal. Em 1961 houve o caso da incorporação do Banco Crédito e Comércio de Minas Gerais S/A pelo Banco de Minas Gerais S/A (BMG) que já tinha, no ano anterior, assumido o controle acionário do Banco Delamare. O Banco Mercantil de Minas Gerais incorporou em 1955 o Banco Industrial de Minas Gerais. Em 1956, o grupo Moreira Salles adquiriu a maioria das ações da Cia. Fiduciária, até então dominada pelo Grupo Spitzman Jordan, com o que passou a controlar o Banco do Comércio. A fusão dos dois estabelecimentos - Moreira Salles e Comércio - originaria a criação de um dos mais poderosos bancos privados do país.

Duas são as noções relativas à concentração das atividades econômicas geralmente utilizadas: a primeira cogita da distribuição do volume de atividades entre as empresas, merecendo especial interesse a participação das pequenas e das grandes unidades no todo; a segunda detém-se no aspecto especial da distribuição do fenômeno, isto é, observa sua distribuição através das regiões geo-econômicas ou dos estados e municípios.

Examinemos inicialmente o primeiro aspecto. Para investigar essa concentração é preciso levar em conta o volume de negócios das diferentes categorias de bancos. Daí a necessidade de, preliminarmente, classificá-los,

O critério de agrupá-los pelo vulto do capital não é satisfatório, pois alguns bancos de capital relativamente módico, notadamente os bancos estrangeiros, abarcavam uma parcela substancial dos negócios; com o Banco do Brasil sucedia o mesmo, pois seu capital ficou muitos anos fixado em 100 milhões de cruzeiros ("velhos"), e, no entanto, absorvia, de longe, a parte mais importante do movimento total. Também os bancos mineiros não incorporavam, periodicamente, o lucro acumulado ao capital aplicado, com o que esse ficava modesto, dando a impressão de rentabilidade proporcionalmente mais elevada... Portanto, o caminho mais apropriado parece ser o grupamento das empresas bancárias pelo volume de depósitos.

Pesquisamos quais foram os vinte maiores bancos brasileiros, por ordem de volume de depósitos, ano a ano, de 1935 a 1964. O resultado dessa investigação está apresentado no Apêndice Estatístico.

Por ele podemos chegar a observações interessantes , Primeiro, nota-se a predominância absoluta do Banco do Brasil face aos outros bancos (o que é confirmado pelo Quadro IV-2-AE). E, gradativamente, ele vai captando mais depósitos proporcionalmente ao restante do sistema bancário. Lembremos que, na década dos 50, a SUMOC determinou que todos os órgãos públicos e autárquicos concentrassem seus depósitos no Banco do Brasil. Além disso, ele gozava do privilégio de acumular as funções de banco comercial com as de Autoridade Monetária, recebendo todos os recolhimentos compulsórios dos demais bancos. Essa tendência de acumular cada vez mais, relativamente, volume de depósitos se acentua no início da década dos 60, tendo o seu auge em 1964 (com quase 60% do total de depósitos realizados no país), época de crise política.

Outra tendência que podemos verificar é a perda de posição dos bancos estrangeiros. Depois do "golpe" da onda de nacionalização do período da Guerra, de 1946 a 1964 vão gradualmente perdendo o destaque que tinham em outras épocas.

Indubitavelmente, salta à vista as posições dos bancos mineiros no ranking nacional. Principalmente no período pós-guerra, os bancos com sede em Minas Gerais estão sempre em postos de realce, concorrendo ferozmente com os bancos de São Paulo, Estado de economia muito mais poderosa. Os bancos cariocas não se destacam, com exceção do Banco Boavista e do Hipotecário Lar Brasileiro.

Quanto aos bancos mineiros deve-se chamar atenção para os seguintes fatos: o Lavoura de 1947 a 1964 só perde a 1a. colocação entre os bancos brasileiros privados de maior volume de depósito em 1951 a 1952; a ascensão do Nacional foi extraordinária: fundado em 1944, em 1949 ocupava o 21º posto, oito anos depois, em 1957, já conquistava a posição de segundo maior banco privado brasileiro, mantendo-a pelo menos até 1964 (ano final de nossa pesquisa). O Comércio e Indústria e o Moreira Salles sempre ocuparam postos de relevo, o primeiro mostrando sintomas de decadência e o segundo de ascensão.

Os três bancos governamentais mineiros apresentaram performance diversa: o Crédito Real sempre entre os cinco primeiros, sendo que nos dois últimos da série - 1963 e 1964 - estava abaixo só

do BANESPA e do Banco do Brasil (em todo o período investigado, os dois maiores brasileiros). O Hipotecário e Agrícola não foi feliz com sua nacionalização: tende ao declínio. Já o Mineiro da Produção, o mais novo dos três, ocupou sempre uma posição intermediária, entre o décimo e o vigésimo lugares.

Por fim, queremos destacar que o Banco de Minas Gerais - BMG - sempre foi um banco médio, situando-se logo após os vinte maiores. O Mercantil de Minas Gerais (hoje, do Brasil), atualmente o maior banco privado com administração em Minas, iniciou sua ascensão somente após ter encampado o Banco Industrial, em 1955.

A questão óbvia que nos vem a mente é: por que os bancos de Minas Gerais tiveram uma posição no cenário brasileiro que não era correspondente à que detinha a economia em que estavam sediados? Tentemos uma resposta.

Como vimos, o processo de concentração bancária do pós-guerra se trata de exemplo típico de concentração em que um número mais restrito de matrizes congrega uma rede mais extensa de filiais e agências distribuídas pelo país. Pois bem, os bancos brasileiros com mais de 50 agências e filiais em 1950 eram os seguintes (32):

BANCO DO BRASIL	277
BANCO DA LAVOURA DE MINAS GERAIS.	136
BANCO HIPOTECÁRIO E AGRÍCOLA DE MINAS GERAIS . . .	99
BANCO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS	91
BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS.	83
BANCO DE MINAS GERAIS	77
BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO	75
BANCO MINEIRO DA PRODUÇÃO	75
BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO (BRADESCO)	66
BANCO MOREIRA SALLES	63
BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO (BANESPA).	62
BANCO AGRÍCOLA MERCANTIL PORTO ALEGRE	60
BANCO NACIONAL DE MINAS GERAIS.	53

Dessa maneira, eram em geral bancos mineiros os que detinham maior número de agências. Será que elas estavam restritas ao território mineiro? Não temos suas localizações precisas, mas sim algumas indicações das quais podemos deduzir algo.

Minas Gerais, provavelmente, era o Estado que possuía maior número de praças bancárias. Só teria sido superado por São Paulo no final da década dos 60 (veja Quadro IV-3-AE). Sabemos que o mercado mineiro era "fechado" a bancos de outros Estados: raros eram os que atuavam em Minas, nessa época. Portanto, grande parte da rede bancária mineira estava situada no próprio "mercado interno". E o "mercado nacional"?

Lima mostra que, em 1954, "o Banco do Brasil possui 359 agências em todo o país e 2 sucursais no exterior; o Banco do Estado de São Paulo tem 76 agências no interior e 5 em outros Estados; o Banco da Lavoura de Minas Gerais tem 115 agências no interior e 47 em outros Estados, sendo 14 em São Paulo e 37 em 22 outras unidades da Federação; o Banco de Crédito Real de Minas Gerais tem 62 agências no interior e 56 em outros Estados, sendo 8 em São Paulo; o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais tem 96 agências no interior e 9 em outros Estados; o Banco Moreira Salles tem 107 agências, sendo 77 em São Paulo, 19 em Minas Gerais, 6 no Distrito Federal e 5 no Paraná; o Banco Mercantil de São Paulo tem 104 agências, sendo 92 em São Paulo, 17 no Paraná e 5 no Distrito Federal; o Banco de São Paulo tem 49 agências, sendo a maioria em São Paulo; o Banco Comércio e Indústria de São Paulo tem 60 agências em São Paulo e 24 em outros Estados; o Banco Comercial de São Paulo tem 58 agências no interior; o Banco da Província do Rio Grande do Sul tem 39 agências no interior e 10 em outros Estados; o Banco do Rio Grande do Sul tem 88 agências no interior" (33).

Como este mesmo autor diz, "é interessante observar que os bancos mineiros possuem o maior número de agências em outros Estados, enquanto que os paulistas e gaúchos se restringem mais aos âmbitos estaduais. Esta é uma característica que se pode generalizar, com poucas possibilidades de erro. Sobretudo São Paulo é o maior campo dessa expansão dos estabelecimentos mineiros, constituindo o Banco Moreira Salles o paradigma mais completo a esse respeito, pois sendo um banco cuja matriz se localiza em Poços de Caldas (Minas Gerais), possui apenas 20 agências naquele Estado, 6 no Distrito Federal e 5 no Paraná, enquanto que tem 77 em São Paulo.

"Esse nomadismo dos bancos mineiros se explica por não existirem em Minas Gerais fontes de negócios suficientemente am

plas para alimentar sua meia dúzia de estabelecimentos gigantescos, procurando eles aproximarem-se de outras regiões mais ricas em manancial de financiamentos, como é São Paulo, por exemplo?"

"Quanto aos bancos paulistas, a limitação de suas atividades ao âmbito estadual se deve ao fato de se encontrarem mais ligados à comercialização do café, rendosa fonte de negócios bancários, nada existindo de compáravel a isso nesse ramo de transações. É por isso também que os bancos mineiros procuram São Paulo de preferência".

Fica claro, portanto, que foram os bancos mineiros os primeiros a se expandirem a outras regiões, configurando, de certo modo, o sentido de banco nacional. Não se tinha até então um banco de âmbito verdadeiramente nacional, que estivesse presente em todos os Estados do país, mas sim bancos regionais pujantes.

Por exemplo, o Banco da Lavoura que era o maior banco particular em funcionamento no Brasil e na América Latina, contava, já em 1957, com 376 agências distribuídas por todo o país, do Amapá ao Rio Grande do Sul. Em 16 de junho de 1958 o BLMG inaugurou seu escritório (de início mais um serviço de relação públicas do que uma dependência bancária) em Nova York. Foi o primeiro banco privado brasileiro a se lançar no exterior. Logo, abriu um outro escritório fora do país, em Paris.

A rede do Banco Nacional, nas diversas regiões, em 1961, compunha-se de 117 agências. Curioso, e sintomático da pujãncia dos bancos mineiros, é que nesse ano, de extensa rede bancária que atuava no Rio de Janeiro, era o Banco Nacional de Minas Gerais o que dispunha de maior número de agências - 27 e mais a filial, seguem-no o Banco Boavista, com 26 agências além da matriz, o BLMG com 18, o Banco do Brasil com 16, o Crédito Real de Minas Gerais com 15, o Moreira Salles e o Andrade Arnaud com 14 cada, o Comércio e Indústria de Minas Gerais e o Banco Português do Brasil com 12 cada um, e o Mineiro da Produção com 11 agências. Sem dúvida, grupos financeiros mineiros controlavam grande parte do mercado creditício carioca.

Além do ex-Distrito Federal, os bancos de Minas Gerais tinham agências instaladas principalmente nos Estados do Rio, São Paulo, Goiás e Espírito Santo. Depois de conquistado esse mer-

QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS EM 31 DE DEZEMBRO

SEGUNDO AS UNIDADES FEDERADAS - 1940/57

ANOS	DISTRITO FEDERAL		D.F. PALCO		MUNIC. SERGIS		RIB GRANDE DO SUL		BRASIL		
	ME	AR	ME	AR	ME	AR	ME	AR	INDICE	INDICE	
1940	122	40	30	239	43	278	12	152	254	100	
1941	134	43	36	305	50	332	18	185	512	114	
1942	136	41	37	362	50	355	37	279	548	137	
1943	121	41	35	420	48	416	35	283	525	155	
1944	105	37	33	455	50	476	37	282	560	178	
1945	122	39	34	538	60	631	12	140	509	185	
1946	109	37	33	554	45	624	16	162	477	162	
1947	124	42	35	602	46	436	13	165	444	177	
1948	160	47	41	641	37	420	12	202	428	185	
1949	158	46	40	704	37	454	12	205	419	182	
1950	152	42	37	801	37	489	12	205	419	182	
1951	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1952	148	42	36	844	36	615	11	224	488	195	
1953	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1954	154	40	35	1137	35	527	10	240	584	236	
1955	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1956	146	35	33	1330	33	469	10	274	260	102	
1957	112	30	33	1435	33	537	10	302	357	141	
1958	111	30	31	1532	31	623	11	319	348	137	
1959	107	29	30	1734	30	658	11	343	343	137	
1960	104	28	29	1736	29	674	11	361	338	135	
1961	101	28	27	1860	27	755	11	375	332	134	
1962	94	27	27	2016	27	817	11	412	332	134	
1963	87	26	27	2184	27	859	12	429	326	132	
1964	84	25	27	2295	27	894	14	444	328	132	

FOIJE: PB - SP * DEMONSTRAR O PORTIF DE 1957.

cado central, lançaram-se tanto para o Nordeste - Bahia e Pernambuco -, como para o sul - o promissor Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Foi de um banco mineiro, o Lavoura, a primeira agência instalada no novo Distrito Federal, Brasília (em 1957).

Dessa maneira, foi consequência normal dessa expansão da rede bancária mineira que os negócios realizados pelos bancos mineiros em outros Estados logo ultrapassassem os efetuados no próprio Estado-sede. O Quadro 20, de certa forma, caracteriza essa tendência. Por ela, e pela perda de posição relativa da economia de Minas, como veremos, também foi natural que os bancos do Estado transferissem a administração de seus negócios para o centro econômico-financeiro do país - os Estados de economia mais avançada, tendência que se configuraria após 1964.

Por isso, mesmo, a força dos bancos mineiros não correspondia uma importância equivalente do Estado de Minas Gerais entre os principais sistemas financeiros do país (Quadro IV-5-AE). E não se diga que a concentração a nível da empresa bancária não corresponde à concentração regional de depósitos. Pois, na verdade, como vimos, o Banco do Brasil congrega sozinho sempre mais de um terço (1/3) dos depósitos à vista realizados no país. Como ele estava sediado no Distrito Federal - na época, a cidade do Rio de Janeiro -, este é sempre o principal centro financeiro do país, até quando há transferência de Capital Federal para Brasília. A partir daí não só cai a significação da então Guanabara, como também a representatividade de todo o grupo de Estados (GB, SP, MG e RS) que se encontra no Quadro em análise. Eles, que detinham juntos cerca de 85% dos depósitos à vista realizados no país, descem então para a casa dos 60%, sendo que em 1974 - quando o Banco do Brasil detem 60% dos depósitos nacionais - caem para somente 45,7%. Interessante destacar que, individualmente, todos esses Estados têm sua participação diminuída. (34).

A série de Quadros IV-6, 7, 8 e 9-A.E. caracteriza bem o fenômeno. No ex-Distrito Federal o Banco do Brasil participa quase sempre com mais de dois terços (2/3) dos depósitos. Nos outros Estados sua participação é bem menor - a ordem decrescente é RS, SP e MG. Em Minas, sua participação média é 15,5%. Sem dúvida, os bancos mineiros dominavam seu mercado interno, quer frente ao Banco do Brasil, quer diante os bancos estrangeiros.

Os bancos estrangeiros têm suas participações diminuídas em todos os Estados. Em Minas, como sempre, são insignificantes; (Quadro IV-10-A.E.) até 1959, quando é inaugurada mais uma, só havia uma agência de banco estrangeiro.

No entanto, o fenômeno da concentração bancária regional não fica bem esclarecido sem uma análise dos fluxos financeiros entre os diversos Estados. Bielschowsky adota para isso um engenhoso método, através da relação entre empréstimos e depósitos (ou "razão de aplicação"). Um Estado é considerado recebedor líquido de fundos se sua relação E/D for maior que a verificada para o total do país, e perdedor, em caso contrário. Os Quadros IV-11 e 12 do A.E. espelham o acontecido nos principais sistemas bancários estaduais.

Por ele vemos que Minas Gerais foi, juntamente com o Rio Grande do Sul, relativamente o Estado mais bem servido no Brasil pelo crédito bancário. No que diz respeito a Minas, a rede bancária estadual parece ter de fato se singularizado pela captação de recursos em vários Estados, pelos quais, desde cedo se expandira para superar o limitado fornecimento no seu Estado-sede, da mercadoria com que negocia, o dinheiro. Quanto aos recursos levados a Minas pelo Banco do Brasil, Bielschowsky assegura que destiveram-se fundamentalmente à produção agropecuária e ao comércio atacadista rural. Minas Gerais, portanto, sempre recebeu certa soma de fundos de outros Estados através dos seus bancos e também foi muito bem servido pelo Banco do Brasil.

Na verdade, recursos do Banco do Brasil, com origem no Distrito Federal, espalharam-se por todas as regiões e Estados do país (na década dos 50 destacam-se pelos altos valores absolutos os empréstimos deste Banco ao polo industrial paulista e à lavoura mineira e sulista). Por isso mesmo, como mostra Bielschowsky, "não ocorreu a descapitalização, via bancos, de regiões atrasadas (principalmente do Nordeste) em favor do Centro-Sul, ou seja, por esse mecanismo não se acentuou os desequilíbrios regionais no país"(35). Em outras palavras, o que a rede bancária privada fazia, o Estado, através do Banco do Brasil, corrigia...

Como vimos, Belo Horizonte recebeu por várias décadas fundos não apenas do interior mineiro, como também de outros Estados (36). Este mesmo autor citando calculou o fluxo líquido de fundos do interior e de outros Estados em direção à capital mineira em

alguns anos, enviados pelos bancos privados e governamentais. O resultado está no Quadro IV-12-A.E.

Pois bem, constatado que a rede bancária carreava recursos de outros Estados para serem aplicados em Minas, seria interessante verificar em que atividades econômicas se davam as aplicações bancárias. O Quadro IV-13-A.E. compara a participação percentual por atividade em Minas com as dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. O Quadro IV-14-A.E. mostra a evolução real das aplicações por atividade nesses três Estados, mais Guanabara.

Inicialmente verifica-se que declinaram os financiamentos ao setor comércio e esse declínio se deu tanto em termos reais, como na participação do comércio no total das aplicações bancárias, em cada um desses Estados (36). Em Minas as aplicações no setor comércio diminuíram em menor proporção do que nos outros Estados, tendo uma maior importância relativa para os bancos que atuavam no Estado.

Já na indústria as aplicações em Minas declinaram mais que em outros Estados. É nítida a diferença entre a importância que representa os empréstimos ao setor industrial em Minas Gerais e nos outros Estados, principalmente São Paulo.

A pecuária, embora representa uma atividade econômica de maior aplicação para os bancos em Minas, relativamente ao que ocorre em outros Estados, também sofre uma tendência de queda a partir de 1963.

A tendência de retração nas aplicações bancárias, observada a partir de 1963, para o comércio, a indústria e a pecuária, tem também fundamento na elevação do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista, já que de 1956 a 1962 a taxa oscilava entre 10% a 14%, enquanto de 1963 a 1965 se elevou para 28%. As aplicações caíram em maior proporção em Minas Gerais, porque a expansão dos depósitos, além de irregular, foi pequena, quando comparada às demais praças (exceto Guanabara).

Na verdade, o único setor da economia mineira a apresentar crescimento real das aplicações bancárias foi o da lavoura, havendo até superado - pelo menos até 1964 - os dos outros Estados. Dessa maneira, a participação desse setor nos financiamentos bancários praticamente dobrou de 1957 a 1965, indo de 12,2% para 26,6%.

Havia, portanto, uma concentração de recursos no setor lavoura, on de grande parte dos mesmos se destinava a financiar as operações dos intermediários, não atingindo a produtor. As operações dos bancos privados com a lavoura e a pecuária tinham caráter muito mais "comer--cial".

Completar-se-iam as informações anteriores se distinguíssemos, por atividades, os empréstimos realizados pelo Banco do Brasil e pelos outros bancos nacionais, em Minas. O Quadro IV-15 A. E. tem esses dados percentuais para o período 1952-1964. Eles caracterizam fatos importantes: primeiro, a participação no total dos empréstimos feitos pelo Banco do Brasil e os por outros bancos foi, em média, de 40% para o primeiro 60% para os outros. Portanto, bem distinta da relação entre os depósitos de um e outro em Minas. (15% para 85%). O que significa que a razão de aplicação do Banco do Brasil é maior. Segundo, a tendência, ao longo do tempo, foi para que três quartos (3/4) dos empréstimos em conta corrente fossem feitos pelo Banco do Brasil e em títulos descontados pelos outros bancos nacionais. Terceiro, dentro de cada uma dessas duas categorias de empréstimos, cada atividade econômica contou com uma atenção distinta por parte de cada tipo de banco. De maneira geral, em empréstimos em conta corrente, o Banco do Brasil ficava com a maioria dos empréstimos ao Governo Federal, aos Bancos, à Lavoura e à pecuária. Repartia-os aos Governos Municipais e à Indústria. Os empréstimos ao Governo Estadual, autarquias e particulares ficavam por conta dos outros bancos. Ao setor comércio variam as participações de cada um: nas extremidades de série predominam largamente os bancos privados e governamentais, no meio - 2a. metade da década dos 50 - chega a predominar o Banco do Brasil. Quanto aos empréstimos em títulos descontados, em quase todas as atividades, são feitos pelos bancos comerciais (exceto o Banco do Brasil). Na indústria e na pecuária os descontos de títulos realizados pelo Banco do Brasil chegam a ter importância em alguns anos. Esses dados confirmam que a maioria dos títulos descontados para a "lavoura" são pelos bancos privados e governamentais estaduais. Ou seja, o "crédito agrícola" ao produtor é feito pela CREAI do Banco do Brasil, e ao intermediário pelos outros bancos.

O Quadro IV-16 A.E. mostra algo relacionado, mas distinto. Por ele vemos a importância de cada atividade econômica - por categoria de empréstimo - para as aplicações realizadas pelos

dois tipos de bancos, em Minas Gerais. Inicialmente, dos empréstimos totais do Banco do Brasil, 80% eram em conta corrente e 20% em títulos descontados. Ao longo dos anos, principalmente na década dos 60, essa repartição foi mudando, de maneira que em 1964 as duas categorias de empréstimos tivessem idêntica parcela - 50% - no total. Por atividade, os empréstimos em conta corrente do Banco do Brasil privilegiaram o comércio e a indústria de Minas Gerais somente na década dos 50. A lavoura, ao contrário, ganhou mais importância na dos 60, embora nunca tenha deixado de merecer a atenção da CREAL. A pecuária que era a atividade mais privilegiada por esses empréstimos do Banco do Brasil nos primeiros anos da série, depois decaiu de importância. Quanto aos títulos descontados pelo Banco do Brasil, o comércio só ganhou importância a partir de 1961, a indústria foi privilegiada a partir de 1957, e a lavoura só a partir de 1961 e a pecuária não tinha grande importância nessa categoria. Devemos destacar que os empréstimos do Banco do Brasil a particulares praticamente inexistiam.

Analisando as aplicações dos outros bancos nacionais verificamos que dos empréstimos totais no início da série temporal os em conta corrente quase atingiam 40%. Ao final dela já representavam 10%. Portanto, esses bancos faziam quase todas suas aplicações descontando títulos. Dentro dessa categoria predominou sempre o setor comércio. A atividade industrial ganhou progressivamente mais atenção ao longo do tempo, principalmente a partir de 1961. Em média 10% dos seus empréstimos totais eram feitos com base em desconto de títulos comerciais à lavoura. Já a pecuária tinha pequena importância relativa, ao contrário dos empréstimos a particulares (37).

Como já vimos, antes de 1964 inexistiam quaisquer restrições legais sobre o destino dos empréstimos dos bancos comerciais. A SUMOC apenas recomendava, como "boa técnica bancária", que os bancos não concedessem empréstimos à diretoria, entretanto, não havia controle (ou mesmo fiscalização). Assim os banqueiros aplicavam em seus próprios grupos econômicos, através de empréstimos aos familiares.

Dessa maneira, "a expansão bancária a partir dos anos 30 trouxe consigo a ocorrência de dois fenômenos que se complementam: por um lado, os banqueiros, com os elevados lucros bancários que ultrapassavam as possibilidades de aplicação na expansão do próprio setor bancário, e com o capital-dinheiro à sua inteira disposi-

ção em seus bancos, passaram a investir na indústria e em outros setores urbanos - caso típico de Minas Gerais; por outro, vários grupos industriais já formados se fortaleciam mediante a criação de bancos, os quais, por sua posição estratégica, passaram muitas vezes a encabeçar tais grupos - caso típico de São Paulo" (38).

Portanto, os lucros dos banqueiros se dirigiam a investimentos urbanos em geral, e não apenas ao próprio setor bancário. Devemos advertir que os lucros declarados na contabilidade oficial dos bancos não incluíam tanto os "ilegais" (a "Caixa 2": os juros "cobrados por fora"), quanto o dinheiro retirado sob forma de custos, ou seja, os ordenados pagos à diretoria (que era fundamentalmente formada, na quase totalidade dos bancos brasileiros, por pessoas das famílias que os controlavam acionariamente). Em geral, não eram os próprios bancos que investiam seus lucros em empresas de outros setores, mas as famílias banqueiras, normalmente através dos holdings ou das empresas líderes dos grupos econômicos (39).

Bielschowsky enumera as principais vantagens da propriedade de um banco por um grupo econômico: a) o crédito fácil e imediato ao capital de giro das empresas do grupo; b) o privilégio único das empresas do grupo obterem financiamento de médio e longo prazos; c) o ganho implícito nos juros negativos dos créditos concedidos às empresas do próprio grupo (no caso de empresas não filiadas a bancos, ao contrário, os juros reais dificilmente eram negativos, por causa das exigências de "saldos médios" elevados); d) os elevados lucros (legais e ilegais) da intermediação bancária, que decorrem das enormes diferenças entre juros recebidos e pagos, permitidas principalmente pelas altas taxas de inflação (40).

Pois bem, todos os grandes bancos mineiros faziam parte de grupos que contavam com dezenas de empresas, não só da área financeira, mas também de outros ramos de atividade, principalmente, indústria de alimentos, textil, não-metálicos, mineração, metalurgia, agro-pastoril, além dos setores imobiliário, comércio e serviços, como diversões, hotéis, lanches, etc.(41). Como já foi dito, tais empresas não eram propriedade direta dos bancos, mas tinham ou o controle acionário detido por famílias banqueiras, ou participações ou relações de interesse com os bancos. Devemos advertir também que, apesar da lista de empresas que formavam ao redor de cada um dos grandes bancos mineiros constituíssem uma proporção considerável do capital urbano e rural de Minas anterior a 1960, isso não significa que

os vínculos só se davam com empresas mineiras. Ligavam-se também com empresas de outros Estados (principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo) e mesmo estrangeiras.

Sem dúvida, também no Brasil os bancos desempenharam papel primordial na centralização e concentração de capitais, na medida em que favoreciam ou as grandes empresas ou as vinculadas a si, tendo as outras empresas quase sempre dificuldades de acesso ao crédito bancário.

Pois bem, considerando o movimento bancário como um dos indicadores da evolução dos negócios, o "Diagnóstico da Economia Mineira" concluiu que Minas Gerais atravessou no período em análise um processo de declínio econômico, pois os depósitos bancários do Estado cresceram menos que nas demais praças do país (com exceção da Guanabara) e as aplicações decresceram de 1954 para 1965, em termos reais, de cerca de 30%. Afigurava-se assim uma inversão no processo bancário em Minas - de praça de aplicação para praça de depósito. Para nos certificarmos desse declínio, é necessária uma análise do comportamento da economia mineira no período em questão. (42).

A evolução dos índices do produto real em Minas , de 1949 a 1960, pode ser vista no Quadro IV-17-A.E. Por esses dados pode-se verificar o maior dinamismo da indústria em relação aos demais setores. Com isso, o setor industrial ganhou gradativamente maior participação na formação do produto real no Estado, como se pode ver no Quadro IV-18-A.E. Interessante notar-se que, embora caia bastante sua participação, a agricultura em 1960 é responsável por 41% do produto real.

Apesar de expressiva a nível interno, a evolução da indústria mineira, nesse período, foi inferior ao ritmo de expansão industrial do Brasil como um todo e dos Estados componentes da Bacia Paraná-Uruguaí, com exceção do Rio Grande do Sul (Quadro 21). O mesmo ocorre em relação ao produto total.

O pequeno ritmo de crescimento da indústria mineira em relação à dinâmica da evolução industrial do Brasil implica na queda da importância de Minas na formação do produto industrial no país. Assim é que, em 1949, Minas Gerais contribuía com 7,1% do produto industrial nacional, participação essa que decresce durante to-

PARTICIPAÇÃO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NOS GRANDES BANCOS MINEIROS
EM RELAÇÃO AOS EFETUADOS EM MINAS GERAIS (1935/64)

Anos	Depósitos Efetuados em Minas Gerais (1)	Depósitos Efetuados nos Grandes Bancos Mineiros em Minas Gerais em Total (2)	Participação Percentual (3)
1935	426	364	90,14
1936	494	453	91,70
1937	594	567	89,26
1938	839	772	92,73
1939	807	826	92,88
1940	1.010	965	95,54
1941	1.242	1.186	111,59
1942	1.691	1.855	109,70
1943	2.475	2.628	106,05
1944	3.536	3.647	100,79
1945	4.217	3.967	94,53
1946	4.934	5.231	106,02
1947	5.095	5.891	115,62
1948	5.372	6.697	124,79
1949	6.254	8.312	132,89
1950	7.591	10.312	135,84
1951	8.613	12.218	141,85
1952	8.567	12.693	147,11
1953	11.103	18.369	165,62
1954	13.730
1955	14.866	26.999	161,51
1956	16.545	29.845	160,39
1957	22.772	46.155	202,66
1958	27.159	60.727	223,60
1959	37.342	87.848	235,25
1960	51.146	127.565	249,41
1961	72.881
1962	112.553	234.290	208,16
1963	162.940	365.851	224,53
1964	301.765	603.426	199,96

Fontes: (1) Movimento Bancário- M.F.

(2) Quadro VI- A.E.

ORIS:

Essa tabela deve ser encarada como um mero traço indicativo de uma tendência e não ser tomado seus valores como rigorosos, já que compara valores de fontes estatísticas diversas.

do o período, atingindo 6,6% em 1960, embora se recuperasse, a partir daí.

Antes de uma análise mais detalhada do setor industrial em Minas, vejamos o comportamento do setor agrícola.

Como vimos, a economia mineira achava-se ainda bastante dependente da agricultura. Nela, as lavouras apareciam como sua principal componente, embora com diminuição relativa de sua participação no produto bruto agrícola entre 1949 e 1960 de 63,3% para 58%, em benefício da produção animal e derivados, onde se verificou o aumento de 25,0% para 36,1% ; por sua vez, a participação da produção extrativa vegetal caiu de 11,7% para 5,9%.

Interessa-nos aqui verificar como se deu o comportamento da agricultura de Minas em relação à do Brasil.

A análise da agricultura mineira revela que ela dependia, de modo bem significativo, de sete produtos (algodão, arroz, café, cana, milho, mandioca e feijão) cujo valor de produção representava cerca de 90% do total observado para o Estado. O Quadro IV-19-A.E. espelha a triste realidade da agricultura mineira no período 1950-1964. Em todos esses produtos, com exceção do algodão (que possuía uma baixa participação no valor total da produção agrícola estadual - menos de 3%), a participação de Minas Gerais - tanto em produção, quanto em área cultivada - caiu em relação ao total do Brasil.

Passemos à análise da indústria. O Quadro IV-20-AE. permite conhecer a posição dos ramos da indústria de transformação de Minas no Brasil e dentro da própria indústria mineira.

Verifica-se que foi pequena a participação do Estado no total do valor de transformação industrial do Brasil. Minas contribuiu, em 1959, com 5,8%, enquanto São Paulo, por exemplo, agregou 55,1% do total. A posição mineira deteriorou-se no período, já que Minas chegou a responder por 6,5% do V.T.I. nacional em 1949.

Mesmo para as indústrias que apresentavam maior peso relativo no Estado, a participação em termos nacionais era modesta : em 1959, a economia mineira contribuiu apenas com 9% do total do V.T.I. na indústria de minerais não-metálicos, com 14,6% na metalurgia, 7,4% na têxtil e 7,7% na de produtos alimentares. Em relação a 1949, aumentou um pouco a participação relativa na indústria de mine

QUADRO 22

ACRÉSCIMOS REAIS DO PRODUTO TOTAL
E DO INDUSTRIAL NO BRASIL E NOS
ESTADOS COMPONENTES DA BACIA
PARANÁ-URUGUAI
(1949 - 1960)
BASE - 1949 = 100
ACRÉSCIMOS PERCENTUAIS

ESTADOS	PRODUTO TOTAL	PRODUTO INDUSTRIAL
MINAS GERAIS	75	148
SÃO PAULO	115	245
PARANÁ	373	179
SANTA CATARINA	102	197
RIO GRANDE DO SUL	70	78
GDIÁS	213	510
MATO GROSSO	170	410
BRASIL	97	195

FONTE: R.B.E., março/setembro de 1962.

rais não-metálicos e na textil, permaneceu estagnada na metalúrgica e declinou na alimentar.

Em termos estaduais, as indústrias de minerais não-metálicos e metalúrgica que somavam juntas, em 1949, 28,3% do total do V.T.I. da indústria de transformação de Minas Gerais, em 1959 passaram a 40,2%. Enquanto isso, a textil e a alimentar declinam sua soma de 51,8% para 37,4%, nesses dez anos. Mudou, portanto, a estrutura da oferta industrial mineira.

Sem dúvida, cooperou para esta situação o dinamismo de cada uma dessas indústrias. Os índices do produto real na indústria mineira, (Quadro IV-21-A.E.) revelam que, nos anos considerados, a indústria de minerais não-metálicos liderou o crescimento, com um incremento de cerca de 368%, vindo a seguir os ramos energia elétrica e extrativa mineral com 270% cada, a metalúrgica (232%) e a indústria de construção civil (160%), todos acima da média do setor industrial como um todo.

Considerando o comportamento dos diversos ramos da indústria mineira (refletido no Quadro em exame), o "Diagnóstico" caracteriza um setor industrial "tradicional" ao lado de um "dinâmico".

O setor "tradicional" agruparia aqueles ramos que apresentaram menores índices de crescimento do produto real, incluindo principalmente indústrias que produzem bens de consumo final (indústrias "leves"), como as textéis e de produtos alimentares. Seriam, historicamente, as pioneiras na industrialização do Estado, construídas com base em recursos da burguesia local. Embora ainda constituísse parte importante do parque industrial mineiro, praticamente não se desenvolveu na década dos 50. Chegou mesmo a apresentar sintomas de estagnação.

O setor "dinâmico", constituído pelos ramos que apresentaram maiores índices de crescimento do produto, foi o responsável, quase exclusivo, pelo crescimento industrial de Minas, no período 1949/1960. Seus componentes mais importantes foram a indústria extrativa mineral, a indústria de energia elétrica, a de construção civil, a de minerais não metálicos e a metalúrgica.

Esses ramos desenvolveram-se, em geral, com base em capital de origem estatal - empresas públicas ou mistas, como a CVRD, a CEMIG, etc. - ou estrangeira - empresas como a Mannesmann, e Belgo-Mineira, a Aluminas, etc. A participação privada de origem

interna no setor dinâmico limitou-se a algumas indústrias como a de construção civil e a de transformação de minerais não-metálicos.

Os empresários mineiros, se por um lado exerceram bastante a ação reivindicatória, por outro não tomaram para si a responsabilidade de executar projetos industriais "pesados". Na verdade, os capitais locais se encaminharam mais para o sistema financeiro e/ou para a especulação imobiliária, onde as "barreiras à entrada" eram menores e o lucro imediato maior..

Com isso, e com a intensificação do processo de urbanização, foi consequência "natural" que a indústria de construção civil conhecesse apreciável incremento no período.

Com relação à indústria de transformação de minerais não-metálicos, seu crescimento refletiu o dinamismo de demanda por seus produtos, originado na expansão da construção civil. Além das duas fábricas de cimento da Itaú já em funcionamento na década anterior, inauguraram em 1953 a "Ponte Alta", em 1955 a Cauê e a Cominci, e em 1959 a Barroso.

A expansão do setor de energia elétrica explica-se pelo volume de inversões autônomas do setor público, visando a criar infra-estrutura favorável à industrialização e a atender ao crescente consumo não industrial, incrementado com o processo de urbanização. Para tanto, foi criada em 1952 uma empresa "holding" estatal, a "Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. - CEMIG" (43). Como base financeira para a realização dos seus projetos, inicialmente foi formado um "Fundo de Eletrificação" pelo governo do Estado, ao qual cabia a quota de 2/7 da "taxa de Recuperação Econômica". Para construção das Usinas Itutinga, Salto Grande e outras, a partir de 1953, não faltaram recursos externos à CEMIG, através do International Bank of Reconstruction and Development (US \$ 7.300.000,00), do Export-Import Bank (US \$ 11.400.000,00) e da Société de Banque Suisse (US\$ 1.000.000,00), e financiamentos internos através do BNDE - principalmente para a construção de Furnas (projeto do Plano de Metas) - e da Companhia Vale do São Francisco - para Três Marias.

O crescimento da indústria extrativa mineral foi função do crescimento do parque industrial brasileiro e do mercado internacional. A industrialização na década dos 50 significou intensa demanda de produtos de origem mineral, principalmente de ferro e

manganês. Também elevou-se bastante a exportação de minério de ferro através da CVRD. A localização de grande parte das reservas brasileiras em Minas Gerais implicou que se registrasse na indústria extractiva mineira o crescimento do qual o Estado não se beneficiou diretamente.

Finalmente, o desenvolvimento da indústria metalúrgica na década dos 50 deveu-se à instalação das usinas siderúrgicas da Mannesmann e da Belgo-mineira na "cidade industrial" de Contagem e à proliferação de pequenos altos-fornos de ferro gusa (59 de 1959 a 1960, que se somaram aos 25 existentes em 1958, subindo a produção de 253.000 a 833.000 toneladas/ano em somente dois anos). Este desenvolvimento brusco deu-se em razão da implantação da indústria automobilística no Brasil e a expansão paralela das indústrias de fundição e mecânica, aliado ao fato de os investimentos requeridos para a produção de gusa não serem necessariamente grandes. Devido ao crescimento desordenado e sem planificação, a instalação de capacidade produtiva foi superior às possibilidades de absorção do mercado, gerando uma crise de super-produção a partir de 1960, que obrigou a maioria deles encerrarem suas atividades.

Devemos chamar atenção para o fato de que, apesar de ser fundada em 1956, a "Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS" só entrou em funcionamento em 1963. Seu capital foi subscrito por: grupo japonês (40%), governo do Estado de Minas Gerais (20%, através do "Fundo de Siderurgia" vinculado à Taxa de Recuperação Econômica), B.N.D.E. (18%), Cia. Vale do Rio Doce (9%), Cia. Aços Especiais Itabira (4,5%), Cia. Siderúrgica Nacional (3,5%), os bancos governamentais Crédito Real, Hipotecário e Agrícola, e Mineiro da Produção (3,85%, em parcelas iguais para cada), acionistas particulares (1,15%). Progressivamente o B.N.D.E. foi se responsabilizando pelo empreendimento, ascendendo sua participação no capital para mais de 3/4 do total.

Fica claro portanto, pela análise precedente, que a industrialização em Minas Gerais, que se baseou em investimentos "pesados" só se materializou devido ao afluxo de recursos públicos e externos, sendo insignificante a participação da burguesia mineira em seu financiamento.

Saliente-se também que esses projetos possuíam longo prazo de maturação e alta relação capital/produto. Era pequeno o

grau de integração da indústria mineira. Calculava-se, por exemplo, que somente um décimo do aço e ferro produzidos no Estado eram submetidos à posterior industrialização interna. Impossível falar-se num esquema inter-departamental de reprodução interno, autônomo. Ressalte-se que a composição do setor industrial "dinâmico" evidencia sua vinculação a uma dotação especial de recursos naturais, ou seja, havia uma "especialização natural" pela indústria de Minas.

Na verdade, Minas Gerais tinha uma expansão industrial bastante condicionada, submetida a duas dinâmicas: a do polo econômico brasileiro e a de exportação (no caso da indústria extrativa mineral). Os segmentos industriais que mais cresceram foram aqueles vinculados à complementação industrial das economias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Eram eles fornecedores de insumos básicos (aço, ferro gusa, alumínio, cimento, etc.), de minérios e de energia (a maior parte da energia gerada por Furnas era transmitida para São Paulo e Rio).

O setor industrial "tradicional" pouco evoluiu, pelo contrário, a ampliação e melhoria da rede viária - por exemplo, a construção das rodovias BR-55 (BH-SP) e BR-3 (BH-RJ) no início da década dos 50 - fez com que, cessando a proteção por custos de transportes, aumentasse a competição que normalmente enfrentavam as indústrias "leves" e também as explorações agrícolas (mormente hortigranjeiras) próximas a seus eixos.

Enfim, os ramos industriais que mais se expandiram vincularam-se primordialmente ao "mercado nacional" e dele se nutriam; os demais, voltados para o consumo local ou regional, não estavam em condições de enfrentar a concorrência dos produtores sediados nos "polos" paulistas e guanabarrino e entraram em declínio. Portanto, se a desigualdade regional não se acentuou através do fluxo de fundos bancários, pelo menos nas transações comerciais dos produtos tradicionais Minas teria sofrido bastante...

O que mais dizer?

Certamente, com a profunda crise que sofreu a economia brasileira a partir de 1961 ficava "adiada" qualquer tentativa de reação ao declínio econômico por parte dos mineiros.

A "solução histórica" dos mineiros tem sido a emigração. Provavelmente, naquele momento aflitivo, com o estreitamento

progressivo dos negócios bancários em Minas, já ocorresse aos seus banqueiros o sonho da emigração definitiva.

Antes porém havia uma questão política a ser solucionada. Em 1961 houve uma greve geral dos bancários, em âmbito nacional, por mais de uma semana, por aumento de salário. Em 1962 repetiu-se a dose. Entretanto, até 1964 radicalizou-se o movimento de conscientização e ascensão política das classes populares, dentro do qual estava o movimento sindical, e especificamente o dos bancários. Assim, nas palavras de Antônio de Faria Lopes, então presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte:

- "Como o puro e simples reajustamento salarial era um paliativo, a luta fundamental era pelas Reformas de Base, na qual estava engajado todo o movimento sindical. Além das reformas em geral, os bancários lutavam especificamente pela Reforma Bancária, cujo objetivo central era a colocação dos bancos como instrumento de ascensão econômica e social. Pois o banco é uma empresa que recebe dinheiro de terceiros, não paga por esse dinheiro e vende esse dinheiro caríssimo. O banqueiro acaba sendo o grande aproveitador da sociedade capitalista. Ele recebe depósitos populares, assim como de empresas e do próprio governo, enfim, a poupança do povo, para usar uma palavra de hoje, e vende esse dinheiro caro. Nossa reivindicação era que as aplicações dos bancos visassem o desenvolvimento do país, e não o lucro do banqueiro. Que se desse uma função social aos recursos que a rede bancária arrecadava no país todo. Fundamentalmente, a Reforma Bancária, ao lado da Reforma Agrária ou da Reforma Urbana, visava exatamente a aplicação dos recursos da economia do Brasil em função das necessidades do povo brasileiro, e não em função do lucro dos banqueiros, ou do lucro de outros empresários" (44)

Naturalmente os banqueiros assustaram-se. José de Magalhães Pinto, presidente de honra do Banco Nacional de Minas Gerais e, na época, governador do Estado, é considerado o "líder civil" do movimento militar de 1964...

A Reforma Bancária veio. Evidentemente, não a reivindicada pelo líder sindical, mas a do capital.

Introduzida pela Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, estabelecia, entre outras coisas, a obrigação de aplicação de não menos de 50% dos depósitos do público que os Bancos recolhessem na respectiva Unidade Federativa ou Território.

A política econômica pós-1964 faz, assim, culminar um processo de transferência das sedes das matrizes dos bancos mineiros para Estados de economia mais avançada, que já estava latente no período anterior.

NOTAS REFERENTES AO CAPÍTULO IV

- 1) GERSCHENKRON, Alexander - El Atraso Economico en su Perspectiva Histórica. Barcelona, Ariel, 1968.
- 2) MELLO, João Manuel Cardoso de - O Estado brasileiro e os limites da "estatização". Ensaio de Opinião. RJ, Ed. Inúbia, 1977. p.15.
- 3) VEJA: MELLO, João Manuel Cardoso de - O Capitalismo Tardio. Campinas, Tese de Doutorado em Economia pelo IFCH-UNICAMP, 1975.
- 4) TROTSKY, Leon - A História da Revolução Russa. RJ, Ed. SAGA, 1967. Vol.I, p. 24.
- 5) TAVARES, Maria da Conceição - Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. RJ, Tese de Livre-Docência em Economia pela UFRJ, 1975. p. 132.
- 6) BIELSCHOWSKY, Ricardo Alberto - Bancos e Acumulação de Capital na Industrialização Brasileira - Uma Análise Introdutória - (1935/1962). Brasília, Dissertação de Mestrado em Economia pela UNB, 1975. p. 133.
- 7) CEPAL - La Intermediación Financiera en America Latina. Santiago de Chile, s/ed., 1971, pp.3/5.
- 8) HASENBALG, C.A. & BRIGAGÃO, C. - O Setor Financeiro e o Desenvolvimento Econômico no Brasil. O Setor Financeiro no Brasil Aspectos Históricos. RJ, IUPRJ. DADOS, 1970. p.33
- 9) CEPAL, op. cit., p. 2.
- 10) idem, ibidem, p. 26.
- 11) TAVARES, op. cit., p. 131.
- 12) O B.N.D.E. foi criado pela lei nº 1628, de 20/6/52, para atuar como "agente do Governo nas operações financeiras que se referem ao reaparelhamento e ao formento da economia Nacional" (art.2º). Assim a sua finalidade precípua era a de assegurar o financiamento indispensável à realização de obras, projetos ou programas que visem a instalação, reaparelhamento ou ampliação de sistemas de transportes e portos, sistemas de energia elétrica, indústrias básicas e de agricultura, armazéns, silos, matadouros e / frigoríficos.

Todo o seu capital foi realizado pelo Governo, gozando das regalias de serviço público federal (art.9º da Lei nº 1628), como inseqção tributária, impenhorabilidade

de bens, fôro privilegiado, etc; recebendo depósitos de entidades oficiais, autarquias, caixas econômicas, institutos de previdência social e companhias de seguros e capitalização. Até 1964, inclusive, o BNDE recebeu, a título de empréstimo, o "adicional de reaparelhamento / econômico", instituído pela Lei nº 1474, de 26/11/51, correspondente a 15% sobre o imposto de renda.

- 13) TAVARES, M.C. - Financiamento numa Economia em Desenvolvimento. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. RJ, Zahar, 2a ed., 1973. p. 131.
- 14) BOUZAN, Ary - Os Bancos Comerciais no Brasil. Uma análise do desenvolvimento recente: 1965-1971. SP, Federação Brasileira de Associações de Bancos, 1972. p. 34.
- 15) idem, ibidem, p. 35.
- 16) Até março de 1965, quando se criou o Banco Central, as funções desse organismo eram exercidas por um conjunto de instituições, compreendendo o Tesouro Nacional (Caixa de Amortização), a SUMOC e o Banco do Brasil, com seus departamentos especializados: Carteira de Redescontos, Caixa de Mobilização Bancária, Carteira de Câmbio e Carteira de Comércio Exterior. Na cúpula do sistema achava-se o Conselho da SUMOC. No caso específico estamos nos referindo à Carteira de / Redesconto do BB, a qual operava como prestador de última instância, fazendo duas espécies de redescontos: o normal e o extra-limite para papéis representativos de operações com café e produtos agrícolas. No caso do redesconto normal, para que os Bancos tivessem acesso a / ele, deviam provar que realmente sofreram perdas anormais de depósitos no período. Os sérios abusos no uso do redesconto, por alguns Bancos, que acabaram por fechar suas portas, criou receio generalizado entre os grandes banqueiros de mostrar em seus balancetes mensais, endividamento na Carteira de Redesconto. Haviam estabelecimentos que só esporadicamente se utilizavam desse recurso, e alguns tinham mesmo como ponto de honra jamais recorrer a ele. EPEA. Situação Monetária, Creditícia e do Mercado de Capitais (1947-março 1964). DF, EPEA-MINIPLAN, / maio de 1966.
- 17) BOUZAN, Ary, op. cit; p. 40.
- 18) Na verdade, esse juro cobrado "Na boca do caixa" era escriturado na chamada "caixa 2" (onde os banqueiros se organizavam

em suas operações ilegais), a qual era repartida no final do exercício entre os membros da "panelinha" dos donos dos Bancos (que, muitas vezes, nem faziam parte da diretoria do estabelecimento). (Entrevista com ex-gerente do Banco Mercantil de Minas Gerais).

- 19) EPEA, op. cit; p. 70.
- 20) A SUMOC em diversas oportunidades delimitou o máximo que as taxas de juros pagas ao depósito poderiam atingir, por exemplo, pela instrução nº 34 de 17 de agosto de 1950 e a Instrução nº 36 de 20 de junho de 1951. Apesar disso, o irrealismo da taxa nominal de juros face à inflação produziu deformações institucionais entre os quais as "operações triangulares", pelas quais uns Bancos atuaram em conjunto com agentes intermediários financeiros a fim de conseguir recursos, mesmo a taxas de juros mais elevadas. Veja BOUZAN, Ary; op. cit; p. 35.
- 21) CHR STOFFERSEN, Leif E. - Taxas de juros e a Estrutura de um Sistema de Bancos Comerciais em Condições Inflacionárias (O Caso do Brasil). R.B.E. RJ, abr/jun 1969.
- 22) BOUZAN, Ary, op. cit, pp. 41/2.
- 23) Interessante notar que a fusão de dois ou mais estabelecimentos em um só ou a encampação de um ou vários estabelecimentos por outro relativamente maior foi muito propiciado pela existência de numerosas "Casas Bancárias" e "Cooperativas de Crédito" de pequeno porte, dentro do Sistema bancário nacional, surgidas durante a "especulação da II Guerra".
- 24) Para tanto, usaremos como fonte de informações as revistas "Observador Econômico-Financeiro e Conjuntura Econômica".
- 25) FONTENLA, Vicente Paz - História dos Bancos no Brasil. RJ, s/ed., 1975. 2a ed., pp. 109/10.
- 26) A sucursal desse Banco em São Paulo, provou ser, em 1949, a mais lucrativa de todas as suas agências estrangeiras.
- 27) Para determinação das praças em condições de comportarem novas agências bancárias, foram as localidades classificadas em três categorias:
 - a) Zonas de Captação de fundos - Aquelas em que a produção e comércio, já estabilizados, não podem absorver os recursos ali mobilizáveis. Nas praças desse tipo não seriam concedidas autorização para a abertura de novas agências desde que os empréstimos tenham alcançado um montante igual à metade dos depósitos existentes.

b) Zonas florescentes - Aquelas que pelo valor de sua produção rural, industrial ou pelo seu comércio se possam considerar completamente desenvolvidas e potencialmente ricas. Nas praças desse tipo não se instalariam novas filiais de Bancos desde que os empréstimos tenham atingido um montante equivalente a 90% dos depósitos existentes.

c) Zonas novas - Aquelas mais recentemente exploradas e ainda em franco desenvolvimento, onde as necessidades da produção - principalmente a rural - reclamam durante certo tempo maiores investimentos que os recursos captáveis no local. Nas praças desse tipo seria admitida a instalação de novas agências enquanto os empréstimos não atingissem o volume equivalente a 150% dos depósitos existentes.

28) LESSA, Carlos - Quinze anos de Política Econômica. Campinas, DEPE IFCH-UNICAMP, mimeo, s/d. p. 16.

29) Já era grande a corrida para obter novos depósitos, competição que se refletia na expansão territorial dos institutos, na abertura de agências em outras unidades da Federação e no pagamento de juros-extra, por um número de estabelecimentos de crédito, pagamento esse que a resolução da SUMOC objetivava eliminar, através da liberação. A competição entre os Bancos igualmente se refletia na distribuição das fontes de renda. Nos anos anteriores, a arrecadação dos juros de depósitos era a principal e, pode-se dizer a única tarefa dos institutos financeiros. Mas se no primeiro semestre de 1953, os juros participaram com 73,5% da renda bancária, no segundo essa participação baixou a 69,2%. Enquanto isso, elevaram-se as rendas correspondentes a comissões e câmbio; a primeira de 17,3% para 17,4% sobre o total, e a segunda de 2,1% para 4,6%. O câmbio como se verifica, reapareceu como um elemento de renda significativa para os Bancos. A partir daí, notou-se o interesse de todos os estabelecimentos que ainda não tinham uma carteira especializada, em trabalhar nesse ramo. Essa tendência contribuiu para diminuir a preponderância de alguns Bancos estrangeiros no mercado cambial do país.

30) Segundo se conta, Antonio Luciano Pereira Fº teria forçado a falência do seu próprio negócio, numa manobra esperta e lucrativa, criando um clima de descrédito e insegurança entre os depositantes.

Menos de 10 anos antes, o Financial não passava de uma simples casa bancária, herdada do pai. Em 1954 tinha 50 agências oficiais e cerca de 300 clandestinas! Praticamente em todo lugar onde corria dinheiro havia uma agência do Financial, a maioria sem o necessário registro na SUMOC.

A manobra começou com as tradicionais ondas de boatos e culminou com o despejo de milhares de boletins denunciando crises e colapso do Banco, através de aviões que sobrevoavam todas as cidades com agência do Financial. Nos dias seguintes, nas imensas filas de aflitos clientes que se estendiam pelas calçadas da Avenida Afonso Pena, havia agentes espalhando dúvidas e anunciando que um amigo interessado em processar Luciano estava comprando todos os depósitos possíveis para acioná-lo na Justiça. Mas só poderia pagar a metade, o que já seria um ótimo negócio, pois o Banco Financial não pagaria nada mesmo. O tal "amigo" era o próprio Antônio Luciano...

A liquidação do Banco continuou por anos, embora por lei devesse terminar em um ano, no máximo. E o inquérito que apurou a fraude nunca chegou ao fim... Antônio Luciano Pereira Filho é o homem mais rico do Estado de Minas Gerais e um dos mais ricos do Brasil. É o maior proprietário de edifícios, casas e lotes em Belo Horizonte. Dono de boa parte da periferia da cidade (cerca de 60 mil lotes). Maior exibidor de filmes do Estado: só na capital possui 25 das 32 casas de cinema. Sua (principal) residência é a maior da cidade: uma enorme chácara em pleno centro. Tem um dos maiores rebanhos de búfalos e de bovinos do país. Maior proprietário de terras de Minas, com 400 mil hectares, segundo estimativa do INCRA. Tem a maior fonte pessoal de aviões do Estado. Dono de uma espécie de cidade, Luciânia, onde funciona sua usina de açúcar. Possui quase todas as terras do município de Lagoa da Prata, Santa Fé de Minas e São Gotardo. Além de outras propriedades, controla atualmente o Banco da Produção... Fonte: BRAGA, Teodomiro & GUIMARÃES, Durval Campos. As Manias do Poderoso Luciano. Opinião, RJ, nº 56, 3 de dezembro de 1973, pp. 5/6.

- 31) FONTENELA, E. V. P. - op. cit., p. 112.
- 32) Expansão da Rede Bancária. Conjuntura Econômica. RJ, s/ed. ano IV, nº 9, set. 1950.
- 33) LIMA, H. F. - op. cit., p. 143 (grifo meus nos Bancos Mineiros).
- 34) BIELSCHOWSKY, R.A. - op. cit., p. 99.
- 35) Para explicar esse declínio relativo levantamos duas hipóteses: a primeira seria o acréscimo de "monetarização" por que passam algumas regiões do país, por exemplo, Paraná e Centro Oeste. A segunda, de difícil investigação seria o complexo fenômeno da absorção da concorrência pela captação de recursos financeiros entre o sistema bancário tradicional e as novas "financeiras" (e o "mercado paralelo"), nesses Estados (principalmente em São Paulo e Guanabara). Veja nota 36.

36) BIELSCHOWSKY acha que "Belo Horizonte deve ter recebido fundos de todos os Estados vizinhos, inclusive de São Paulo" (p. 108). Entretanto, alguns entrevistados garantiram-me que os Bancos privados mineiros sempre aplicaram mais em São Paulo do que em Minas. Na verdade, é difícil afirmar taxativamente uma coisa ou outra, pois a precãria estatística bancãria disponível não mostra o fluxo de fundos entre dois Estados. Somente a contabilidade interna de cada Banco diria se ele aplicou mais, relativamente a seus depósitos locais, em tal Estado ou em outro.

37) As aplicações no setor comércio diminuíram em maior proporção nas praças consideradas mais fortes: São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Nessas praças foi grande o crescimento das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, atuando justamente ao lado do comércio e da indústria. O fato parece indicar terem o comércio e a indústria satisfeito parte de suas necessidades financeiras junto a esse novo setor creditício (DDMG, Diagnóstico da Economia Mineira. BH, s/ed. 1968, VI, p. 54).

O aparecimento dessas Sociedades no Brasil, a partir de 1946, vincula-se à conjugação do processo inflacionário e as restrições impostas ao mercado de crédito pela Lei da Usura, que fizeram com que os Bancos Comerciais deixassem de oferecer créditos a médio e longo prazo. Foi com o desenvolvimento das indústrias de bens duráveis de consumo e de bens de capital, em fins dos anos 50, e a concomitante necessidade das "vendas a prestação", que essas Sociedades se expandiram e chegaram a ocupar no Brasil, lugar de alguma relevância como intermediários financeiros. Em 1964, chegou a contribuir com cerca de 6% do total de empréstimos realizados pelo sistema financeiro ao setor privado (TAVARES, M.C. - op. cit., p. 224). Devemos ressaltar que as transações com letras de câmbio realizadas no "mercado paralelo" (à margem daquele legalmente instituído pelas companhias financeiras, livres dos custos dos intermediários e ignorando as responsabilidades tributárias) chegaram a representar, nessa época, cerca de 8 a 10 vezes o volume transacionado através das Sociedades de Crédito e Financiamento.

Estavam sediadas em Minas Gerais, em 1965, tão somente 12 das 202 então existentes no Brasil. Sua localização predominou nos principais centros econômicos: cidade de São Paulo (43,5%) e Guanabara (30,6%). (EPEA, op. cit., pp. 131/152).

38) Um de nossos entrevistados dizia-nos que os bancos mineiros possuíam grande agressividade na concorrência, aplicando "em tudo e em todos", ao contrário dos Bancos paulistas, que se especializavam numa atividade e/ou produto. Assim os Bancos de Minas atendiam não só aos comerciantes, industriais e agricultores, como também ao "Zé-povinho" ("que

ao contrário da crença geral, era bem lucrativo") e ao agiota, este servindo de "intermediário" entre o Banco e o cliente. (Entrevista com ex-gerente do Banco Mercantil de Minas Gerais).

- 39) BIELSCHOWSKY, R.A., op. cit., p. 46.
- 40) Portanto, deve-se ter cuidado em fazer uma analogia estrita com o caso do "Capital financeiro" analisado por Hilferding.
- 41) BIELSCHOWSKY, R.A., op. cit., p. 29.
- 42) Tanto H.F.Lima (op.cit., p. 147), quanto R.A. Bielschowsky (op. cit., pp. 153/164), listam nominalmente diversas empresas vinculadas aos Bancos mineiros. Por ser redundante, não repetiremos aqui.
- 43) Para tanto, estaremos nos baseando no Diagnóstico da Economia Mineira realizado pela equipe do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, em 1968 (6 volumes).
- 44) Sobre a "modernização" do aparelho de Estado mineiro para executar uma política de industrialização, veja a Dissertação de Mestrado em Economia pela UNICAMP de Clélio Campolina Diniz.
- 45) Greve dos bancários era uma festa em Beagá. De Fato. BH, ano II, nº 20, p. 13.

CONCLUSÃO

Apresentaremos à guisa de conclusão apenas o sumário dos principais resultados que chegamos ao longo dos capítulos precedentes, no que diz respeito à atuação dos bancos em Minas Gerais.

1 - Verificamos no capítulo I, em síntese, que as principais atividades receptoras de recursos transferidos da cafeicultura mineira no início desse século não foram urbanas, mas sim rurais. Portanto, a origem do capital aplicado em bancos em Minas Gerais oferece peculiaridades em relação ao ocorrido em São Paulo.

Sugerimos duas hipóteses para a gênese do capital bancário mineiro: a primeira veria o capital comercial, derivado de "negócios urbanos" e da comercialização do gado, como a principal fonte do capital dos pequenos bancos e casas bancárias do interior de Minas; a segunda enxergaria no incentivo governamental a oportunidade para o nascimento de dois grandes bancos mineiros, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais em 1889 e o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais em 1911.

O Estado da Primeira República em Minas (de posse da fonte tributária do café) relacionou-se com esses dois bancos, não só participando do capital empregado em suas atividades, como também garantindo seus juros, seus débitos e forçando os negócios comerciais a passarem por seus controles.

Concluimos que o Estado cumpriu em Minas Gerais nesse período um papel semelhante ao do capital comercial em São Paulo, de apropriação, centralização e diversificação do capital cafeeiro, amparando diversas atividades agrícolas (inclusive o próprio café), através do Banco de Crédito Real e do Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais.

2 - Embora o surto bancário ocorrido na década dos 20 coincidissem com a penetração da rede bancária nas zonas do café, achamos que a explicação do fenômeno não deve ser procurada na relação direta dos bancos com a produção cafeeira e sim na densidade das atividades econômicas geradas na região por efeito indireto da economia do café. Ressaltamos a importância do café para toda a vida econômica da época, o que acaba por atingir os bancos.

Na verdade, o nascimento dos grandes bancos privados mineiros só se deu com o crescimento comercial e industrial de Belo Horizonte, depois da Primeira Guerra Mundial. Como sede do governo, a cidade reuniu inicialmente uma população com poder aquisitivo relativamente elevado, derivado dos ordenados pagos pelo Estado, o que a deve ter tornado um mercado de certa expressão, não só para produtos agrícolas como também para industrializados. Sem dúvida, boa parte do excedente que circulava então na capital do Estado era derivado da arrecadação fiscal exercida sobre o café.

Os traços históricos dos principais bancos fundados então, o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais em 1923 e o Banco da Lavoura de Minas Gerais em 1925, confirmam suas ligações com os comerciantes e industriais de Belo Horizonte.

3 - Principalmente a partir de 1940, os bancos mineiros firmaram-se no cenário nacional. O Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais coloca-se em primeiro lugar em volume de depósitos entre os bancos privados do país de 1940 a 1946. A partir de 1947, até pelo menos 1964 (ano-limite de nossa pesquisa), com exceção de 1951 e 1952, quando perde a liderança para o Bradesco, o Banco da Lavoura de Minas Gerais detém esse posto. Na década dos 50 e no início da dos 60, considerando todos os bancos em funcionamento no Brasil, o Crédito Real, o Hipotecário e Agrícola, o Minei-

ro da Produção, o Comércio e Indústria, o Lavourea, o Moreira Salles e o Nacional situam-se sempre entre os vinte maiores do país, em postos de destaque.

Achamos que no "período Vargas" (1930-1945) estão contidas as raízes da força dos bancos mineiros. Articulando a órbita financeira com a produtiva, uma explicação para a origem da força dos bancos mineiros estaria na apropriação, na esfera da circulação, do excedente gerado na economia agrícola e pecuária de Minas Gerais, em passagem para o abastecimento de outras regiões do Brasil, notadamente o Rio de Janeiro. Os bancos de Minas atuariam - segundo esta hipótese - junto ao capital comercial especializado na agricultura de alimentos, descontando os títulos envolvidos nas operações de intermediação mercantil dos produtos agrícolas.

Também a relação dos bancos de Minas com o Poder Público estadual, através de empréstimos, participação no lançamento de títulos de dívida pública, conversão de outros títulos, antecipação de receita, etc., é uma peculiaridade mineira.

Bem como a especulação com o zebú, durante a II Guerra, que envolveu os banqueiros mineiros da seguinte forma: o Banco do Brasil fornecia em abundância o crédito pecuário aos criadores mineiros, que especulavam com o valor do gado e depositavam seus ganhos na rede bancária privada, que recambiava esses valores principalmente para Belo Horizonte (a capital de Minas recebeu por várias décadas fundos não só do interior mineiro, como também de outros Estados), onde os banqueiros os aplicavam em especulação imobiliária. Também particulares corriam aos bancos para tomarem empréstimos, com o fim de especularem.

Nessa época a poderosa rede bancária mineira iniciou a instalação de agências em outros Estados (principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás). Foi o período de transição entre a exploração do mercado interno mineiro e a do mercado

nacional em formação.

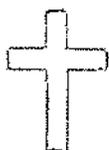
4 - Os bancos de Minas Gerais concorriam violentamente com os de São Paulo, Estado de economia muito mais poderosa. Eles tiveram uma posição no cenário nacional que não era correspondente à que detinha a economia em que estavam sediados.

A razão para isso é relativamente simples: foram em geral bancos mineiros os que possuíam maior número de agências, inclusive em outros Estados. Enquanto os paulistas e gaúchos se restringiam mais aos âmbitos estaduais, os mineiros logo ultrapassaram suas fronteiras, em busca de novas fontes de negócios bancários, chegando a disputar o mercado de São Paulo com os próprios bancos paulistas. Foram, portanto, os primeiros a se expandirem a outras regiões, perdendo o caráter regional que era peculiar aos demais bancos.

Dessa maneira, foi consequência normal dessa expansão da rede bancária mineira que os negócios realizados pelos bancos mineiros em outros Estados logo ultrapassassem os efetuados no próprio Estado-sede.

Com o progressivo estreitamento dos negócios bancários em Minas, devido ao declínio de sua economia na década dos 50, já antes de 1964 seus grandes bancos eram induzidos a cogitarem na transferência de suas sedes para Estados de economia mais avançada. O que de fato ocorre em período posterior à nossa pesquisa.

NOTA DE FALECIMENTO



A Tradicional Família Mineira (T.F.M.) dos Bancos:

HIPOTECÁRIO E AGRÍCOLA DE MINAS GERAIS

MINEIRO DA PRODUÇÃO

MOREIRA SALLES

MINAS GERAIS

LAVOURA DE MINAS GERAIS

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS

NACIONAL DE MINAS GERAIS

MERCANTIL DE MINAS GERAIS

desolada, participa os seus falecimentos ocorridos com a política de fusões e incorporações incentivada pelas Autoridades Monetárias deste país que tomou corpo após 1964. A fusão dos dois primeiros da lista acima resultou no BANCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - BEMGE, em 1967. Também nessa data o Banco Moreira Salles entrou em fusão com o Banco Agrícola e Mercantil originando o UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS - UNIBANCO, também com sede fora de Minas. O Banco da Lavoura passou a denominar-se BANCO REAL e transferiu sua sede para São Paulo. Em 1973 incorporou o Banco de Minas Gerais - BMG. O BANCO NACIONAL abandonou não só sua terra, como também sua denominação, transferindo sua sede administrativa para a cidade do Rio de Janeiro (como a sede jurídica fosse um consolo para as bases eleitorais de seu eminente "presidente-de-honra"...). Em 1974 incorporou seu tradicional concorrente, o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais. Enfim - ofensa suprema - o Banco Mercantil de Minas Gerais ao incorporar o MERCANTIL DO BRASIL adota o nome deste ! Desprezando o da sua própria sede, a Minas Gerais famosa por seus bancos...

APÊNDICE

ESTATÍSTICO

EXPORTAÇÃO MINEIRA DE CAFÉ (1888-1927)

BASE - 1888 = 100

ANOS	QUANTIDADE		PREÇO MÉDIO POR ARROBA		VALOR OFICIAL *	
	Mil Arrobas	Índice	Réis	Índice	Centos de Réis	Índice
1888	5.048	100	74491	100	40.188	100
1889	4.630	92	74710	103	36.185	95
1890	3.884	77	94202	124	40.894	102
1891	6.329	125	134232	177	87.058	217
1892	6.460	128	154523	207	101.968	254
1893	5.253	104	214309	264	99.029	224
1894	5.670	116	224374	289	118.938	296
1895	6.735	133	204212	270	143.951	367
1896	7.207	143	194430	259	153.737	382
1897	10.262	203	134888	185	137.756	343
1898	8.777	174	124562	166	105.836	261
1899	9.016	179	124051	161	118.489	297
1900	6.916	137	194225	177	67.859	219
1901	12.548	249	84625	114	67.612	243
1902	11.875	235	74553	101	83.351	207
1903	12.485	247	74508	100	77.892	193
1904	8.640	171	94547	127	80.350	200
1905	8.024	156	104717	143	58.238	145
1906	11.586	230	74284	97	68.336	170
1907	13.312	264	74232	97	61.251	152
1908	9.680	196	74273	97	51.922	129
1909	11.115	220	74808	108	70.243	175
1910	7.967	156	84911	132	69.020	149
1911	6.817	135	134469	180	78.212	195
1912	6.875	175	144452	193	111.828	278
1913	10.112	200	114526	154	103.139	257
1914	8.875	175	94754	130	68.211	170
1915	11.702	232	84092	121	105.606	263
1916	9.381	186	114287	153	80.058	224
1917	9.373	186	104377	139	84.355	210
1918	8.313	165	114853	158	78.088	189
1919	10.262	203	234652	315	189.808	472
1920	11.070	219	164678	249	188.218	419
1921	14.800	289	204598	275	240.894	599
1922	11.993	238	294674	396	269.816	671
1923	11.038	218	384720	490	339.428	844
1924	13.896	275	514463	687	508.602	1.265
1925	11.422	228	534782	718	565.406	1.407
1926	12.111	240	444892	598	441.279	1.098
1927	14.804*	289				
1928	13.535*	268				
1929	15.966*	315				

Fontes: ALVIM, Álvaro. "Confrontos e Deduções" in Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil (1727-1927). BN. Imprensa Oficial, 1929, pp. 80/88.

* Relatório do Secretário das Finanças de Minas Gerais em 1929.

Obs.: * O valor oficial de produção adotado na pauta de exportação para a cobrança de imposto varia de 80 a 75% do valor real.

QUADRO I-2

VALOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA
 EXPORTAÇÃO MINEIRA (1903 - 1920)
 (CONTOS DE RÉIS)

PRODUTOS	1903 (1)	1920 (2)	Taxa de crescimento.
Café	77.692	166.200	113,9%
Bovinos	23.312	88.200	178,3%
Queijos	6.335	19.600	209,4%
Fumo	3.505	8.800	251,0%
Toucinho	3.856	2.800	- 27,4%
Suínos	3.065	20.000	552,3%
Milho	1.719	6.200	260,1%
Manteiga	1.357	24.800	1.727,6%
Leite	736	6.800	823,9%
Arroz	181	7.300	3.933,1%
Feijão	174

Fontes:

(1) - SENNA, Nelson - Anuário de Minas Gerais, BH, 1907, p. 484

(2) - ALVIM, A. - op. cit. p. 78

QUADRO II-1

NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS RECENSEADOS EM 1920
MINAS GERIAS

ESPECIFICAÇÃO	ESTABELECIMENTOS				
	NÚMERO		ÁREA		Média
	Absoluto	%	Hectares	%	
SEGUNDO O SISTEMA DE EXPLORAÇÃO					
explorados pelos proprietários	107.063	92,6	23.181.747	84,6	216,5
explorados por administradores	6.499	5,6	3.871.632	14,1	595,7
explorados por arrendatários	2.093	1,8	337.157	1,2	161,0
SEGUNDO A EXTENSÃO TERRITORIAL					
de menos de 41 ha.	37.375	32,3	790.151	2,9	21,1
de 41 a 100 ha.	32.650	28,2	2.247.884	8,2	68,8
de mais de 100 ha.	45.630	39,4	24.352.541	88,9	533,7
TOTAL	115.655	100,0	27.390.536	100,0	236,6

FONTE: Secretaria da Agricultura (Serviço de Estatística Geral).
Minas Segundo o Recenseamento de 1920. BH, Imp. Ofic, 1924.

QUADRO II-2

PRODUÇÃO GERAL DO ESTADO EM 1923, 1927, 1928 e 1929*

BASE: 1923 = 100

II.2-A - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

PRODUTOS	UNIDADE	1923				1927				1928				1929			
		QUANTIDADE		VALOR		QUANTIDADE		VALOR		QUANTIDADE		VALOR		QUANTIDADE		VALOR	
		Absoluta	Índice	mil contos de reis	%	Absoluta	Índice	mil contos de reis	%	Absoluta	Índice	mil contos de reis	%	Absoluta	Índice	mil contos de reis	%
LAVOURAS																	
Café	ton.	253217	100	519	41,9	301570	119	648	45,5	291094	115	525	36,5	348000	137	487	35,2
Milho	"	1598180	100	240	19,8	1432658	88	296	20,8	1416100	89	308	21,4	1410000	88	282	20,4
Cana-de-açúcar	"	3155570	100	95	7,6	3020460	96	90	6,3	3234000	103	98	6,8	3264000	103	82	5,6
Arroz	"	265087	100	100	8,1	228224	86	91	6,3	316663	119	121	8,4	304860	115	123	8,9
Frijão	"	170518	100	70	5,6	155623	91	70	4,9	292350	171	107	7,4	262500	154	105	7,6
Mandioca	"	626554	100	52	4,2	586972	95	53	3,7	625140	101	48	3,3	643200	104	51	3,7
Fumo	"	13813	100	27	2,2	14668	106	36	2,5	14175	102	49	3,3	12546	91	50	3,6
Algodão	"	28192	100	34	2,7	24933	88	27	1,9	19684	70	17	1,2	19620	70	16	1,2
Outros Produtos		100	7,9	...		114	8,0	...		164	11,4	...		188	13,6
Total		1237	100,0	...		1425	100,0	...		1437	100,0	...		1384	100,0
PECUÁRIA																	
Bovinos	Cab.	1986840	100	317	37,6	2015620	101	362	36,3	2074640	104	305	30,3	2110000	106	378	31,0
Suínos	"	2387520	100	286	33,9	1860030	78	334	33,5	2013500	84	360	35,7	2320000	97	417	34,3
Leite vendido	Litro	253682000	100	76	9,0	268112500	103	102	10,2	269920000	106	105	10,4	318236916	126	199	13,1
Ovos	Duz.	32560000		39	4,6	48229600		61	6,1	48794000		57	5,7	51350000		67	5,5
Aves	Cab.	22646000		34	4,0	25846000		41	4,1	27677000		51	5,0	27540000		52	4,3
Outros Produtos		93	11,0	...		98	9,8	...		185	18,6	...		143	11,8
Total		845	100,0	...		998	100,0	...		1008	100,0	...		1216	100,0

QUADRO II.2 - B
 PRODUÇÃO INDUSTRIAL

PRODUTOS	UNIDADE	1973				1977				1978				1979			
		QUANTIDADE		VALOR		QUANTIDADE		VALOR		QUANTIDADE		VALOR		QUANTIDADE		VALOR	
		Absolute	Índice	mil contos de rês	%	Absolute	Índice	mil contos de rês	%	Absolute	Índice	mil contos de rês	%	Absolute	Índice	mil contos de rês	%
INDÚSTRIA DE ALIMENTOS																	
Açúcar e rapaduras	tos.	160073	100	90	12,1	157062	99	103	13,5	164780	103	117	13,2	172300	108	120	12,5
Manteiga	"	11456	100	40	5,4	14964	130	75	9,8	16000	140	88	10,0	14326	125	100	10,4
Queijos	"	22788	100	60	8,1	26104	115	68	8,9	28050	123	76	8,6	28300	124	113	11,8
Bebidas Alcolólicas	Litros	22536700	...	37	5,0	26244000	...	41	5,4	28222000	...	49	5,5	29102000	...	49	5,1
Outros Produtos	85	11,1	118	13,6	127	13,4
INDÚSTRIA DE VESTUÁRIO																	
Tecidos	m	58857769	100	74	10,0	63489800	107	84	11,0	64898200	111	86	9,7	81900000	111	86	9,0
Calçados	par	1101464	...	20	2,7	1850000	...	24	3,1	2000000	...	28	3,2	2110000	...	29	3,0
Meias	"	6434800	...	11	1,5	11502000	...	15	2,0	12500000	...	15	1,7	12610000	...	15	1,8
Outros Produtos	5	0,6	6	0,7	7	0,7
OUTRAS INDÚSTRIAS																	
Total	782	100,0	762	100,0	883	100,0	959	100,0
INDÚSTRIA EXTRATIVA																	
Leites	l	18400000	100	55	19,5	24450000	106	58	19,2	21990000	115	63	20,0	23010200	125	69	21,5
Pedras e Areia p/constr.	m	6042050	...	36	12,8	7100200	...	43	14,2	7170000	...	43	13,7	7870000	...	47	14,6
Pedras Preciosas e semi	gr	2619491	...	20	8,9	3012631	...	28	9,3	3003970	...	26	8,3	2866280	...	25	7,8
Madeiras	m ³	208000	...	21	7,3	264000	...	26	8,6	300000	...	30	9,6	316000	...	31	9,6
Ouro	gr	4581030	...	27	9,7	3400000	...	18	6,0	3090000	...	16	5,1	2840000	...	16	5,0
Outros Produtos	124	43,8	157	52,0	136	45,3	153	41,4
Total	283	100,0	302	100,0	314	100,0	321	100,0

QUADRO II.2-C

RESUMO DA PRODUÇÃO GERAL DO ESTADO: 1923, 27, 28 e 29

em 1000 contos de réis

SETORES	1923		1927		1928		1929	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
prod. agrícola	1.237	39,8	1.425	40,9	1.437	39,4	1.384	35,6
prod. pecuária	815	27,1	998	28,6	1.008	27,7	1.216	31,3
prod.da ind.manuf.e febril	593	20,3	763	21,9	883	24,2	959	24,7
prod.da indústria extrativa	283	9,1	302	8,6	314	8,6	321	8,3
TOTAL	2.928	100,0	3.488	100,0	3.643	100,0	3.881	100,0

* Segundo o Boletim do D.E.E. n° 6, set/out de 1940, ano II, são foram levantados os quadros referentes à produção geral de 1923, 1927 e 1928.

Fontes: (1) 1923: Anuário Estatístico de MG, 1922/25, ano II, Imp.Oficial, 1928 (Secret.Agricultura-Serv.Est.Geral), pp. 332/5.

(2) 1927: Boletim do D.E.E., op.cit., pp. 3/5

(3) 1928 e 1929: Mensagem do Pres. do Estado de 1930 (Antonio Carlos), pp.203/7.

Obs₁: há uma grande divergência no que toca a valor da produção em 1928 entre as fontes (2) e (3).

Obs₂: os dados da fonte (1) quanto à grande indústria e a pequena indústria rurais e urbanas foram combinados.

QUADRO II - 3

QUANTIDADE EXPORTADA (EXTERIOR E RESTO DO PAÍS) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS DE MINAS GERAIS NA DÉCADA DOS 20

BASE - 1920 = 100

ANOS	CAFÉ		AÇÚCAR		MILHO		ARROZ		FEIJÃO		BATATA		MANDIOCA*	
	ton.	Ind.	ton.	Ind.	ton.	Ind.	ton.	Ind.	ton.	Ind.	ton.	Ind.	ton.	Ind.
1920	166.052	100	21.128	100	27.343	100	14.585	100	13.188	100	3.839	100	3.030	100
1921	218.994	132	8.423	40	23.784	87	9.542	65	7.352	58	4.230	110	1.416	47
1922	17.988	108	4.662	22	22.704	83	13.849	95	10.511	80	6.160	213	914	30
1923	165.575	100	4.357	21	40.988	150	12.644	87	18.862	143	5.321	139	2.658	88
1924	208.444	126	7.010	33	24.931	91	14.101	97	6.322	48	2.743	71	3.805	126
1925	171.335	103	3.296	16	16.299	60	12.191	84	6.568	50	7.840	204	1.646	54
1926	181.671	109	2.652	10	27.450	100	19.844	115	7.212	55	3.570	93	1.648	54
1927	219.053	132	2.538	12	18.945	69	18.361	105	9.926	75	4.060	106	2.925	97
1928
1929	238.624	144	20.333	74	13.804	95	13.110	99

FONTES: 1920/1927 : CARVALHO, Afranio de (Secretaria da Agricultura, Serviço de Estatística Geral). A Atualidade Mineira. BH, Imp. Ofic. 1929.

1929 : ANDRADA, Antonio Carlos R. de - Mensagem pelo Presidente do Estado. BH, Imp. Ofic., 1930, p. 208.

(*) Esses dados referem-se não à raiz, mas aos seus produtos farinha e polvilho, engichadamente.

QUADRO II - 4

QUANTIDADE EXPORTADA (EXTERIOR E RESTO DO PAÍS) DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NA DÉCADA DOS 20

BASE - 1920 = 100

ANOS	GADO VACUM		LACTICÍNIOS						CARNE DE BOVINAS		SUÍNOS		AVES DOMÉSTICAS		
	cabeças	ind	MANTEIGA		QUEIJOS		LEITE		ton.	ind	unid.	ind	ton.	ind	ind
			ton.	ind	ton.	ind	ton.	ind							
1920	385.165	100	4.678	100	6.300	100	17.201	100	11.385	100	81.278	100	4.588	100	
1921	310.484	81	4.005	86	7.565	120	16.299	95	8.161	72	67.185	83	5.015	110	
1922	281.749	73	4.988	107	7.592	121	18.055	105	7.132	63	57.238	70	5.787	126	
1923	479.744	125	5.093	109	6.356	101	16.865	98	8.021	70	79.932	98	5.958	130	
1924	422.552	112	4.737	101	5.567	88	15.454	90	10.787	95	117.086	144	5.630	123	
1925	398.646	103	6.794	145	6.814	108	19.828	115	9.567	84	36.996	48	6.463	141	
1926	320.579	86	5.834	125	6.639	105	28.905	168	7.813	69	41.943	52	4.832	105	
1927	453.458	118	6.343	136	7.353	117	19.985	116	4.627	41	77.863	96	6.308	137	
1928	
1929	517.004	134	6.699	143	8.829	140	30.451	177	5.780	51	66.009	81	

Fonte: 1920/1927 - CARVALHO, Afranio de - op. cit.
1929 - ANDRADA, A. C. de - op. cit.

QUADRO II.5

NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS REENSEADOS EM 1920 SEGUNDO A ÉPOCA DA FUNDAÇÃO POR RAMOS

ÉPOCA DA FUNDAÇÃO	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS POR GRUPOS DE INDÚSTRIAS														
	T O T A L		Têxteis	Couro	Madeiras	Metalurgias	Cerâmicas	Química	Alimentar	Vestuario	Mobiliário	Mat. de Construção	Transporte	Gelo	Diversos
	%	Número Absoluto													
ignorada	1,85	23	2	-	3	5	4	-	6	2	-	1	-	-	-
até 1889	3,70	46	16	2	-	11	2	-	10	1	-	2	2	-	-
de 1890 a 1914	42,88	533	33	39	14	35	62	11	226	52	21	8	31	-	1
de 1915 a 1919	51,56	641	26	56	11	25	73	19	299	59	22	15	34	1	1
T O T A L	100,0	1243	77	97	28	76	141	30	541	114	43	26	67	1	2

FONTE: Anuário Estatístico de Minas Gerais ano II (1922-1925).

BH., Imp. Ofic. 1929, p. 471.

QUADRO II.6

MINAS ENTRE OS ESTADOS NO RECENSEAMENTO INDUSTRIAL DE 1920

ESTADOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		CAPITAL		FORÇA MOTRIZ		NÚMERO DE OPERÁRIOS		VALOR DA PRODUÇÃO	
	Absoluta	%	Contos	%	H.P.	%	Absoluta	OP/NE	Contos	%
SÃO PAULO	4.145	31,1	537.817	29,6	94.099	30,3	83.998	20	986.110	33,0
DISTRITO FEDERAL	1.541	11,5	441.669	24,3	69.703	22,4	56.229	36	666.276	22,2
RIO GRANDE DO SUL	1.773	13,3	250.690	13,8	30.315	9,8	24.661	14	353.749	11,8
RIO DE JANEIRO	454	3,4	126.206	6,9	25.020	8,0	16.794	37	184.161	6,2
MINAS GERAIS	1.243	9,3	89.776	4,9	22.272	7,2	18.522	14	172.060	5,8
PERNAMBUCO	442	3,3	90.981	5,0	14.957	4,8	15.761	36	136.479	4,6
OUTROS	3.736	28,0	278.017	15,3	54.058	17,4	59.547	16	490.341	16,4
BRASIL	13.336	100,0	1.815.156	100,0	310.424	100,0	275.512	21	2.989.176	100,0

Fonte: SECRETARIA AGRICULTURA. (Serv. Estat. Geral). Minas Segundo o Recenseamento de 1920. BH, Imp. Ofic., 1924.

QUADRO II.7

OS RAMOS PRINCIPAIS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO MINEIRA NA DÉCADA DE 20
SEGUNDO O VALOR DE PRODUÇÃO

INDÚSTRIAS	1919 (1)			1929 (2)		
	CONTOS	%	ÍNDICE	CONTOS	%	ÍNDICE
ALIMENTAÇÃO	88.613	51,5	100	508.781	53,1	574
TEXTIL	51.151	29,7	100	86.317	9,0	169
OUTRAS	32.297	18,8	100	363.809	37,9	1.126
TOTAL	172.061	100,0	100	958.907	100,0	557

Fontes: (1) SECRETARIA DA AGRICULTURA; Minas Segundo o Recenseamento de 1920.
BH. Imprensa Oficial, 1924.

(2) ANDRADA, Antonio Carlos R.. Mensagem do Presidente do Estado
ao Congresso Mineiro. BH., Imprensa Oficial, 1930.

QUADRO II-8

PERCENTUAL DA PRODUÇÃO EXPORTADA DE ALGUNS PRODUTOS
DA PAUTA DE MINAS GERAIS EM 1929

PRODUTOS	QUANTIDADE		PERCENTUAL
	PRODUZIDA	EXPORTADA	
Café	348.000 t.	238.624 t.	68,8
Bovinos	2.110.000 unid.	517.004 unid.	24,5
Manteiga	14.326 t.	6.699 t.	46,7
Queijos	28.300 t.	8.829 t.	31,2
Feijão	262.500 t.	13.110 t.	5,0
Arroz	304.860 t.	13.084 t.	4,3
Suínos	2.320.000 unid.	66.009 unid.	2,8
Fumo	12.546 t.	3.204 t.	25,4
Milho	1.410.000 t.	20.333 t.	1,4

FONTE: ANDRADA, A.C.R. - Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro. BH, Imp.Ofic, 1930

QUADRO II.9

PARTICIPAÇÃO DO IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO NA RECEITA DO GOVERNO
DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA DÉCADA DE 20
(valor em contos de Réis)

ANOS	RECEITA	IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO	PERCENTUAL
1920	56.189	27.386	48,74
1921	63.450	35.895	56,57
1922	78.486	33.155	42,24
1923	90.264	39.385	43,63
1924	120.530	57.121	47,39
1925	141.090	60.311	42,75
1926	134.347	52.140	38,81
1927	151.595	55.259	36,45
1928	180.200	57.738	32,04
1929	232.051	72.029	31,04

Fontes: SECRETARIA DAS FINANÇAS. Finanças do Estado de Minas Gerais no Período Republicano (1890-1953). BH, Imprensa Oficial, 1954.

ANDRADA, A.C.R.. Mensagem do Presidente do Estado ao Congresso Mineiro. BH, Imprensa Oficial, 1929 e 1930.

ALVIM, Aristóteles. "Confrontos e Deduções" in Minas e o Bicentenário... BH, Imprensa Oficial, 1929, p.83.

QUADRO II.10

PERCENTUAL DO IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO PAGO PELO CAFÉ

em contos de réis

ANOS	IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO		PERCENTUAL
	TOTAL	PAGO PELO CAFÉ	
1920	27.386	15.264	55,74
1921	35.895	24.343	73,07
1922	33.155	23.228	70,06
1923	39.385	26.243	60,63
1924	57.121	41.626	72,87
1925	60.311	51.517	85,42

Fonte: ALVIM, Aristóteles. "Confrontos e Deduções" in Minas e o Bicentenário... BH, Imprensa Oficial, p.83, 1929.

QUADRO II.11

OUTRAS ARRECADAÇÕES QUE INCIDEM SOBRE O CAFÉ

em contos de réis

ANOS	SOBRE-TAXA 3 FRANCOS OURO (1)	TAXA 1\$000 OURO (2)
1920	3.341	-
1921	6.382	-
1922	5.603	-
1923	5.154	-
1924	6.602	-
1925	4.904	7.242
1926	9.676	11.601
1927	...	13.598
1928	...	15.646
1929

Fontes: (1) ALVIM, A.. op.cit., p.87

(2) ANDRADA, A.C.R.. op. cit.

QUADRO II.12

CRESCIMENTO DOS CAFEEIROS EM DIVERSOS ESTADOS NA DÉCADA DE 20

ESTADOS	1921	1930	△ %	▲ Absoluto
SÃO PAULO	843.592	1.188.058	40,8	344.466
MINAS GERAIS	511.252	650.692	27,3	139.440
ESPÍRITO SANTO	122.500	271.400	121,5	148.900
RIO DE JANEIRO	160.239	213.818	33,4	53.579
BAHIA	49.799	94.440	89,6	44.641
PERNAMBUCO	27.886	82.073	194,3	54.187
PARANÁ	15.138	30.229	99,7	15.091

Fonte: TAUNAY, A.E.. Pequena História do Café no Brasil. RJ., D.N.C.
p.534, 1945.

QUADRO II - 13

PARTICIPAÇÃO MÉDIA DOS PRINCIPAIS ESTADOS NA PRODUÇÃO EXPORTÁVEL BRASILEIRA DE CAFÉ

ESTADOS	1910/20	1920/30	1930/35
São Paulo	69%	64%	60%
Minas Gerais	18%	20%	16%
Espírito Santo	5%	7%	7%
Rio de Janeiro	6%	5%	4%
TOTAL	98%	96%	95%

FONTE: BRAGA, C.C. - "Resenha Histórica do Café no Brasil" in Agricultura em São Paulo, (Boletim da Divisão de Economia Rural), São Paulo, Ano X, nº 1, jan/63, p. 16.

QUADRO II.14

O CAFÉ NOS ESTADOS PRINCIPAIS PRODUTORES SEGUNDO O CENSO DE 1920

ESTADOS	FAZENDAS			CAFEEIROS		ÁREA	
	RECENSEADAS	DE CAFÉ	PERCENTUAL	MILHARES	MÉDIA POR FAZ.	HECTARES	MÉDIA POR FAZ.
SÃO PAULO	80.921	21.341	26,4	823.943	36.608	1.028.673	48,2
MINAS GERAIS	115.655	41.393	35,8	488.036	11.790	650.706	15,7
RIO DE JANEIRO	23.699	10.766	45,4	155.595	14.542	194.490	18,1
ESPÍRITO SANTO	20.941	16.375	78,2	114.583	6.997	152.776	9,3

Fonte: TAUNAY, A.E.. História do Café no Brasil. vol. Duodécimo, RJ, D.N.C., 1941, cap. LXIX

QUADRO II-15

MINAS GERAIS, 1920 : DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO CAFEEIRA PELAS
REGIÕES

REGIÃO	MUNICÍPIOS PRODUTORES IDENTIFIC.	PRODUÇÃO CAFEEIRA (sacas)	PERCENTUAL
MATA	26	1.700.000	40,2
SUL	41	1.392.000	33,0
RIO DOCE	9	412.580	9,8
OESTE	17	200.000	4,7
MUCURI	3	146.500	3,5
ALTO PARANÁ (BA)	6	52.500	1,2
TRIÂNGULO	1	40.000	0,9
METALÚRGICA	5	37.550	0,8
ITACAMBIRA	3	19.500	0,5
ALTO JEQUETINHONHA	2	11.000	0,3
OUTROS	-	205.050	4,8
MINAS GERAIS	113	4.216.680	100,0

FONTE: Secretaria de Agricultura (Serviço de Estatística Geral).
Anuário Estatístico de Minas Gerais ano II (1922-25) ,
BH, Imp. Ofic. pp. 312/3, apud LIMA, J.H., op. cit.,
Tabela XVI.

OBS. Os dados foram convertidos de toneladas para sacas.

QUADRO II. 16

ESTADO DA LAVOURA CAFEEIRA EM MINAS GERAIS
DISTRIBUIÇÃO PELAS REGIÕES

(31 - XII - 27)

Z O N A S	MUNICÍPIOS PRODUTORES IDENTIFICADOS	Á R E A (he)		C A F E E I R O S E X I S T E N T E S				P R O D U Ç Ã O (SACOS)		
		EM MATAS	EM CAFEZAIS	EM PRODUÇÃO	NOVOS NOVOS	T O T A L		MÉDIA ANUAL	Na Safra de 1926/27	
						ABSOLUTO	RELATIVO		ABSOLUTO	RELATIVO
NATA	32	780.900	320.842	227.462.000	13.180.000	240.642.000	40,9 %	..	1.745.000	39,6 %
SUL	64	1.014.120	257.505	177.399.000	15.613.500	193.012.500	32,0 %	1.420.550	1.470.000	33,4 %
DESTE (1)	48	1.316.300	46.982	32.879.500	4.477.500	37.357.000	6,3 %	200.510	271.000	6,1 %
TRIÂNGULO	19	1.251.000	10.773	11.536.000	2.539.000	14.075.000	2,4 %	106.030	114.921	2,6 %
NORTE	12	3.711.000	914	630.500	76.500	707.000	0,1 %	4.270	4.260	0,1 %
LESTE (2)	39	6.276.600	136.549	91.218.000	11.275.000	102.493.000	17,4 %	..	706.000	16,1 %
MINAS GERAIS	214	14.319.920	783.595	541.123.000	47.161.500	588.284.500	100,0 %	4.253.040	4.403.164	100,0 %

Fonte: ALVIM, S. & ALVIM, A. & ALVIM, O. "O Meio Agrícola e as Reservas de Terras Caffeiras" in Minas e o Bicentenário do Café no Brasil (1727-1927). BH, Imprensa Oficial, 1928, pp. 154/161

Obs.: (1) inclui alguns municípios das zonas Metalúrgicas e da Campo dos Vertentes

(2) inclui municípios da "Zona Leste" na fonte, menos os da Zona da Mata. Portanto, Zonas do Rio Doce, Mucuri e Alto Jequitinhonha.

QUADRO II - 17OS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CAFÉ NA ZONA DA MATA

EM 1923

MUNICÍPIOS	QUANTIDADE (SACOS)
CARANGOLA	200 000
CATAGUASES	166 500
MURIAÉ	146 500
JUIZ DE FORA	130 000
PONTE NOVA	109 250
MAR DE ESPANHA	81 500
ALÉM PARAÍBA	80 000
UBÁ	76 500
LEOPOLDINA	76 000
S.J. NEPOMUGENO	70 000

FONTE: Secretaria de Agricultura (Serv. de Estat. Geral).
Anuário Estatístico de Minas Gerais, ano II (1922-1925). B.H., Imp. Ofic., 1929. Quadro VII, p. 312.
apud. LIMA, J.H. op. cit., p. 42.

OBS: Os dados foram convertidos de arrobas para sacas.

OS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CAFÉ DAS ZONAS DA MATA E SUL DE MINAS GERAIS

(31 - XII - 27)

Municípios	ÁREA (ha)		CAFEIROS EXISTENTES			PRODUÇÃO (SACOS)	
	Em Matas	Em Cafes zais	Em Produ ção	Novos	Total	Média Anual	Na Safra de 1926-1927
Z O N A D A M A T A							
Carangola	57.000	22.000	23.000.000	1.000.000	24.000.000	175.500	160.000
Muriae	37.000	22.000	16.600.000	500.000	16.500.000	126.000	130.000
Caratinga	209.000	20.000	14.600.000	1.000.000	15.000.000	106.000	110.000
Mirai	8.000	13.333	9.000.000	1.000.000	10.000.000	100.000	105.000
Ponte Nova	12.600	19.600	14.000.000	700.000	14.700.000	86.000	96.000
Mar de Espanha	10.900	17.333	12.000.000	1.000.000	13.000.000	86.000	90.000
São Mancel do Mutum	80.000	14.400	10.000.000	800.000	10.800.000	87.000	96.000
Além Paraíba	13.000	22.346	16.700.000	60.000	16.760.000	96.000	85.000
Cataguases	22.600	14.000	10.000.000	500.000	10.500.000	76.000	83.000
Juiz de Fora	29.900	16.666	12.200.000	300.000	12.500.000	80.000	80.000
Z O N A S U L							
São Sebastião do Paraíso	22.700	20.666	15.000.000	500.000	15.500.000	120.000	126.000
Monte Santo	19.500	26.100	17.978.000	1.600.000	19.578.000	110.000	105.000
Jacutinga	12.100	13.600	10.000.000	200.000	10.200.000	72.000	75.000
Caracol	8.000	10.000	6.700.000	800.000	7.500.000	66.000	68.000
Ouro Fino	86.000	9.733	7.000.000	300.000	7.300.000	68.000	66.000
Varginha	9.700	13.332	9.000.000	1.000.000	10.000.000	66.000	65.000
Três Pontas	7.200	11.733	8.000.000	800.000	8.800.000	58.000	60.000
Guaxupé	9.000	11.466	8.000.000	600.000	8.600.000	58.000	60.000
Guaranésia	15.900	8.666	6.000.000	500.000	6.500.000	52.000	50.000
Santa Rita do Sapucaí	6.400	7.066	5.000.000	300.000	5.300.000	48.000	50.000
Machado	18.900	7.333	5.000.000	500.000	5.500.000	46.000	50.000

Fonte: ALVIM, A. & ALVIM, O. - op. cit., pp. 154/161

QUADRO II.19

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE MINAS GERAIS EM FUNCIONAMENTO NO ESTADO EM 31/XII/1925,

SEGUNDO O ANO DE INAUGURAÇÃO

DATAS DE INAUGURAÇÃO	MATRIZES			AGÊNCIAS			TOTAL		
	BANCOS	CASAS BANCÁRIAS	TOTAL	BANCOS	CASAS BANCÁRIAS	TOTAL	BANCOS	CASAS BANCÁRIAS	TOTAL
antes de 1891	1	-	1	1	-	-	1	-	1
de 1891 a 1900	-	-	-	2	1	3	2	1	3
de 1900 a 1910	1	-	1	2	-	2	3	-	3
de 1911 a 1920	5	5	10	30	3	33	35	8	43
de 1921 a 1925	14	16	30	29	6	35	43	22	65
SOMA	21	21	42	63	10	73	84	31	105

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA (Serv. de Estat.Geral). Anuário Estatístico de Minas Gerais. BH, Imp. Ofic., ano II (1922/25), 1929, p.955.

QUADRO II.20

ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS COM SEDE FORA DO ESTADO EM FUNCIONAMENTO EM 31/XII/1925

INAUGURADOS EM MINAS GERAIS	EMPRESAS	SEDE	Nº DE AGÊNCIAS NO ESTADO
1916	BANCO DO BRASIL	DISTRITO FEDERAL	10
1918	BANCO PELOTENSE	PELOTAS (RS)	5
1923	BANCO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE SÃO PAULO	SÃO PAULO	1
1892	CASA BANCÁRIA CUSTÓDIO DE ALMEIDA MAGALHÃES & CIA.	DISTRITO FEDERAL	1
1918	CASA BANCÁRIA CANDIDO PORTO & CIA.	DISTRITO FEDERAL	1

QUADRO II.21

LOCALIDADES DOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS EM FUNCIONAMENTO NO ESTADO EM 31/XII/1925

Nº DE LOCALIDADES QUE OS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS SERVEM		Nº DE LOCALIDADES SERVIDAS POR ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS	
Nº DE LOCALIDADES	Nº DE ESTABELECIMENTOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS	Nº DE LOCALIDADES
1	35	1	43
2	3	2	17
3	2	3	5
4	2	4	3
5	2	5	1
10	1	6	1
17	1	TOTAL SERVIDO	70
23	1	TOTAL NÃO SERVIDO	143
TOTAL	47	TOTAL	213

Fonte: SECRETARIA DA AGRICULTURA (Serv. de Estat.Geral). Anuário Estatístico de Minas Gerais. BH, Imp.Oficial, ano II (1922/25), 1929, p.955 e p. 960.

QUADRO II.22

O GRAU DE CONCENTRAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO

DEPÓSITOS EM CONTAS CORRENTES DOS TRÊS PRINCIPAIS BANCOS MINEIROS (1921-1925)

ANOS	HIPOTECÁRIO E AGRÍCOLA		CRÉDITO REAL		COMÉRCIO E INDÚSTRIA		SUB-TOTAL	MINAS GERAIS
	Contos de Réis	%	Contos de Réis	%	Contos de Réis	%	%	Contos de Réis
1920	35.870	...	21.837	...	-	-
1921	48.934	64	21.179	28	-	-	92	75.926
1922	75.647	65	27.796	24	-	-	89	115.503
1923	106.312	67	37.044	23	16.348	10	100 (*)	157.751
1924	129.662	55	43.740	19	27.887	12	86	234.996
1925	121.854	61	51.211	25	34.954	17	103 (*)	200.775

Fonte: SERV. DE ESTAT. GERAL (Secret. de Agricultura). Anuário Estatístico de Minas Gerais. Ano II (1922/25). BH, Imprensa Oficial, pp.963/7

Obs.: (*) Os Bancos Hipotecários e Agrícola e Crédito Real possuíam agências no Rio de Janeiro. Seus depósitos provavelmente estão contabilizados aí. A falta de padronização dos balanços publicados e a disponibilidade apenas de consolidados estaduais sumariamente discriminados implicam em, que, com os dados utilizados, não se chegou a resultados absolutamente rigorosos.

QUADRO II.23
MOVIMENTO BANCÁRIO EM MINAS GERAIS
NA DÉCADA DOS 20

Valores de fim-de-ano

ANOS	EMPRÉSTIMOS						DEPÓSITOS						E/D	(7) CAIXA EM MOEDA CORRENTE	(8) CAIXA EM CAIXA	
	(1) EM LETRAS DESCONTADAS		(2) EM CONTAS CORRENTES		(3) TOTAL	(4) %	(5) À VISTA		(6) À PRAZO		(6) TOTAL	(7) %				(8) %
	1000 contos	ÍNDICE	1000 contos	ÍNDICE			1000 contos	ÍNDICE	1000 contos	ÍNDICE						
1920		
1921	56	100	40	100	95	59	33	100	43	100	76	43	128	19	25	
1922	85	152	25	62	110	77	74	224	42	92	116	64	93	21	12	
1923	145	259	32	80	177	82	101	306	59	133	158	64	112	33	27	
1924	187	334	38	95	225	83	148	448	87	302	210	63	98	40	15	
1925	153	273	27	67	180	85	117	354	84	195	201	58	90	31	15	
1926	169	302	39	97	208	81	129	391	68	152	197	65	106	34	17	
1927	204	364	41	102	245	83	140	424	79	184	229	61	107	45	20	
1928	260	464	48	120	308	84	207	627	123	226	330	63	93	46	14	
1929	261	466	63	157	324	81	172	539	127	295	305	58	106	44	14	

Fonte: S.E.E.F. - M.F., Movimento Bancário, RJ, s/ed., vários anos.

QUADRO II.24

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO TOTAL DOS DEPÓSITOS À VISTA DOS PRINCIPAIS SISTEMAS BANCÁRIOS
ESTADUAIS SOBRE O TOTAL GERAL DO PAÍS NA DÉCADA DOS 20

ANOS	DISTRITO FEDERAL		SÃO PAULO		RIO GRANDE DO SUL		MINAS GERAIS		SOMA
	%	Colocação	%	Colocação	%	Colocação	%	Colocação	
1920	51,00	1º	35,15	2º	4,44	3º	1,56	6º	92,15
1921	48,45	1º	29,97	2º	7,99	3º	1,57	6º	87,98
1922	45,33	1º	28,82	2º	13,52	3º	2,70	4º	90,37
1923	40,19	1º	29,00	2º	15,08	3º	3,45	4º	87,72
1924	36,14 ou 35,41	1º	30,12 ou 30,54	2º	17,12	3º	3,86	4º	
1925	31,24	2º	32,09	1º	19,16	3º	4,27	4º	86,76
1926	31,01	2º	36,66	1º	17,36	3º	4,38	4º	90,41
1927	30,08	2º	33,76	1º	19,86	3º	4,32	4º	88,02
1928	31,37	2º	34,87	1º	17,99	3º	4,99	4º	89,22
1929	35,23	1º	29,98	2º	19,56	3º	4,55	4º	89,32

Fonte: LEVY, Maria Bárbara. Estrutura e Funcionamento dos Bancos Comerciais - Traços Históricos.
RJ, IBMEC, 1977. Tabela E.1 do Anexo Estatístico.

QUADRO II.25
 PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS DEPÓSITOS À VISTA DOS BANCOS ESTRANGEIROS
 SOBRE O TOTAL DO ESTADO NA DÉCADA DOS 20

ANOS	DISTRITO FEDERAL	SÃO PAULO	RIO GRANDE DO SUL	MINAS GERAIS
1920	43,10	74,36	19,22	...
1921	38,76	45,35	15,33	...
1922	29,91	31,83	5,37	...
1923	35,55	33,80	5,35	...
1924	36,39	31,66	4,50	...
1925	37,24	29,52	3,66	...
1926	38,30	23,47	4,27	0,25
1927	32,18	20,03	2,11	0,78
1928	31,08	15,72	3,67	1,40
1929	30,08	18,38	2,39	2,92

Fonte: LEVY, M.B. - op.cit., Tabelas F.15, F.19 e F.20 do Anexo Estatístico.

NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS RECENSEADOS EM 1946 EM MINAS GERAIS

ESPECIFICAÇÃO	ESTABELECIMENTOS				
	NÚMERO		ÁREA		
	Absoluto	%	Hectares	%	MÉTR. Q.
PROPRIEDADES DO IMÓVEL					
individual	234.353	82,32	26.263.064	78,45	112,1
outra propriedade particular	38.579	13,55	5.723.607	17,09	148,3
entidade pública	6.892	2,42	907.990	2,71	131,7
s/ decl. de propriedade	4.861	1,70	581.200	1,74	119,6
SEGUNDO O SISTEMA DE EXPLORAÇÃO					
proprietário	233.146	81,89	25.370.941	75,79	108,8
arrendatário	14.943	5,25	1.133.947	3,39	71,9
ocupante	9.908	3,13	592.020	1,77	66,4
administrador	27.048	9,50	6.298.059	18,81	232,8
s/ decl. de condição	640	0,22	86.914	0,24	
SEGUNDO A EXTENSÃO TERRITORIAL					
menos de 1 hectare	1.123	0,39	563	0,00	0,5
de 1 a 5 hectares	29.076	10,21	95.004	0,28	3,3
de 5 a 10 hectares	30.165	10,60	245.480	0,73	6,1
de 10 a 20 hectares	43.861	15,41	665.655	1,99	15,2
de 20 a 50 hectares	73.648	25,87	2.453.575	7,33	33,3
de 50 a 100 hectares	74.934	26,32	7.837.360	22,51	100,6
de 100 a 1.000 hectares	27.446	9,64	11.077.652	33,09	403,6
de 1.000 a 5.000 hectares	3.955	1,39	7.394.982	22,09	1.809,8
de 5.000 e mais hectares	327	0,11	4.005.610	11,96	12.249,6
não declarado	130	0,04
T O T A L	284.685	100,00	33.475.861	100,00	112,6

FONTE: Recenseamento de 1946

QUADRO III - 2

MINAS GERAIS: MÁQUINAS E APARELHOS EXISTENTES NA AGRICULTURA

DISCRIMINAÇÃO	CENSOS	
	1920	1940
Estabelecimentos que possuíam máquinas e aparelhos agrícolas	12.278 (10,6%)	40.697 (1,3%)
Máquinas e Aparelhos Agrícolas:		
Tratores	153	253
Arados	17.513	49.373
Grades	2.647	3.538
Rolos	.-.	3.870
Semeadeiras	911	3.752
Cultivadores	1.183	6.781
Ceifadeiras	190	576
Extintores de formi- gas	.-.	6.902

FONTE: Recenseamento de 1940

VALOR DE PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM MINAS GERAIS (1930-1948)

PREÇOS CONSTANTES

BASE: MÉDIA 1932/34 = 100

ANOS	VALOR TOTAL	CAFFÉ			CANA			MILHO			ARROZ			FEIJÃO			SOMA (%)
		Crf 1.000	Índ. 1932/34	%	Crf 1.000	Índ. 1932/34	%										
1930
1931
1932	384.454	48.880	65	39,86	17.088	72	6,01	99.461	89	34,37	60	5,46	16.350	46	5,51	92,23	
1933	445.391	203.808	151	45,61	25.773	109	5,77	111.302	104	24,94	104	6,00	17.826	101	3,57	86,22	
1934	384.027	111.522	82	29,06	40.866	173	10,63	126.136	111	32,20	136	9,09	19.774	103	4,61	65,49	
1935	445.858	101.808	75	23,62	27.699	117	6,16	152.113	139	31,18	204	11,63	41.315	239	9,21	83,77	
1936	438.311	137.133	100	29,83	24.242	102	5,28	117.045	125	26,32	242	13,64	16.639	234	6,81	85,14	
1937	417.925	87.107	65	20,84	22.025	97	5,49	93.711	84	22,42	289	17,61	37.716	218	9,03	75,39	
1938	430.828	82.838	59	20,30	31.288	132	6,86	111.643	99	24,38	325	14,37	41.194	238	9,02	79,93	
1939	472.236	73.475	55	19,74	32.012	135	6,60	110.671	98	29,73	260	16,02	34.756	201	9,14	85,43	
1940	447.042	84.930	41	19,80	31.543	134	9,09	102.388	73	29,71	248	18,42	40.349	436	11,17	84,30	
1941	472.749	28.689	29	14,10	27.007	114	9,00	87.348	78	31,04	159	14,99	35.543	206	13,02	84,11	
1942	447.447	28.511	21	11,52	25.106	106	10,15	80.851	72	31,67	155	16,51	31.702	183	12,81	83,66	
1943	395.210	75.848	56	19,19	24.391	103	6,16	129.741	116	32,83	357	23,28	36.327	210	9,19	80,65	
1944	492.194	88.357	66	14,69	49.040	208	8,27	196.776	178	33,51	373	14,31	69.358	392	16,27	85,15	
1948	420.171	130.945	98	25,03	43.597	185	8,23	120.433	122	26,98	308	15,16	44.035	255	9,42	83,04	

Fonte: 1948. Anuário Estatístico do Brasil, Vários anos.

Obs.: Deflator Col. 2 (FOV) - Ano base : 1965/67

QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS EM MINAS GERAIS (1930 - 1945)

BASE - 1931 = 100

ANOS	CAFÉ		CANA		MILHO		ARROZ		FEIJÃO	
	ton.	Índice	ton.	Índice	ton.	Índice	ton.	Índice	ton.	Índice
1930
1931	254.908	100	2.253.020	100	1.200.000	100	188.900	100	132.823	100
1932	141.896	56	1.325.060	59	1.200.000	100	115.964	61	115.740	83
1933	359.520	141	2.032.900	90	1.200.000	100	147.468	78	113.304	82
1934	226.800	89	3.454.900	153	1.260.000	105	157.000	83	112.800	81
1935	180.000	71	2.971.000	132	1.620.000	135	252.000	133	219.900	158
1936	278.400	109	3.257.940	145	1.659.318	138	253.260	134	268.249	193
1937	294.817	116	3.461.550	154	1.504.538	132	359.541	190	275.874	198
1938	232.349	91	3.591.900	159	1.432.092	119	407.019	215	292.439	211
1939	189.979	74	3.506.410	156	1.474.879	123	331.416	175	209.407	151
1940	193.397	76	3.625.690	161	1.542.012	128	372.600	197	233.208	168
1941	154.598	61	3.594.780	159	1.597.679	133	383.771	203	231.684	167
1942	129.852	51	3.801.650	169	1.612.188	134	403.380	213	246.743	177
1943	218.581	86	3.481.680	154	1.542.634	128	395.009	209	240.414	173
1944	180.074	71	4.283.611	190	1.573.719	131	520.160	275	287.063	206
1945	209.902	82	3.865.830	172	1.391.307	116	450.965	239	260.593	188

FONTE: IBGE, Anuários Estatísticos do Brasil, Vários anos.

QUADRO III - 5

PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM MINAS GERAIS

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA QUANTIDADE PRODUZIDA (1930-1945)

ANOS	CAFÉ			CANA				MILHO				ARROZ				FEIJÃO			
	MG	SP	PR	MG	SP	PE	RJ	MG	SP	PR	RS	MG	SP	RS	GO	MG	SP	PR	RS
1930
1931	19,58	59,50	2,44	13,86	6,98	22,55	9,54	25,26	23,40	4,54	22,12	17,52	42,09	16,25	7,55	20,20	29,28	5,24	23,16
1932	9,24	71,35	2,44	8,92	8,85	25,05	8,80	20,80	27,58	5,82	22,39	9,64	55,28	17,16	4,09	16,03	33,75	4,96	21,49
1933	20,35	63,41	2,21	13,19	9,06	24,40	7,90	21,40	27,72	5,51	23,23	12,43	50,25	16,23	7,38	16,08	34,69	4,92	22,32
1934	13,72	73,19	0,73	19,42	10,48	19,88	7,14	23,81	20,78	5,90	24,41	13,32	47,27	17,52	7,60	16,99	26,08	3,24	24,48
1935	15,85	66,56	1,85	17,81	9,41	22,60	8,26	27,31	23,01	5,28	21,45	18,44	46,16	15,26	6,64	26,88	25,70	4,18	19,87
1936	17,65	66,60	2,08	17,61	13,55	22,20	19,58	29,00	29,29	5,24	23,03	20,87	37,17	18,82	7,32	32,44	22,20	3,99	19,48
1937	20,18	64,42	4,38	22,65	11,58	12,66	20,98	27,41	20,39	5,40	23,89	29,19	29,69	18,05	7,31	33,29	19,79	4,34	19,48
1938	16,56	66,73	2,47	21,66	11,42	16,22	21,78	25,76	25,16	5,97	18,24	26,62	30,58	21,72	5,88	34,24	22,14	3,07	15,79
1939	16,42	64,15	3,75	17,54	13,55	21,03	15,01	27,35	24,47	5,27	17,39	22,33	31,53	24,03	6,02	26,52	22,79	3,99	15,61
1940	19,30	61,28	5,70	16,29	11,56	17,71	14,83	31,63	12,33	12,85	19,43	28,23	15,75	23,44	12,10	30,39	10,85	9,10	15,78
1941	16,08	57,93	5,22	16,75	11,42	17,28	14,86	29,38	16,55	12,85	18,07	22,74	28,91	19,75	8,89	26,48	17,14	11,83	14,02
1942	15,65	61,66	3,97	17,62	12,98	15,27	15,04	30,56	13,69	14,20	17,04	21,44	26,82	20,42	11,49	29,46	11,47	16,69	11,62
1943	23,71	53,28	1,34	15,72	13,63	18,06	16,34	29,39	20,77	15,63	10,2	20,70	33,01	15,66	6,92	20,26	17,69	14,86	9,48
1944	26,22	42,74	6,03	17,02	17,11	16,46	11,97	28,23	17,85	14,77	19,78	24,65	23,43	24,44	8,70	27,54	13,87	16,83	9,97
1945	25,14	42,92	6,35	15,36	16,24	17,99	12,80	26,71	20,53	13,72	12,79	21,00	31,58	17,40	10,50	26,00	15,53	11,81	11,58

FONTE: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, Vários anos.

QUADRO III - 6

MINAS ENTRE OS ESTADOS NO RECENSEAMENTO INDUSTRIAL DE 1940

ESTADOS	VALOR DA PRODUÇÃO		Nº DE ESTABELECIMENTOS	
	Cr\$ 1000	%	ABSOLUTO	%
SÃO PAULO	7.601.721	43,5	12.170	28,4
DISTRITO FEDERAL	3.321.643	19,0	3.632	8,5
RIO GRANDE DO SUL	1.708.769	9,8	5.650	13,2
MINAS GERAIS	1.177.545	6,7	5.453	12,7
RIO DE JANEIRO	860.725	4,9	2.088	4,9
PERNAMBUCO	807.646	4,6	1.746	4,0
OUTROS	2.001.344	11,4	12.121	28,3
BRASIL	17.479.393	100,0	42.860	100,0

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil apud. BDMG, op. cit., p. 14.

A INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS EM 1939

CLASSES DE INDÚSTRIAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		VALOR DE PRODUÇÃO		EMPREGO	
	absoluto	%	Cr\$ 1.000	%	absoluto	%
TOTAL	6.224	100,0	1.177.545	100,0	74.267	100,0
Ind. Extrativas	294	4,7	59.270	5,0	7.923	10,6
Construção Cível	140	2,2	52.456	4,4	5.478	7,3
Energia Elétrica	763	12,2	52.347	4,4	2.083	2,8
Ind. Transformação	5.027	80,7	1.013.472	86,0	58.783	79,1
Minerais não metálicos	677	10,9	38.907	3,2	4.489	6,0
Metalurgia	122	2,0	236.144	20,0	19.717	21,1
Mecânica	19	0,3	3.254	0,2	247	0,3
Mat. Eletr. e Comunic.	5	0,0	641	0,0	31	0,0
Mat. de Transporte	9	0,1	349	0,0	48	0,0
Madeira	144	2,3	24.540	2,0	1.528	2,0
Mobiliário	204	3,2	14.494	1,2	1.661	2,2
Papel e Papelão	12	0,2	13.170	1,1	604	0,8
Couros e Peles	201	3,2	26.609	2,2	1.377	1,8
Química e Farmac.	142	2,3	26.304	2,2	1.028	1,3
Textil	123	2,0	169.660	14,4	16.588	22,3
Vestuário, etc.	281	4,5	26.869	2,3	2.550	3,4
Alimentação	2.645	42,5	401.196	34,0	10.741	14,4
Bebidas	97	1,6	10.214	0,8	503	0,6
Fumo	7	0,1	4.056	0,3	140	0,2
Editorial e Gráfica	301	4,8	14.998	1,2	1.278	1,7
Diversas	38	0,6	2.267	0,2	253	0,3

QUADRO III.8

SIDERURGIA

I - RELAÇÃO, POR ORDEM DE ANTIGUIDADE, DAS USINAS EM FUNCIONAMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS
em 1940

ANO DA FUNDAÇÃO	U S I N A S		
	DENOMINAÇÃO	EMPRESA PROPRIETÁRIA	LOCALIZAÇÃO
1889	Usina Esperança	Queiroz Junior Ltda.	Itabirito
1893	Usina Wigg	Queiroz Junior Ltda.	Ouro Preto
1921	Usina Gagé	Usina Siderúrgica de Gagé Ltda.	Conselheiro Lafaiete
1921	Usina de Sabará	Cia.Siderúrgica Belgo-Mineira S/A.	Sabará
1925	Usina de Morro Grande	Cia.Bran. de Usinas Metalúrgicas	Santa Bárbara
1929	Usina Barbará	Barbará S/A.	Caeté
1931	Usina Gorceix	Cia. Ferro Brasileira	Caeté
1931	Usina Rio Acima	S/A. Metalúrgica Santo Antonio	Nova Lima
1936	Usina de Monlevade	Cia.Siderúrgica Belgo-Mineira S/A.	Rio Piracicaba
1937	Usina Cifer	Cia. Industrial de Ferro S/A.	Belo Horizonte

RESUMO DA ORGANIZAÇÃO - 1932 a 1939

ANOS	N Ú M E R O D E U S I N A S		
	EM FUNCIONAMENTO	PARALIZADAS	TOTAL
1932	4	4	8
1933	5	3	8
1934	6	2	8
1935	6	2	8
1936	7	1	8
1937	9	-	9
1938	10	-	10
1939	10	-	10

Fonte: Boletim do D.E.E. - nº 3, ano II, mar/abril de 1940.

QUADRO III.9
 PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA INDÚSTRIA MINEIRA NA
 PRODUÇÃO SIDERÚRGICA NACIONAL
 1932 - 1947

ANOS	FERRO GUSA	AÇO	LAMINADOS
1932	100	76	73
1933	100	51	54
1934	100	45	47
1935	100	40	44
1936	100	42	46
1937	100	78	42
1938	92	43	41
1939	89	53	40
1940	90	60	55
1941	89	59	54
1942	89	61	53
1943	87	58	52
1944	88	59	56
1945	83	57	50
1946	61	39	45
1947	51	32	38

Fontes: Para os anos de 1932-1937:

MG: Boletim do D.E.E., nº 3, ano II

BR: W.BAER, Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro,
 pp.86/7 apud tese Liana;

Para 1938-1947:

Anuários Estatísticos do Brasil apud BDMG.

Diagnóstico da Economia Mineira V - BH, s/ed., 1968.

QUADRO III-10

PRINCIPAIS PRODUTOS DE ORIGEM MINERAL EM MINAS GERAIS (1936-1950)

ANOS	CIMENTO				MINÉRIO DE FERRO			
	tonelada	índice	MG/BR (%)	@\$1000	tonelada	índice	@\$1000	índice
1936	-	-	-	-	154.900	100	6.190	100
1937	-	-	-	-	338.700	218	20.322	328
1938	-	-	-	-	982.387	634	29.548	477
1939	37.944	100	5,4	7.874	745.630	481	22.369	361
1940	49.004	129	6,6	10.954	589.573	380	17.687	286
1941	58.892	155	7,7	14.708	609.614	393	21.336	345
1942	65.382	172	8,9	27.670	406.005	262	13.700	221
1943	40.113	106	5,5	17.916	779.458	503	25.602	413
1944	49.657	131	6,2	21.480	795.109	513	24.682	399
1945	69.164	182	8,7	29.533	647.553	418	19.868	321
1946	81.321	214	11,9	46.708	580.010	374	19.190	310
1947	155.735	410	17,2	80.513	891.923	576	30.230	488
1948	155.538	410	...	91.638	1.569.837	1.013	78.771	1.272
1949	196.241	517	...	119.248	1.887.692	1.219	91.070	1.471
1950	211.844	558	...	130.781	1.972.102	1.273	63.999	1.033

Fonte: Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1952.

QUADRO III - 11

Percentual da Produção Exportada em Minas Gerais
(1931 - 1940)

Anos	Gado Vacum	Feijão	Arroz
1931	...	15,06	6,52
1932	...	12,52	4,68
1933	...	24,09	10,16
1934	...	28,50	6,26
1935	...	12,80	6,72
1936	6,05	16,36	9,10
1937	6,44	13,76	...
1938	4,41	18,50	...
1939	5,20	10,41	2,77
1940	5,61	12,42	10,04

Fonte: Quadros III-4 e III-16.

QUADRO III-12

Produção de Alimentos Simples de Minas e São Paulo
(1937 - 1943)
(kg/hab)

Anos	População (1.000 hab)		Arroz		Feijão		Milho	
	MG	SP	MG	SP	MG	SP	MG	SP
1937	6.379,0	6.792,9	43,25	...	248,40	...
1938	6.526,2	6.949,7	44,81	...	219,44	...
1939	6.673,4	7.106,5	49,66	65,86	31,36	25,33	221,02	185,76
1940	6.820,7	7.263,2	54,62	28,61	34,19	11,48	226,07	82,76
1941	6.967,9	7.420,0	55,08	65,74	33,25	20,21	229,29	121,29
1942	7.115,1	7.576,7	56,69	66,59	34,68	12,68	226,59	95,36
1943	7.263,3	7.733,5	54,39	81,44	33,10	20,94	212,40	141,02

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (1941/45) e Quadro III-4.

QUADRO III - 13

Exportação de MG segundo principais destinos
1936-1942

DESTINO	1936		1937		1938		1939		1940		1941		1942	
	Cr\$ 1.000	%												
Distrito Federal	563.623	52,19	637.504	49,13	670.245	47,65	773.300	52,00	900.644	54,45	1.180.001	54,71	1.545.986	55,41
São Paulo	303.550	28,10	375.799	29,04	450.876	32,02	426.906	28,71	490.101	29,63	600.132	27,82	731.037	26,20
Rio de Janeiro	119.988	11,11	184.144	14,19	207.601	14,76	189.116	12,72	150.703	9,11	210.084	9,74	309.679	11,10
Bahia	38.425	3,56	43.341	3,34	30.769	2,19	28.555	1,92	40.278	2,43	56.719	2,63	61.908	2,22
Espírito Santo	34.647	3,23	41.805	3,22	26.447	1,89	43.419	2,92	31.765	1,92	50.048	2,32	45.948	1,65
Outros Estados	19.441	1,80	13.936	1,07	21.364	1,52	25.707	1,73	40.610	2,45	59.906	2,78	95.394	3,42
TOTAL	1.079.874	100,00	1.297.529	100,00	1.408.122	100,00	1.487.003	100,00	1.654.161	100,00	2.156.900	100,00	2.789.952	100,00

Fonte: Boletim do D.E.E.-MG, BH, julho/agosto de 1943, nº 23, ano V.

QUADRO III - 14

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PARA D.F.R.S.P. EM 1937

ESPÉCIE	UNID.	DISTRITO FEDERAL		SÃO PAULO	
		Quantidade	Valor (Contos de réis)	Quantidade	Valor Oficial
I - ANIMAIS E SEUS PRODUTOS					
gado suíno (adulto)	cab	11.840	2.961	87.459	21.864
gado vacum - de corte	cab	127.121	32.418	311.329	79.388
- de criação	cab	3.426	970	15.410	6.164
galinhas e frangos	kg	8.919.108	31.213	1.448.364	5.009
carnes - de bovinos	kg	794.655	1.112	178.781	240
- de suíno	kg	1.062.400	2.974	187.858	532
- xarque	kg	4.578.645	10.373	288.492	634
leite natural	kg	42.667.259	19.668	5.518.762	2.594
queijos	kg	5.478.073	23.949	6.523.823	22.956
manteiga	kg	7.305.926	51.066	2.151.843	15.041
II - VEGETAIS E SEUS PRODUTOS					
açúcar - cristal branco	kg	1.058.452	900	1.483.207	1.261
- mascavo bruto e esp.	kg	8.547.466	4.230	8.621.625	4.311
algodão - em caroço	kg	204.164	306	1.977.685	2.960
- em corda ou em rama	kg	759.520	3.507	1.270.929	5.872
arroz - beneficiado	kg	2.678.969	3.560	18.946.985	25.189
- em casca	kg	44.350	33	2.226.122	1.669
- quirera	kg	106.056	76	6.322.131	4.552
café - em grão	kg	65.685.567	131.371	3.536.217	7.072
- torrado em grão	kg	4.756.423	9.352	12.202	27
- torrado e moído	kg	918.363	2.316	111	-
carvão vegetal	kg	13.170.911	4.214	776.769	248
feijão	kg	23.752.627	19.952	7.643.658	6.420
manona	kg	14.625.241	9.360	2.451.259	1.569
milho	kg	18.519.919	6.491	10.770.115	3.769
papel	kg	2.016.912	2.219	150.316	165
tabaco (em cordal)	kg	838.417	1.970	2.261.274	5.314
tecidos de algodão - crú	kg	629.997	3.149	155.442	777
- de cor	kg	3.249.177	32.492	1.273.221	12.732
- de malha	kg	191.704	959	3.821	19
- brim	kg	308.612	2.405	196.747	1.574
III - MINERAIS E SEUS PRODUTOS					
águas minerais	ca	188.116	9.917	54.047	2.972
carbureto de cálcio	kg	3.487.186	3.147	943.991	849
ferro e seus artefatos	-	-	29.539	-	24.349
minérios - de ferro	ton	226.606.624	13.240	5.563.668	334
- de manganês	ton	192.969.569	19.896	743.100	74
ouro (em pó e barras)	gr	4.501.843.699	80.631	-	-
TOTAL DA EXPORTAÇÃO			637.504		315.514

FONTE: "Exportação do Estado em 1937" - Secretaria das Finanças - Imp. Ofic., BH, 1939.

OBS: as exportações para o Distrito Federal incluem as que saem pela Porto do Rio.

QUADRO III.15

IMPORTAÇÃO DO ESTADO, POR VIAS INTERNAS, SEGUNDO A PROCEDÊNCIA
(1943 -1948)

PROCEDÊNCIA	1943		1944		1945		1946		1947		1948	
	Cr\$1.000	%	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%
Distrito Federal	985.179	46	1.211.546	44	1.434.328	49	1.766.095	52	1.987.661	58	2.335.558	67
São Paulo	965.313	45	1.226.355	45	1.226.234	42	1.299.452	38	1.372.189	40	(*) 838.383	24
Rio de Janeiro	112.460	5	164.756	6	164.679	6	167.374	5	180.864	5	179.908	
Goiás	42.128	2	78.406	3	61.329	2	76.007	2	76.007		...	
Espírito Santo	27.723	1	42.481	2	42.411		51.466		52.333		61.114	
Bahia	9.007	0,4	12.890		6.209		3.925		4.281		11.657	
Paraná	4.868	0,2	4.945		4.770		9.833		12.242		16.793	
Rio Grande do Sul	4.451	0,2	7.532		8.322		18.961		15.234		26.208	
T O T A L	2.156.308	100	2.753.723		2.951.805		3.397.805		3.397.300		3.471.925	

Fonte: Anuário Estatístico de MG, ano IV, 1950.

(*) de Janeiro a setembro.

QUADRO III - 16

EXPORTAÇÃO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS EM MINAS GERAIS NA DÉCADA DOS 30

BASE - 1931 = 100

ANOS	C A F É				A R R O Z				F E I J ã O			
	Quantid. (ton.)	Ind.	Valor (contos)	Ind.	Quantid. (ton.)	Ind.	Valor (contos)	Ind.	Quantid. (ton.)	Ind.	Valor (contos)	Ind.
1931	328.523	100	499.065	100	12.327	100	6.899	100	20.904	100	9.358	100
1932	281.592	86	469.381	94	5.426	44	3.417	49	14.487	69	10.874	116
1933	190.562	58	268.719	54	14.984	121	10.746	156	27.294	130	24.741	264
1934	160.954	49	245.090	49	9.878	80	7.911	115	32.145	154	20.348	217
1935	200.629	61	344.690	69	16.948	137	14.518	210	28.156	135	15.447	165
1936	167.441	51	292.233	58	23.048	187	23.076	334	43.888	210	34.672	370
1937	168.057	51	337.741	68	32.416	263	37.429	542	37.954	181	31.882	341
1938	197.193	60	349.568	70	21.657	176	24.510	355	54.117	259	39.404	421
1939	189.041	57	351.567	70	9.176	74	10.546	153	21.798	104	16.394	175
1940	137.087	42	248.934	50	37.419	303	34.556	501	28.963	138	31.749	339

FONTE: D.E.E. - MG. Exportação do Estado de Minas Gerais 1940. Bh, Imp. Ofic. 1946

QUADRO III - 17

QUANTIDADE EXPORTADA DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DE MINAS GERAIS NA DÉCADA DOS 30

BASE : 1931 = 100

ANOS	GADO VACUM		LACTICÍNIOS						CARNES		GADO SUÍNO		AVES DOMÉSTICAS	
	cabeças	Ind	MANTEIGA		QUEIJOS		LEITE		ton.	Ind.	cabeças	Ind.	ton.	Ind
			ton.	Ind	ton.	Ind.	ton.	Ind.						
1931	444.297	100	7.138	100	7.394	100	30.855	100	6.821	100	75.739	100	7.228	100
1932	443.241	100	7.352	103	7.850	106	33.617	110	8.318	122	74.593	97	7.641	106
1933	449.771	101	7.642	110	8.819	119	38.477	125	7.245	106	71.065	93	8.412	116
1934	417.251	94	8.680	122	9.574	129	42.751	139	7.213	106	140.604	183	9.823	135
1935	508.044	114	10.190	143	13.126	177	45.239	150	7.943	116	91.278	119	11.141	154
1936	598.117	135	9.498	133	12.628	171	46.611	151	9.037	132	105.369	137	10.832	150
1937	666.419	150	10.670	150	13.388	181	56.171	182	8.587	126	127.302	166	11.252	156
1938	492.100	111	11.735	164	12.617	171	55.134	179	11.330	166	122.272	159	12.214	169
1939	589.789	133	10.202	143	13.113	177	54.665	177	10.622	156	92.195	120	9.656	133
1940	672.870	151	10.428	146	13.128	177	60.394	196	12.405	182	52.370	68	10.782	149

FONTE: D.E.E. - MG. Exportação do Estado de Minas Gerais 1940, BH, Impr. Ofic. 1946

QUADRO III - 18

Valor da exportação dos produtos de origem animal de MG na década dos 30

Base 1931 = 100

Anos	Gado Vacum		Laticínios				Carnes		Gado Suíno		Aves Domésticas			
	contos	Índice	contos	Índ.	contos	Índ.	Contos	Índ.	Contos	Índ.	Contos	Índ.		
1931	82.360	100	35.383	100	20.025	100	15.265	100	16.376	100	11.851	100	24.127	100
1932	82.077	100	38.214	108	23.314	116	16.147	106	19.614	120	11.561	98	22.864	95
1933	84.966	103	39.678	113	26.331	131	16.930	111	18.199	99	10.637	90	22.714	94
1934	87.698	106	41.466	117	31.678	158	18.810	123	11.656	71	17.520	148	27.535	114
1935	104.272	127	47.871	135	41.098	205	23.120	151	13.336	81	13.693	116	41.232	141
1936	141.706	172	49.730	140	45.432	227	20.975	137	17.242	105	16.874	142	34.554	143
1937	172.020	209	74.587	211	52.307	261	27.108	178	18.769	115	31.041	262	39.672	164
1938	171.723	208	82.536	233	55.617	278	28.823	189	27.990	171	31.562	266	44.213	183
1939	195.575	237	68.412	193	57.379	286	29.089	191	26.432	161	21.060	178	26.081	108
1940	228.444	277	81.341	230	58.297	291	36.478	239	34.421	210	13.238	112	30.503	126

Fonte: D.E.E.-MG, Exportação do Estado de Minas Gerais, 1940. BH, Impr.Of., 1946.

QUADRO III - 19

Valor de exportação dos minerais e seus produtos na década dos 30 em Minas Gerais

Base - 1931 = 100

Anos	Ferro e seus artef.		Minério de Ferro		Minério de Manganês		Ouro		Pedras Coradas		Ped.Prec.-Diamantes	
	Contos	Índice	Contos	Índ.	Contos	Índ.	contos	índ.	Contos	Índ.	Contos	Índ.
1931	7.694	100	-	-	5.592	100	36.989	100	110	100	978	100
1932	9.799	127	750	100	1.319	24	39.822	91	123	112	524	54
1933	12.297	160	2.773	370	813	15	31.798	86	52	47	455	47
1934	17.837	232	3.320	443	430	8	56.680	153	229	208	481	49
1935	40.467	528	7.938	1.058	1.538	27	81.340	220	557	506	396	40
1936	32.654	424	17.825	2.350	12.916	231	84.954	230	1.034	940	665	68
1937	62.604	814	13.588	1.811	19.974	357	80.031	216	1.028	934	342	96
1938	60.395	785	27.862	3.715	21.200	379	98.003	265	1.042	947	1.700	174
1939	88.792	1.154	25.888	3.452	17.310	309	118.663	321	13.762	12.510	16.133	1.650
1940	124.117	1.613	20.363	2.715	27.328	489	121.986	330	20.125	18.295	27.078	2.769

Fonte: D.E.E.-MG - Exportação do Estado de Minas Gerais, 1940. BH, Imp.Of., 1946.

QUADRO III - 20

Participação percentual do total dos depósitos à vista dos principais sistemas bancários estaduais sobre o total geral do país (1930 - 1945)

Anos	Distrito Federal		São Paulo		Minas Gerais		R. Grande do Sul		Soma
	%	Colocação	%	Coloc.	%	Coloc.	%	Coloc.	
1930	34,65	1º	33,37	2º	4,53	4º	15,12	3º	87,67
1931	39,85	1º	29,80	2º	4,52	4º	13,09	3º	87,26
1932	36,51	1º	35,64	2º	4,44	4º	11,37	3º	87,96
1933	38,58	1º	32,00	2º	4,15	4º	11,39	3º	86,12
1934	37,06	1º	34,46	2º	4,14	4º	10,00	3º	85,66
1935	36,19	1º	33,17	2º	4,87	4º	10,98	3º	85,21
1936	34,51	1º	32,85	2º	5,32	4º	12,26	3º	84,94
1937	34,83	1º	30,10	2º	6,47	4º	13,64	3º	85,04
1938	42,02	1º	30,09	2º	5,48	4º	9,58	3º	87,17
1939	41,78	1º	34,16	2º	5,70	3º	4,95	4º	86,59
1940	42,03	1º	32,73	2º	6,07	3º	4,73	4º	85,56
1941	42,54	1º	31,75	2º	6,31	3º	4,58	4º	85,18
1942	41,90	1º	31,24	2º	7,20	3º	4,40	4º	84,74
1943	44,96	1º	30,50	2º	7,03	3º	2,98	4º	85,47
1944	37,15	1º	35,33	2º	8,15	3º	3,85	4º	84,48
1945	37,10	1º	36,21	2º	8,25	3º	3,42	4º	84,98

Fonte: a mesma do Quadro 36, do qual é complementar (Levy, Maria Bárbara).

Quadro III - 21

Desenvolvimento bancário em Minas Gerais no período 1930-1945

Base - 1930=100

(valores em fim de ano)

ANOS	EXERCÍCIOS				DEPÓSITOS				C/D (3) (1) (2)	C/D em Moeda Corrente	Escalão 1930 100 =	
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo					
	1.000.000	Índice	1.000.000	Índice	1.000.000	Índice	1.000.000	Índice				
1930	100	100	78	100	147	100	116	100	56	104,7	40	15,3
1931	141	71	93	119	178	121	108	91	286	61,5	47	16,4
1932	133	92	74	95	223	158	112	96	344	75,1	52	15,0
1933	212	107	130	157	256	180	136	117	342	100,0	43	12,5
1934	224	126	165	211	273	198	151	130	384	102,7	47	12,3
1935	263	133	180	231	287	202	158	136	456	104,2	47	11,1
1936	307	155	207	265	313	216	177	153	451	103,9	64	12,9
1937	401	202	320	410	417	294	217	217	604	116,6	82	17,7
1938	526	265	375	481	517	352	313	279	279	168,5	102	12,4
1939	648	327	439	553	611	418	396	330	457	121,3	103	11,7
1940	706	356	477	586	671	458	430	376	1.010	115,2	114	11,3
1941	871	440	625	676	685	473	547	471	1.242	125,1	138	13,4
1942	916	463	673	719	1.000	711	521	519	1.631	105,8	135	11,5
1943	1.507	761	1.019	1.306	1.007	1.006	681	499	2.478	104,3	254	15,2
1944	2.233	1.126	1.619	2.107	2.279	1.546	1.253	1.289	3.131	111,6	342	9,7
1945	2.354	1.200	2.490	2.112	2.536	1.725	1.561	1.449	4.217	109,6	392	9,2

Fonte: S.A.E.F.-MG, Movimento Bancário, RJ, s/ed., vários números.

QUADRO III - 22

MOVIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE FONDOS ENTRE A CAPITAL E O INTERIOR DE MINAS GERAIS

ANOS	Lilhões antigos				1928/1946 (31-12)			
	C A P I T A L				I N T E R I O R			
	E	D	D (%) Capital/ Estado	E (%) Capital/ Estado	E	D	D (%) Interior/ Estado	E (%) Interior/ Estado
1928	77	76	24	99	231	252	76	92
1929	82	84	28	96	242	221	72	109
1930	87	81	31	107	189	182	69	104
1931	65	71	18	92	169	215	82	79
1932	79	94	27	84	180	250	73	72
1933	133	95	28	140	209	247	72	65
1934	166	105	27	160	227	279	73	81
1935	207	123	29	168	237	303	71	78
1936	241	132	27	183	273	362	73	75
1937	328	150	19	252	481	564	80	86
1938	337	202	24	167	564	628	36	89
1939	374	198	22	189	713	699	76	102
1940	408	239	24	171	785	771	76	96
1941	557	283	23	145	997	959	77	104
1942	643	444	26	145	1.246	1.247	74	92
1943	908	610	25	149	1.678	2.926	75	57
1944	1.192	975	28	122	2.860	2.579	72	111
1945	1.569	1.125	26	141	3.478	3.102	74	112
1946	1.941	1.359	28	143	3.642	3.575	72	102
1947	2.208	1.368	27	161	3.521	3.727	73	95
1948	2.583	1.486	26	174	3.441	3.886	72	89
1949	3.055	1.589	25	192	3.941	4.665	75	84

FONTE: D.E.E. Síntese Estatística de Minas Gerais (Julho de 1949). BH, s/ed. 1949, pp.111/116

NOTA: E: Total de Empréstimos; D: Total de Depósitos à Vista e à Curto Prazo.

QUADRO III.23

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS DEPÓSITOS À VISTA DOS BANCOS
ESTRANGEIROS SOBRE O TOTAL DO ESTADO NO "PERÍODO VARGAS"

ANOS	DISTRITO FEDERAL	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	RIO GRANDE DO SUL
1930	40,20	21,14	4,64	5,05
1931	31,80	32,79	4,28	5,58
1932	30,56	28,90	3,16	5,46
1933	31,96	24,60	1,74	5,07
1934	22,81	26,32	1,47	4,94
1935	25,18	26,70	1,51	5,27
1936	23,77	25,50	1,02	3,24
1937	23,42	25,14	1,18	3,02
1938	15,57	20,65	1,16	2,36
1939	18,61	25,04	0,99	4,98
1940	18,07	21,33	0,73	4,23
1941	16,04	19,60	0,62	3,36
1942	12,26	14,44	0,34	2,63
1943	11,10	12,38	0,26	2,12
1944	9,36	11,24	0,22	1,97
1945	10,21	12,22	0,21	1,92

Fonte: LEVY, M.B., op.cit., Tabelas F. 15, F. 16, F. 19 e F. 20 do Anexo Estatístico.

QUADRO III-24

Relação nominal dos bancos em funcionamento em M.Gerais
segundo a data de inauguração

1925-1935-1937-1946

Data de inaug.	ESTABELECIMENTOS	Sede da Matriz	Número de Estabelecimentos					
			1925 (1)	1935 (2)	1937 (3)	1944 (4)	1945 (4)	1946 (4)
	BANCOS MINEIROS							
1889	Crédito Real de Minas Gerais	Juiz de Fora	17	24	26	45	45	47
1909	Guaxupé	Guaxupé	1
1911	Hypothecário e Agrícola de MG	Belo Horizonte	21	28	28	37	37	42
1914	Comércio e Lavoura de Muzambinho	Muzambinho	1	1	1
1917	Santaritense	S.Rita do Sapucaí	4	5
1918	Comercial de Alfenas	Alfenas	3	1	4
1919	Monte Santo	Monte Santo	1	1	1	1	...	1
1920	Paraguassu	Paraguassu	1	1	1
1922	Machadense	Machado	2	2	2
1923	Comércio e Indústria de MG	B.Horizonte	3	25	29	45	45	29
1924	Arceburgo	Arceburgo	1
	Cabo Verde	Cabo Verde	1
	Comercial de MG	Carangola	1	1	1
	Miraf	Miraf	1	1	1	1	1	1
	Popular Sul de Minas	S.Rita do Sapucaí	1	...	1
	Comercial e Agrícola de S.S.Paraiso	S.Sebast.do Paraiso	2
1925	Lavoura de MG	B.Horizonte	1	...	16	43	51	56
	Oeste de MG	Ponte Nova	1
	Rural de S.Tiago	S.Tiago	1
	Agrícola de 7 Lagoas	Sete Lagoas	1	1	...	1
	Comercial e Agrícola de Varginha	Varginha	1	4	4
1928	Mineiro	Visconde do R.Branco	1	1	1	1	1	1
	Pontenovense Ltda.	Ponte Nova	1
1931	Agrícola de 7 Lagoas	Sete Lagoas	...	1	1	1	1	1
1933	Rio Preto	Rio Preto	1
1934	Mineiro da Produção	B.Horizonte	15	47	51	56
1935	Triângulo Mineiro	Uberaba	...	1	1	3	3	1
1936	Abasté	Abasté	1
	Contiço Izmao Soc.Ltda.	B.Horizonte	1	1	1
	Mercantil e Agrícola de MG	Cataguases	1
1937	Minas Gerais (ex-Crédito Predial)	B.Horizonte	1	18	32	38
1939	Ribeiro Junqueira	Leopoldina	5	5	8
1940	Moreira Salles	Poços de Caldas	13	13	14
1941	Comercial e Agrícola de MG	Lagoa Dourada	1
	Mercantil de M.Gerais	Curvelo	4
1942	Belo Horizonte	B.Horizonte	1	1	1
	Comercial Mineiro	B.Horizonte
	Crédito Rural	Paracetú	1	1	1
1943	Crédito Brasileiro	B.Horizonte	1
	Crédito e Comércio de MG	B.Horizonte	5	23	28
	Financeira da Produção	B.Horizonte	1	1	3
	Industrial de MG	B.Horizonte	9	10	24
	Popular de Minas Gerais	B.Horizonte	1	1	1
1944	Crédito Mútuo de MG	B.Horizonte	1	4	3
	Meridional de MG	B.Horizonte	1	...	4
	Nacional de Minas Gerais	B.Horizonte	1	3	7
	Uberlândia	Uberlândia	1	1	1
s/d	Campanha	Campanha	1
	Pouso Alegre	Pouso Alegre	3
	Sul de Minas	Varginha	3
	Itajubá	Itajubá	...	5	5	13	13	16
	BANCOS C/SEDE EM OUTROS ESTADOS							
1916	Brasil	R.Janeiro	10	...	10	35	36	35
1918	Pelotense	Pelotas	5
1923	Comércio e Indústria de S.Paulo	S.Paulo	1	...	1	1
1889	São Paulo	S.Paulo	1	...	2	...	1	1
1937	Almeida Magalhães	R.Janeiro	1	1	1
1919	Distrito Federal	R.Janeiro	8	9	9
1944	Itaú	S.Paulo	2	3	4
1943	Nacional da Produção	S.Paulo	2	3	5
1942	União Mercantil	R.Janeiro	1	1	1
1943	Industrial Brasileiro	R.Janeiro	6	14	13
	BANCOS ESTRANGEIROS							
1862	Bank of London & South America Ltd.	Londres	2	1
s/d	Banca Francesa e Italiana p/ A.S.	1

Fonte: (1) Anuário Estatístico de MG, ano II, 1922/23; (2) Síntese Estatística de MG, nº 1, 1936; (3) Idem, nº 3, 1938; (4) Boletim do D.E.E., nº 35, 1947.

QUADRO III.25

EMPRÉSTIMOS DO BANCO DO BRASIL SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS (1939-1945)

Saldos de fim-de-ano - em milhões de cruzeiros

ATIVIDADES ECONÔMICAS	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
AGRICULTURA, INDÚSTRIA FLORESTAL E MINERAÇÃO	278	482	754	1.183	1.340	2.998	5.172
Pecuária	58	190	357	571	708	1.988	3.500
Açúcar e Alcool	67	70	86	104	149	269	336
Cereais	28	47	63	84	126	138	218
Café	67	76	94	159	125	170	212
Algodão	17	31	65	148	124	284	648
Carnes	12	17	23	11	26	48	65
Plantas e frutas oleaginosas	2	8	4	9	15	14	22
Cacau	10	11	11	16	10	-	-
Outros Produtos	17	32	45	81	57	(1) 87	(1) 191
INDÚSTRIA MANUFATUREIRA	242	292	362	424	676	1.317	1.377
INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	167	216	234	248	250	249	65
INDÚSTRIA DOS TRANSPORTES	102	103	239	184	154	163	287
COMÉRCIO	398	523	664	719	716	1.191	1.657
OUTROS EMPRÉSTIMOS	65	76	117	126	162	219	272
TOTAL	1.232	1.692	2.370	2.884	3.298	6.137	8.830

Fonte: Banco do Brasil S.A., Relatório de 1943 e de 1946 apud CARVALHO, F.. A Inflação Brasileira.

O Observador - CXXXIII, p.33

(1) inclusive o item "cacau"

Nota: No quinquênio de 1942-46 81% dos créditos concedidos à agricultura e a indústria extrativa vegetal foram destinados apenas a 3 produtos: Algodão: 53%; Arroz: 11%; Café: 17% - os empréstimos da CREA representavam de 1943 a 1946 mais de 50% do total do Banco do Brasil.

QUADRO IV - 1

TAXAS DE JUROS EFETIVAS SOBRE AS OPERAÇÕES DOS BANCOS COMERCIAIS NO BRASIL (1952-1964)

A N O S	TAXA EFETIVA DOS JUROS NOMINAIS		Alterações dos índices de preços por atacado (excl. café)	Alterações dos índices do custo de vida (GB)	TAXAS DE JUROS EFETIVAS DEFLACIONADAS PELO ÍNDI CE DE PREÇOS POR ATACA- DO		TAXAS DE JUROS EFETIVAS DEFLACIONADAS PELO ÍNDI- CE DE CUSTO DE VIDA	
	em empréstimos	em depósitos			sobre empréstimos	sobre depósitos	sobre empréstimos	sobre depósitos
1952	14,1	4,4	13,1	20,8	+ 0,9	- 7,7	- 5,5	- 13,6
1953	13,0	4,7	18,9	16,1	- 5,0	-11,9	- 2,7	- 9,8
1954	13,0	4,9	22,1	25,9	- 7,5	-14,1	-10,2	- 16,7
1955	13,8	4,4	15,9	19,1	- 1,8	-10,9	- 4,5	- 12,3
1956	14,5	4,2	26,3	22,2	- 9,3	-17,5	- 6,3	- 14,7
1957	15,1	4,2	3,5	13,1	+11,1	+ 0,7	+ 1,8	- 7,9
1958	16,0	4,7	35,9	17,4	-14,6	-23,0	- 1,2	- 10,8
1959	17,5	4,0	35,6	51,7	-13,3	-23,3	-22,5	- 31,4
1960	18,6	4,0	34,5	23,8	-11,8	-22,7	- 4,2	- 16,0
1961	18,2	4,0	53,3	43,3	-22,9	-32,2	-17,5	- 27,4
1962	21,0	4,0	45,7	55,2	-17,0	-28,8	-22,0	- 33,1
1963	27,5	3,8	83,1	80,6	-30,4	-43,4	-29,4	- 42,6
1964	33,2	3,6	84,1	86,6	-27,6	-43,7	-28,6	- 44,5

FONTE: Análise de uma amostra dos Bancos Comerciais por CHRISTOFFERSEN, Leif E. - R.B.E. , RJ, V. 23 (2), pp. 05/34, abril/junho 1969.

OBS.: As taxas de juros real efetivas são derivadas da fórmula:

$$i_r = \frac{100 + i_o}{100 + d} - 1$$

onde: i_r = taxa real

i_o = taxa nominal.

d = aumento do índice no período

OBS.: As taxas efetivas foram obtidas dividindo as receitas provenientes de juros e comissões pelo saldo médio de empréstimos a vencer no período.

QUADRO IV - 2

DEPÓSITOS À VISTA NO BRASIL - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - "PERÍODO SUMOC"

ANOS	TOTAL GERAL	BANCOS NACIONAIS			BANCOS ESTRANGEIROS	
		TOTAL	BANCO DO BRASIL	OUTROS BANCOS NACIONAIS		CASAS BANCÁRIAS
1946	100,00	92,03	34,57	55,68	1,78	7,96
1947	100,00	90,05	35,97	52,36	1,72	9,94
1948	100,00	90,30	36,73	51,77	1,79	9,70
1949	100,00	91,13	31,89	57,31	1,93	8,86
1950	100,00	91,49	31,65	58,33	1,50	8,50
1951	100,00	93,58	39,22	52,99	1,37	6,42
1952	100,00	92,46	44,82	47,22	1,24	6,72
1953	100,00	94,54	43,44	49,69	1,41	5,45
1954	100,00	96,07	45,05	49,85	1,16	3,93
1955	100,00	96,07	45,64	49,52	0,91	3,93
1956	100,00	96,57	46,72	49,05	0,80	3,48
1957	100,00	96,56	45,28	50,60	0,68	3,44
1958	100,00	96,07	37,96	57,70	0,41	3,93
1959	100,00	96,43	35,02	61,13	0,28	3,57
1960	100,00	96,79	37,64	58,89	0,26	3,18
1961	100,00	97,15	45,65	51,27	0,23	2,85
1962	100,00	97,74	50,69	46,92	0,13	2,26
1963	100,00	97,67	48,53	49,04	0,09	2,33
1964	100,00	98,24	59,72	38,46	0,05	0,18

Fonte: M.B. - M.F.

QUADRO IV-3

NÚMERO DE PRAÇAS BANCÁRIAS SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
1956/59 - 1964 (dezembro)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	1956	1957	1958	1959	1964
RONDONIA	2	2	2	2	2
ACRE	4	5	5	5	5
AMAZONAS	6	7	7	7	8
RIO BRANCO	1	1	1	1	1
PARÁ	14	15	15	15	15
AMAPÁ	1	1	1	1	1
MARANHÃO	8	8	8	8	18
PIAUI	9	9	9	10	15
CEARÁ	16	16	16	17	25
RIO GRANDE DO NORTE	7	7	7	7	10
PARAÍBA	11	11	11	11	16
PERNAMBUCO	15	15	14	17	29
ALAGOAS	9	9	9	9	12
SERGIPE	8	8	8	9	12
BAHIA	65	67	68	69	106
MINAS GERAIS	310	311	312	314	301
ESPÍRITO SANTO	20	22	23	23	35
RIO DE JANEIRO	58	66	67	67	91
GUANABARA	1	1	1	1	1
SÃO PAULO	274	295	305	328	409
PARANÁ	109	115	119	124	184
SANTA CATARINA	55	55	56	56	69
RIO GRANDE DO SUL	155	157	157	160	181
MATO GROSSO	15	15	14	16	41
GOIÁS	22	23	23	24	50
BRASÍLIA (D.F.)	-	1	1	1	1
BRASIL	1195	1242	1259	1302	1638

FONTE: M.B. - M. F.

QUADRO IV - 4

PRINCIPAIS PRAÇAS BANCÁRIAS EM MINAS GERAIS EM 1956

PRAÇA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS	DEPÓSITOS À VISTA (Cr\$ 1.000)
BELO HORIZONTE	21	5.321.654
JUIZ DE FORA	12	740.244
UBERLÂNDIA	10	320.689
UBERABA	10	306.110
GOVERNADOR VALADARES	8	168.924
POÇOS DE CALDA	5	168.454
MONTES CLAROS	8	153.610
VARGINHA	7	148.018
ITAJUBÁ	6	145.698
BARBACENA	7	140.458
TEÓFILO OTONI	5	134.472
CARATINGA	8	129.739
PONTE NOVA	8	121.145
UBÁ	7	114.912
SÃO JOÃO DEL REI	7	111.775
MINAS GERAIS	776	14.153.619

FONTE: MB-MF

QUADRO IV - 5

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO TOTAL DOS DEPÓSITOS À VISTA DOS PRINCIPAIS SISTEMAS BANCÁRIOS ESTADUAIS
SOBRE O TOTAL GERAL DO PAÍS - 1946/64

ANOS	DISTRITO FEDERAL*		SÃO PAULO		MINAS GERAIS		RIO GRANDE DO SUL		SOMA
	%	Colocação	%	Colocação	%	Colocação	%	Colocação	
1946	36,06	2º	36,40	1º	8,65	3º	3,49	4º	84,60
1947	38,79	1º	33,83	2º	8,50	3º	3,90	4º	85,02
1948	39,43	1º	31,89	2º	8,26	3º	4,06	4º	83,64
1949		8,74	3º	...		
1950	39,32	1º	33,58	2º	7,48	3º	3,55	4º	83,93
1951	42,08	1º	33,04	2º	6,94	3º	3,61	4º	85,67
1952	42,26	1º	34,22	2º	5,62	3º	4,19	4º	86,29
1953	44,39	1º	30,49	2º	6,73	3º	4,33	4º	85,94
1954	45,82	1º	29,44	2º	6,91	3º	3,99	4º	86,16
1955	46,99	1º	29,19	2º	6,53	3º	3,56	4º	86,27
1956	47,92	1º	28,11	2º	5,95	3º	3,72	4º	85,70
1957	46,43	1º	29,10	2º	6,31	3º	3,61	4º	85,45
1958	41,29	1º	31,90	2º	6,96	3º	3,85	4º	84,00
1959	36,90	1º	35,08	2º	6,85	3º	3,75	4º	82,58
1960	23,70	2º	33,01	1º	6,79	3º	3,79	4º	67,29
1961	25,23	2º	30,55	1º	6,21	3º	4,00	4º	65,99
1962	21,60	2º	30,81	1º	5,20	3º	3,85	4º	61,46
1963	22,60	2º	30,20	1º	4,81	3º	3,22	4º	60,83
1964	17,04	2º	22,07	1º	3,92	3º	2,67	4º	45,70

Fonte: M.B. - M.F.

* GUANABARA, a partir de 1959.

DEPOSITOS A VISTA NO DISTRITO FEDERAL (GUANABARA) - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL -
"PERÍODO SUMOC"

ANOS	TOTAL GERAL	BANCO NACIONAL						BANCOS ESTRANEIROS
		TOTAL	BANCO DO BRASIL	OUTROS BANCOS NACIONAIS	CASAS BANCARIAS	BANCOS ESTRANEIROS		
1946	100,00	90,71	9,30	
1947	100,00	89,90	11,10	
1948	100,00	89,62	10,38	
1949	
1950	100,00	90,36	47,49	42,14	0,73	...	9,62	
1951	100,00	93,60	59,92	33,11	0,54	...	6,32	
1952	100,00	93,08	64,03	28,50	0,44	...	6,32	
1953	100,00	94,70	66,06	20,26	0,37	...	5,30	
1954	100,00	96,51	69,93	26,26	0,32	...	3,49	
1955	100,00	97,69	72,10	24,23	0,26	...	2,79	
1956	100,00	96,67	73,42	23,23	0,22	...	3,12	
1957	100,00	96,90	72,04	24,66	0,19	...	3,10	
1958	100,00	96,28	63,93	32,11	0,23	...	3,72	
1959	100,00	96,32	62,07	34,09	0,15	...	3,68	
1960	100,00	94,75	42,41	52,04	0,30	...	5,23	
1961	100,00	95,19	53,43	41,56	0,20	...	4,80	
1962	100,00	95,94	51,82	44,06	0,66	...	4,06	
1963	100,00	95,90	51,25	44,66	0,06	...	4,02	
1964	100,00	95,78	49,00	46,75	0,04	...	4,21	

FONTE: M.S. - N.F.

QUADRO IV - 7

DEPÓSITOS À VISTA EM MINAS GERAIS - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - "PERÍODO SUMOC"

ANOS	TOTAL GERAL	BANCOS NACIONAIS				BANCOS ESTRANGEIROS
		TOTAL	BANCO DO BRASIL	OUTROS BANCOS NACIONAIS	CASAS BANCÁRIAS	
1946	100,00	99,79	14,04	84,95	0,79	0,17
1947	100,00	99,69	13,00	85,84	0,85	0,31
1948	100,00	99,73	13,39	85,69	0,65	0,26
1949	100,00	99,70	12,29	86,77	0,61	0,32
1950	100,00	99,71	12,00	87,08	0,63	0,30
1951	100,00	99,83	12,28	86,93	0,60	0,17
1952	100,00	99,82	15,52	83,62	0,67	0,19
1953	100,00	99,72	12,73	86,40	0,58	0,28
1954	100,00	99,27	14,78	84,22	0,27	0,17
1955	100,00	99,85	15,84	83,66	0,35	0,15
1956	100,00	99,82	17,63	81,94	0,24	0,18
1957	100,00	99,83	18,86	80,80	0,18	0,17
1958	100,00	99,74	15,16	84,42	0,16	0,26
1959	100,00	99,71	14,26	85,31	0,13	0,29
1960	100,00	99,43	16,73	82,50	0,09	0,67
1961	100,00	99,37	19,80	79,24	0,04	0,63
1962	100,00	99,06	19,17	79,87	0,02	0,94
1963	100,00	99,05	17,70	81,35	...	0,95
1964	100,00	99,02	19,06	79,95	...	0,98

QUADRO IV - 8

DEPÓSITOS À VISTA EM SÃO PAULO - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - "PERÍODO SUMOC"

ANOS	TOTAL GERAL	BANCOS NACIONAIS			BANCOS ESTRANGEIROS	
		TOTAL	BANCO DO BRASIL	OUTROS BANCOS NACIONAIS		CASAS BANCÁRIAS
1946	100,00	90,09	9,91	
1947	100,00	86,47	13,53	
1948	100,00	86,09	13,91	
1949	
1950	100,00	89,05	18,62	68,17	2,27	10,95
1951	100,00	90,97	22,82	65,78	2,36	9,03
1952	100,00	90,91	30,43	58,23	2,24	9,09
1953	100,00	91,92	24,01	64,82	3,07	8,09
1954	100,00	93,63	21,05	69,93	2,65	6,36
1955	100,00	93,44	19,13	72,26	2,04	6,55
1956	100,00	94,56	17,81	74,97	1,78	5,43
1957	100,00	94,31	18,97	73,90	1,44	5,69
1958	100,00	93,80	17,32	75,87	0,60	6,20
1959	100,00	94,76	17,64	76,76	0,36	5,23
1960	100,00	95,17	17,91	76,94	0,31	4,83
1961	100,00	95,75	24,17	71,30	0,28	4,25
1962	100,00	96,52	30,02	66,29	0,21	3,48
1963	100,00	96,33	23,04	73,10	0,19	3,67
1964	100,00	96,24	18,50	77,12	0,15	3,76

QUADRO IV - 9

DEPÓSITOS À VISTA NO RIO GRANDE DO SUL - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL - "PERÍODO SUVOC"

ANOS	BANCOS NACIONAIS						BANKS ESTRANGEIROS
	TOTAL GERAL	TOTAL	BANCO DO BRASIL	OUTROS BANCOS NACIONAIS	CASAS BANCARIAS	BANKS ESTRANGEIROS	
1946	100,00	98,12	1,88
1947	100,00	97,61	2,39
1948	100,00	96,82	3,18
1949
1950	100,00	95,50	24,96	70,08	0,43	..	4,49
1951	100,00	96,31	32,19	64,21	0,42	..	3,29
1952	100,00	96,38	37,67	58,62	0,37	..	3,12
1953	100,00	97,01	29,10	67,56	0,35	..	2,97
1954	100,00	97,27	30,19	66,80	0,37	..	2,72
1955	100,00	97,35	27,32	69,75	0,37	..	2,65
1956	100,00	96,93	24,96	71,55	0,41	..	3,08
1957	100,00	97,31	23,50	73,60	0,42	..	2,69
1958	100,00	96,84	32,40	74,05	0,38	..	3,16
1959	100,00	97,20	30,41	75,45	0,34	..	2,80
1960	100,00	97,74	25,22	72,22	0,30	..	2,25
1961	100,00	98,00	27,86	69,67	0,26	..	2,00
1962	100,00	98,23	31,45	66,77	1,77
1963	100,00	97,44	27,64	70,16	2,00
1964	100,00	98,53	31,00	63,64	1,36

FONTE: M.B. - M.F.

QUADRO IV - 10

AGÊNCIAS ESTRANGEIRAS NOS PRINCIPAIS CENTROS FINANCEIROS

1948/1964

ANOS	DISTRITO FEDERAL	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	RIO GRANDE DO SUL	B R A S I L
1948	10	15	1	3	42
1949	10	15	1	3	42
1950	9	15	1	3	42
1951	-	-	-	-	-
1952	10	15	1	3	43
1953	-	-	-	-	-
1954	6	15	1	4	37
1955	-	-	-	-	-
1956	7	14	1	3	35
1957	7	14	1	3	35
1958	7	15	1	3	36
1959	7	15	2	3	39
1960	8	16	2	3	41
1961	8	17	2	3	43
1962	8	17	2	3	44
1963	-	-	-	-	-
1964	8	17	2	3	44

Fonte: M.B. - M.F.

QUADRO IV - II

EMPRÉSTIMOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DOS DEPÓSITOS NOS PRINCIPAIS SISTEMAS BANCÁRIOS ESTADUAIS E DO FEDERAL
1950 - 1964

ANOS	BRASIL		MINISTÉRIO FEDERAL*		EST. SÃO PAULO		MINAS GERAIS		RIO GRANDE DO SUL		BANCOS NACIONAIS	
	TOTAL	BANCO DO BRASIL	TOTAL	BANCO DO BRASIL	TOTAL	BANCO DO BRASIL	TOTAL	BANCO DO BRASIL	TOTAL	BANCO DO BRASIL	TOTAL	BANCO DO BRASIL
1950	107,1	137,4	113,1	141,3	100,6	108,8	107,9	238,3	107,1	188,6	159,1	91,4
1951	98,9	118,7	83,8	87,7	98,5	142,3	115,9	339,7	148,4	237,9	148,3	92,5
1952	96,2	108,3	76,2	74,2	94,0	114,3	122,3	396,3	134,0	183,9	110,6	97,0
1953	107,1	131,0	85,6	86,7	113,6	144,2	122,9	443,5	114,5	246,6	110,3	93,3
1954	111,1	144,3	83,1	76,3	111,0	309,2	136,1	437,2	178,2	378,4	111,1	93,6
1955	126,8	129,2	67,4	59,5	119,3	307,8	134,8	403,8	212,3	523,3	113,0	93,2
1956	110,6	135,4	82,8	80,4	129,5	328,4	139,6	561,0	206,4	512,3	119,0	96,7
1957	108,8	130,8	91,0	98,0	113,5	253,6	118,5	728,4	186,3	477,4	107,0	83,9
1958	124,1	160,3	92,4	103,9	115,1	260,4	122,9	358,4	191,9	515,8	104,3	85,9
1959	95,2	130,5	79,2	89,5	91,7	169,8	113,0	308,7	172,1	542,4	107,9	83,9
1960	102,0	143,8	62,9	46,8	98,0	159,6	109,4	233,2	207,0	536,6	103,0	82,6
1961	108,0	147,9	50,1	36,1	85,6	197,3	102,6	197,3	160,0	342,3	92,4	80,3
1962	100,9	129,3	41,7	26,1	77,1	84,8	108,8	235,6	148,1	282,3	85,1	79,8
1963	103,7	140,8	80,3	23,4	80,3	119,9	108,1	239,6	172,9	395,0	96,5	77,3
1964	104,0	126,7	60,6	23,3	89,5	177,3	105,9	208,2	173,2	365,1	91,4	82,1

Fonte: M.B. - M.F.
Obs.: Guanhava a partir de 1959 - essas duas instituições são inferiores à edição brasileira (i.e. perda líquida de fundos).

QUADRO IV - 12

MINAS GERAIS

FLUXO DE FUNDOS BANCÁRIOS: INTERIORE E OUTROS ESTADOS A BELO HORIZONTE
(1948 - 1952)

ANOS	FUNDOS RECEBIDOS POR BELO HORIZONTE PELOS BANCOS PRIVADOS E ESTADUAIS		FUNDOS ENVIADOS PELOS BANCOS PRIVADOS E ESTADUAIS A BELO HORIZONTE DE OUTROS ESTADOS		FUNDO VERIFICADO PELO BANCO DO BRASIL NO INTERIORE DE MINAS GERAIS E DOS ESTADOS LIGADOS COM OS BANCOS PRIVADOS DO INTERIORE
	Como % dos Depósitos das Bancos em B.H.	Como % dos Depósitos das Bancos no Interior	Como % dos Depósitos das Bancos em B.H.	Como % dos Depósitos das Bancos em B.H.	
1948	57	4,0	29	42	21
1949	62	4,4	14	20	23
1950	64	2,7	26	44	22
1951	54	3,6	34	48	36
1952	54	3,1	36	51	46

Fonte: BILLETOWSKY, S.A., Bancos e Acumulação de Capital na Indústria Brasileira - Uma Análise Introdutória (1950/1952), Brasília, Insperato de Negócios em Economia pela Unb, 1979, p.91

Nota: Cálculo baseado a taxa de aplicação média dos Bancos privados em todo o país sobre o valor dos depósitos em Belo Horizonte, verificando a diferença entre o resultado deste (que dá qual seja o valor dos empréstimos de Belo Horizonte fosse uma taxa baseada que o mesmo em a taxa de aplicação média do país) e o valor efetivo dos empréstimos dos bancos privados em Belo Horizonte. Quando o mesmo para o interior de Minas, verificamos qual o montante de recursos bancários transferidos daí para B.H. A diferença entre o primeiro e o segundo resultado dá o valor do recebimento de fundos de outros Estados por B.H.

QUADRO IV-13

Aplicações bancárias: participação percentual por atividades econômicas:
MG, SP e RS

1957 - 1965

ANOS	Comércio			Indústria			Lavoura			Pecuária			Outros*		
	MG	SP	RS	MG	SP	RS	MG	SP	RS	MG	SP	RS	MG	SP	RS
1957	27,7	29,5	24,2	25,8	40,8	31,2	12,2	11,4	22,0	9,1	2,2	8,7	25,2	16,1	15,9
1958	28,6	28,8	24,6	24,7	42,7	32,6	12,3	11,0	23,2	8,4	2,1	6,8	26,0	15,4	12,8
1959	28,0	27,5	21,8	26,1	45,0	29,6	12,3	9,3	28,8	8,1	1,8	6,7	25,5	16,4	13,1
1960	28,8	31,5	20,0	23,8	45,2	26,8	14,2	9,9	29,0	9,1	1,9	7,5	24,1	11,5	16,7
1961	29,9	30,6	20,4	25,3	45,3	29,8	14,7	11,7	31,0	8,2	1,6	7,5	21,9	10,8	11,3
1962	26,9	27,1	20,2	24,2	51,0	28,3	17,5	12,3	27,5	10,2	1,8	10,5	21,2	7,8	13,5
1963	23,4	27,0	18,2	27,5	46,5	29,1	22,5	16,1	29,1	9,3	1,5	9,5	17,3	8,9	14,1
1964	24,1	20,7	15,2	26,8	44,6	26,3	25,7	18,9	35,0	10,2	1,8	8,8	13,2	7,2	14,7
1965	24,1	22,1	16,0	26,0	48,6	29,4	26,6	17,9	32,4	6,7	1,4	6,1	16,6	10,0	16,1

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais-BDMG. Diagnóstico da Economia Mineira. BH, s/ed., 1968, VI, Serviços e Setor Público, p.64.

(*) Governo, Autarquias, Bancos e particulares.

QUADRO IV - 14

Índice de evolução das aplicações bancárias nas atividades econômicas
dos principais sistemas estaduais

(Dados originais inflacionados a preços de 1965 - Base: 1957 = 100)

ANOS	Comércio				Indústria				Lavoura				Pecuária				Governo			
	MG	GB	SP	RS	MG	GB	SP	RS	MG	GB	SP	RS	MG	GB	SP	RS	MG	GB	SP	RS
1957	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1958	114	105	103	104	106	112	112	107	111	128	102	108	103	92	99	104	100	75	87	76
1959	102	92	87	92	102	103	103	96	102	76	76	133	91	206	77	101	84	51	56	73
1960	108	102	112	100	96	100	116	105	122	57	91	160	105	114	89	136	74	2	40	130
1961	109	91	106	98	99	98	113	112	123	51	104	164	91	113	75	130	55	11	44	76
1962	106	86	95	103	102	102	130	112	157	103	112	154	124	91	85	193	58	6	20	100
1963	77	88	88	83	97	95	110	103	167	140	136	146	93	51	66	157	43	3	46	102
1964	75	65	65	69	89	82	102	93	181	88	155	176	97	66	76	145	22	9	106	111
1965	76	62	67	64	83	87	106	92	180	337	140	143	61	59	57	89	33	10	50	103

Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais-BDMG. Diagnóstico da Economia Mineira, BH, s/ed., 1968, VI, Serviços e Setor Público, pp. 56/63.

IMPACTOS DO BANCO DO BRASIL E DOS OUTROS BANCOS NACIONAIS AS ATIVIDADES ECONÔMICAS EM NÍVEL GERAL
1952 - 1964

C O N T A D	1952		1953		1954		1955		1956		1957		1958		1959		1960		1961		1962		1963		1964		
	BR	OUTROS																									
TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
de Gov. Federal	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
de Gov. Estaduais	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
de Gov. Municipais	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
de Bancos	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
de Caixa	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
de Instituição	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
de Leasura	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
de Fidejussão	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
de Participações	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200	200
de Gov. Federal	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
de Gov. Estaduais	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
de Gov. Municipais	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
de Bancos	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
de Caixa	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
de Instituição	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
de Leasura	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
de Fidejussão	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
de Participações	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20

TOTAL: 2.000,00 - R\$.
Obs.: Não são incluídos no total dos empréstimos as operações hipotecárias.

QUADRO IV-17

Índices do Produto Real de Minas Gerais (1949/60)

Base - 1949 = 100

Anos	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
1949	100	100	100	100
1950	102	108	105	104
1951	106	116	111	109
1952	99	117	114	107
1953	106	131	122	115
1954	112	135	129	121
1955	121	145	137	130
1956	113	167	143	131
1957	131	179	154	146
1958	131	204	162	153
1959	134	229	172	161
1960	146	248	186	175

Fonte: R.B.E., setembro de 1962

QUADRO IV-18

Composição setorial do produto real de Minas Gerais
1949/1960

em %

Anos	Agricultura	Indústria	Serviços
1949	49,0	13,0	38,0
1950	48,5	13,5	38,0
1951	48,0	14,0	38,0
1952	45,5	14,5	40,0
1953	45,0	15,0	40,0
1954	45,5	14,5	40,0
1955	45,5	14,5	40,0
1956	42,5	16,5	41,0
1957	44,0	16,0	40,0
1958	42,0	17,5	40,5
1959	41,0	18,5	40,5
1960	41,0	18,5	40,5

Fonte: F.G.V.

QUADRO IV - 18

Participação percentual de produção e área cultivada dos principais produtos agrícolas de M. Gerais no total do Brasil (1950-1964)

ANOS	Algodão		Arroz		Cana		Feijão		Mandioca		Milho		Café	
	Produção	Área de Cultivo	Produção	Área Cult.										
1950	3,2	2,7	21,1	31,0	13,2	14,8	22,7	22,8	10,6	8,5	23,2	21,3	20,2	22,5
1951	4,4	2,6	21,6	25,4	13,9	15,6	23,3	22,0	11,6	8,8	23,5	21,7	21,2	22,1
1952	3,9	3,0	19,9	24,8	13,5	15,2	21,6	23,9	10,7	8,3	23,2	21,2	15,7	21,5
1953	4,8	3,3	21,0	25,0	13,8	15,3	22,2	22,4	10,2	8,0	22,4	20,9	21,4	21,4
1954	3,8	2,9	16,1	24,8	12,6	14,8	18,9	21,0	10,0	7,8	19,5	20,0	22,2	21,8
1955	4,3	4,2	16,7	22,8	12,3	14,3	20,3	20,5	9,4	7,5	22,3	20,5	19,8	20,7
1956	4,8	4,4	17,0	20,6	11,6	14,1	20,5	21,0	9,0	7,5	19,4	19,9	20,9	20,1
1957	5,2	4,5	17,9	20,8	11,1	13,7	21,3	21,8	10,0	8,4	22,1	20,3	16,6	19,4
1958	6,2	4,7	18,1	20,2	11,5	13,5	20,9	22,8	9,9	8,3	22,5	21,5	18,5	19,2
1959	4,6	3,8	17,0	19,8	10,4	13,1	16,6	20,3	9,3	7,4	19,7	19,7	12,4	18,4
1960	4,2	4,3	18,0	19,6	10,0	13,0	20,0	20,0	9,1	7,2	21,2	18,5	11,9	16,1
1961	4,4	4,8	17,1	18,9	9,9	12,8	16,1	19,0	8,8	7,0	20,5	19,8	12,2	18,3
1962	4,2	4,2	16,6	18,6	9,4	12,0	14,9	17,8	8,7	7,5	18,5	16,1	11,2	16,3
1963	4,2	4,7	13,0	16,0	7,5	11,0	11,6	15,2	7,0	6,5	18,0	17,8	13,6	17,6
1964	5,6	6,9	16,4	18,4	10,9	14,3	12,8	15,7	7,9	7,0	17,2	15,9	15,6	18,9

Fonte: Dados Brutos: IBGE.

QUADRO IV-20

Indústria de transformação de Minas Gerais - Posição relativa dos
vários ramos quanto ao valor de transformação industrial.

1949/1959

RAMOS	Minas/Brasil		Cada ramo/Total	
	1949	1959	1949	1959
MINERAIS NÃO METÁLICOS	7,0	9,0	7,6	10,2
METALÚRGICA	14,5	14,6	20,7	29,9
Mecânica	2,0	1,4	0,6	0,8
Material Elétrico e de Comunicações	0,7	1,6	0,1	1,1
Material de Transporte	2,1	0,9	0,7	1,1
Madeira	5,1	6,3	3,2	3,5
Mobiliário	3,7	4,2	1,2	1,6
Papel e Papelão	3,0	2,6	1,0	1,3
Borracha	0,0	0,5	0,0	0,2
Couros e Peles	8,7	9,4	1,7	1,7
Química	0,9	1,0	0,7	1,6
Produtos Farmacêuticos e Medicinais	1,3	1,0	0,5	0,4
Produtos de Perfumaria	2,1	1,3	0,5	0,3
Produtos de Matéria Plástica	-	0,0	-	0,0
TEXTIL	6,7	7,4	20,1	15,3
Vestuário e Calçado	5,1	3,5	3,3	2,2
PRODUTOS ALIMENTARES	10,1	7,7	31,7	22,1
Bebidas	13,4	3,7	2,3	1,8
Fumo	4,2	6,2	0,9	1,4
Editorial e Gráfica	3,3	4,0	2,0	2,1
Diversas	1,6	1,9	0,4	0,5
TOTAL	6,5	5,8	99,2	99,1

Fonte: Dados brutos: Anuários Estatísticos do Brasil.

QUADRO IV-21

Índice do Produto Real na Indústria de Minas Gerais (1949/50) Base: 1949=100

RAMOS	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
EXTRATIVA MINERAL	114	157	177	185	169	177	205	221	260	354	370
INDUSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	109	118	113	125	127	136	157	168	190	210	230
Materiais não metálicos	107	120	123	126	147	190	297	391	345	382	466
Metalúrgica	118	120	136	150	165	167	191	202	248	288	352
Mecânica	-	-	-	-	-	100	163	180	231	-	-
Material elétrico	-	-	-	-	-	100	180	169	230	-	-
Material Transportes	-	-	-	-	-	100	591	582	455	-	-
Madeira	96	101	109	108	108	110	113	133	148	171	202
Mobiliário	-	-	-	-	-	100	122	143	176	-	-
Papel e Papelão	100	118	118	121	127	122	148	159	178	168	187
Serragem	-	-	-	-	-	100	119	149	147	-	-
Couro	105	110	88	109	105	105	115	114	124	130	199
Química e Farmacêutica	104	145	132	131	135	130	176	187	227	240	215
Textil	104	100	105	120	116	123	125	123	139	123	132
Vestibário	-	-	-	-	-	100	101	109	110	-	-
Produtos Alimentares	105	108	96	111	107	120	108	125	134	148	155
Sideria	107	118	115	133	128	131	135	144	171	182	173
Fumo	-	-	-	-	-	100	151	171	111	-	-
Editorial e Gráfico	-	-	-	-	-	100	100	107	121	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	100	106	114	141	-	-
ENERGIA ELÉTRICA	106	117	140	186	179	174	268	275	226	254	370
CONSTRUÇÃO CIVIL	101	120	111	124	184	195	211	198	235	251	260
SETOR INDUSTRIAL	108	116	117	130	195	145	167	179	204	229	246

Fonte: FGV, apud BNMG, Diagnóstico da Economia Mineira, V. 5th, 9/ed., 1958, p. 18.

QUADRO V - 1

Número de colocações dos diversos bancos entre os 20 maiores do país
(1935/1984)

ANOS	ESTRANGEIROS	Todos os nacionais		BANCOS DE RIJAS GERAIS (a)		BANCOS DE S. PAULO (a)		BANCOS DA BAHIA (a)	
		Governamentais	Privados	(b)	(c)	(b)	(c)	(b)	(c)
1935	7	4	8	3	1	4	3	3	0
1936	6	4	10	3	2	5	4	4	0
1937	6	5	9	3	2	4	3	2	0
1938	7	5	9	4	2	4	3	2	1
1939	7	5	8	5	2	4	3	1	0
1940	8	5	7	4	2	4	3	0	1
1941	6	5	8	4	2	4	3	3	1
1942	4	5	11	4	3	5	2	3	1
1943	4	4	12	4	2	5	3	5	2
1944	5	5	12	5	3	5	3	6	3
1945	4	4	12	4	4	4	1	5	2
1946	4	5	11	5	4	5	1	4	2
1947	4	5	11	5	4	4	1	4	2
1948	5	5	13	5	4	5	3	4	1
1949	5	5	12	5	4	5	3	3	1
1950	5	5	14	5	5	7	4	2	1
1951	5	5	13	7	4	5	3	3	0
1952	5	5	13	7	5	7	4	2	1
1953	5	5	13	6	4	5	4	2	0
1954	5	5	13	5	4	5	3	2	0
1955	4	5	13	5	4	5	3	2	0
1956	4	5	13	7	5	5	4	2	0
1957	1	5	14	5	4	5	4	2	0
1958	1	5	14	5	4	7	4	2	0
1959	1	5	14	7	4	7	4	2	0
1960	1	5	14	5	4	7	4	2	0
1961	1	5	14	7	5	7	4	1	0
1962	1	5	13	5	5	7	4	1	0
1963	2	5	12	5	4	7	5	2	0
1964	2	5	12	5	4	7	4	1	0

Fonte: Situação dos Estab. Bancários no Brasil em 31.12. Revista Bancária do Brasil, RJ, s/ed., várias anos de 1935 a 1964.

(a) compreende bancos nacionais, tanto os privados como os do Governo. (b) entre os vinte maiores do país; (c) entre os dez maiores do país.

Colocação das usinas mineiras por ordem de volume de depósitos entre as
Bacias em funcionamento no Brasil (1935 - 1984)

ANOS	Arquiteto Brasil	Mineração e Agrícola	Comércio e Indústria	Lavoura	Minério de Produção	Minas Sociais	Deposito Saltes	Mercomtil	Nacional
1935	18*	10*	12*	26*
1936	17*	6*	8*	39*
1937	19*	10*	9*	22*
1938	18*	8*	7*	15*
1939	15*	9*	8*	18*	20*
1940	10*	15*	5*	17*	22*
1941	11*	10*	4*	18*
1942	8*	10*	3*	13*
1943	4*	13*	3*	14*
1944	4*	10*	3*	12*
1945	4*	8*	3*	8*
1946	3*	6*	5*	5*	70*
1947	3*	8*	8*	5*	18*	20*	20*
1948	3*	6*	6*	5*	20*	18*	18*
1949	3*	7*	6*	4*	17*	24*	12*	...	30*
1950	3*	11*	7*	5*	16*	23*	10*	...	27*
1951	4*	11*	7*	6*	18*	24*	18*	...	10*
1952	5*	15*	6*	6*	10*	22*	12*	...	20*
1953	4*	16*	8*	3*	17*	26*	10*	...	14*
1954
1955	4*	18*	7*	5*	15*	20*	5*	...	21*
1956	4*	17*	8*	3*	15*	22*	8*	...	3*
1957	4*	17*	11*	3*	15*	19*	6*	50*	5*
1958	5*	17*	11*	3*	13*	19*	7*	40*	4*
1959	5*	20*	11*	3*	13*	22*	7*	45*	4*
1960	5*	17*	9*	3*	13*	20*	5*	38*	4*
1961	7*	21*	8*	3*	13*	18*	5*	13*	4*
1962	5*	22*	10*	3*	11*	23*	7*	27*	4*
1963	5*	21*	11*	4*	13*	14*	8*	23*	5*
1964	5*	22*	14*	4*	12*	23*	8*	22*	5*

Fonte: Situação dos Estabelecimentos Benefícios no Brasil em 31 de dezembro. Revista Mensal do Brasil, RJ, n.º 40.

QUADRO V - 3

Colocação dos maiores bancos privados mineiros por ordem
de volume de depósitos entre os bancos privados nacionais

ANOS	Comércio e Indústria	Lavoura	Nordeste Selta	Nacional
1935	6º	...	-	-
1936	3º	...	-	-
1937	4º	...	-	-
1938	3º	...	-	-
1939	4º	5º	-	-
1940	1º	8º	...	-
1941	1º	9º	...	-
1942	1º	7º	...	-
1943	1º	6º	...	-
1944	1º	7º
1945	1º	9º
1946	1º	2º
1947	2º	1º	12º	...
1948	2º	1º	8º	...
1949	2º	1º	8º	21º
1950	3º	1º	7º	18º
1951	3º	2º	5º	19º
1952	4º	2º	8º	15º
1953	2º	1º	5º	19º
1954
1955	4º	1º	3º	8º
1956	6º	1º	5º	3º
1957	7º	1º	3º	2º
1958	7º	1º	4º	2º
1959	7º	1º	4º	2º
1960	6º	1º	3º	2º
1961	7º	1º	4º	2º
1962	7º	1º	4º	2º
1963	6º	1º	5º	2º
1964	8º	1º	5º	2º

Fonte: Situação dos estabelecimentos bancários no Brasil em 31 de dezembro.
Revista Bancária do Brasil, RJ, s/ed., vários números.

BIBLIOGRAFIATEORIA FINANCEIRA

- BRUNHOFF, Suzanne de - La Concepcion Monetaria de Marx. Buenos Aires, Ed. Siglo, 1973.
- BRUNHOFF, Suzanne de - La oferta de Moneda. Buenos Aires, Ed. Tiempo Contemporaneo, 1975.
- BRUNHOFF, Suzanne de - La Politica monetaria. México, Ed. Siglo XXI, Siglo XXI, 1974.
- GURLEY, John & SHAW, Edward - Financial Aspects of Economic Development, American Economic Review, Vol. XLV, n° 4, sept. 1955.
- GUDIN, Eugênio - Princípios de Economia Monetária, Rio de Janeiro, Agir, vol.1, 9a. edição, 1976.
- HILFERDING, Rudolf - El Capital Financeiro. Madrid, Ed. Tecnos, 1973.
- KALECKI, Michael - El Problema del Financiamiento del Desarrollo Economico. CEPAL/DOAT, mimeo, 1953.
- MARX, Karl - El Capital. Mexico, Ed. Fondo de Cultura Economica, 1973, Livro 3, Seção V.

HISTÓRIA FINANCEIRA MUNDIALFONTES SECUNDÁRIAS

1. FONTE OFICIAL (Documento de Informacion) :
CEPAL. La Intermediacion Financeira en America Latina. Santiago de Chile, s/ed. , 1971.
2. LIVROS:
CAMERON, Rondo E. - Banking in the Early Etages of Industrialization.
_____ - Banking in Economic Development.
GILLE, Bertrand - Banking and Industrialization in Europe: 1730-1914, in GIZOLLA, Carlo M. , Ed. The Frontere Economic History of Europe.
GERSCHENKRON, Alexander - El atraso economico en su Perspectiva Historica, Barcelona, Ariel, 1968.

HISTÓRIA FINANCEIRA DO BRASIL

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1. LEGISLAÇÃO:

BRANDÃO, A. Caldas - Legislação Bancária. RJ, A. Coelho Branco, Ed. , 1954.

1.2. FONTES ESTATÍSTICAS:

BRASIL - Ministério de Fazenda, Departamento de Estatística. Movimento Bancário. RJ, s/ed, vários anos.

LEVY, Maria Bárbara - Estrutura e Funcionamento dos Bancos Comerciais - Traços Históricos. RJ, IBMEC, 1977. Anexo Estatístico.

Situação dos Estabelecimentos Bancários no Brasil em 31 de Dezembro. Revista Bancária do Brasil. RJ, vários números de 1935 a 1964.

1.3. FONTES OFICIAIS:

BRASIL - Ministério da Educação e Saúde. Obras completas de Rui Barbosa. RJ, Imp. Ofic. , Vol.18, t.3, 1891.

BRASIL - Ministério do Planejamento, E.P.E.A. Situação Monetária, Creditícia e do Mercado de Capitais (1947-março 1964). DF, s/ed., maio de 1966.

BANCO DO BRASIL - Relatório apresentado à Assembléia Geral dos Acionistas. RJ, Jornal do Comercio, vários anos.

2. FONTES SECUNDÁRIAS:

2.1. LIVROS:

BOUZAN, Ary - Os Bancos Comerciais no Brasil. Uma Análise do Desenvolvimento Recente (1965/1971). SP, Tese em Doutorado em Economia pela USP, Ed. Federação Brasileira das Associações de Bancos, 1972.

CALÓGERAS, J.P. - A Politique monétaire du Bresil. RJ, Imprimerie Nationale, 1910.

FONTENLA, Vicente Paz - História dos Bancos no Brasil. RJ., s/ed., 2a. ed., 1975.

HASENBALG, C.A. & BRIGAGÃO, C. & COSTA, F.J.L.. - O Setor Financeiro no Brasil: Aspectos Históricos. RJ, Ed. Dados-IUPRJ, 1970.

LEVY, Maria Bárbara - História dos Bancos Comerciais no Brasil. RJ, IBMEC, 1972.

MULLER, Eduardo Emílio Maurell - Política Bancária. DF, VII Congresso Nacional de Bancos, 1971.

NEUHAUS, Paulo - História Monetária do Brasil: 1900-45. RJ, IBMEC, 1975.

NORMANO, João Frederico - Evolução Econômica do Brasil. SP , Ed. Nacional, DF, 2a. ed., 1975, cap. VI.

PASSOS, Carlos de Fero - Estrutura Financeira e Desenvolvimento: o caso do Brasil. SP, Atlas, 1973.

PELAEZ, Carlos Manoel & SUZIGAN, Wilson - História Monetária do Brasil. RJ, IPEA/INPES, 1976.

RANGEL, Ignácio - A Inflação Brasileira. RJ, Ed. Tempo Brasileiro, 1963.

RIBEIRO, Benedito & GUIMARÃES, Mario Mazzei - História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro no Brasil. RJ, Ed. Pró-Service, 1967.

TAVARES, Maria da Conceição - Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. RJ, Zahar Ed., 2a. ed., 1973.

2.2. TESES NÃO PUBLICADAS:

BIELSCHOWSKY, Ricardo Alberto - Bancos e Acumulação de Capital na Industrialização Brasileira- Uma Análise Introdutória (1935/1962). DF, Dissertação de Mestrado em Economia pela UNB, mimeo, 1975.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de - A Evolução do Sistema Financeiro na época de Vargas. Niterói, Monografia de Mestrado em História pelo ICHF-UFF, mimeo, 1974.

2.3. ARTIGOS DE REVISTAS:

CHRISTOFFERSEN, Leif E. - Taxas de juros e a estrutura de um Sistema de Bancos Comerciais em Condições Inflacionáveis- O caso do Brasil. Revista Brasileira de Economia. RJ, EPGE-FGV, v.23(2): 5/34, abril-junho 1969.

LIMA, Heitor Ferreira - Notas sobre a Estrutura Bancária Brasileira, Revista Brasiliense. RJ, nov/dez. 1956, pp 141/152.

PASTORE, Affonso C. - A oferta de Moeda no Brasil: 1961/72. Revista Pesquisa e Planejamento Econômico. RJ, 3 (4): 993/1044, dez. 1973.

Conjuntura Econômica. RJ, FGV. A Concentração Bancária no Brasil, ano I, nº 1, nov / 1947.

-Lucros dos Bancos em 1947. idem, ano II, nº 2, 1948.

-Encaixe e Depósitos de Bancos, idem, ano II, nº 10, 1948.

-O Numerário dos Bancos, idem, ano III, nº 2, 1949.

-Os Bancos Estrangeiros no Brasil, idem, ano III, nº 3, 1949.

-Como se Distribui o Crédito Agrícola. idem, ano III, nº 11, 1949.

-Expansão da Rede Bancária, idem, ano IV, nº 9, 1950.

-Resultados Financeiros dos Bancos em 1949, idem, ano IV, Nº 2, 1951.

- Lucros e Perdas dos Bancos. idem, ano IV, nº 6, 1950.
- Lucros e Perdas dos Bancos no Segundo Semestre de 1950, idem, ano V, nº 2, 1951.
- Estatísticas do Movimento Bancário, ano V, nº 5, 1951.
- Caixa de Mobilização Bancária, idem, ano V, nº 8, 1951.
- Distribuição dos Créditos da Carteira Agrícola, idem, ano V, nº 10, 1951.
- Resultados dos Bancos Brasileiros: 1954/55, idem, ano X, nº7 1956.
- Como se Distribui o Crédito Agrícola, idem, ano X, nº12, 1956.
- Forte Aceleração do Surto Inflacionário, idem, ano XIII, nº2, 1959.
- A Distribuição do Crédito entre o Setor Privado e o Governamental, idem, ano XIII, nº 3, 1959.
- O Grau de Desenvolvimento do Setor Bancário no Brasil, idem, ano XIII, nº 4, 1959.
- O Observador Econômico e Financeiro. O Movimento Bancário do Brasil em 1938. RJ, ano IV, nº 40, 1939, p.155.
- Política Bancária, idem, ano XI, nº 125, 1946, p. 57.
- Crises de Crédito, idem, ano XI, nº 125, 1946, p. 173.
- A Inflação Brasileira, idem, ano XII, nº 133, 1947, p. 49.
- Sistema Bancário Desadaptado às Necessidades da Economia Interna, idem, ano XIX, nº 217, 1954, p. 103.
- Bancos e Moedas, idem, ano XII, nº 140, 1947, p. 115.
- A Situação dos Bancários, idem, ano IX, nº 103, 1944, p. 103.
- Bancos e Moedas, idem, ano XII, nº 140, 1947, p. 115.
- A Situação dos Bancários, idem, ano IX, nº 103, 1944, p. 103.
- Revista Bancária Brasileira. RJ. Carteira de Redescontos, ano IV, jun/1937.
- Índice Cronológico e Alfabético Remissivo da Legislação sobre Bancos e Casas Bancárias, idem, ano V, out/nov 1938.
- Crédito Agrícola e Industrial: o Regulamento da Carteira, idem, ano IV, dez, 1937.
- A Nacionalidade dos Bancos de Depósitos, idem, ano IX, abril - 1941.
- Decreto-Lei nº 3545 de 22 de agosto de 1941: Regula a Compra e Venda de Títulos da Dívida Pública da União, dos Estados e dos Municípios, idem, ano IX, set. 1941.
- Algumas Características do Movimento Bancário Nacional no Encerramento do 1º Semestre de 1941, idem, ano IX, out 1941.
- Bancos Hipotecários, idem, ano X, março 1942.

- Rede Bancária Nacional, idem, ano XXX, fev. 1965.
- Na trilha da Concentração Bancária, idem, ano 39, nº 459, março 1971.

Retrospecto Commercial do Jornal do Comércio. RJ, Movimento Bancário de Minas Gerais de 1937 e 1938, Vol. LXV, 1939, p.400.

- Movimento Bancário de Minas Gerais de 1934 a 1943, idem, Vol. LXX, 1943, p. 556.

2.4. JORNAIS:

Os Bancos e a Concentração: Quatorze anos de Incorporação. Gazeta Mercantil. Relatório Especial, SP, 12 de Junho de 1974.

Quem Controla a Política Monetária? Jornal do Brasil.

Revista Econômica/Capital e Dívida, RJ, 27 de maio de 1977.

Poucos Bancos Detém a Maioria dos Depósitos. Estado de Minas, BH, 3 de abril de 1977.

Opinião, RJ. A Lei do Mais Forte, 9 de abril de 1973, nº 23, p.7.

Minas: O Ocaso dos Bancos, Opinião, RJ, 22 de outubro de 1973, nº 56, p.9

Bancos: Baianos e Gaúchos Preocupados, Opinião, RJ, 3 de dezembro de 1973, nº 56, p.11.

Bancos: O Maior Negócio, Opinião. RJ, 21 de janeiro de 1974, nº 63, p. 5.

HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1. FONTES ESTATÍSTICAS:

IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, RJ, vários anos.

IBGE - Censos Econômicos e Demográficos. RJ, 1920, 1950, 1960 e 1970.

2. FONTES SECUNDÁRIAS

2.1. LIVROS:

CANO, Wilson - Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. RJ-SP, Difel, 1977.

DEAN, Warren - A Industrialização de São Paulo (1880-1945). RJ-SP, Difel, 2a. ed., s/d.

FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil, SP, Cia. Ed. Nacional, 12a. ed., 1974.

LESSA, Carlos - Quinze anos de Política Econômica. Campinas, DEPE-IFCH-UNICAMP, mimeo., S/D.

- MALAN, P. & ABREU, M.P. - Inflação, Balanço de Pagamentos e Indúst. no Brasil: 1939-1952. RJ, IPEA, 1977.
- PRADO Jr., Caio - História Econômica do Brasil, 12a. ed., SP, Brasiliense, 1970.
- SILVA, Sérgio - Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. SP, Alfa-Omega, 1976.
- TAUNAY, Affonso de E. - História do Café no Brasil. RJ, DNC, 1942, vol. XII e XIII.
- TAUNAY, Affonso de E. - Pequena História do Café no Brasil. RJ, DNC, 1945.
- VILLELA, Annibal Villanova & Suzigan, Wilson - Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945. RJ, IPEA/INPES, 2a. ed., 1975.

2.2. TESES NÃO PUBLICADAS

- GRANZIERA, Rui - Moeda e Crédito no Limiar do Capitalismo no Brasil: A Outra História Financeira. Campinas, Tese de Doutorado pelo IFCH-UNICAMP, 1976.
- MELLO, João Manuel Cardoso de - O Capitalismo Tardio. Tese de Doutorado pelo IFCH-UNICAMP, 1975.
- SILVA, Liana Maria Lafayette Aureliano da - No Limiar da Industrialização; Estado e Acumulação de Capital, 1919-1937. Campinas, Tese de Doutorado pelo IFCH-UNICAMP, 1977.
- TANNURI, Luiz Antonio - O Encilhamento. Campinas, Dissertação de Mestrado pelo IFCH-UNICAMP, 1977.
- TAVARES, Maria da Conceição - Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. RJ, Tese de Livre-Docência pela FEA/UFRJ, 1975.

2.3. ARTIGOS DE REVISTAS:

- FRAGA, Constantino - Resenha Histórica do Café no Brasil. Agricultura em São Paulo (Boletim da Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura). SP, s/ed., ano X, nº 1, 1963, pp. 01/21.
- PIGNATON, Álvaro Afonso G. - Origens da Industrialização no Rio de Janeiro. DADOS. RJ, 1977, pp. 139/154.
- RIBEIRO, Sylvio Wanick - Desempenho do Setor Agrícola- Década de 1960/70. Série Estudos para o Planejamento Nº 6. DF, IPEA/IPLAN, 1973.
- SINGER, Paul - A Agricultura na Bacia Paraná-Uruguaí (1950/60). Revista Brasileira de Ciências Sociais. BH, FACE/UFMG, vol. III, nº 2, julho 1963.

Evolução da Conjuntura Econômica no Brasil de 1916 a 1929.

Conjuntura Econômica, RJ, FGV, ano II, ano 11, 1948.

A Conjuntura no Brasil entre 1929 e 1939, idem, ano III, nº 3, 1949.

HISTÓRIA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1. FONTES ESTATÍSTICAS:

Estado de Minas Gerais - Secretaria da Agricultura (Serviço de Estatística Geral), Anuario Estatístico de Minas Gerais, BH, Imprensa Oficial, ano II (1922/1925), 1929.

Estado de Minas Gerais - Minas segundo o Recenseamento de 1920, BH, Imprensa Oficial, 1924.

Estado de Minas Gerais - Carteira Estatística de Minas Gerais, BH, Imprensa Oficial, 1929.

Estado de Minas Gerais - Sinopse Estatística do Estado, BH, Oficinas Gráficas da Estatística, 3 números, 1936/1940.

Estado de Minas Gerais - Departamento Estadual de Estatística (Orgão Regional do IBGE). Anuário Estatístico de Minas Gerais. BH, Imp. Ofic., anos III (1949) e VI (1952).

Estado de Minas Gerais - Secretaria das Finanças, O Estado de Minas Gerais: sua Evolução Econômica. BH, Impr. Ofic. 1922.

- Situação Econômica do Estado. BH, Impr. Ofic., vol. II, 1930.

- Exportação do Estado em 1927/1936. BH, Impr. Ofic. 1938.

- Exportação do Estado em 1937. BH, Impr. Ofic. 1939.

- Exportação do Estado em 1939. BH, Impr. Ofic. 1943.

- Exportação do Estado em 1940. BH, Impr. Ofic. 1946.

- Finanças do Estado de Minas Gerais; Período Republicano: 1890-1953. BH, Impr. Ofic. 1954.

1.2. FONTES OFICIAIS (Relatórios, Publicações Oficiais e Institucionais).

BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS, Relatório de Diretoria, vários anos.

COMISSÃO INTERESTADUAL DA BACIA PARANÁ-URUGUAI- DPSS- Plano de Industrialização Regional; Alguns Aspectos

da Economia do Estado de Minas Gerais e Seleção dos Polos de Crescimento, 1964.

ESTADO DE MINAS GERAIS - Boletim do Departamento Estadual de Estatística, BH, s/ed., diversos números a partir de 1940.

- Mensagem do Presidente (e/ou Governador) do Estado ao Congresso Mineiro - BH, Imp. Ofic., vários anos (especialmente: 1898 - 1907 a 1909 - 1912 a 1916 - 1921 a 1930 - 1935 e 1937 - 1949 - 1951 a 1954 - 1956 - 1965 - 1967 - 1969).

- Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção. BH, s/ed., jun/1947.

- BDMG- Anais do 1º Congresso Brasileiro de Desenvolvimento Regional, Araxá, s/ed., 14 a 20 de fevereiro de 1965.

- Diagnóstico da Economia Mineira. BH, s/ed., 6 vol. 1968.

- Setor Industrial, Programa de Financiamento de Média e Grande Indústria de Minas Gerais. BH, mimeo, vol. II, s/d.

- Conselho Estadual de Economia e Administração, Subsídios para o Estudo da Economia do Estado de Minas Gerais. BH, s/ed., 4 vol., 1959/60.

- Secretaria da Agricultura, Minas e o Bicentenário do Cafeeiro no Brasil: 1727-1927. BH, Imp. Ofic. 1929.

2. FONTES SECUNDÁRIAS

2.1. LIVROS:

ALVARENGA Fº, José Tostes - História do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A, Fundação e Primeiro Período de Atividades. JF, palestra mimeo, 1967.

ALVARENGA Fº, José Tostes - Criação do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e o Relacionamento dos seus Fundadores com o Imperador Dom Pedro II. BH, palestra mimeo, 1976.

BARRETO, Abílio - Belo Horizonte, Memória Histórica e Descritiva. BH, s/ed., 1928.

BARRETO, Abílio - Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701-1947). BH, Imp. Ofic., 1950.

BRAZIL, Raymundo Pereira - Minas Gerais na Grandeza do Brasil. BH, s/ed., 1936.

CARVALHO, Daniel - Estudos de Economia e Finanças. RJ, Agir, 1946.

- CASTRO, Antonio Barros de - A Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro - A Industrialização Descentralizada no Brasil. 7 Ensaio sobre a Economia Brasileira, RJ-SP, Forense, vol II, 1971.
- HADAD, Paulo Roberto - Análise da Renda Interna do Estado de Minas Gerais (1947/60). BH, FACE-UFMG, mimeo, 1965.
- HUNNICUTT, Benjamin, H. - A Produção Agrícola do Brasil (Trabalho baseado no Censo de 1920), Lavras, s/ed., 1925.
- JACOB, Rodolpho - Minas Gerais no XX Século, RJ, Gomes, Irmão & Cia., 1911.
- OLIVEIRA, Franklin de - A Tragédia da Renovação Brasileira; Minas Gerais e São Paulo: A Miséria dentro do Progresso. RJ, Civilização Brasileira, 1971.
- RACHE, Othos de Lemos - Contribuição ao Estudo da Economia Mineira. RJ, Livreria José Olympio, 1957.
- SENNA, Nelson de - A Terra Mineira, BH, Imp. Ofic., 1926.
- SINGER, Paul Israel - Belo Horizonte. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. SP, Ed. Nacional, 1974, pp. 199/269.
- WIRTH, John - Minas e Nação. Um Estudo de Poder e Dependência Regional: 1889-1937. IN: FAUSTO, Boris, ed. (período Republicano) História Geral da Civilização Brasileira. SP Difel, 1975, Tomo III, 1º vol.
- 2.2. TESES NÃO PUBLICADAS
- GIROLETTI, Domingos A. - Industrialização e Urbanização de Juiz de Fora (1850-1930). BH, Tese de Mestrado pelo DCP-UFMG, mimeo, 1976.
- IGLÉSIAS, Francisco - Política Econômica do Governo Provincial Mineiro (1835-1889). BH, Tese de Livre-Docência pela FACE-UFMG, 1954.
- LIMA, João Heraldo - Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920). Campinas, Dissertação de Mestrado pelo IFCH-UNICAMP, mimeo, 1977.
- 2.3. ARTIGOS DE REVISTAS:
- BASTOS, Tocary Assis - Anotações sobre a Greve dos Bancários em Minas, Revista Brasileira de Estudos Políticos. BH, UFMG, nº 14, jul/1962.
- BOTELHO, Luiz de Magalhães - Minas Gerais: Análise Regional (1947-1953), Revista Brasileira de Economia. RJ, ano X, nº 3, set. 1956.

- COUTO, Elcio Costa - Evolução e Tendência da Indústria em Minas Gerais, Cadernos BDMG . BH, nº 1, 1968.
- DINIZ, Hindemburgo Pereira - A economia Mineira: Realidade e Perspectivas, Caderno BDMG. nº 1, 1968.
- LOEB, Gustaaf F. - O Desenvolvimento da Produção Industrial em Minas Gerais: 1939-1954. Revista Brasileira de Economia. RJ, ano X, nº 3, set. 1956.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro - A Economia Mineira no Século XIX, I Seminário de Estudos Mineiros, BH, UFMG, 3 a 12 de abril de 1956.
- REIS, Fernando Antonio Roquette - Participação de Minas no Desenvolvimento Nacional. Cadernos BDMG. nº 1, 1968.
- SOUZA, Washington Peluso Albino de - Perspectivas Atuais da Economia Mineira, II Seminário de Estudos Mineiros, BH, UFMG, 22 a 27 de outubro de 1956.
- ATIVIDADES BANCÁRIAS EM MINAS - O Observador Econômico e Financeiro. RJ, ano III, nº 25, 1938, p. 133.
- BANCO MINEIRO DE PRODUÇÃO - Relatório, *idem*, diversos números de 1937 a 1942.
- ZONAS ECONÔMICAS EM MINAS - *idem*, ano V, nº 52, 1940, p. 35.
- BANCO DA LAVOURA DE MINAS GERAIS - *idem*, ano X, nº 114, 1945, p. 94.
- BANCO RIBEIRO JUNQUEIRA - *idem*, ano XII, nº 140, p. 119
- O DRAMA DA CENTRALIZAÇÃO - *idem*, ano XII, nº 154, 1948, p. 37.

2.4. JORNAIS:

- OS BANCOS MINEIROS - Em Busca do Tempo Perdido. Diário do Comércio. BH, 18 de outubro de 1975.

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS:

O levantamento das fontes primárias e secundárias foram realizados junto aos seguintes arquivos, bibliotecas, centro de documentação e/ou Instituições:

Em Belo Horizonte:

- Arquivo Público Mineiro
- Biblioteca Pública de Minas Gerais - Coleção "Mineiriana"
- Biblioteca do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
- Biblioteca da Associação Comercial de Minas Gerais
- Biblioteca da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG
- Biblioteca da Fundação João Pinheiro

- Biblioteca da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais
- Biblioteca da Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais
- Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
- Biblioteca da Secretaria d Planejamento do Estado de Minas Gerais
- Banco do Estado de Minas Gerais
- Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A
- Banco Nacional S/A
- Banco Real S/A
- Banco Mercantil do Brasil S/A
- Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
- Sindicato dos Bancos de Minas Gerais
- Departamento Estadual de Estatística

Em Juiz de Fora:

- Museu do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A

No Rio de Janeiro:

- Biblioteca Nacional
- Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas
- Biblioteca do Ministério da Fazenda
- Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais

Em Campinas:

- Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.